

LAURO JOSÉ DA CUNHA

O PROCESSO DISCURSIVO DE DESIGNAÇÃO DE PESSOAS: A
DETERMINAÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL DO NOME PRÓPRIO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Lingüística Aplicada na área de Ensino-Aprendizagem de Segunda Língua e Língua Estrangeira.

Orientadora: Profa. Dra. Carmen Zink Bolognini

UNICAMP
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
CAMPINAS/2006

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

C914p

Cunha, Lauro José da.

O Processo discursivo de designação de pessoas : a determinação histórico-social do nome próprio / Lauro José da Cunha. -- Campinas, SP : [s.n.], 2006.

Orientador : Carmen Zink Bolognini.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Análise de Discurso. 2. Nome próprio. 3. Designação. 4. Língua Inglesa. 5. Interpelação. I. Bolognini, Carmen Zink. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. IV. Título.

CANDIDATO: LAURO JOSÉ DA CUNHA

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. CARMEN ZINK BOLOGNINI

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dr^a. Carmen Zink Bolognini – UNICAMP - Orientadora

Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães - UNICAMP

Prof^a. Dr^a. Suzy Maria Lagazzi-Rodrigues - UNICAMP

Prof^a. Dra. Deusa Maria de Souza - USP

Prof. Dr. Ernesto Sérgio Bertoldo - UFMG

SUPLENTES:

Prof. Dr. Paulo Roberto Ottoni - UNICAMP

Prof^a. Dr^a. Tânia Alkmim - UNICAMP

Prof^a. Dr^a. Carmen Lúcia Hernandes Agustini

A Evaldo José da Cunha, irmão e amigo.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de registrar meus agradecimentos:

- À Profa. Dra. Carmen Zink Bolognini, pela orientação precisa, pelo acolhimento e sensibilidade.
- Ao Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães, pelas sugestões valiosas advindas de sua participação nas duas qualificações da tese.
- À Profa. Dra. Telma Domingues da Silva, pelas sugestões pertinentes advindas de sua participação na qualificação da tese.
- Ao Prof. Dr. Paulo Roberto Ottoni, pela leitura e discussão do texto de qualificação em área complementar, bem como pelas relevantes contribuições advindas de sua participação na qualificação da tese.
- À Profa. Dra. Suzy Lagazzi, pela leitura e discussão do texto de qualificação em área complementar.
- Aos professores e funcionários do IEL/UNICAMP.
- À Universidade do Estado de Mato Grosso, pela concessão de afastamento remunerado.
- À CAPES, pelo apoio financeiro advindo do convênio PQI - Unemat/Unicamp/CAPES.
- Ao Excelentíssimo Juiz Diretor do Fórum de Campinas, Dr. José Henrique Rodrigues Torres, pela ampla receptividade e encaminhamento para a realização de pesquisa de processos de retificação de nome civil.
- Ao Excelentíssimo Juiz da 1ª Vara Cível do Fórum de Campinas, Dr. Renato Siqueira de Pretto, pela orientação e permissão para pesquisar processos de retificação de nome civil.
- Ao meu pai, José Ambrósio da Cunha, por ter sempre me incentivado.
- À minha mãe, Margarida José da Silva e Cunha, eterna lembrança.
- Aos meus irmãos, Vitor José da Cunha, Evaldo José da Cunha.
- A Clodoaldo Vieira Druzian, Regiane Pinto de Miranda, Ricardo Antonio Belinatti e Bruno Eduardo, minha família em Campinas.
- À Walnice Matos Vilalva, amiga inestimável.

O homem do mundo está inteiro em sua máscara. Não estando quase nunca em si mesmo, é sempre um estrangeiro e sente-se pouco à vontade quando é obrigado a voltar a si. O que ele é nada é, o que parece ser é tudo para ele.

Jean-Jacques Rousseau, *Emílio, ou, Da educação*

SUMÁRIO

RESUMO	xiii
ABSTRACT	xv
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I	
1.1. Metodologia da investigação.....	33
1.2. A Análise de Discurso.....	40
1.3. A tipologia discursiva de designação de pessoas.....	49
1.3.1. Da necessidade de homogeneidade.....	54
1.3.2. As discursividades que integram a tipologia discursiva de designação.....	58
1.3.2.1. Circunstâncias para a retificação do nome civil.....	61
1.3.2.1.1. A existência de evidente erro gráfico.....	61
1.3.2.1.2. A exposição do portador do nome ao ridículo.....	62
1.3.2.1.3. A não impugnação ao ato do registro pelo oficial.....	76
1.3.2.1.4. A solicitação de substituições por apelidos públicos notórios.....	77
1.3.2.1.5. Alterações em razão de proteção à testemunha.....	78
CAPÍTULO II	
2.1. A problemática do <i>outro</i> exterior.....	83
2.2. O estrangeiro.....	87
2.3. A palavra inglesa no Brasil	90
2.4. A identidade e a alteridade: há nomes próprios brasileiros?.....	97
2.5. O perfil do brasileiro	104
CAPÍTULO III	
3.1. Palavra e realidades natural e social	111
3.2. O nome próprio	132

3.3. Materialidades discursivas e verdade.....	138
--	-----

CAPÍTULO IV

4.1. Análise do processo discursivo de designação de pessoas: considerações iniciais.....	153
---	-----

4.2. A presença da Língua Inglesa na Língua Portuguesa no nome próprio de pessoa.....	158
---	-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	189
----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	195
---	------------

ANEXOS

Anexo 1 – Transcrição da introdução à obra <i>O livro dos nomes</i> , de Regina Obata.....	203
---	-----

Anexo 2 – Transcrição de reportagem publicada pela revista <i>Época</i>	207
--	-----

Anexo 3 – Transcrição de entrevista – informante Cleverson Matioli.....	211
--	-----

Anexo 4 – Transcrição de entrevista feita com Dyonatan e seus pais.....	215
--	-----

Anexo 5 – Transcrição de entrevista – informante Marlon.....	221
---	-----

Anexo 6 – Entrevista com o Pe. Miguel Llamazares González.....	225
---	-----

Anexo 7 – Transcrição de reportagem publicada pela revista <i>Veja</i>	231
---	-----

Anexo 8 – Transcrição de entrevistas do programa “Casos de família”, do SBT.....	233
---	-----

RESUMO

Dos 5.436 nomes próprios registrados três décadas atrás no cartório de Vila Prudente, que abarca uma população de mais de um milhão de pessoas na Zona Leste de São Paulo, menos de 5% eram nomes estrangeiros. No ano de 2000, eles ultrapassavam os 30% do total. Segundo uma reportagem da revista *Época*, responsável por esses dados, o retrato que surge dos livros do cartório paulistano tende a reproduzir-se em todas as grandes cidades do Brasil. Desse quadro, dois aspectos nos despertaram a atenção: 1) o estrangeiro a que se refere a reportagem assume materialidades que remetem quase que exclusivamente à Língua Inglesa; 2) esse fenômeno ocorre com maior frequência entre brasileiros de baixa renda, sendo digno de nota que tratam-se de brasileiros que não apresentam qualquer parentesco com pessoas de países de Língua Inglesa.

Interessou-nos investigar o processo discursivo de designação de pessoas no Brasil, em geral, tomando-o como pano de fundo para analisar a presença dessas superfícies discursivas (nomes próprios) com materialidades de Língua Inglesa na designação de brasileiros. Orientamos-nos, nesse estudo, pela perspectiva teórica da Análise de Discurso de linha francesa, conforme tem se desenvolvido no Brasil. Apresentamos o processo discursivo de designação de pessoas como um objeto possível de ser enquadrado pela perspectiva da tipologia discursiva, no sentido de que a designação apresentaria invariantes que retornam sempre como discursividades que interpelam o sujeito em sua prática de designação. Para chegar a uma categorização das discursividades que integram o processo discursivo de designação de pessoas, levamos em conta três referências: 1) o texto introdutório de *O livro dos nomes*, de Obata (2002), obra que tem como escopo principal apresentar o significado dos nomes, e que em sua introdução faz um levantamento das motivações e circunstâncias mais recorrentes que costumam envolver um evento de designação; 2) a Lei Federal de Registros Públicos n.º 6.015, de 1973, que trata das normas que devem ser observadas no assento de um nome civil, e 3) as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo (1989), documento que regula o funcionamento das atividades dos cartórios, e do qual nos interessa as situações previstas que possibilitam a retificação do nome civil.

Considerando que nos impomos a tarefa de apresentar uma proposta de categorização de discursividades que integram o processo discursivo de designação de pessoas, chegamos, a partir do *corpus* que selecionamos, às seguintes discursividades: i) a *Discursividade de gênero do nome*; ii) a *Discursividade lingüística do nome*; iii) a *Discursividade de idealidade do nome*; iv) a *Discursividade de idealidade do referente*; v) a *Discursividade de efeito de evidência do nome* (ou ainda *Discursividade de transparência do nome*) e vi) a *Discursividade de prefiguração discursiva de acontecimentos*. No processo de escolha ou composição de um nome próprio, são vários os esquecimentos que interpelam o sujeito designador sobredeterminando o nome que ele tem a ilusão de ser a fonte; assim, por exemplo, escolhe um nome com gênero apropriado ao sexo da criança, configurando o seu assujeitamento à discursividade de gênero do nome; escolhe um nome de acordo com a identidade normativa da Língua Portuguesa, o que o vincula à discursividade lingüística do nome, e escolhe um nome, igualmente, de acordo com valores (temas) ideais com os quais se identifica, nos quais se reconhece, caracterizando a discursividade de idealidade do nome e/ou do referente. A identificação de casos de pessoas que entraram com pedido de retificação de nome civil por considerarem que os seus nomes se afastavam de uma ou mais discursividades

de designação, ou ainda de pessoas que não entraram com pedido, efetivamente, mas manifestaram desejo de fazê-lo, pelas mesmas razões, configurou referência para considerarmos o peso que tem o assujeitamento na prática discursiva de designação de pessoas.

Ao analisarmos o discurso de sujeitos designadores, em geral, percebemos, além das discursividades apontadas, a recorrência de uma interpelação por um imaginário de transparência da linguagem, segundo o qual o nome seria transparente, no sentido de operar como uma designação apresentativa, referindo-se às circunstâncias de nascimento da criança, e/ou ainda teria o poder de sobredeterminar, pelos sentidos que carrega, a vida do sujeito designado, referindo-se, portanto, ao seu futuro. Essa constatação levou-nos a propor as últimas duas discursividades: a discursividade de efeito de evidência do nome, e a discursividade de prefiguração discursiva de acontecimentos.

A análise de discursos de sujeitos designados que têm nomes que eles próprios consideram diferentes dos nomes recorrentes atribuídos na sociedade brasileira mostrou que a diferença entra em tensão, em confronto com a igualdade, com a recorrência, com a repetição, com a homogeneidade; se por um lado os pais idealizaram um nome diferente, às vezes vinculando a diferença do nome à possibilidade de conferir uma real diferença na vida do sujeito designado, marcando uma interpelação pela discursividade de prefiguração discursiva de acontecimentos, por outro, ao ignorar o peso dos esquecimentos, condenou o sujeito designado a arcar com o ônus da diferença, do desvio.

Palavras-chave: Análise de Discurso; Nomes Próprios; Designação; Língua Inglesa; Interpelação; Esquecimento

ABSTRACT

Out of 5.436 proper names registered three decades ago in the Civil Registry Office of Vila Prudente, which has filed the names of more than a million people from the East Side of São Paulo city, less than 5% were foreign names. Contrastingly, in the year 2000, they had exceeded 30% of the total amount. According to an article published by *Época*, a Brazilian magazine responsible for these data, the picture that arouses from the books of the Registry Office of São Paulo city can be extended to all other big Brazilian cities. Reflecting upon this scenario, two aspects called our attention: 1) the foreign character the article refers assumes forms that is associated almost exclusively to English Language; 2) this phenomenon occurs most frequently among low Brazilian social classes, who do not have any kind of relationship with people of English speaking countries.

It interested us to investigate the general discourse process of people designation in Brazil, taking it as the backstage to analyze the presence of these materialities of English Language in the discourse surfaces (proper names) of Brazilian designation. The theory we adopt in order to guide our research is the Discourse Analysis of French School, according to the way it has been developed in Brazil. We presented the discourse process of people designation as an object possible of being studied by the perspective of discourse type, in the sense that people designation would present invariables that always returns as discourse forms that interpellate the subject in his/her designation practice. In order to propose a categorization of the discourse forms that integrate the discourse process of people designation, we took into consideration three references: 1) the introductory text of *O livro dos nomes*, by Obata (2002), which is a survey that has as its main aim to present the meaning of names, whose introduction raises the most recurring motivating reasons as well as the most frequent circumstances that usually involve the ritual of people designation; 2) the Federal Brazilian Law of Public Civil Registry n.º 6.015, of 1973, that establishes the norms that must be observed at the moment of the civil name registering.

We proposed the following discourse forms out of the *corpus* we selected: i) Gender Discourse Form of the Name; ii) Linguistic Discourse Form of the Name; iii) Ideality Discourse Form of the Name; iv) Ideality Discourse Form of the Referent; v) Evidence-effect Discourse Form of the Name (or Transparency Discourse Form of the Name), and vi) Discourse Anticipation of Events. In the process of choosing or composing a proper name there are several states which result from non-consciousness states (forgetfulness) which interpellate the designator subject to illusionally believe that he or she is the source of the chosen name. The designator chooses a name according to a) the appropriate gender of the child, characterizing his/her traits to the subjectability of the Gender Discourse Form of the Name; b) to the normative identity of Portuguese Language, what links the designator to the Linguistic Discourse Form of the Name and c) to the ideality values (themes) with which he or she identifies as well as recognizes himself or herself, characterizing the Ideality Discourse Form of the Name and/or the Ideality Discourse Form of the Referent. We identified people that officially requested to Brazilian Court the exchange of their names asserting its ridiculous aspect (or its difference in relation to the patterns of designation practice in Brazil). On the other hand, other people did not officially request their names to be exchanged, albeit having expressed the will of doing it so by the same reasons, which led us to point out, once again, the relevance of the people subjecting towards designation practice.

When we analyze the designator subjects discourses, in general, we realize, besides the discourse forms we pointed out, the constant interpellation which occurs in the imaginary level according to which the language is transparent, hence the name, in the sense that the operation of giving a name is a descriptive designation, referring to the child birth circumstances, and/or this operation would still have overdetermining power, by the meanings it (will) carries (y) throughout the future life of the designated subject. These results took us to propose the last two discourse forms: the Evidence-effect Discourse Form of the Name (that could also be called Transparency Discourse Form of the Name), and Discourse Anticipation of Events.

The discourse analysis of designated subjects who have names considered by themselves different from common names in Brazilian community, showed that the difference of their names enters in a tense relation with the sameness, the recurrence, the repetition, the homogeneity of the names in society. If, in one hand, these designator subjects idealized a different name, sometimes by linking the difference of the name to the possibility of granting them an imaginary better life, by the other hand they ignored the weight of the non-consciousness states in society, condemning the designated subject to pay the price of difference, of deviation.

Key-words: Discourse Analysis; Proper Names; Designation; English Language; Interpellation; Non-consciousness states

INTRODUÇÃO

“Que pode o indivíduo fazer com o que dele foi feito? O que é a sua liberdade e como é ela possível?”, perguntam Miranda & Cascais no prefácio à obra *O que é um autor?*, de Michel Foucault. Dentre os sentidos que a primeira pergunta possibilita, no contexto de sua reflexão, está a idéia de uma limitação no fazer discursivo desse indivíduo, pois que “algo foi feito dele”, algo que o transcende, supera, antecede, e determina relativamente as suas práticas; “algo” ao qual ele tem que se *assujeitar*, se submeter, caso deseje participar normalmente das práticas sociais sem sofrer qualquer tipo de recriminação.

As condições gerais que regem cada sociedade limitam a liberdade de ação do indivíduo. Há determinações de diversas naturezas (sociais, políticas, culturais, econômicas, etc.) que controlam, limitam as condições daquilo que pode ser dito e feito. E dentre tudo aquilo que pode ser objeto dessa limitação, desse controle, propomos pensar os nomes próprios de brasileiros que contêm materialidades que evocam interdiscursos de Língua Inglesa. Para o desenvolvimento de tal reflexão, valemo-nos de registros de entrevistas com sujeitos designadores e sujeitos designados visando reconstituir as formações imaginárias recorrentes relativas à experiência de designador e designado com o nome próprio. Todavia, percebemos logo de início a dificuldade de se investigar esse objeto sem que nos referíssemos ao contexto mais amplo do qual ele faz parte e do qual resulta: o processo discursivo de designação de pessoas. Sentimos igualmente a necessidade de propor categorias em relação a esse processo, de modo que chegássemos a uma que melhor descrevesse o nosso objeto. Chamamos cada uma das categorias propostas que integram o processo discursivo de designação de pessoas no Brasil de *discursividades*. Assim, estamos em condições de dizer

que ocupamo-nos de discursividades que resultam em nomes próprios que contêm materialidades que evocam interdiscursos de Língua Inglesa (como *Cleverson, Richard, James, Stephanny*), e que chamamos, de acordo com cada evento de designação, de *Discursividade de idealidade do nome* e/ou *Discursividade de idealidade do referente* e/ou *Discursividade de prefiguração discursiva de acontecimentos*. Impôs-se, assim, a tarefa de propor uma categorização de outras discursividades que integram o processo discursivo de designação de pessoas, constituindo uma proposta de tipologia de designação de pessoas a partir do *corpus* que selecionamos. Chegamos assim, para além da Discursividade de idealidade do nome, da Discursividade de idealidade do referente, e da Discursividade de prefiguração discursiva de acontecimentos, à Discursividade de gênero do nome, à Discursividade lingüística do nome e à Discursividade de efeito de evidência do nome.

Na tarefa de investigação do processo de instauração de sentidos a partir das discursividades que integram o processo discursivo de designação de pessoas, valemo-nos de reflexões advindas da perspectiva teórica da Análise de Discurso de linha francesa, tal qual tem se desenvolvido no contexto brasileiro. Os discursos de designação de pessoas, a saber, aqueles que costumam se fazer presentes por ocasião do nascimento de uma criança, apesar da variedade e infinidade de sentidos com que se pode investir esse processo que resulta no nome, podem ser agrupados em algumas categorias básicas, a que chamamos *discursividades*, e que por sua vez constituem a tipologia discursiva de designação de pessoas. Todo tipo, segundo Orlandi (1996: 234-5), é produto histórico, cristalização de algo dinâmico, que é o processo discursivo. A análise de discurso procura tipificar os discursos das diferentes formações discursivas, procurando destacar *constantes* justamente no lugar em que o lingüístico e o social se articulam: no discurso (*op. cit.*: 111). A autora (1996: 228) retoma uma afirmação de Maingueneau que diz que o número de *corpora* é infinito, mas que os tipos

de discursos analisáveis não o são. Haveria relação entre os discursos, relações de aliança, inclusão, antagonismo, etc., havendo necessidade de se **buscar invariantes** na constituição do *corpus*. Por essa perspectiva, consideramos os nomes próprios **atribuídos** e **atribuíveis** no Brasil (*corpora*) *infinitos*, sendo os discursos de designação de pessoas, todavia, *finitos*, passíveis de apresentar invariantes (as discursividades) que caracterizam o processo discursivo de designação de pessoas.

No ritual que envolve a expectativa de um nascimento, instaura-se um **processo de “pré-designação ideológica” do indivíduo**, conforme expressão de Althusser (1974a: 103, grifo nosso). Entendemos esse ritual como envolvendo tanto uma dimensão natural (física) quanto uma dimensão social (discursiva), pois que, paralelamente ao processo de gestação física do sujeito, *gesta-se* também, por meio de formulações, antecipações, projeções discursivas, o perfil do sujeito que vai nascer; *gesta-se*, discursivamente, o seu sexo, seu nome, sua configuração física, seu comportamento, sua saúde, seu bem-estar, sua carreira, etc.. Ou seja, nasce *fisicamente*, mas também *discursivamente*, por meio de projeções, antecipações, idealizações e expectativas por parte dos pais, parentes e amigos da família. Assim, antes mesmo do seu nascimento, o indivíduo “é-já sujeito”, na medida em que é conformado às expectativas ideológicas nas quais se o espera.

Que um indivíduo seja sempre-já sujeito, mesmo antes de nascer, é no entanto a simples realidade, acessível a cada um e, de maneira nenhuma, um paradoxo. [...]. Quando sublinhou **o ritual ideológico** de que se rodeia a expectativa de um “nascimento”, esse “acontecimento feliz”, Freud mostrou que os indivíduos são sempre “abstractos” (sic) relativamente aos sujeitos que eles são sempre-já. Todos sabemos quanto e como uma criança que vai nascer é esperada. [...] as formas da ideologia familiar / paternal / maternal / conjugal / fraternal, que constituem a espera do nascimento da criança, **lhe conferem antecipadamente uma série de características**: ela terá o nome do seu pai, terá portanto uma identidade, e será insubstituível. Antes de

nascer, a criança é portanto **sempre-já sujeito**, designado a sê-lo na e pela configuração ideológica familiar específica em que é “esperada” depois de ter sido concebida (Althusser, 1974a, 1974b, grifo nosso)¹.

Esta **pressão** e esta **pré-designação ideológica**, e todos os rituais da criação e posterior ritual da educação familiar, segundo Althusser, têm uma relação com o que Freud estudou nas formas das “etapas” pré-genitais e genitais da sexualidade, e portanto, prossegue ele, naquilo que Freud definiu, pelos seus efeitos, como sendo o inconsciente. Entendemos que a pré-designação ideológica do sujeito pelo nome, pela vinculação a sentidos e interdiscursos que esse nome evoca, de acordo com as condições de produção, bem como a pré-designação ideológica pelos discursos que projetam a sua configuração física e social, é uma etapa que constitui o processo discursivo de designação de pessoas; ao fim da gestação física, finda também esse processo discursivo, se materializando no nome, mas que encontra suporte e extensão também nos **rituais de criação e educação familiares**, conforme expressão de Althusser. E os discursos que costumam se fazer presentes por ocasião do **ritual ideológico de designação** é constituído de discursos finitos, ou seja, são discursos restritos, que se repetem, retornam sempre, permitindo, com essa repetição, com esse retorno, a sedimentação de modelos, ou seja, as *discursividades*. Já os nomes próprios, **produtos** resultantes desse processo, dessas discursividades, apresentam formas potencialmente infinitas, sendo impossível enumerar todas as formas de nomes possíveis de serem concebidos e registrados, não obstante a observação de leis que regulam não só o registro de nomes civis, como também

¹ Mesclamos, nesta citação, duas traduções distintas da obra de Althusser, a da edição de 1980, que marcamos como 1974a, e a de 1985, que marcamos como 1974b. As referências específicas das passagens são: 1974a: 102-3; 1974b, 98-9.

as que orientam os processos de retificação de nomes civis, que exercem um efeito de controle no processo de escolha ou composição de um nome.

Lemos em Orlandi (1996: 110) que, pela consideração fundamental das condições de produção na análise de discurso, não é o sujeito (locutor) que se apropria da linguagem, mas **há uma forma social de apropriação da linguagem** em que está refletida a ilusão do sujeito, isto é, sua interpelação feita pela ideologia. É nesse jogo do lugar social e dos sentidos estabelecidos, prossegue a autora, que está representada a determinação histórico-social do discurso, e, logo, poderíamos dizer, igualmente, que é nesse jogo que está representada a *determinação histórico-social do nome*. Concebemos *o nome próprio* como *um discurso*, na medida em que, segundo Orlandi (1996: 158-9), a unidade da análise de discurso é o texto, e que o texto pode ter qualquer extensão, podendo ser desde uma simples palavra até um conjunto de frases, uma vez que “o que o define não é sua extensão, mas o fato de que ele é uma unidade de significação”.

O gesto discursivo de designar uma pessoa, longe de configurar uma instância de apropriação individual da linguagem pelo sujeito designador, em que pretensamente se manifestaria a sua liberdade, expressa antes o caráter impositivo do processo de designação de pessoas, tanto para o sujeito designador quanto para o sujeito em vias de designação. Em relação a este último, Althusser (1974a: 106) lembra que, na ideologia cristã, todo indivíduo é chamado pelo seu nome no sentido passivo, nunca sendo ele que se dá a si próprio o seu nome. Para reforçar essa idéia, lembramos aqui de reflexão de Foucault (1983: 45), em que afirma que o nome próprio transita do interior de um discurso para o indivíduo real e exterior que o produziu (o sujeito designador), o que caracteriza, assim, a exterioridade do processo discursivo de designação de pessoas. Pêcheux (1975: 264), por sua vez, considerou **a imposição do nome próprio** como o exemplo perfeito do efeito de pré-construído: “[...] a

imposição do ‘nome próprio’ constitui a forma em edição príncipe do *efeito de pré-construído*, que representa a modalidade discursiva da discrepância pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito de seu discurso [...] como ‘sempre-já’ sendo sujeito [...]’ (grifo em itálico do autor).

Pêcheux viu no **nome próprio** o exemplo mais pertinente para ilustrar a condição de interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia. Essa interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela **identificação** do sujeito com a formação discursiva que o domina, identificação na qual o sentido é produzido como **evidência** pelo sujeito e, simultaneamente, o sujeito é “produzido como causa de si”, o que lhe confere a ilusão de ser a origem de seu discurso (*op. cit.*: 261, grifo nosso). Essa **identificação é fundadora** da unidade (imaginária) do sujeito; ela apóia-se no fato de que **os elementos do interdiscurso** (sob sua dupla forma de “**pré-construído**” e “**processo de sustentação**”) são re-inscritos no discurso do próprio sujeito (*op. cit.*: 163, grifo nosso).

Pela reflexão de Pêcheux (1975: 264), temos que os discursos são pré-construídos, e o discurso que o indivíduo produz representa o resultado da sua interpelação em sujeito pela ideologia que o domina, com a qual se identifica e na qual se reconhece. Ele ilustra essa condição do discurso com o nome próprio que esse sujeito carrega, que lhe é exterior, que não foi produzido por si, mas por outrem. Não foi produzido, ressaltamos, *nem mesmo* pelo sujeito designador, pois que “o pensamento é determinado em suas ‘formas’ e seus ‘conteúdos’ pelo impensado”, e “o não-dito precede e domina a asserção” (*op. cit.*: 261), assertivas que entendemos no sentido de que os processos discursivos e hábitos culturais com os quais convivemos cotidianamente, desde que nascemos (que identificamos como *esquecimento*, no sentido desenvolvido por Pêcheux), se re-inscrevem no discurso do próprio sujeito. No processo de designação de pessoas, portanto, entendemos que o sujeito designador é interpelado por discursividades com as quais se identifica e nas quais se reconhece, e que

constituem o **processo de sustentação** para a escolha ou composição do nome próprio de pessoa.

Essa identificação e reconhecimento do sujeito com uma formação discursiva é o que cabe ao sujeito; trazendo uma reflexão de Foucault (1983) a respeito da subjetividade, diríamos que se trata de uma “língua que não é falada por ninguém: o sujeito limita-se a desenhar nela uma dobra gramatical”. Para Orlandi (1996: 193-4), o discurso é **conceito intermediário** que se coloca no lugar em que se encontram tanto **a manifestação da liberdade do locutor** quanto **a ordem da língua**, enquanto seqüência sintaticamente correta.

Como em qualquer funcionamento discursivo, há no gesto discursivo de se escolher ou compor um nome próprio a sobredeterminação da **atividade estruturante** de designação de pessoas. Esse discurso apresenta recorrências que configuram modelos cristalizados na sociedade, modelos aos quais o sujeito designador se inscreve para designar outrem. O indivíduo *designador* é interpelado em sujeito pela ideologia, é “recrutado” pela ideologia em sujeito, é recrutado por discursividades de designação em que se reconhece, com as quais se identifica. Althusser (1974a: 99-100) sugere que a ideologia “age” ou “funciona” de tal forma que “recruta” sujeitos entre os indivíduos (recruta-os a todos), ou “transforma” os indivíduos em sujeitos (transforma-os a todos) por esta **operação** muito precisa a que ele chama de *interpelação*, que ilustra com base no tipo da mais banal interpelação policial (ou não) de todos os dias: “Ei! Você!”. Ele ilustra essa interpelação da seguinte forma: diz que, se a cena teórica imaginada se passasse na rua, o indivíduo interpelado **voltaria-se**, e que por esta simples **conversão de 180°** se tornaria sujeito. “Por que? Porque reconheceu que a interpelação se dirigia ‘efetivamente’ a ele, e que ‘era *de fato* ele que era interpelado’ (e não outro)” (grifo em itálico do autor). Dito de outra forma, a interpelação se caracteriza por uma identificação e reconhecimento do sujeito com o discurso que o interpela.

O fato de o sujeito designador ser recrutado por discursividades de designação nas quais se reconhece, com as quais se identifica, torna o processo de designação de pessoas um processo auto-referente, auto-designador, na medida em que remete, antes de tudo, à uma identificação e reconhecimento do próprio sujeito designador², nada dizendo do sujeito designado; pode, no máximo, evidenciar desejos ou intenções do sujeito designador em relação ao sujeito designado.

Foucault (1983: 42-45) afirma que não é possível fazer do nome próprio uma referência pura e simples. Segundo ele, o nome próprio tem “outras funções” que não apenas as indicadoras. “É **mais** do que uma indicação, um gesto, um dedo apontado para alguém; em certa medida, é o equivalente a uma descrição” (grifo nosso). Tendo em vista o que precede, que o nome tem *outras* funções que não apenas as indicadoras, que o nome é *mais* do que uma indicação, *mais* do que um gesto, *mais* do que um dedo apontado para alguém, interessa-nos pensar o que poderia ser esse *mais* da função do nome próprio, interessa-nos o *excedente* da função indicadora do nome. Para além da referência, Foucault diz que, em certa medida, o nome é equivalente a uma *descrição*. Em nosso ponto de vista, uma das circunstâncias em que o nome próprio *descreve* se dá na medida em que, “quando pronunciamos [ou ouvimos] um nome, transmitimos ou recebemos um conjunto de sons que desperta em nosso espírito, e no de outrem, a idéia da pessoa indicada, com seus atributos físicos, morais, jurídicos, econômicos, etc.” (Vampré, 1935: 38). Poderíamos dizer que a materialidade discursiva, seja qual for, opera como suporte de interdiscursos que, de acordo com o universo comum partilhado pelos interlocutores, permite a identificação da pessoa referida. Segundo Ginzburg

² O Professor Eduardo Guimarães, no primeiro exame de qualificação da tese, chamou-nos a atenção para este aspecto “auto-referente” do processo de designação de pessoas, que entendemos como sendo uma instância em que, no gesto de designação de outrem, o sujeito designador evidencia seus vínculos ideológicos, suas identificações, nas quais se reconhece.

(1989: 171-2), cada sociedade observa a necessidade de distinguir os seus componentes, mas os modos de enfrentar essa necessidade variam conforme os tempos e os lugares; existe, antes de mais nada, segundo ele, o nome, mas quanto mais complexa é a sociedade, tanto mais o nome parece insuficiente para circunscrever inequivocamente a identidade de um indivíduo. Nesse sentido, observamos que, quando o mero contato com as materialidades que corporificam o nome não é suficiente para estabelecer conexão com a pessoa que se quer evocar, entram em cena informações adicionais que suplementam a tarefa de identificação. Talvez por isso mesmo Pêcheux (1975: 268) tenha afirmado que o nome próprio designa o sujeito sem representá-lo³. É prática recorrente na atualidade a identificação de um sujeito por meio de um cruzamento de informações a seu respeito, como o número do seu CPF (Cadastro de Pessoa Física), RG (Registro Geral), dados de nascimento (país, estado, cidade, nome do pai, nome da mãe, etc.), a impressão digital, fotografia, e até mesmo o exame de DNA do sujeito, recursos hoje utilizados em diversas situações, e que suplementam a tarefa de identificação⁴.

Mas *o que há num simples nome*, para além da identificação físico-jurídica do sujeito? Essa pergunta, que caracteriza o que poderíamos chamar de “complexo de Julieta”, no contexto de sua motivação (em referência à fala da personagem de Shakespeare), revela a importância dos sentidos vinculados a um nome, qualquer que seja. Um determinado

³ Esta representação é um efeito ideológico elementar, considerando-se que se toma o nome próprio como se referindo a uma pessoa única. Guimarães (2002: 36), apresenta a hipótese de que esta unicidade é um efeito do funcionamento do nome próprio como processo de identificação social do que se nomeia.

⁴ Muito embora não orientamos nossas reflexões pela perspectiva da lógica, julgamos interessante, neste momento, fazer uma analogia com a figura utilizada por Haack (1978) quando fala da referência: ela faz uso das expressões *concepção do arpão* e *concepção da rede*, sendo que a **concepção do arpão** exemplifica figurativamente a idéia de um acesso direto e firme entre os nomes e seus referentes, e a **concepção da rede** a idéia de que o acesso dos nomes aos objetos do mundo se dá mediado por uma *rede* tecida de sentidos, notadamente, descrições desses objetos, que permitem a sua identificação. Conforme afirmamos pela reflexão de Pêcheux (1975: 268), o nome próprio designa um sujeito sem representá-lo, sendo um conjunto de dados a seu respeito que suplementam a tarefa de identificação, semelhante, nesse caso, à concepção da rede, que identifica um objeto por meio de descrições a seu respeito.

referente, sob outro nome, pode até conservar as mesmas propriedades, mas pode sofrer variações de efeitos de sentido relacionados ao novo nome de acordo com a formação discursiva em que se inscrever. Perguntamos: o nome próprio que o sujeito carrega pode exercer algum efeito sobre ele e sobre a interação que mantém com as pessoas? Pode acarretar-lhe algum tipo de vantagem ou prejuízo nas suas relações? Pode fazer alguma diferença em sua vida?

A observação de práticas sociais recorrentes referentes ao nome, como a preocupação de se escolher nomes bonitos, sonoros, fortes, de pessoas famosas, bem sucedidas, nomes diferentes, nomes com materialidades de Língua Inglesa, etc., faz pensar a existência de um imaginário acerca do funcionamento do nome próprio. Segundo esse imaginário, o nome teria o poder de operar como um decalque entre os sentidos do nome (etimologia e/ou interdiscursos que evoca) e o seu portador. O nome gozaria de um poder de determinar a condição do seu portador, no sentido de que seria transparente, dizendo aquilo que o sujeito designado é. Os nomes próprios seriam associações diretas de sentidos com o sujeito a quem designa. Da mesma forma como as palavras foram concebidas como a imagem das idéias ou dos objetos que representam, nas reflexões de Platão, também os nomes (sua etimologia e/ou interdiscursos) representariam a imagem dos sujeitos a quem designam; haveria um vínculo natural entre o *objeto* e o nome que designa esse objeto, configurando uma teoria mimética da palavra. Nesse imaginário, o sujeito designador é interpelado pelo discurso de que os sentidos que os nomes evocam podem ser eventualmente considerados como descritivos dos sujeitos a quem esses nomes designam, podendo exercer um efeito de evidência que sugere uma **equivalência** entre **aparência** (etimologia, sentidos do nome) e **essência** (sujeito designado). Heidegger (1979: 135), em ensaio sobre a essência da verdade, fala da *enunciação apresentativa*, de onde derivamos a idéia de uma *designação*

apresentativa, que, como a enunciação *apresentativa*, **exprimiria, naquilo que diz da coisa apresentada, aquilo que ela é**, isto é, exprime-a tal qual é, assim como é⁵. Entendemos que opera aí o que Althusser (1974a: 95) chamou de *efeito ideológico elementar*, na medida em que o sujeito designador é interpelado pelo discurso de efeito de evidência da linguagem relativamente ao processo de designação. Para esse autor, “as evidências são sempre primeiras”, o que nos adverte a considerar a transparência da linguagem como um imaginário operante nas práticas discursivas. O imaginário, segundo Orlandi (1993: 18), tem eficácia material. Para Althusser (1974a: 95-6), é próprio da ideologia impor (sem parecer, pois que se tratam de “evidências”, observa ele) as evidências como evidências, que não podemos deixar de reconhecer, e perante as quais temos a inevitável reação de exclamarmos (em voz alta ou no “silêncio da consciência”): “é evidente! É isso! Não há dúvida!”, conclui. Nesta reação, segundo Althusser, exerce-se a função de **reconhecimento ideológico**. Essa reflexão nos faz lembrar de uma citação de Eco (2001: 25), que se refere ao estatuto da palavra na criação:

Antes de mais nada, quem fala é Deus, que, ao criar o céu e a terra, diz: **‘Faça-se a luz’**. E **logo a seguir** desta palavra divina, **‘Fez-se a luz’** (*Gênesis, 1, 3-4*). A **criação** aconteceu por **um ato de palavra**, e somente **nomeando** as coisas que via, **cria** Deus sucessivamente, conferindo-lhes um estatuto ontológico [...] (negrito nosso).

⁵ Embora não tenhamos dedicado nenhuma seção para a discussão de reflexões clássicas em relação ao modo como os nomes próprios estão por determinados objetos particulares (deixando de citar nomes como Frege, Kripke, Mill, Russell, entre outros), não podemos deixar de mencionar uma divisão feita por Brito (2003: 40-3). Ele observa que o debate sobre nomes próprios, embora bastante dividido, pode, grosso modo, se concentrar em dois grupos, em duas vertentes: do lado da vertente fregeana da teoria da referência para nomes próprios, que ele chamou de vertente de teoria descritivista ou teoria clássica, defende-se que aos nomes próprios vinculam-se sentidos, e que é somente pelo sentido a que estão vinculados é que podem desempenhar a sua função semântica; já pela vertente kripkeana da teoria referencial dos nomes próprios (que Brito chamou de vertente de teoria causal ou teoria da referência direta), afirma-se que o significado não tem qualquer papel na semântica dos nomes próprios, mesmo porque aos nomes próprios não corresponde qualquer significado. Em nosso estudo, no momento em que falamos de **designação apresentativa**, ou mesmo do imaginário de transparência da linguagem, vemos uma certa aproximação com a teoria descritivista de vertente fregeana, muito embora não tenhamos explorado essa conexão, até mesmo por pensarmos a questão do sentido como não vinculada exclusivamente à etimologia do nome, mas principalmente aos efeitos de sentido do nome, determinados de acordo com as suas condições de produção.

Da mesma forma, guardadas as devidas proporções, o sujeito designador parece experimentar, pelo gesto de designação, o papel de Deus, na medida em que parece **pretender criar** uma realidade por um **ato de palavra**, por meio do discurso, por meio do **nome**, do processo discursivo de designação. Trazendo uma reflexão de Pêcheux (1983a) para o contexto, diríamos que, no gesto discursivo de designação, o sujeito designador é interpelado pelo discurso de “prefigurar discursivamente o acontecimento, na esperança de apressar a sua vinda”, no caso, para a vida do sujeito designado. Identificamos assim duas discursividades que julgamos marcar significativamente o nosso objeto, os nomes próprios com materialidades de Língua Inglesa: a Discursividade de idealidade do referente e a Discursividade de prefiguração discursiva de acontecimentos⁶. Na reportagem de *Época*, que integra o nosso *corpus*, vemos que os registros dos cartórios revelam que, nas grandes cidades, um terço dos brasileiros de famílias pobres tem nome estrangeiro. Essa prática, conforme a reportagem, tende a ser recorrente nas classes baixas. As classes altas, por sua vez, carregam sobrenomes que trazem histórias de sucesso, e não de servidão e misérias. Não obstante as coerções que disciplinam os discursos que o sujeito produz, mas as próprias limitações advindas de uma situação social desfavorável, inúmeros pais fazem o que parece ser uma das poucas coisas que está ao seu alcance no sentido de garantir uma possibilidade de mudança: pelo discurso, pelo nome, tentam interferir na vida dos filhos, de modo que rompam com uma história de vida de privações e dificuldades. Antecipando, prevendo o imaginário que a sociedade tem dos efeitos de um determinado nome próprio, e supondo tratar-se de efeitos favoráveis, pelos interdiscursos que evocam, de acordo com seu imaginário, alinham o seu filho com esses

⁶ Pela Discursividade de idealidade do nome a referência é a beleza do nome, a sua sonoridade, singularidade, a admiração que o sujeito designador tem por um determinado nome, sem que esse nome remeta necessariamente a um referente, especificamente, enquanto na Discursividade de idealidade do referente o que se toma como referência é um determinado referente que o sujeito designador admira, com o qual se identifica e deseja associar o sujeito em vias de designação, seja esse referente uma pessoa, um país, uma cultura, uma ideologia, etc..

discursos, por meio do nome, e com isso, eventualmente, conferindo-lhe benefícios, abrindo-lhe portas.

Para apresentar uma categorização de discursividades que integram o processo discursivo de designação de pessoas, levamos em conta três referências: 1) o texto introdutório de *O livro dos nomes*, de Obata (2002), obra que tem como escopo principal apresentar o significado dos nomes, e que em sua introdução faz um levantamento das motivações e circunstâncias mais recorrentes que costumam envolver um evento de designação⁷; 2) a Lei Federal de Registros Públicos n.º 6.015, de 1973, que trata das normas que devem ser observadas no assento de um nome civil, e 3) as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo (1989), documento que regula o funcionamento das atividades dos cartórios, e do qual nos interessa as situações previstas que possibilitam a retificação do nome civil.

Para ilustrar ocasionalmente as discursividades que propomos, utilizamo-nos de fontes variadas; entre elas, algumas entrevistas que realizamos, pesquisas em um cartório e no Fórum de Campinas, artigos de revistas, programas de televisão, conforme especificados a seguir:

Entrevistas:

- Domingas Auxiliadora Paranhos (Débora Paranhos)⁸; Cleverson Matioli (Anexo 3); Dyonatan Paiva e seus pais (Anexo 4); Marlon Leal (Anexo 5); Edileusa Gimenez⁹; Padre

⁷ Embora sucinto, julgamos *significativo* o levantamento feito por Obata (2002), podendo por essa razão servir como *corpus* para a realização dessa proposição. Pudemos, assim, evitar outros caminhos, como a realização de entrevistas com informantes designadores que nos levasse a sistematizar as discursividades que integram a tipologia discursiva de designação de pessoas, pois essa sistematização foi possível a partir desse texto.

⁸ Tivemos conhecimento do processo de retificação do assento do nome civil de Domingas Auxiliadora Paranhos (que mudou seu nome para Débora Paranhos), bem como de outros, em pesquisa que realizamos no Fórum de Campinas – SP, em 2005. O acesso aos processos se deu com autorização do Juiz Diretor do Fórum, Dr. José

Miguel Llamazares (Anexo 6); Ademir Melo Oliveira (travesti que adotou informalmente o nome *Suely Scalla*).

Artigo:

- “*A agonia de Zé da Silva*: os registros dos cartórios revelam que, nas grandes cidades, um terço dos brasileiros de famílias pobres tem nome estrangeiro”, de autoria de Eliane Brum. In: *Época*. Ano III, N.º 117, 14 de agosto de 2000, p. 74-6.

Programas de televisão:

- Programa *Casos de família*, apresentado por Regina Volpato, pelo SBT, e exibido em 18/11/2005, que teve como tema “Não gosto do nome que você me deu”.
- Programa de Hebe Camargo, exibido pelo SBT em 04/10/03 com os pais do menino *Set Hudson*.

As entrevistas com Cleverson Matioli, Marlon Leal e Dyonatan Paiva (e seus pais), bem como o artigo de Eliane Brum, da revista *Época*, que traz o discurso de alguns pais (sujeitos designadores) que escolheram nomes com materialidades de Língua Inglesa para os seus filhos (como *Wesley*, *Washington*, *Sthephanny*, *Hygor*, de acordo com o imaginário que

Henrique Rodrigues Torres. De posse do processo, entramos em contato com o advogado responsável pelo caso, o Dr. José Donizete Boscolo. Este, atendendo a um pedido nosso, consultou sua cliente, que além de permitir que fizéssemos uso de informações constantes do seu processo (que tramitou em segredo de justiça, como é de praxe a estes processos), nos concedeu uma entrevista a respeito da experiência de trocar de nome aos 42 (quarenta e dois) anos de idade. Não anexamos a transcrição de sua entrevista; fizemos referência apenas a trechos específicos do seu processo, que reproduzimos no corpo do texto.

⁹ Desta informante, bem como do informante Ademir Melo Oliveira (travesti que adotou o nome de *Suely Scalla*), citamos diretamente no corpo do texto trechos da entrevista que realizamos, sem acrescentar nos anexos a íntegra da transcrição de suas entrevistas.

fazem da Língua Inglesa), constituem o nosso *corpus* de análise, especificamente, em relação aos nomes próprios com materialidades de Língua Inglesa.

Vale ressaltar que, por ocasião do desenvolvimento de um trabalho de qualificação sob orientação do Prof. Dr. Paulo Ottoni, realizamos uma pesquisa junto ao Fórum de Campinas - SP, onde pesquisamos casos de retificação de nome civil, bem como junto a um cartório de registro civil, na mesma cidade, circunstância que nos possibilitou o contato com diversas pessoas a respeito de experiências com o nome, algumas das quais citamos neste trabalho¹⁰.

No primeiro capítulo, abordamos a perspectiva teórico-metodológica do trabalho. Tratamos inicialmente do paradigma indiciário, metodologia de investigação que nos serviu de referencial na tarefa de reconstituição das formações imaginárias a respeito do funcionamento do nome próprio pela perspectiva do sujeito designador e do sujeito designado. Fizemos em seguida algumas reflexões sobre a Análise de Discurso de linha francesa, conforme tem se desenvolvido no Brasil, e por fim tratamos da tipologia discursiva, perspectiva com que enquadrámos o nosso objeto.

Começamos o segundo capítulo explorando a relatividade dos parâmetros para a consideração da posição de identidade e alteridade do sujeito. Falamos ainda do desejo de homogeneidade, que caracterizamos como um esquecimento (no sentido desenvolvido por Pêcheux) que interpela o sujeito em suas práticas discursivas. Em seguida, passamos a pensar em condições de produções que determinam a produção de nomes próprios com materialidades de Língua Inglesa. Abordamos questões como: o estrangeiro, a palavra inglesa

¹⁰ Para a realização da referida pesquisa, tivemos financiamento do Programa de Qualificação Institucional em Linguística - PQI 2002 - resultante de convênio entre UNEMAT, UNICAMP e CAPES.

no Brasil, a identidade e a alteridade dos nomes próprios, o perfil do brasileiro, sendo este último tópico pensado como determinante amplo.

Dedicamos, no capítulo 3, uma reflexão ao funcionamento da palavra na nomeação das coisas, e no efeito que essa prática tem na designação de pessoas. Resgatamos algumas reflexões acerca da palavra na Grécia antiga, e de alguns casos de nomeação e designação. Balizados por essas reflexões sobre a palavra, passamos a focar o nome próprio de pessoa.

No capítulo 4, realizamos a análise de algumas entrevistas em que sujeitos designados (filhos) falam da experiência de possuir um nome diferente, confrontando com alguns pontos de vista dos sujeitos designadores (pais) que foram responsáveis pela composição desses nomes. Começamos por analisar nomes diferentes e discursos de designadores e designados em relação a nomes considerados diferentes, *em geral*, para em seguida partir para a consideração dos nomes (e discursos relacionados a esses nomes) diferentes cuja **diferença** se dava em função da divergência em relação à Discursividade lingüística do nome, conforme categorização que propomos.

1.1. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Para início de nossa reflexão em torno do referencial teórico que adotamos, a saber, o da Análise de Discurso de linha francesa, segundo se pode depreender da leitura que fizemos de algumas obras do filósofo francês Michel Pêcheux e de Eni Orlandi, no Brasil, fazemos aqui uma revisão do texto “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”, do livro *Mitos, emblemas, sinais*, de Ginzburg (1989), tendo em vista o fato deste autor afirmar não só a anterioridade desse modelo epistemológico em relação às reflexões de Freud sobre a psicanálise, como também sua semelhança em relação à técnica da psicanálise, na medida em que, segundo palavras de Freud retomadas por Ginzburg, esta “também tem por hábito penetrar em coisas concretas e ocultas através de elementos pouco notados ou desapercibidos, dos detritos ou ‘refugos’ da nossa observação”. Na tarefa que impomo-nos de procurar saber “como, segundo que condições e sob que formas, [...] um sujeito pode aparecer na ordem dos discursos” (Foucault, 1983: 71), e especificamente no discurso de designação de pessoas, orientamo-nos por esse modelo, como parâmetro para reconstituir as formações imaginárias a respeito do funcionamento do processo discursivo de designação de pessoas.

Nesse texto, Ginzburg tenta mostrar como, por volta do final do século XIX, emergiu silenciosamente no âmbito das ciências humanas um *modelo* ou *paradigma* epistemológico cujas raízes ele procura identificar no gesto mais antigo da história intelectual do gênero humano: a decifração de pistas na atividade venatória. Entre 1874 e 1876, observa, foi publicada uma série de artigos sobre a pintura italiana, artigos que propunham um novo

método para a atribuição¹¹ de quadros antigos, e vinham assinados por um desconhecido russo, de nome Ivan Lermolieff, que posteriormente descobriu-se tratar de um pseudônimo sob o qual se ocultava o italiano Giovanni Morelli¹². Do “método morelliano”, nos informa Ginzburg, os historiadores da arte falam correntemente ainda hoje. Esse método, em sua tarefa de distinguir quadros originais de cópias, consistia em examinar os pormenores mais negligenciáveis e menos influenciados pelas características da escola a que pertencia o pintor. Os textos de Morelli orientavam, assim, para a percepção de minúcias características que *traem* a presença de um determinado artista, como um criminoso é *traído* pelas suas impressões digitais. Esta comparação com as *pistas* deixadas por um criminoso, a princípio feita por Wind, é oportunamente desenvolvida por Castelnuovo, segundo Ginzburg (p. 145), que aproximou o método indiciário de Morelli ao que era atribuído, quase nos mesmos anos, a Sherlock Holmes pelo seu criador, Arthur Conan Doyle. Assim, o **conhecedor de arte** seria comparável ao **detetive** que descobre o autor do crime baseado em indícios imperceptíveis para a maioria.

Algumas reflexões de Wind são retomadas por Ginzburg para reforçar essa idéia:

A alguns dos críticos de Morelli parecia estranho o ditame de que “**a personalidade deve ser procurada onde o esforço pessoal é menos intenso**”. Mas sobre este ponto a psicologia moderna estaria certamente do lado de Morelli: **os nossos pequenos gestos inconscientes revelam o nosso caráter mais do que qualquer atitude formal, cuidadosamente preparada por nós** (Wind apud Ginzburg, 1989: 146, grifo nosso).

¹¹ *Atribuir* no sentido de “considerar (alguém ou algo) causador, autor ou possuidor de (algo); imputar”, conforme uma das acepções desse verbo proposta por Houaiss & Villar (2001), e que no texto de Ginzburg, ao referir os objetivos dos textos de Morelli, tem a conotação de identificar a autenticidade de autoria dos quadros antigos.

¹² Um outro pseudônimo sob o qual se ocultou Morelli foi *Johannes Schwarze*, que supostamente traduzira os seus artigos para o alemão.

E a expressão genérica “psicologia moderna”, observa Ginzburg, pode ser diretamente substituída pelo nome de **Freud**. Todavia, no percurso que faz em sua reflexão, Ginzburg tenta mostrar que o contato de Freud com os textos de Morelli se deu **bem antes** que ele, Freud, ouvisse falar em psicanálise. Ginzburg cita o trecho do ensaio em que Freud faz referência a esse contato, insinuando a considerável influência intelectual que Morelli teria exercido sobre ele, Freud, numa fase muito anterior à descoberta da psicanálise. Assim, prossegue Ginzburg, **toda a declaração de Freud garante a Morelli um lugar especial na história da formação da psicanálise** (grifo nosso). Reproduzimos abaixo essa citação do ensaio de Freud, intitulado *O Moisés de Michelangelo* (1914, grifo nosso):

Muito tempo antes que eu pudesse ouvir falar de psicanálise, vim a saber que um especialista de arte russo, Ivan Lermolieff, cujos primeiros ensaios foram publicados em alemão entre 1874 e 1876, havia provocado uma revolução nas galerias da Europa recolocando em discussão a atribuição de muitos quadros a cada pintor, ensinando a **distinguir com segurança entre as imitações e os originais**, e construindo novas individualidades artísticas a partir daquelas obras que haviam sido liberadas das suas atribuições anteriores. Ele chegou a esse resultado **prescindindo da impressão geral e dos traços fundamentais da pintura, ressaltando, pelo contrário, a importância característica dos detalhes secundários, das particularidades insignificantes**, como a conformação das unhas, dos lobos auriculares, da auréola e **outros elementos que normalmente passavam despercebidos** e que o copista deixa de imitar, ao passo, porém, que cada artista os executa de um modo que o diferencia. Foi depois muito interessante para mim saber que sob o pseudônimo russo escondia-se um médico italiano de nome Morelli. [...]. **Creio que o seu método está estreitamente aparentado à técnica da psicanálise médica**. Esta também tem por hábito **penetrar em coisas concretas e ocultas através de elementos pouco notados ou despercebidos, dos detritos ou “refugos” da nossa observação [...]**¹³.

¹³ Ginzburg observa que esse ensaio de Freud aparecera anônimo, num primeiro momento: Freud teria reconhecido a sua paternidade somente na ocasião de incluí-lo em sua obras completas. Supôs-se, continua Ginzburg, que a tendência de Morelli para apagar sua personalidade de autor, ocultando-a sob pseudônimos, acabou por contagiar, de certo modo, também a Freud.

E essa conexão Freud/Morelli, afirma Ginzburg, é uma conexão **documentada**, e **não meramente conjectural**. Considerando que o contato de Freud com os ensaios de Morelli ocorreu na fase “pré-analítica” de Freud, Ginzburg (p. 148, grifo nosso) afirma que **esse contato** deve ser tratado como **um elemento que contribuiu diretamente para a cristalização da psicanálise**, e não como uma coincidência encontrada posteriormente, quando já se dera a sua descoberta.

“Mas o que pôde representar para Freud – para o jovem Freud, ainda muito distante da psicanálise – a leitura dos ensaios de Morelli?”. Ginzburg faz essa pergunta, e afirma que é o próprio Freud quem indica o significado dessa leitura, ao visualizar nos ensaios de Morelli, conforme a citação feita, a proposta de **um método interpretativo centrado nos detalhes secundários, nas particularidades insignificantes, nos dados marginais, nos resíduos, nos detritos ou “refugos”, e em outros elementos pouco notados que normalmente passam despercebidos na nossa observação, mas que, todavia, são reveladores**. Desse modo, prossegue Ginzburg, pormenores normalmente considerados sem importância, ou até triviais, “baixos”, forneciam a **chave** para aceder aos produtos mais elevados do espírito humano. Morelli considerava esses **dados marginais reveladores** porque constituíam **os momentos** em que **o controle** do artista (grifo nosso), ligado à tradição cultural, distendia-se para dar lugar a traços puramente individuais, “**que lhe escapam sem que ele se dê conta**” (grifo nosso). Assim, os pequenos gestos inconscientes do artista (e poderíamos dizer também do *sujeito*, na medida em que está em foco esse paralelo com Freud) teriam uma posição privilegiada na relação com os sentidos produzidos, mais do que qualquer atitude formal cuidadosamente preparada por ele.

Ginzburg faz uma analogia entre os métodos de Morelli, Sherlock Holmes (personagem das obras de Arthur Conan Doyle) e Freud, observando que, nos três casos,

pistas talvez infinitesimais permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível: “Pistas: mais precisamente, sintomas (no caso de Freud), indícios (no caso de Sherlock Holmes), signos pictóricos (no caso de Morelli)”. Essa tripla analogia, segundo Ginzburg, explica-se pelo fato de os três serem médicos: “Freud era um médico; Morelli formou-se em medicina; Conan Doyle havia sido médico antes de dedicar-se à literatura”. Nos três casos, prossegue Ginzburg (p. 150-1), entrevê-se **o modelo da semiótica médica**: a disciplina que permite diagnosticar as doenças inacessíveis à observação direta a partir de sintomas superficiais, às vezes irrelevantes aos olhos do leigo. Mas não se trata, segundo Ginzburg, simplesmente de coincidências bibliográficas. Muito embora aponte o final do século XIX (mais precisamente na década de 1870-80) como o período em que se constituía nas ciências humanas um paradigma indiciário baseado na semiótica médica, Ginzburg observa que as suas raízes eram muito antigas: a atividade venatória teria sido o seu berço. Segundo ele, o homem foi **caçador** por milênios: “Durante inúmeras perseguições, ele aprendeu a **reconstruir** as formas e os movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufos de pêlos, plumas emaranhadas, odores estagnados” (grifo nosso). Aprendeu, prossegue Ginzburg, a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais; aprendeu a fazer operações mentais complexas com rapidez fulminante, no interior de um denso bosque ou numa clareira cheia de ciladas. Gerações de caçadores, segundo ele, enriqueceram e transmitiram esse patrimônio cognoscitivo.

Todavia, Ginzburg afirma que diante da falta de uma documentação verbal para se pôr ao lado das pinturas rupestres e dos artefatos, abriu-se espaço para que se recorresse, como alternativa, às narrativas de fábulas, “que do saber daqueles remotos caçadores transmitem-nos às vezes um eco, mesmo que tardio e deformado”. Os caçadores, segundo Ginzburg, seriam depositários de um saber (de tipo venatório), sendo que “o que caracteriza esse saber é a

capacidade de, a partir de **dados** aparentemente negligenciáveis, **remontar** a uma realidade complexa não experimentável diretamente” (grifo nosso). Esses dados, acrescenta, são sempre dispostos pelo observador de modo tal a dar lugar a uma **seqüência narrativa**; a própria idéia de narração, segundo ele, pode ter nascido pela primeira vez em uma sociedade de caçadores, a partir da experiência da decifração das pistas. O **caçador**, segundo ele, teria sido o primeiro a “narrar uma história”, porque era o único capaz de ler, nas pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa, uma série coerente de eventos (Ginzburg, 1989: 152).

“Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”. Essa idéia, que constitui o ponto essencial do paradigma indiciário ou semiótico, segundo Ginzburg (p. 177), penetrou nos mais variados âmbitos cognoscitivos, modelando profundamente as ciências humanas. “Quando as causas não são reproduzíveis, só resta inferi-las a partir dos efeitos” (p. 169). Assim, alguns **indícios mínimos** eram assumidos como **elementos reveladores de fenômenos mais gerais**: a visão de mundo de uma classe social, de um escritor ou de toda uma sociedade (p. 178, grifo nosso); **minúsculas particularidades paleográficas** foram empregadas como **pistas** que permitiam **reconstruir trocas e transformações culturais** (*op. cit.*: 177, grifo nosso).

E é por esse modelo epistemológico, o paradigma indiciário, para cujo surgimento e existência o texto de Ginzburg nos chama a atenção, que procuramos orientar a nossa pesquisa, como metodologia de investigação, tendo em vista a relação de diálogo e afinidade que apresenta com a Análise de Discurso de linha francesa, conforme interpretações que fizemos de textos de Michel Pêcheux e de Eni Orlandi, no Brasil. O método morelliano, conforme palavras de Freud resgatadas por Ginzburg, está estreitamente aparentado à técnica da psicanálise médica, que “também tem por hábito penetrar em coisas concretas e ocultas através de elementos pouco notados ou desapercibidos, dos detritos ou ‘refugos’ da nossa

observação”. Procuramos inferir as causas pelos efeitos; de forma específica, afirmamos que as materialidades presentes no nome próprio de brasileiros que evocam interdiscursos de Língua Inglesa são *indícios mínimos* que tomamos como **elementos reveladores** de **fenômenos mais gerais**, elementos que fornecem uma visão de mundo (formações imaginárias) de uma classe social, de toda uma sociedade. Conforme veremos oportunamente por Bakhtin (1929: 41), a palavra será sempre o *indicador* mais sensível de todas as transformações sociais, até mesmo daquelas transformações que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. A palavra, segundo ele, constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. Ela é capaz, prossegue Bakhtin, de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais.

De forma mais ampla, as regularidades observadas no processo discursivo de designação de pessoas configuram materialidades que consideramos indícios de uma necessidade de homogeneidade, de uma necessidade de assujeitamento às condições de produção das práticas discursivas. O contato com registros de entrevistas (como as apresentadas pelo artigo da revista *Época* e pelo programa de Regina Volpato, do SBT), bem como com entrevistas por nós realizadas relacionadas às experiências com o nome próprio, tanto do ponto de vista do designador como do ponto de vista do designado, teve a intenção de **reconstituir** as formações imaginárias que circulam a respeito do funcionamento do processo discursivo de designação de pessoas. Essa tarefa de reconstituição, de reconstrução, acabou por evidenciar formações imaginárias recorrentes a respeito do funcionamento da linguagem, de forma geral.

1.2. A ANÁLISE DE DISCURSO

Uma questão referencial para a Análise de Discurso (AD) é a constituição do sujeito. A AD se constituiu a partir da articulação do **marxismo** e da **psicanálise** com a **lingüística**. A trilogia Marx-Freud-Saussure, segundo Pêcheux (1983a: 45, grifo nosso), teve um efeito **subversivo** na lingüística moderna, configurando um desafio intelectual que engajava a promessa de uma revolução cultural que coloca em causa as evidências da ordem humana como estritamente **bio-social**. “Restituir algo do trabalho específico da letra, do símbolo, do vestígio”, prossegue Pêcheux, “era começar a abrir uma falha no bloco compacto das pedagogias, das tecnologias (industriais e bio-médicas), dos humanismos moralizantes ou religiosos”: era, ainda, colocar em questão essa articulação dual do **biológico** com o **social**; era um ataque, afirma Pêcheux, que dava um golpe no narcisismo (individual e coletivo) da consciência humana, um ataque contra a eterna negociação de “si” (como mestre/escravo de seus gestos, palavras e pensamentos) em sua relação com o outro-si (*op. cit.*: 45).

Santi (2003) afirma que Freud se remete às conseqüências produzidas por suas teorias sobre o orgulho humano com a expressão *Revolução copernicana*. Nesta expressão, segundo Santi, encontramos uma referência a um dos principais atributos da Modernidade ocidental: a ciência, com seu poder *desilusor* diante das pretensões *narcísicas* do homem. A teorização do inconsciente, prossegue ele, possuiria também este mesmo potencial crítico: ela implica em uma teoria da mente na qual o eu e a consciência deixam de ser concebidos como **centrais e capazes de autodeterminação**: o sujeito soberano, um dos pilares da Modernidade e da ciência, perde sua posição (Santi, 2003).

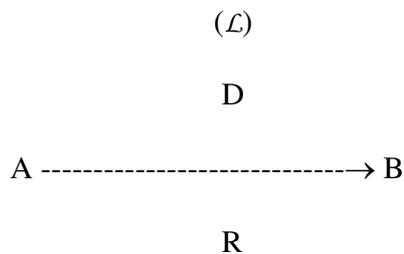
Ao reproduzir as palavras de Althusser, do texto *Ler o Capital*, Pêcheux (1983a: 45) confirma a posição secundária que atribui ao sujeito no processo discursivo:

É a partir de Freud que começamos a suspeitar do que escutar, logo do que falar (e calar) quer dizer: que este “quer dizer” do falar e do escutar descobre, sob a inocência da fala e da escuta, a profundidade determinada de um fundo duplo, o “quer dizer” do discurso do inconsciente – este fundo duplo do qual a lingüística moderna, nos mecanismos da linguagem, pensa os efeitos e condições formais¹⁴.

Assim, Pêcheux assume o descentramento do sujeito, sua incapacidade de autodeterminação, deixando ao domínio do inconsciente e das condições de produção este papel. O sujeito da fala, que Pêcheux identifica em Saussure, é *neutralizado* pela sua relação com as condições de produção do discurso (1969: 93, grifo do autor). Henry (1969: 33) faz uma distinção na caracterização do sujeito feita por Lacan, Derrida e Foucault, de um lado, e Althusser, de outro; os primeiros referem o sujeito a uma impossibilidade de escapar do jogo ou ordem do signo, enquanto com Althusser tem-se a impossibilidade de escapar da ideologia. “Não existe prática senão sob uma ideologia”, afirma Althusser (apud Henry, 1969: 30). Para ele, é tendo como referência a ideologia que Pêcheux introduz o sujeito enquanto efeito ideológico elementar. “É enquanto sujeito que qualquer pessoa é ‘interpelada’ a ocupar um lugar determinado no sistema de produção”, afirma Althusser. Esse lugar é discutido por Pêcheux (1969: 79-87) na ocasião em que, ao falar das condições de produção do discurso, resgata duas famílias de esquemas que estão em competição no que diz respeito à descrição extrínseca do comportamento lingüístico em geral: um esquema “reacional”, derivado das teorias psicofisiológicas e psicológicas do comportamento (esquema “estímulo-resposta” ou “estímulo-organismo-resposta”), e um esquema “informacional”, derivado das teorias sociológicas e psicossociológicas da comunicação (esquema “emissor-mensagem-receptor”).

¹⁴ Esta mesma citação que Pêcheux (1983a) faz de Althusser, é feita por Pêcheux, Leon, Bonnafous e Marandin no quarto capítulo do livro *Por uma Análise automática do discurso*, de Gadet & Hak (1969: 254), com a diferença de que, na tradução do texto de 1983, feita por Eni Orlandi, foi feito uso da expressão *fundo duplo*, enquanto que no texto de 1969, que teve como tradutoras Silvana M. Serrani e Suzy Lagazzi, aparece a expressão *fundo falso*.

Pêcheux afirma que o esquema reacional parece dominar ainda largamente o pensamento atual (momento em que escreve o seu texto), e observa que sua representação estímulo-organismo-resposta ($S \rightarrow O \rightarrow R$) tem o inconveniente de anular o lugar do produtor de (S) e do destinatário de (R). Apresenta o esquema informacional pela perspectiva de Jakobson, que se refere ao “envio” de uma *mensagem* de um *remetente* (o destinador, que Jakobson chama de A) a um *destinatário* (B), por meio de um *código* (L), em um *contexto* especificado, estabelecendo um *contato* (\rightarrow), conforme especificado a seguir.



A: o destinador,

B: o destinatário,

R: o referente

(L): o código lingüístico comum a A e a B,

\rightarrow : o contato estabelecido entre A e B,

D: a seqüência verbal emitida por A em direção a B.

Embora caracterize esse esquema como detentor de maior vantagem em relação ao esquema reacional, por colocar em cena os protagonistas do discurso, bem como seu referente, Pêcheux (1969) considera que *a teoria da informação* que lhe subjaz (grifo nosso) leva a falar

de “mensagem” como “transmissão” de informação e, dentro do contexto de suas reflexões, prefere o termo *discurso* a *mensagem*, esclarecendo que essa opção implica que não se trata necessariamente de uma *transmissão* de informação entre A e B, mas, de modo mais geral, de um “efeito de sentidos” entre os pontos A e B. Opera-se, assim, um descentramento do sujeito em sua relação com a língua, na medida em que relativiza a sua autonomia em relação aos discursos que produz e interpreta. Fica bem claro, Pêcheux esclarece (1969: 82), que esse sujeito (que ele identifica no esquema informacional que resgata de Jakobson como os elementos A e B) designa algo diferente da presença física de organismos humanos individuais. Esses elementos **A** e **B**, segundo Pêcheux, designam **lugares** determinados na estrutura de uma formação social: lugares dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos. Assim, prossegue Pêcheux, no interior da esfera da produção econômica, os lugares do “patrão” (diretor, chefe da empresa etc.), do funcionário de repartição, do contramestre, do operário, são marcados por propriedades diferenciais determináveis.

A hipótese que Pêcheux apresenta é a de que esses lugares são *representados* nos processos discursivos em que são colocados em jogo (p. 82, grifo nosso); “ele se encontra aí representado, isto é, presente, mas transformado”; em outros termos, acrescenta, o que funciona nos processos discursivos é uma série de *formações imaginárias* que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro¹⁵. Se assim ocorre, afirma Pêcheux, é porque existem, nos mecanismos de qualquer formação social, *regras de projeção* que estabelecem as relações

¹⁵ Pêcheux sublinha que essa *formação imaginária* se trata de um “objeto imaginário” (a saber, o ponto de vista do sujeito), e não da realidade física (1969: 83). Trata-se, assim, de uma realidade que se imagina, de uma representação, de um ponto de vista, de uma crença (como quer que se conceba essa abstração em relação à realidade) do sujeito a respeito de um determinado referente, sem que essas formações imaginárias coincidam necessariamente com a realidade.

entre as situações e as posições. E assim ele esboça um esquema (p. 83) que procura representar essa maneira pela qual a **posição** dos protagonistas do discurso **intervém** a título de **condições de produção do discurso**.

$I_A(A)$ – Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A

$I_A(B)$ – Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A

E esse mesmo gesto é produzido pelo interlocutor de A (ou seja, por B), que do seu lugar projeta essas posições:

$I_B(B)$ – Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B

$I_B(A)$ – Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B

Esse mecanismo, segundo Orlandi (2000: 40, grifo nosso), produz **imagens** dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica; é todo um **jogo imaginário** que **preside** a troca de palavras, segundo ela. E se fizermos intervir a antecipação, prossegue, o jogo torna-se mais complexo, na medida em que inclui a imagem que o locutor faz da imagem que seu interlocutor faz dele, a imagem que o interlocutor faz da imagem que ele faz do objeto do discurso e assim por diante. Assim, as relações de sentidos, juntamente com as relações de força e com o mecanismo da antecipação (regras de projeção), constituem **fatores** que regem o funcionamento das condições de produção, que por sua vez constituem os discursos. Não há discurso que não se relacione com outros, segundo a noção de **relação de sentidos** (*op. cit.*: 39, grifo nosso); os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros; um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis. Segundo a noção de **relação de forças**, apresentada por Orlandi nessa mesma referência, o **lugar** a partir do qual o sujeito fala

é constitutivo do que ele diz. Como a nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na “comunicação”, afirma. Pelo mecanismo da **antecipação**, é possível **ajustar-se** o dizer a objetivos variados, a partir do trabalho do **jogo de imagens**. Como em um jogo de xadrez, ilustra Orlandi, em que é melhor orador [jogador] aquele que consegue antecipar o maior número de “jogadas”, ou seja, que mobiliza melhor o jogo de imagens na constituição dos sujeitos, esperando-os onde eles estão, com as palavras que eles “querem” (gostariam de, deveriam etc.) ouvir (*op. cit.*: 41-2).

Um discurso, observa Pêcheux (1969: 77), deve ser remetido às **relações de sentido** nas quais é produzido: “assim, tal discurso remete a tal outro, frente ao qual é uma resposta direta ou indireta, ou do qual ele ‘orquestra’ os termos principais ou anula os argumentos”. Em outros termos, esclarece Pêcheux, o processo discursivo não tem, de direito, início: **o discurso se conjuga sempre sobre um discursivo prévio**, ao qual ele atribui o papel de **matéria-prima**, e o orador sabe que quando *evoca* tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, **ressuscita** no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as “deformações” que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido (1969: 77, itálico do autor, e negrito nosso)¹⁶. Isto implica, segundo ele, que o orador pode experimentar de certa maneira o lugar de ouvinte a partir de seu próprio lugar de orador: “sua habilidade de preceder o ouvinte é, às vezes, decisiva se ele sabe prever, em tempo hábil, onde este ouvinte o ‘espera’. Esta antecipação do que o outro vai pensar parece constitutiva de qualquer discurso” (1969: 77-8). Todo processo discursivo supõe a existência dessas formações imaginárias, afirma.

¹⁶ Diríamos que não só pode tirar partido, mas também sofrer pela associação feita em função dessa **ressurreição** de discursos prévios ou de deformações que a situação presente introduz ou pode vir a introduzir a qualquer momento a partir de sua produção.

Pêcheux (1969: 79) apresenta a hipótese de que, a um estado dado das condições de produção, corresponde uma **estrutura definida dos processos de produção do discurso** a partir da língua, o que significa, segundo ele, que **se o estado das condições é fixado**, o conjunto dos discursos suscetíveis de serem **engendrados** nessas condições manifesta **invariantes** semântico-retóricas **estáveis** no conjunto considerado e que são **determinantes do processo de produção** colocado em jogo (negrito nosso). O discurso do sujeito, para ele, configura *superfícies discursivas*, ou ainda *efeitos de superfície*, que teriam uma “estrutura profunda” que por sua vez remontaria às condições de produção do discurso¹⁷.

A reflexão de Pêcheux (1969: 94) supõe que cada elemento da superfície discursiva remete necessariamente a um processo de produção Δ_x (p. 104). Dado um estado dominante das condições de produção do discurso, afirma (1969: 104), a ele corresponde um processo de produção dominante que se pode colocar em evidência pela **confrontação** das diferentes superfícies discursivas empíricas provenientes desse mesmo estado dominante. Essas **remissões** da superfície de cada discurso às superfícies possíveis que lhe são (em parte) justapostas na operação de análise constituem justamente os **sintomas pertinentes** do processo de produção dominante que rege o discurso submetido à análise (Pêcheux, 1969: 105, grifo nosso). Dessa forma, as superfícies discursivas semelhantes (ou recorrentes) atestariam a existência de **discursos que pertencem à mesma estrutura de produção** (p. 98). Ele acrescenta (p. 86) que, em um determinado estado das condições de produção de um discurso, os elementos que constituem este estado não são simplesmente justapostos, mas mantêm entre si relações suscetíveis de variar segundo a natureza dos elementos colocados em

¹⁷ Em nota, os organizadores Gadet & Hak (1969) observam que o próprio Michel Pêcheux tenta explicar o empréstimo terminológico que faz de Chomsky; a oposição **estrutura profunda/estrutura de superfície** representa, segundo o texto da nota, uma analogia utilizada em 1969 para marcar a relação **invariante/variações**. No caso, as superfícies discursivas são vistas como *variações*, enquanto que as condições de produção que determinam o discurso seriam *invariantes*.

jogo. Pêcheux supõe que a percepção é sempre atravessada pelo “**já ouvido**” e o “**já dito**”, através dos quais se constitui a substância das formações imaginárias enunciadas (*op. cit.*: 85-6, grifo nosso)¹⁸. Assim, instaura-se a **determinação do processo discursivo** pelas suas **condições de produção**, e pela recusa da noção ideológica da “criação infinita”. Vemos estas reflexões de Pêcheux como antecedentes do conceito de *tipologia discursiva*, oportunamente desenvolvido Orlandi (1996).

Em *Semântica e discurso*, entre outras reflexões, Pêcheux (1975) retoma e desenvolve o conceito de *pré-construído*. De acordo com a proposição segunda, com a qual procura explicitar as modalidades histórico-materiais nas quais a necessidade-real determina as formas contraditórias de existência do pensamento, um efeito de sentido não preexiste à formação discursiva na qual ele se constitui. A produção de sentido, prossegue Pêcheux (1975: 261), é parte integrante da interpelação do indivíduo em sujeito, na medida em que, entre outras determinações, o sujeito é “produzido como causa de si” na forma-sujeito do discurso, sob o efeito do interdiscurso. Para ele, o pensamento é **determinado** em suas formas e seus conteúdos **pelo impensado**; “**o não dito precede e domina a asserção**” (p. 261). As palavras, expressões e proposições, prossegue, recebem seus **sentidos** da formação discursiva à qual pertencem (p. 263), sentidos estes que não poderiam ser predeterminados por propriedades da língua (como, por exemplo, ligações “lingüísticas” entre sintaxe e léxico, explicita Pêcheux). O discurso se sustenta sobre um discurso prévio, determinado pelas condições de produção. A partir de algumas reflexões de J. Lacan (dentre as quais a de que “o sujeito, se ele já pode parecer escravo da linguagem, o seria tanto mais de um discurso – em cujo movimento universal seu lugar já está inscrito desde o seu nascimento – quanto se assim o fosse sob a

¹⁸ O “já ouvido” e o “já dito” (o discursivo prévio) constituem a substância, a matéria prima dos esquecimentos que interpelam o sujeito, a referência sobre a qual se conjuga o discurso.

forma de seu *nome próprio*”), Pêcheux elege o *nome próprio* como ilustração exemplar do *efeito de pré-construído*. O caráter de “imposição” do nome próprio ao sujeito¹⁹ ilustra perfeitamente as suas reflexões acerca do **discursivo prévio**, do **pré-construído** sobre o qual se conjuga o discurso.

Pensamos ter começado a elucidar alguns aspectos desse mistério apoiando-nos sobre o que, a partir de P. Henry, passamos a chamar o ‘pré-construído’: como, de fato, não ver agora, com base no que precede, que a imposição do ‘nome próprio’ constitui a forma em edição príncipe do *efeito de pré-construído*, que representa a modalidade discursiva da discrepância pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito de seu discurso (aquilo por meio do qual ele diz: ‘Eu, Fulano de Tal’) como ‘sempre-já’ sendo sujeito, isto é, a modalidade discursiva sob cujo domínio ele é *produzido como causa de si*, com seu mundo, seus objetos e seus sujeitos, mantendo a evidência de seus sentidos? (Pêcheux, 1975: 264).

Estas reflexões constituem o pano de fundo sobre o qual procuramos situar o gesto discursivo de designação de pessoas. Apoiamo-nos nelas para afirmar, igualmente, que o processo discursivo de designação de pessoas não tem, de direito, início: o discurso de designação se conjuga sempre sobre um **discursivo prévio**, que assume o papel de **matéria-prima**. Relativamente ao processo de designação de pessoas, esta matéria-prima é constituída por todos os nomes atribuídos em uma sociedade, que assumem a condição de *superfícies discursivas*, ou *efeitos de superfície*. E cada elemento das superfícies discursivas remete necessariamente a um processo de produção, a que chamamos *discursividade*. Um discurso, e portanto um nome, deve ser remetido às relações de sentido nas quais é produzido. A

¹⁹ A referência de Pêcheux é em relação ao sujeito designado. Mas estendemos a sua reflexão, em nosso trabalho, também para o sujeito designador, tendo em vista a sua interpelação por discursividades que integram o processo discursivo de designação de pessoas. Tendo em vista, ainda, conforme Foucault (1983: 45), que o nome próprio transita do interior de um discurso para o indivíduo real e exterior que o produziu.

confrontação de diferentes superfícies discursivas empíricas (nomes) provenientes de diversos estados dominantes nos permitirá evidenciar sintomas pertinentes dos processos dominantes que regem a produção dos discursos submetidos à análise. As superfícies discursivas semelhantes (ou recorrentes) atestam a existência de discursos que pertencem à mesma estrutura de produção. É o que procuramos desenvolver na seção seguinte.

1.3. A TIPOLOGIA DISCURSIVA DE DESIGNAÇÃO DE PESSOAS

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar-se nessa linguagem emprestada (Marx, 1977: 17-8).

A marca da análise de discurso é a contraditoriedade da noção de sujeito, segundo a qual os processos discursivos não têm sua origem no sujeito, embora eles se realizem necessariamente nesse sujeito (Orlandi, 1996: 218). Nesse sentido é que trazemos a reflexão de Foucault (1983: 45) acerca do nome próprio, segundo a qual o nome próprio transita do interior de um discurso para o indivíduo real e exterior que o produziu. Identificamos esse movimento discursivo que advém do exterior do indivíduo (mas que, todavia, constitui o seu discurso de designação, bem como outros discursos) como o processo que Pêcheux & Fuchs

(1969: 168) chamam de esquecimento n.º 1, “inevitavelmente inerente à prática subjetiva ligada à linguagem”. Em nota, Pêcheux & Fuchs (1969: 238, grifo nosso) esclarecem que “o termo ‘esquecimento’ não remete a um distúrbio individual da memória”, mas que designa, paradoxalmente, “*o que nunca foi sabido* e que, no entanto, *toca o mais próximo* o ‘sujeito falante’, na **estranha familiaridade** que mantém com as causas que o determinam... em toda ignorância de causa”²⁰. Nunca foi sabido pelo sujeito, mas o constitui: o contato contínuo a que se expõe desde o nascimento com as produções da sua língua naturaliza a interpelação desse sujeito por diversas ordens discursivas (como também é interpelado por hábitos culturais), desde a interpelação que se reflete na **aquisição** da sua língua materna, ou seja, que possibilita que produza palavras e discursos na sua língua antes mesmo de freqüentar ambientes formais de **aprendizagem**, até a interpelação por tipologias discursivas que representam modelos discursivos sedimentados na sociedade, dentre os quais a tipologia discursiva de designação de pessoas. O sujeito, para Pêcheux (1975: 163), se constitui pelo “esquecimento” daquilo que o determina. A interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua, prossegue Pêcheux, pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina. Essa identificação, **fundadora** da unidade (imaginária) do sujeito, segundo ele, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso, sob sua dupla forma, enquanto “pré-construído” e “processo de sustentação” (que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina), são re-inscritos no discurso do próprio sujeito.

[...] o que chamamos de “esquecimento n.º 1” se caracterizaria pela *inacessibilidade para o locutor-sujeito, aos processos que constituem os discursos transversos e os pré-construídos de seu próprio discurso,*

²⁰ Em sua obra de 1975 (p. 183), Pêcheux observa, também em nota, que o termo “esquecimento” não designa a perda de alguma coisa que se tenha um dia sabido, como quando se fala de “perda de memória”, mas o acobertamento da causa do sujeito no próprio interior de seu efeito.

em outras palavras, o que designa a expressão já introduzida do “discurso” do Outro (com um *O* maiúsculo) (Pêcheux & Fuchs, 1969: 231, itálico dos autores).

Em nota (p. 245), Pêcheux & Fuchs observam que o fato de que uma seqüência (fônica ou gráfica) materialmente especificada – e não outra – seja, a cada instante, “filtrada”, “selecionada”, não é, de modo algum, o resultado de uma *escolha do locutor*, mas traduz a intervenção, numa determinada formação discursiva (com seus próprios funcionamentos parafrásticos), de outras formações discursivas que *des-equalizam uns em relação aos outros*, os elementos que entram em jogo nestes funcionamentos, e os *ordenam* de tal modo que um dentre eles recebe a cada instante o “privilégio” de aparecer como a palavra, a expressão, etc., “justas”. Assim, o sujeito tem a ilusão de estar na fonte do sentido, quando em verdade esse sentido se sustenta sobre um discurso prévio. A dificuldade das teorias da enunciação, afirmam Pêcheux & Fuchs (1969: 175, negrito nosso), reside no fato de que estas teorias refletem na maioria das vezes a **ilusão necessária construtora do sujeito**, que elas se contentam em *reproduzir no nível teórico esta ilusão do sujeito*, através da idéia de um sujeito enunciador portador de escolha, intenções, decisões etc. na tradição de Bally, Jakobson, Benveniste.

Pêcheux & Fuchs (1969: 177) observam, todavia, que o sujeito pode penetrar conscientemente em outro processo, o esquecimento n.º 2, e que ele o faz constantemente, em realidade, por um retorno de seu discurso sobre si, uma antecipação de seu efeito, e pela consideração da defasagem que aí introduz o discurso de um outro. Na medida em que o sujeito se corrige para explicitar a si próprio o que disse, para aprofundar “o que pensa” e formulá-lo mais adequadamente, Pêcheux & Fuchs observam que esta zona n.º 2, que é a dos processos de enunciação, se caracteriza por um funcionamento do tipo pré-

consciente/consciente. O esquecimento n.º 1, por oposição, cuja zona é inacessível ao sujeito, precisamente por esta razão, segundo eles, aparece como **constitutivo da subjetividade na língua**. Desta maneira, concluem, este recalque é de natureza *inconsciente*, no sentido de que a ideologia é constitutivamente inconsciente dela mesma (e não somente distraída, escapando incessantemente a si mesma). Ao utilizar a terminologia freudiana que distingue, por um lado, o pré-consciente/consciente (que eles chamaram de esquecimento n.º 2) e, por outro lado, o inconsciente (esquecimento n.º 1), Pêcheux & Fuchs (1969: 177) afirmam não pretender resolver a questão da relação entre **ideologia, inconsciente e discursividade**, mas apenas caracterizar o fato de que uma formação discursiva é constituída-margêda pelo que lhe é exterior, logo *por aquilo que aí é estritamente não-formulável, já que a determina*. Ao mesmo tempo, pretendem sublinhar, afirmam, que esta exterioridade constitutiva em nenhum caso poderia ser confundida com *o espaço subjetivo da enunciação*, espaço imaginário que assegura ao sujeito falante seus *deslocamentos no interior do reformulável*, de forma que ele faça incessantes retornos sobre o que formula. Esse espaço imaginário assegura que ele aí se reconheça na **relação reflexiva ou pré-consciente com as palavras**, o que faz com que elas apareçam ao sujeito como a expressão das coisas.

Ao eleger o nome próprio como exemplo perfeito do efeito de pré-construído, Pêcheux (1975: 264) ilustra esse **espaço imaginário** no qual o indivíduo é interpelado “em sujeito de seu discurso (aquilo por meio do qual ele diz: ‘Eu, Fulano de Tal’) como ‘sempre-já’ sendo sujeito, isto é, a modalidade discursiva sob cujo domínio ele é *produzido como causa de si*, com seu mundo, seus objetos e seus sujeitos, mantendo a evidência de seus sentidos”. E esse caráter de anterioridade e exterioridade do nome, observamos, se dá tanto em relação ao sujeito em vias de designação como também em relação ao próprio sujeito designador. O funcionamento dos processos discursivos não é integralmente lingüístico, mas deriva da

relação com a exterioridade. Essa exterioridade, que são as condições de produção, deve incluir, segundo Orlandi (1996: 218), tanto fatores da situação imediata ou situação de enunciação (contexto de situação, no sentido estrito) como os fatores do contexto sócio-histórico, ideológico (que é o contexto de situação, no sentido lato). Consideramos que, no processo discursivo de designação de pessoas, como em todo processo discursivo, esses dois fatores se entrecruzam constituindo as condições de produção do discurso.

Tratando-se do discurso, afirma Orlandi (1996: 217, grifo nosso), não podemos excluir as determinações concretas que o caracterizam e, ao mesmo tempo, “não podemos nos perder nessa concretude [...], ficando ao sabor dos fatos, **de tal forma que cada discurso seja um discurso sem nada a ver com os outros**”. O que nos possibilita dizer que cada discurso que envolve o ritual ideológico de designação de uma criança não é um discurso sem nada a ver com os outros discursos de designação de crianças, mas apresenta relação entre eles, havendo, portanto, necessidade de se buscar invariantes em sua constituição. Assim, a tipologia, para Orlandi (p. 234, grifo nosso), tem uma função metodológica fundamental de sistematização dos diferentes discursos: é um ponto de encontro entre o singular e o geral. O tipo, para essa autora, é princípio organizador: primeiro passo para a possibilidade de se generalizarem certas características, se agruparem certas propriedades e se distinguirem classes (p. 217). O processo discursivo de designação de pessoas se coloca para nós como a idéia de uma equação discursiva (e permanece como idéia), em que cada gesto discursivo de escolher ou compor um nome próprio coloca-se como numerador (o **singular**), e em que as discursividades que se cristalizaram e sedimentaram ao longo do tempo na sociedade pelo uso, que estão na base da escolha ou concepção dos nomes, configurando-se como processo de sustentação, se colocam como denominador comum (o **geral**), determinados tanto por fatores da situação imediata ou situação de enunciação (contexto de situação, no sentido estrito)

quanto por fatores do contexto sócio-histórico e ideológico (contexto de situação, no sentido lato), processo esse que sobredetermina a produção do nome, ou seja, tem o poder de atividade estruturante da prática discursiva de designação.

Fazemos a seguir uma breve reflexão sobre o desejo de homogeneidade lógica, que identificamos como a base do processo de interpelação. Em um dado momento de sua obra *O contrato social*, Rousseau afirma: “O homem nasceu livre, e não obstante, está acorrentado em toda parte. Julga-se senhor dos demais seres sem deixar de ser tão escravo como eles” (1999: 25-6)²¹. Queremos referir essa escravidão, aqui, como metáfora do assujeitamento do sujeito. Segundo Orlandi (2005), “o discurso é movimento, incompletude, equívoco, e isto é o real; mas nós mesmos, a sociedade, trabalhamos com esta idéia, este desejo de homogeneidade, completude, unidade, e isto é o imaginário”. Este desejo de homogeneidade nos interpela, predeterminando as nossas práticas.

1.3.1. DA NECESSIDADE DE HOMOGENEIDADE

Pêcheux (1983: 32-5, grifo nosso) afirma que **o sujeito pragmático** – isto é cada um de nós, os “simples particulares” face às diversas urgências de sua vida, observa ele – tem por si mesmo uma **imperiosa necessidade de homogeneidade lógica**: isto se marca, segundo ele, pela existência dessa multiplicidade de pequenos sistemas lógicos portáteis que vão da gestão cotidiana da existência (ele cita, por exemplo, em nossa civilização, a carteira, as chaves, a agenda, os papéis) até as “grandes decisões” da vida social e afetiva passando por

²¹ Os sentidos de *escravo* e de *escravidão*, que trazemos à tona na nota n.º 63 (nas considerações finais), ratificam os sentidos de submissão e de limitação de liberdade que vemos presentes no termo *assujeitamento*.

todo o contexto sócio-técnico dos “aparelhos domésticos”. Toda conversa (desde o simples pedido de informação até a discussão, o debate, o confronto) é suscetível, segundo ele, de colocar em jogo uma bipolarização lógica das proposições enunciáveis. Essa **necessidade universal** de um “**mundo semanticamente normal**”, isto é, normatizado, prossegue Pêcheux (grifo nosso), começa com **a relação de cada um com seu próprio corpo** e seus arredores imediatos (e antes de tudo com a distribuição de bons e maus objetos, arcaicamente figurados pela disjunção entre alimento e excremento, esclarece), que entendemos como uma tendência instintiva natural do ser humano em se aproximar e se identificar com coisas boas, favoráveis, vantajosas, e repelir as coisas ruins, as desagradáveis e desfavoráveis.

Entendemos a “imperiosa necessidade de homogeneidade lógica”, ou ainda essa “necessidade universal de um mundo semanticamente normal”, às quais se refere Pêcheux (1983), como processos que constituem fortes condicionamentos aos quais está exposto o sujeito, e que tem o poder estruturante de *sobredeterminar* as suas práticas, discursivas e culturais, configurando interpelações que lhe são dirigidas. Há, em nosso ponto de vista, ocasionais interpelações por um discurso de diferença, de distinção, de divergência, mas que são controladas pela interpelação do discurso da homogeneidade. Este discurso, pelo efeito de naturalização advindo dos condicionamentos a que nos expomos desde que nascemos, se apresenta para nós como evidente, apresenta-se como efeito ideológico elementar: nos “esquecemos” que o contato com diversas práticas sociais tiveram e tem o poder de determinar as nossas práticas, quaisquer que sejam. Da poesia de Fernando Pessoa, em que diz “**Eu sou a tela. E oculta mão colora alguém em mim**”, tomamos a “mão oculta” como metáfora-símbolo do poder estruturante dos esquecimentos sobre o sujeito.

Vimos que Pêcheux (1983) marca a necessidade universal de um “mundo semanticamente normal”, normatizado, como advindo da relação de cada um com seu próprio

corpo e seus arredores imediatos. Buscamos referências em uma obra de anatomia humana para verificar se era possível aprofundar essa identificação. Rohen et alii (2002, grifo nosso) afirmam que o corpo humano é adaptado à locomoção **bipedal**, e reconhecem três princípios gerais na **arquitetura** do organismo humano: 1) o princípio da **segmentação** (metameria), que predomina no tronco; a coluna vertebral e o tórax, informam, consistem de elementos **relativamente iguais**, segmentarmente dispostos; 2) o princípio da **simetria bilateral** (antimeria): ambos os lados do corpo são separados por um plano sagital mediano e **parecem** um com o outro, como **imagem especular**; e 3) o princípio da **polaridade** entre a cabeça, em um extremo do corpo, e os membros inferiores, no outro. Nos três princípios que Rohen et alii enumeram, vemos características tendentes à **igualdade**, à **simetria**, à **polaridade**, à **especularidade** (imagem especular). Acrescentando-se a isso o comportamento *externo* do sujeito, que tende à distribuição de bons e maus objetos (arcaicamente figurados pela disjunção entre ‘alimento’ e ‘excremento’), derivamos igualmente a tendência do sujeito de identificação/interpelação pela homogeneidade e por valores positivos, ideais. A homogeneidade pressupõe a obediência, a submissão, a repetição, o respeito a uma ordem, enquanto que a heterogeneidade a violação, a rebeldia, a variação.

A observação de sentidos das palavras *homogêneo* e *lógico* talvez nos ajude a expressar melhor o que entendemos pela expressão “homogeneidade lógica”, usada por Pêcheux. *Homogêneo*, segundo a versão eletrônica do Dicionário Aurélio, significa algo “cujas **partes** todas são da **mesma** natureza”, algo “cujas **partes** estão solidamente e/ou **estritamente ligadas**”, ou ainda “cujas partes ou unidades não apresentam ou quase não apresentam desigualdades, altos e baixos”. Há, assim, uma **identidade**, pelo fato de “as partes”, os elementos constitutivos de qualquer produto ou processo, compartilharem uma mesma propriedade ou característica, ou compartilharem propriedades ou estruturas

regulares, semelhantes. A imperiosa **necessidade** de um **mundo semanticamente normal** é o resultado de uma interpelação do sujeito pelo discurso da homogeneidade lógica. A palavra *lógico*, por sua vez, segundo o mesmo dicionário, é definida como “conforme às regras, às leis da lógica”, e ainda “conforme à lógica, ao bom senso; coerente, racional”. Ser *logicamente homogêneo* significa apresentar características ou propriedades iguais ou semelhantes *conforme* às regras, à lógica, à tradição, *conforme* ao bom senso de uma comunidade, de um grupo. Produzir um discurso interpelado pela discursividade de homogeneidade significa, por sua vez, produzir em consonância com o que se considera normal, recorrente, padrão. Significa reproduzir algo semelhante, conforme a modelos recorrentes sedimentados na sociedade. Relativamente ao processo discursivo de designação, os nomes advindos da interpelação por um discurso da diferença constituem pontos de fuga. Os seus portadores, como veremos oportunamente, demonstram uma postura contraditória, às vezes de aprovação do nome, às vezes de repúdio do mesmo, pela “diferença diferente”, ou seja, uma diferença que não se traduz em beleza, em singularidade, mas em evidência que incomoda, por destoar do recorrente em relação a outros nomes.

Esta necessidade de fronteiras, afirma Pêcheux (1983), coincide com a construção de laços de dependência face às múltiplas coisas-a-saber, consideradas como reservas de conhecimento acumuladas, máquinas-de-saber contra as ameaças de toda espécie. O Estado e as instituições funcionam, segundo ele, o mais frequentemente – pelo menos em nossa sociedade, esclarece – como pólos privilegiados de resposta a esta necessidade ou a essa demanda. Constituem-se em aparelhos ideológicos reprodutores de sistemas, de estruturas; são artífices, juntamente com os meios de comunicação de massa, das mãos ocultas e silenciosas que orquestram os comportamentos e práticas dos sujeitos. Entendemos que a interpelação do sujeito por discursividades sedimentadas atende a uma necessidade do sujeito, que não

prescinde de um mundo semanticamente normal. No capítulo 3, exploramos um pouco mais a questão da nomeação (representação) da realidade natural e social como um antecedente na interpelação do sujeito na designação de pessoas.

1.3.2. AS DISCURSIVIDADES QUE INTEGRAM A TIPOLOGIA DISCURSIVA DE DESIGNAÇÃO

A personalidade civil da pessoa, conforme nos informa o Artigo 2.º do Capítulo I do Novo Código Civil, começa a partir do **nascimento com vida**. De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo, por ocasião do nascimento de um ser humano, se houver complicações no trabalho de parto que resultem na morte da criança, mas tendo esta criança, todavia, chegado a *respirar*, serão feitos, necessariamente, os 2 (dois) assentos, o de **nascimento** e o de **óbito**. *Respirar*, ainda que por pouco tempo, configura a condição para a recepção de um nome, caracterizando a existência: “ao natimorto não será dado nome”. A partir do nascimento com vida, a Lei Federal de Registros Públicos n.º 6.015, de 1973, no Art. 52, obriga a declaração de nascimento (registro) da criança, que deve ser feita prioritariamente pelo pai; na falta ou impedimento deste, prossegue a Lei, cabe à mãe, e, na falta deles, um parente mais próximo, maior de idade, seguido dos administradores de hospitais ou médicos e parteiras que tiverem assistido o parto, seguido de pessoa idônea da casa em que ocorrer o parto, e finalmente de pessoas encarregadas da guarda do menor. Essa declaração, segundo Guimarães (2002: 36), nomeia e inclui o nomeado no Estado, com as

obrigações e direitos advindos dessa inclusão²². Mas, além da obrigatoriedade do registro, lembramos que há mais a ser observado. O Art. 56 dessa mesma Lei, em seu parágrafo único, diz que os oficiais do registro civil **não deverão registrar prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores**²³. Convém pensar o que vem a ser “expor ao ridículo”. Segundo a versão eletrônica do Dicionário Houaiss, “ridículo” significa: “digno de riso, merecedor de escárnio ou zombaria, **por desviar-se de modo sensível do que se considera socialmente;** destituído de bom senso, de ponderação; [...]” (grifo nosso). Segundo essa definição, o riso, escárnio ou zombaria se constituem em função de um “desvio” em relação ao que se considera socialmente como normal, recorrente, padrão, aceitável, usual. Aplicada à prática discursiva de designação de pessoas, a determinação que diz que *não se devem registrar prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores* sugere que não se deve escolher prenomes que constituam um **desvio** (ou seja, uma **mudança**, um **afastamento**, **alteração** ou **deslocamento**, conforme a observação dos sentidos de **desvio**) em relação ao conjunto de nomes ou em relação às práticas recorrentes de designação de pessoas na sociedade. A inobservância desta norma configura justamente uma das circunstâncias que possibilita, após a maioria civil, a retificação do nome.

Tanto na circunstância de **registro** de um prenome quanto na circunstância de sua **retificação**, a referência normativa que deve ser observada é a “exposição ao ridículo”, devendo ser evitada na primeira e estar presente na última (entre outras circunstâncias que explicitaremos a seguir). As leis de registro disciplinam, assim, o sujeito designador a escolher nomes de acordo com padrões e práticas aceitáveis e recorrentes na sociedade.

²² Guimarães (2002), que trata do nome próprio de pessoa sob a perspectiva da semântica da enunciação, usa a palavra *nomear* para se referir ao processo de atribuição de um nome próprio; neste trabalho, todavia, em que nos orientamos pela Análise de discurso de linha francesa, conforme tem se desenvolvido no Brasil, optamos por fazer uso da palavra *designar*.

²³ Quando os pais não se conformarem com a recusa do oficial, a Lei orienta que este oficial deverá submeter por escrito o caso, independentemente da cobrança de quaisquer emolumentos, à decisão do Juiz competente.

Passemos a pensar as discursividades que integram o processo discursivo de designação de pessoas no Brasil, tomando como ponto de partida o texto jurídico das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo (1989), justamente por configurar um documento da lei que regula o funcionamento das atividades dos cartórios. Na Seção III, referente ao registro de nascimentos (item 40), lê-se que os prenomes são imutáveis, e que retificações e alterações somente serão admitidas nas seguintes circunstâncias:

- 1) quando houver evidente erro gráfico,
- 2) estiver expondo seus portadores ao ridículo,
- 3) caso o oficial não tenha imposto impugnação ao ato de registro,
- 4) quando forem solicitadas substituições por apelidos públicos notórios, ou
- 5) quando forem necessárias alterações em razão de proteção à testemunha.

Apesar da alegada imutabilidade do prenome, admitem-se nas Normas, conforme vemos nessa referência, circunstâncias para a sua retificação, o que torna o nome *relativamente imutável*. Não obstante essa abertura para a retificação do nome civil, é freqüente a demora dos processos, e não há garantia de deferimento do pedido, ante a subjetividade dos julgamentos. Para ingressar com um processo desses, o requerente tem que ter atingido a maioridade civil, e nas circunstâncias em que a motivação para o pedido de retificação é o fato de o nome expô-lo ao ridículo, um grande estrago já foi feito na vida do sujeito, por certo, aos 16 ou 18 anos de idade²⁴.

A afirmação da condição de imutabilidade do prenome, bem como a consideração das circunstâncias previstas para a sua retificação, nos fez pensar no peso que essas Normas

²⁴ Incluímos a idade de 16 (dezesseis) anos tendo em vista que o sujeito, nesta idade, como se sabe, é “relativamente incapaz”, podendo adquirir a maioridade satisfazendo-se determinadas condições, como a contração de matrimônio, autorização formal dos pais ou comprovação de autonomia.

exercem como mecanismo regulador ou de controle dos processos discursivos de designação de pessoas. Ao enumerar as condições para a retificação do nome civil, disciplinam o sujeito designador a escolher ou compor nomes que estejam de acordo com identidades sedimentadas na sociedade. Passamos a analisar cada uma dessas circunstâncias, a partir de onde propomos uma categorização das discursividades que integram a tipologia de designação de pessoas.

1.3.2.1. CIRCUNSTÂNCIAS PARA A RETIFICAÇÃO DO NOME CIVIL

1.3.2.1.1. A EXISTÊNCIA DE EVIDENTE ERRO GRÁFICO

Em qualquer uma das circunstâncias previstas nas Normas de Serviço da Corregedoria, temos como denominador comum a questão da identidade. A noção de **erro gráfico**, por exemplo, contemplada na primeira circunstância para retificação do nome, dialoga com as normas fossilizadas pelas gramáticas da Língua Portuguesa, sempre renováveis e em movimento ao longo do tempo, de acordo com a própria noção de identidade pós-moderna, por ela entendendo uma identidade *em fluxo*²⁵, conforme Hall (2000). A recorrência do uso de uma determinada palavra delimitará as formas de sua existência ou apagamento nos usos da língua, definindo a sua tendência à duração ou à extinção. Operamos aqui com o conceito de **identidade normativa**, que derivamos de Bakhtin, segundo o qual cada enunciação, cada ato de criação individual, embora único e não reiterável, apresenta

²⁵ O conceito de “pós” a que se refere Hall (2000: 10), relativo à identidade, é *pós* relativamente a qualquer concepção essencialista ou fixa de identidade, que desde o Iluminismo, segundo ele, supõe definir o próprio núcleo ou essência de nosso ser e fundamentar nossa existência como sujeitos humanos. Apresentando como que uma sinopse do pensamento de modernos filósofos da linguagem (influenciados por Saussure e pela “virada lingüística”, dentre eles Jacques Derrida), Hall (2000: 41) afirma: “o significado é inerentemente instável: ele procura o fechamento (a identidade), mas ele [o significado] é constantemente perturbado (pela diferença). Ele está constantemente escapulindo de nós. Existem sempre significados suplementares sobre os quais não temos qualquer controle, que surgirão e subverterão nossas tentativas para criar mundos fixos e estáveis”.

elementos ou **traços idênticos** aos de outras enunciações no seio de um determinado grupo de locutores, e que são assim *normativos* para todas as enunciações - traços fonéticos, gramaticais e lexicais -, que garantem a unicidade de uma dada língua e sua compreensão por todos os locutores de uma mesma comunidade (Bakhtin, 1929: 77-8). A partir do que precede, podemos propor uma primeira discursividade de designação que integra o processo discursivo de designação de pessoas, a **Discursividade lingüística do nome**. Encontrando-nos naturalizados com as produções discursivas da Língua Portuguesa, torna-se fácil identificar materialidades gráficas ou sonoras que convergem ou divergem da sua identidade normativa. A grafia ou enunciação de nomes como *Ludwig Wittgenstein, Akishige Okada, Yoshihiko Miyauchi, Antoine Meillet, Friedrich Nietzsche, Warren Shibles, Mikhail Gorbachev*, são facilmente identificáveis como divergentes da identidade normativa da Língua Portuguesa.

1.3.2.1.2. A EXPOSIÇÃO DO PORTADOR DO NOME AO RIDÍCULO

Retornemos à questão de **exposição ao ridículo**. A percepção da divergência de um nome daqueles geralmente atribuídos na sociedade, bem como da divergência entre conotações do nome (etimologia, interdiscursos) e a pessoa que o porta, pode expor o sujeito ao ridículo. A partir das Normas, apontamos duas circunstâncias, genéricas, relacionadas ao nome próprio, que podem constituir a idéia de exposição ao ridículo: 1) uma falta de adequação, recorrência ou propriedade, por mais subjetiva que seja, entre **nome** (etimologia e interdiscursos que evocam) e condições físicas, psicológicas ou sociais do **sujeito**, de acordo com os padrões de identidade recorrentes na sociedade; 2) uma não correspondência de um

nome com o conjunto de nomes recorrentes com os quais geralmente se costumam designar as pessoas em uma comunidade²⁶.

Em relação à primeira circunstância (falta de adequação, recorrência ou propriedade entre **nome** e **sujeito**), citamos aqui, especificamente, a questão ligada ao gênero (masculino ou feminino), que nos ajudará na proposição da segunda discursividade de designação de pessoas, a **Discursividade de gênero do nome**. Como exemplo podemos citar um sujeito do sexo masculino chamado *Íris*. Os argumentos ligados ao processo dão conta que o seu nome evocava interdiscursos de feminilidade e homossexualidade. Ele ingressou com processo de retificação de assento do seu nome, tão logo atingiu a maioridade civil, tentando corrigir o nome que suas experiências lhe mostraram se tratar de um desvio ou desrespeito em relação ao critério de *identidade de gênero do nome* cultivado na sociedade.

Outro caso que citamos para ilustrar as adversidades advindas de uma contrariedade da discursividade de gênero do nome é o de um processo de retificação impetrado por *Domingas Paranhos*. Os argumentos arrolados no processo mostram que o seu nome, muito embora tenha o gênero feminino demarcado pela vogal *a*, tem uma conotação tipicamente masculina, segundo ela, o que fez com que o registro do seu nome fosse alterado, contra a sua vontade e em diversos documentos, para a versão masculina *Domingos*, por se achar que se tratava de um erro (ante a falta de recorrência desse nome com uma versão feminina), o que lhe causou inúmeras situações de constrangimento, “chegando algumas vezes a ser confundida com travesti”. Vejamos trecho do processo:

²⁶ Mehrabian (1990) chama a atenção dos pais para que prestem atenção nos apelidos que os filhos eventualmente terão, a partir do nome, e como esse apelido soará com o sobrenome de família. Alerta ainda para a necessidade de se prestar atenção para o conjunto das iniciais que compõem o nome, uma vez que eles podem fazer referências indesejáveis. Alguém que se chama Bob O'Reilly, nos Estados Unidos, por exemplo, segundo ele, teria como iniciais B.O., que em inglês é a abreviação de *body odour*, que significa mau cheiro do corpo, especialmente das axilas. Um exemplo em português poderia ser o de alguém que, hipoteticamente, levasse o nome de Kelly Cristina Toledo, que teria como iniciais K.C.T.

[1] I – Das confusões cotidianas

A Requerente pleiteia alteração de seu nome em razão das confusões e dos vexames que cotidianamente sofre, pois é sempre chamada por **Domingos**, ao invés de **Domingas**, como foi registrada. As correspondências recebidas normalmente têm como destinatário **Domingos Auxiliadora Paranhos**, servindo inclusive, de brincadeira maldosa de alguns carteiros, conforme faz prova documento anexo. O constrangimento é ainda muito maior, quando numa fila de espera para atendimento médico, crediário em lojas, entre outras situações que requer o chamamento em voz alta e publicamente, ser chamada pelo nome de **Domingos**. Levantar do assento, dirigir-se até o local onde foi chamada, frisa-se, sob os olhares de admiração do público presente, causa enorme constrangimento, chegando algumas vezes, a ser confundida com “**travesti**”. A confusão com o nome da Requerente chegou até a Procuradoria Geral do Estado, pois no ofício de nomeação consta: DOMINGOS AUXILIADORA PARANHOS. Desde criança, esta realidade vem sendo vivenciada pela Requerente, e lhe causa enorme dissabor.

II – Do prenome adotado

Conforme exaustivamente exposto e não suportando mais conviver com esta realidade, a Requerente adotou um prenome que mais lhe agradava, qual seja, “**DEBORA**”. Há aproximadamente 20 (vinte) anos, no meio familiar, entre amigos, ela é conhecida por **Débora Paranhos**. Diante do exposto, [...] a Requerente [requer autorização para] fazer a Retificação do seu assento civil, fazendo constar em sua certidão de Nascimento e demais documentos DÉBORA PARANHOS.

Para resolver informalmente o problema, a requerente, que atualmente tem quarenta anos de idade, escolheu um outro nome para si (Débora) desde que tinha a idade de vinte anos, pelo qual os amigos e familiares a conhecem, e em novembro de 2005, teve o seu pedido deferido. A posse de um nome que se lhe apresentava como uma divergência em relação à identidade de gênero do nome na sociedade ainda a incomodou a tal ponto que fez com que buscasse a sua retificação aos quarenta anos de idade. Citamos ainda um outro exemplo, o de travestis. Em trabalho que desenvolvemos recentemente (Cunha: 2005), intitulado “A perturbação pelo nome: hermafroditismo psíquico e nome próprio”²⁷, fizemos referência à experiência de *Ademir Melo Oliveira*, travesti que adotou informalmente o nome feminino *Suely Scalla*:

²⁷ Agradecemos ao Prof. Dr. Paulo Ottoni pela orientação desse trabalho, realizado como qualificação complementar.

[2] [...] tem vez que ligam do banco, “ah, o Ademir está?” [...] que é uma pessoa assim que nem sabe que o Ademir é um travesti; aí eu atendo, aí tem gente que fala: “ah, a senhora é mulher dele?” [...]; Aí eu falo: “não, sou eu mesmo, o Ademir”. Aí eles ficam assim: “nossa, mas, uma voz de mulher, não é, é senhora...”; aí eu já falo: “não, é porque eu sou travesti”; aí ele fica mudo; eu falo: “Oi? alô? Escutou?” [E ele diz, se desculpando:] “Ah tá, não mas não tem nada a ver o senhor ser travesti, ou isso aquilo...” [e eu falo:] “Não, ‘senhor’ não, *senhora*, tem que me chamar é de *Suely*, quando você ligar aqui é *Suely* com quem você tem que falar, eu sou travesti, mas meu nome é esse de homem”, então acabo falando pra pessoa também, entendeu? Aí o povo já acostudou, eu já acostumei a sair dessa situação, assim, então eu não tenho problemas; só em banco, que já aconteceu de eu ir bem discreta e o banco assim: “a conta é conjunta?” E eu bem calma: “olha, fala baixo, a conta não é em conjunto, a conta é minha”; [e o atendente do banco disse:] “mas como? Tá um nome aqui de homem”, [...]; [e eu disse:] “mas sou eu, *Ademir*, fala baixo”; [e o atendente disse:] “Nossa! Mas você é travesti?!” [e eu respondi:] “Ai, agora você já gritou, agora já pode fazer o escândalo, sou eu mesmo” [...]; entendeu, já aconteceu, não é sempre, mas já aconteceu, [inclusive] de não quererem aceitar cartão de crédito meu, sabe, tipo assim, de me levarem pra gerência porque o cartão era de homem, [...] essas coisas; precisava provar que o cartão era meu; eu falei: “mas não, por que? É por causa do crédito ou por causa do nome?” [e eles disseram]: “Não, é por causa do nome, você, num sei...” [e eu disse:] “Não, eu sou travesti, bem”, [e eles disseram:] “Ah tá”; aí que entenderam; porque até então achavam que eu estava com estelionato, com cartão de homem, essa coisa toda, mas já passei por isso [...].

O corpo, objeto natural, é ressignificado no discurso a partir das convenções de gênero que se atribui às suas partes (o braço, a perna, etc.), e também ao todo, ao sujeito, que sendo homem deve ter nome de homem, e sendo mulher, nome de mulher. “Parecer” mulher, mas ter um nome de homem, ou geralmente atribuído a um homem, e vice-versa, pode se constituir em causa de estranhamento, de constrangimento, de exposição ao ridículo. Experiência similar, e legitimada cientificamente, é vivida pelos transexuais femininos²⁸. Tendo nascido homens (com órgãos sexuais masculinos), nasceram, todavia, com o hipotálamo feminino, que determina a produção de hormônios responsáveis pela produção de

²⁸ Em entrevista conosco, a psicóloga Maria Angélica Fonseca Soares, que dirige a clínica *Companhia da Pessoa*, em Campinas - SP, na qual coordena um grupo de transexuais que se reúne regularmente para troca de idéias, nos informou que, diferente da homossexualidade, que é uma estrutura e uma forma de vida, uma orientação afetivo-sexual para ser vivida, o hermafroditismo psíquico, mais conhecido como transexualismo, é doença, e hoje faz parte do CID, o Código Internacional de Doenças. Segundo informou a psicóloga, a sua consideração como doença foi uma conquista para os transexuais, porque se conquistou o direito à cirurgia de transgenitalização.

pêlos, de leite, e do comportamento²⁹. Com o passar do tempo, os transexuais tendem a “mimetizar” o corpo, buscando adequar o **sexo somático** ao **sexo psicológico**. E o nome próprio integra o processo de mimetização, na medida em que, portando um nome masculino, mas apresentando um corpo que não ratifica essa identidade, mas antes mimetiza o corpo feminino, tornam-se, freqüentemente, vítimas do que seria um desvio, inadequação ou desajuste para a sociedade. Propomos, assim, a discursividade de gênero do nome.

A segunda circunstância que pode ocasionar situações de exposição ao ridículo, que diz respeito, conforme explicitamos, a uma não correspondência de um nome com o conjunto de nomes recorrentes com os quais geralmente se costumam designar as pessoas em uma comunidade, nos ajudará a propor a terceira e a quarta discursividade de designação, a **Discursividade de valor do nome** e a **Discursividade de valor do referente**³⁰. A primeira discursividade configura a interpelação pela qual o sujeito designador justifica a escolha ou concepção de um nome pela sua sonoridade, suavidade, harmonia, singeleza, beleza, pelo seu sentido (etimologia) ou interdiscursos que evoca, por um **efeito de sentido positivo**, em suma, gerado pela materialidade do nome, sem necessariamente remeter a um eventual referente portador desse nome; a interpelação é feita por um discurso de admiração ou beleza do nome. A Discursividade de valor do referente, por sua vez, marca a interpelação por um discurso em que o sujeito designador identifica em um referente características que gostaria de emprestar, de associar ao filho, mediação essa feita pelo nome.

²⁹ Para este dado, baseamo-nos em artigo de Eduardo Gregori intitulado “Ser e não ser: estudante vive expectativa da troca de sexo”, publicado no Jornal *Correio Popular* de Campinas – SP, em 07 de agosto de 2005. Esse artigo traz depoimento tanto da psicóloga Maria Angélica Soares como do cirurgião plástico Jalma Jurado a respeito da questão do hipotálamo. Baseamo-nos ainda em informações contidas nos sites <http://www.sosgerbil.hpg.ig.com.br/hipotalamo.htm> e <http://hipotalamo.home.sapo.pt>.

³⁰ Lembramos que a opção pela palavra *referente* se dá pela abrangência que atribuímos a este termo, que engloba tanto uma pessoa física como qualquer outro objeto, concreto ou abstrato, real ou imaginário, em relação ao qual se faz uma referência, uma predicação.

Ao referir as motivações que levam os pais a escolher ou compor um nome próprio para os filhos, julgamos que Obata (2002: 5-10) possibilitou a referência a discursos que adquiriram visibilidade e consistência na sociedade pela repetição na prática discursiva de designação de pessoas, constituindo modelos que retornam sempre no evento de designação. Em seu texto, Obata aponta em primeiro lugar a necessidade de observação de três exigências para a escolha de um nome:

1. Que o nome tenha um som agradável;
2. Que tenha qualidades estéticas, ambientais, de significado;
3. Que expresse as tendências ou políticas dos pais.

Logo em seguida, aponta razões que costumam se fazer presentes por ocasião de um evento de designação:

1. Por motivos religiosos, adotam-se nomes bíblicos, de invocação religiosa e de santos;
2. Por motivos familiares ou de amizade, adotam-se principalmente os nomes dos pais ou avós, e também de outros parentes ou dos padrinhos, ou ainda de alguma pessoa (amigo ou benfeitor) que os pais queiram homenagear;
3. Por motivos políticos ou históricos, adotam-se nomes de personalidades ou até fatos políticos ou históricos dos quais os pais são simpatizantes;
4. Por motivo de moda, adotam-se nomes de personagens ou artistas ligados aos produtos culturais em evidência, como novelas de televisão, filmes, música, cinema, etc.;
5. Por outros motivos como: superstição, fantasia, gosto e até a arbitrariedade.

Vemos qualquer um desses itens como estilos distintos ou **heterogeneidades** que constituem a Discursividade de idealidade do nome ou do referente. Para justificar a escolha da palavra *idealidade* para caracterizar esta discursividade, vejamos as acepções com que é

definido o adjetivo *ideal* (acepções 2, 3 e 4) pela versão eletrônica do dicionário Aurélio: 2. Que é a síntese de tudo a que aspiramos, de toda a perfeição que concebemos ou se pode conceber; 3. Aquilo que é objeto da nossa mais alta aspiração intelectual, estética, espiritual, afetiva, ou de ordem prática; 4. O modelo sonhado ou ideado pela fantasia de um artista, de um poeta. A consideração dos sentidos dessa palavra associada à discursividade de designação de pessoas possibilita pensar a escolha ou concepção de um nome próprio como sendo a síntese de uma identificação do sujeito designador com valores considerados ideais, positivos, harmônicos, perfeitos, hegemônicos, etc., em uma sociedade. Na prática discursiva de escolher (ou conceber) e atribuir um nome em sintonia com esses valores o sujeito designador evidencia o seu imaginário em relação ao que julga ser um valor dominante, positivo, perfeito, ideal, etc. na sociedade. Se ser ideal significa simbolizar ou ser portador de toda a perfeição que se concebe ou que se pode conceber, se significa estar antenado com valores intelectuais, estéticos, espirituais, afetivos ou de ordem prática na sociedade, *não ser ideal* significa ser imperfeito, e portanto vítima ou objeto de defeito, de falha, de deficiência, de desarranjo, de deformidade, de desvio, conforme nos possibilita a consideração dos sentidos de *perfeição* e *defeito*. Escolher ou compor um nome interpelado pela Discursividade de idealidade do nome ou pela Discursividade de idealidade do referente é produzir um discurso em conformação com as regularidades, com a recorrência, com a tradição, com a norma, com o repetível, com a lei, com aquilo que se coloca como evidência, como realidade, como verdade, em suma. A verdade designa o verdadeiro e o verdadeiro é o que se apresenta como real à evidência do sensível, observa Garcia-Roza (2001: 15). A repetição, segundo Derrida (1967: 171), resume a negatividade, recolhe e guarda o presente passado como verdade, como idealidade. O verdadeiro, segundo ele, é sempre o que se deixa repetir. E o trágico, prossegue Derrida (1967: 173), não é a impossibilidade, mas **a necessidade da repetição** (grifo nosso), e

diríamos, a *necessidade do assujeitamento*, pois que, na medida em que um indivíduo se recusa a *assujeitar-se* às condições de produção, marginaliza-se das práticas sociais.

A interpelação pelas discursividades de idealidade implica manifestar pertencimento à tradição, à recorrência, à normalidade, ao equilíbrio, à lei, à verdade, à legalidade e outros valores positivos, ideais. A tensão constante entre identidade e alteridade, entre paráfrase e polissemia, entre o normal e o anormal, o patológico, entre o mesmo e o diferente, entre bondade e maldade, entre a verdade e a mentira, entre a lei e a transgressão, entre o sagrado e o profano, etc., se faz presente no gesto discursivo de designação de pessoas como interpelação, como em qualquer outro gesto. Ao ser interpelado, o sujeito designador se reconhece em determinada formação ideológica que o domina. Segundo Pêcheux (1975: 257), o sujeito não rompe jamais com a ideologia em geral, mas sempre com esta ou aquela formação ideológica, inscrita histórico-materialmente no conjunto complexo das formações ideológicas de uma formação social dada. Relativamente à prática discursiva de designação, o sujeito designador é interpelado por uma discursividade de designação, na qual se reconhece, com a qual se identifica, evidenciando-se a necessidade de assujeitamento. Aqueles que atribuíram nomes que diferiam ou acabaram por diferir do conjunto de nomes atribuídos na sociedade, acabaram por legar ao sujeito designado a herança de ter que conviver com os efeitos da diferença.

Baseamo-nos no levantamento feito por Obata para identificar as heterogeneidades que constituem a Discursividade de idealidade do nome ou do referente. Na Discursividade de idealidade do nome, temos a instância de interpelação por um processo que resulta de um julgamento de aspectos positivos com os quais o sujeito designador se identifica, como a beleza, a sonoridade, a força, a suavidade, a singularidade, a diferença, a etimologia, todos relacionados ao nome. Na Discursividade de idealidade do referente, a interpelação é feita pela

identificação com aspectos positivos da vida do sujeito ou referente que serviu de motivação³¹ para a designação, como sua atuação, atitude, posturas, posição, projeção, comportamento, etc³². Encontramos na discursividade de idealidade do referente as seguintes heterogeneidades:

- heterogeneidade religiosa (nomes de personagens bíblicos, do universo religioso, nomes de santos);
- heterogeneidade familiar (nomes dos pais ou avós, parentes, padrinhos, benfeitor, amigo);
- heterogeneidade político-histórica (nomes de personalidades ou até de fatos políticos ou históricos dos quais os pais são simpatizantes);
- heterogeneidade da modernidade (nomes de personagens ou artistas ligados aos produtos culturais em evidência, como novelas de televisão, filmes, música, cinema, etc.).

Ilustramos a Discursividade de idealidade do nome com uma entrevista que fizemos com uma mãe (Edileusa) acerca do processo de designação de seus filhos (*Franthyesco*, *Allehrandro* e *Otávio*), para quem a *força* dos nomes foi referência para a escolha e composição dos mesmos. Ela afirma:

[3] “Então, eu acho que os nomes estão muito assim... eles determinam, de alguma forma acho que eles determinam muito a personalidade da pessoa, e... isso sim, não é que tenha... que eu esteja teorizando a respeito não; é uma questão de formação mesmo, de você ouvir... dos avós, e dos pais, da sociedade de modo geral, né, e... e eu acho que *Franthyesco* é um nome muito forte, como *Allehrandro* era um nome muito forte, como eu coloquei o *Otávio*, né, agora, que eu acho que [Otávio] é um nome muito mais forte que os dois, né, que você pega pela própria [...]”.

³¹ Usamos a palavra *motivação* aqui no sentido da quarta acepção apresentada pela versão eletrônica do dicionário Aurélio: Conjunto de fatores psicológicos (conscientes ou inconscientes) de ordem fisiológica, intelectual ou afetiva, os quais agem entre si e determinam a conduta de um indivíduo.

³² Pensamos no termo *referente* pelo fato de haver casos de designação em que a interpelação não foi feita a partir da discursividade de positividade de um nome ou de um sujeito, mas de um referente outro, um fato político ou histórico, como o do sujeito que se chama *Brasil Brasileiro da Silva*, em que a interpelação, imaginamos, foi feita por um discurso relacionado ao patriotismo ou ao futebol (campeonatos, copa).

O nome, para essa mãe, tem a capacidade de determinar a personalidade da pessoa. Interpelou-se pela discursividade da idealidade do nome, respaldada pelo imaginário de que não há distância entre a palavra e a realidade, de que a palavra é parte integrante do mundo natural e social e capaz de interagir com ele em termos causais. Daí a identificação com nomes com uma característica que quis ver nos filhos: a *força*, que segundo a versão eletrônica do dicionário Aurélio, significa, entre outras acepções: poder, influência, prestígio; a virtude, o poder, a eficácia das coisas. Pensamos que constituem sentidos convenientes para um homem em um mundo competitivo.

Uma outra mãe, que entrevistamos na ocasião em que registrava a sua filha no cartório, afirmou ter escolhido o nome Yasmim porque é um nome suave; a agressividade, segundo ela, começa pelo nome. Há em sua fala uma referência a um imaginário de relação necessária entre efeitos de sentido do nome e a pessoa que o porta. A preocupação com o aspecto *agressividade* deixou a entender a existência desse comportamento na família, que ela tenta evitar na sua filha, escolhendo um nome que em seu ponto de vista não apresenta materialidades que evoquem e determinem agressividade.

Para ilustrar a heterogeneidade religiosa como integrante da Discursividade de idealidade do referente, citamos uma entrevista feita na televisão pela apresentadora Hebe Camargo, em programa do SBT exibido em 04/10/03, com os pais do menino *Set Hudson*. A mãe justifica o nome que dá ao filho dizendo que o primeiro nome do menino, *Set*, foi dado a partir da referência bíblica narrada em Gênesis, em que *Set* era o terceiro filho de Adão e Eva. A mãe afirma que, segundo a Bíblia, *Set* era **bon**. Em um outro momento da entrevista, o pai, ao referir-se ao comportamento do menino, diz que o filho *Set* é um nobre por natureza. A **bondade** e **nobreza** foram vistos como características positivas do personagem bíblico, nas quais se inspiraram para a designação do filho. Ao serem interpelados pela heterogeneidade

religiosa como referência do discurso da idealidade do nome, evidenciaram a formação ideológica que os domina.

Do quarto item apontado por Obata, em que justifica as motivações frequentes de designação, derivamos a *heterogeneidade da modernidade*. Destacamos da versão eletrônica do dicionário Aurélio algumas acepções do termo *moderno*: 1. dos tempos atuais ou mais próximos de nós; recente; 2. atual, presente, hodierno; 4. que está na moda. *Moda*, por sua vez, é assim definida: 1. uso, hábito ou estilo geralmente aceito, variável no tempo, e resultante de determinado gosto, idéia, capricho, e das interinfluências do meio; 2. uso passageiro **que regula** a forma de vestir, calçar, pentear, etc. (grifo nosso). Constitui-se, para além dessas *regulações*, como interpelação que determina a designação de pessoas. Guimarães (2002: 36-7), sob a perspectiva da semântica enunciativa, observa que a “escolha” do nome não é uma *escolha*: sua “origem”, segundo ele, não é nem o locutor-pai (lugar social) nem o enunciador-individual (lugar de dizer). O Locutor se representa, segundo ele, na escolha de um determinado nome que está recorrente, como um **enunciador- contemporâneo**, que se caracteriza por enunciar tal como se “escolhe” enunciar num certo momento. Dizendo de outra forma, afirma que a “escolha” do nome se dá segundo um **agenciamento enunciativo específico**. Este acontecimento de nomear, segundo Guimarães, recorta como memoráveis os nomes disponíveis como contemporâneos, próprios de sua época. E considera que, se este enunciador apaga o lugar do pai, o significa, ao mesmo tempo, como moderno. Como falamos da perspectiva da análise de discurso, dizemos, neste caso, que o sujeito designador foi interpelado por discursividades que integram a tipologia discursiva de designação de pessoas. O processo de interpelação do sujeito designador, todavia, não se dá, necessariamente, por uma única discursividade. Há uma sobreposição, um imbricamento de discursividades que resultam em um determinado nome.

Atribuir um nome que esteja em sintonia com uma tendência do momento, de uma época, marca a interpelação por um discurso de inclusão, de participação dessa tendência, de afirmação de identificação com o que é bom, forte, bonito, bem-sucedido, moderno, positivo, verdadeiro, em suma. E é digno de nota que, dos produtos culturais estrangeiros com os quais temos contato, a **Língua Inglesa** tenha primazia como símbolo de prestígio, *status* e poder, a julgar pela presença de materialidades dessa língua em diversas produções discursivas brasileiras, inclusive no próprio nome do brasileiro.

Tanto na discursividade de idealidade do nome quanto na discursividade de idealidade do referente existe, em maior ou menor grau, a interpelação do sujeito designador pelo efeito de evidência do nome (de sua etimologia, efeitos de sentido ou interdiscursos que evoca). Identifica-se, por exemplo, tanto com aspectos do nome (como sua beleza, força, sonoridade, singularidade, efeitos positivos que evoca, em geral) como com características do portador do nome que serviu de modelo (o seu desempenho em determinada área, sua importância, projeção, sucesso, etc.). Em ambos os casos, são valores positivos, ideais, com os quais o sujeito designador se identifica e se reconhece, marcando a interpelação. Em relação ao implante de materialidades de Língua Inglesa no nome próprio, podemos ilustrar citando o caso de uma atriz brasileira. Em entrevista à Rede Globo de Televisão, a sua mãe evidenciou a discursividade que resultou na determinação do nome de sua filha, *Sharon Menezes*: escolheu *Sharon* porque era o nome de uma atriz norte-americana famosa (*Sharon Stone*), e *Menezes* porque era também o sobrenome de uma atriz brasileira famosa (*Glória Menezes*). No seu caso, foi interpelada tanto pela Discursividade de idealidade do nome quanto pela Discursividade de idealidade do referente, na medida em os nomes não foram escolhidos aleatoriamente, mas baseou-se na fama e prestígio de seus portadores como referência. *Sharon* e *Menezes* são nomes já conhecidos na mídia, famosos pela evidência de seus portadores.

Do quinto item que enumeramos, das motivações levantadas por Obata, todavia, destacamos a questão da fantasia e da arbitrariedade como elementos possíveis de ocasionar situações de exposição ao ridículo. A versão eletrônica do Dicionário Houaiss assim define *fantasia*: “Aquilo que não corresponde à realidade, mas que é fruto da imaginação”; “Capricho da imaginação; devaneio, sonho”. *Fantasia*, assim, concebida como aquilo que não corresponde à realidade, que não é real, que não é verdadeiro, relacionada à prática discursiva de designação, diz respeito aos nomes que fogem às discursividades recorrentes de designação. Obata (2002) observa que é muito freqüente no Brasil a escolha de nomes ser resultado de extravagância e até mesmo ignorância dos pais ao registrarem os filhos, originando nomes excêntricos e por vezes grosseiros e obscenos. Dentre os nomes que ela cita, estão: Barrigudinha Seleida, Cafiaspirina Cruz, Céu Azul do Sol Poente, Comigo é Nove da Garrucha Trouxada, Epílogo de Campos, Janeiro Fevereiro de Março Abril, Luciferino Barrabás, Esparadrapo Clemente de Sá, Francisoréia Dorotéia Dorida, Rudá Porominare de Andrade. Este último, aliás, é filho do escritor modernista Oswald de Andrade. Oswald escolheu um nome arbitrário e propositalmente incomum para o seu filho, segundo Obata, para que ele escolhesse posteriormente o seu próprio nome e efetuasse a mudança nos registros. Rudá de Andrade, como é conhecido, porém, jamais pensou em mudar o seu nome, em “respeito ao espírito antropofágico de seus pais”, resgata Obata.

Ao conceber nomes afetados pela fantasia ou pela arbitrariedade, o sujeito designador é interpelado pelo discurso de resistência às discursividades recorrentes que integram e regem o processo discursivo de designação de pessoas. E ao negar-se a assujeitar-se a elas, expõe o sujeito designado ao que chamamos de risco da diferença: institui uma **diferença** no conjunto de nomes que pode eventualmente se traduzir em beleza, em singularidade, em um ar exótico, mas pode também se traduzir em estranhamento, aberrações,

exclusão, motivo de ridículo. As pessoas que se recusam a se assujeitar aos processos discursivos pré-existentes na sociedade acabam por se tornar os mais assujeitados. Entendemos que, ao tentar atropelar a interpelação, é por ela atropelado, mas, no caso, quem sofre com essa resistência é o sujeito que leva o nome. No caso citado por Obata, de Rudá, ainda que o seu pai Oswald de Andrade tenha pretendido burlar o processo de designação, todavia a constituição do **nome completo** (Rudá Porominare de Andrade) obedeceu à ordenação tradicional que caracteriza o funcionamento do nome civil, bem como à própria Discursividade lingüística do nome. A respeito do funcionamento de designação citamos o trabalho de Guimarães (2002), que faz um estudo dos aspectos morfossintáticos e semântico-enunciativos do funcionamento do nome próprio de pessoa. Ao analisar nomes completos, como *Getúlio Dornelles Vargas, João Belchior Marques Goulart, Antônio Cândido de Melo e Souza, Joaquim Mattoso Câmara Júnior e João Café Filho*, observa que em nomeações como essas, como em outras, combinam-se três classes de nomes: os **nomes**, os **sobrenomes**, e nomes como **Júnior** e **Filho**. Fala, então, de relações de determinação interna entre os elementos que compõem o nome completo, que se dão tanto por um procedimento de justaposição como através do uso de preposição (e variações dessa preposição com um artigo definido) e/ou conjunções. O que se observa, segundo Guimarães (2002: 34), é que o nome próprio de pessoa é uma construção tal que um sobrenome determina um nome. Por exemplo, *Marques e Goulart*, do segundo exemplo que ele dá (*João Belchior Marques Goulart*), determinam *João Belchior*. Na concepção do nome *Rudá Porominare de Andrade*, o seu pai, o sujeito designador, foi interpelado tanto pela Discursividade lingüística do nome (ao respeitar a estrutura de formação de palavras da Língua Portuguesa na composição dos elementos que compõem o nome) quanto pela discursividade do funcionamento do nome próprio completo do ponto de vista da determinação interna dos elementos que o constituem, tal como descreve

Guimarães. Mesmo que tenha inventado os dois primeiros elementos (*Rudá Porominare*), Oswald fê-lo interpelado pelas regras que regem o funcionamento da estrutura de formação de palavras da Língua Portuguesa, obedecendo ainda às relações de determinação interna dos elementos que constituem o nome. Por mais que esse nome tenha sido considerado *arbitrário* por Obata, vemos que essa arbitrariedade é relativa, na medida em que na composição do nome o sujeito designador não prescinde das duas discursividades a que nos referimos e que marca a interpelação no processo de designação.

Orlandi (2005), na mesma ocasião citada em nota, falando do discurso da gramática, afirma que o sujeito não pode resistir à língua sem ser marginalizado; ao cair fora da norma, dizendo, por exemplo, *nós vai*, *nós fumo*, pode ser reprovado. Ou seja, pode sofrer sanções, assim como o sujeito portador de um nome que é resultado de resistência, arbitrariedade ou ignorância³³ pode sofrer efeitos de marginalização, pois que há uma ordem que rege o processo discursivo de designação. E aqui também, “cair fora da norma” pode implicar em exposição, em diferença, em marginalização. Da mesma forma que na gramática concebe-se um sujeito pragmático que é livre para falar aquilo que quer, mas contanto que ele se submeta totalmente à gramática, também o sujeito pode ter a ilusão de escolher ou conceber qualquer nome, todavia sendo interpelado pelas normas e orientações que disciplinam essa prática discursiva.

1.3.2.1.3. A NÃO IMPUGNAÇÃO AO ATO DO REGISTRO PELO

OFICIAL

³³ Tivemos conhecimento do caso de um rapaz que levou o nome de Jueine (em Várzea Grande – MT, citado em documentos judiciais na Internet), quando a referência era *John Wayne*.

A terceira circunstância contemplada para a retificação do nome traz a presença e a responsabilidade do oficial de registro de cartório, que deve impugnar o registro de nomes que possam expor o seu portador ao ridículo. A mutabilidade, neste caso, se dá quando o registro de um nome não foi impugnado pelo oficial de registro. Em um cartório de Campinas - SP, no bairro São Bernardo, por exemplo, quando os oficiais de registro se deparam com circunstâncias em que os pais desejam registrar os seus filhos com nomes que podem expor o portador ao ridículo, e havendo insistência dos pais no registro daquele nome, os oficiais obrigam os pais a assinarem um documento no qual se responsabilizam pelo registro daquele nome. Esta foi a forma encontrada pelo cartório de isentar-se de responsabilidade nos casos em que eventualmente for questionada a impropriedade de um nome próprio.

1.3.2.1.4. A SOLICITAÇÃO DE SUBSTITUIÇÕES POR APELIDOS PÚBLICOS NOTÓRIOS

A quarta circunstância prevista para a retificação do nome civil, a saber, as solicitações de substituições por apelidos públicos notórios, tem por base a solidificação ou cristalização de um apelido público pelo qual a pessoa é ou passou a ser mais conhecida do que pelo seu nome próprio. Nesse caso, a identidade da pessoa é ou passou a ser associada a uma outra designação, que pode ser um nome ou um apelido, pelo qual o público consegue estabelecer uma relação entre ele, o sujeito, e o apelido. Esse caso costuma ser uma prática recorrente entre pessoas que desejam se beneficiar do reconhecimento coletivo para candidatar-se a cargos políticos.

1.3.2.1.5. ALTERAÇÕES EM RAZÃO DE PROTEÇÃO À TESTEMUNHA

No caso em que alterações são necessárias em razão de proteção à testemunha (a quinta circunstância prevista para retificação do nome civil), a intenção é justamente *não identificar*, ou seja, despistar, criar obstáculos, por meio da atribuição de outros nomes que não remetam à identificação ou localização das referidas testemunhas.

O que a análise do conteúdo das Normas da Corregedoria para o registro de nomes civis evidencia, quando contempla as circunstâncias para a retificação do nome, é que há algumas discursividades que devem ser observadas no momento de escolha ou composição de um nome próprio, para o bem-estar do sujeito designado. Discursividades que, uma vez transgredidas, tendem a expor o portador do nome aos reveses da diferença. As Normas exercem, assim, um efeito **disciplinador** em relação à prática discursiva de designação de pessoas, advertindo que não convém expor **aquele que vai receber o nome** a riscos ao escolher nomes que potencialmente recaem em um desvio em relação às identidades socialmente sedimentadas. Afinal, uma retificação só é admitida legalmente após se ter atingido a maioridade civil, circunstância em que o sujeito já vivenciou inúmeras experiências indesejáveis com o eventual “nome impróprio” que recebeu. O sujeito designador deve, então:

- 1) escolher ou conceber nomes que sejam grafados de acordo com a ortografia da língua oficial do Estado, a Língua Portuguesa, o que configura a interpelação pela Discursividade lingüística do nome;
- 2) escolher ou conceber nomes que sejam apropriados à identidade de gênero do sujeito, ou seja, atribuir nome de “homem” para “homem” e nome de “mulher” para “mulher”, caracterizando a Discursividade de gênero do nome;
- 3) escolher nomes que sejam resultantes de processos discursivos recorrentes na sociedade, ligados a interdiscursos

positivos na sociedade, prática que configura a interpelação pela Discursividade de idealidade do nome e/ou do referente.

Para além das discursividades lingüística, de gênero e de idealidade do nome ou do referente que apresentamos até então, gostaríamos de propor mais duas discursividades: a **Discursividade de efeito de evidência do nome** (que poderíamos chamar ainda de **Discursividade de transparência do nome**), e a **Discursividade de prefiguração discursiva de acontecimentos**. Ambas têm em sua base um imaginário de transparência do nome. O nome, sua etimologia ou interdiscursos que evoca, teria relação (ou espera-se dele que faça exercer uma relação) necessária com a pessoa a quem designa, ou com as circunstâncias que envolvem o nascimento ou desenvolvimento (desempenho). O que difere a *Discursividade de efeito de evidência do nome* da *Discursividade de prefiguração discursiva de acontecimentos* é o **tempo**: a primeira está voltada para o presente, para o momento de nascimento da criança, e a segunda está voltada para o seu futuro³⁴. Pela Discursividade de efeito de evidência do nome o sujeito designador se vê interpelado na escolha ou concepção do nome de tal forma que reflete nele as circunstâncias que envolvem o nascimento. Como exemplo, citamos a história do nome dado a *Moisés*, personagem bíblico, retratada no livro de Êxodo (cap. 2, 1-10), na qual a filha do Faraó encontra, em uma cesta de junco, um menino deixado pela mãe à beira do rio. É narrado o encontro da criança, em que a filha do Faraó o adota, e lhe dá o nome de Moisés, justificando: “Porque [...] eu o salvei das águas”, disse ela. Em nota de rodapé, da edição consultada, encontra-se a informação de que o nome “Moisés” vem do hebraico *Moschê*, que significa *retirado* (das águas), informando ainda que outra etimologia propõe o

³⁴ Propomos um deslocamento de abrangência do conceito de Discursividade de efeito de evidência do nome, no sentido de que ela não refira apenas uma prática de designação voltada para o nascimento da criança, mas também uma situação em que um nome ou apelido é atribuído a um sujeito em determinado momento de sua vida, em função de sua atuação, de seu mérito e desempenho.

sentido de *nascido* (das águas). Há, em sua etimologia, uma motivação em que a composição do nome *Moisés* remonta às circunstâncias em que a criança foi encontrada. Citamos ainda uma reportagem exibida na rede Globo de televisão em setembro de 2003, que relatava o caso de uma mãe que deu à luz na ambulância, a caminho do hospital. Não obstante as circunstâncias adversas, o parto obteve êxito, e a mãe, em entrevista, afirmou que a criança, que iria receber o nome de *Letícia*, teve o sobrenome *Vitória* acrescentado ao prenome, como forma de marcar a vitória obtida na circunstância³⁵.

Pela **Discursividade de prefiguração discursiva de acontecimentos**, há a interpelação por um discurso de que o nome exerça um efeito de evidência, tanto sobre a pessoa designada quanto sobre as pessoas com as quais ela vai interagir. Parte-se do pressuposto de que o nome, sua etimologia e interdiscursos que evoca, possam ser vistos como propriedades descritivas do portador do nome, ou que exerça um efeito de decalque de seus sentidos sobre o portador do nome, como se tivesse o poder de sobredeterminar aquele a quem designa. Se o nome parece, remete a algo, é porque essa aparência e remissão é considerada verdadeira; ela não seria arbitrária (assim se pensa ou assim se espera). Se parece, é porque tem tudo para ser. Assim, prefigura-se, pelo discurso, pelo nome, acontecimentos ao portador do nome. Esta discursividade apóia-se no imaginário do sujeito designador de que a maioria das pessoas tende a crer na aparência como sendo um caminho da essência, de que a aparência sobredetermina a essência, de que o parecer algo ou alguma coisa não é aleatório, mas uma prova que legitima a essência.

³⁵ Lembramo-nos de uma ocasião em que, entrevistando José Roberto Martins, que lançava o seu livro *Presságios, o livro dos nomes*, pela Alegro (2002a), o apresentador Jô Soares, em seu programa, referiu-se a um amigo que fora o único sobrevivente de um acidente aéreo, de nome *Renato Consorte*. Jô comentou o fato, remetendo o significado do nome à circunstância: Renato (renascido) Consorte (com sorte), dando um exemplo do que poderíamos chamar de uma designação pós-motivada.

Assim, chegamos a uma sistematização das discursividades que integram a tipologia discursiva de designação de pessoas:

- 1) Discursividade lingüística do nome;
- 2) Discursividade de gênero do nome;
- 3) Discursividade de idealidade do nome;
- 4) Discursividade de idealidade do referente;
- 5) Discursividade de efeito de evidência do nome (ou de transparência do nome);
- 6) Discursividade de prefiguração discursiva de acontecimentos.

O gesto de designação de uma pessoa não envolve uma única discursividade, necessariamente, mas pressupõe um embricamento de discursividades. O nome *Wesley*, por exemplo, que teve sua Discursividade lingüística afetada, além de ser marcado pela discursividade de gênero do nome, como qualquer outro nome³⁶, e pela Discursividade de idealidade do referente (a Língua Inglesa), é fortemente marcado pela Discursividade de prefiguração discursiva de acontecimentos, tendo em vista o discurso do seu pai, José Hélio da Silva: “Não quis que ele [o filho] fosse José, muito menos José da Silva. Também não quero que tenha a mesma vida que eu. **Meu filho vai estudar inglês e trabalhar com computador em Miami. Já tem nome para isso**” (grifo nosso).

Para propiciar condições para tratar especificamente do nosso objeto, do nome próprio grafado em Língua Portuguesa que traz, todavia, marcas da presença de *outra* língua, a Língua Inglesa, faremos uma breve reflexão acerca da questão da alteridade.

³⁶ Muito embora a quase totalidade dos nomes seja marcada pela discursividade de gênero, há que se considerar a existência de *nomes andróginos*, expressão com a qual referimos os nomes atribuídos tanto a homens quanto a mulheres, como *Lindomar*, *Rosimar*, *Valdeci*, que encontramos designando tanto homens quanto mulheres.

2.1. A PROBLEMÁTICA DO *OUTRO* EXTERIOR

Quero falar da descoberta que o *eu* faz do *outro*. O assunto é imenso. Mal acabamos de formulá-lo em linhas gerais já o vemos subdividir-se em categorias e direções múltiplas, infinitas. Podem-se descobrir os outros em si mesmo, e perceber que não se é uma substância homogênea, e radicalmente diferente de tudo o que não é si mesmo; eu é um outro. Mas cada um dos outros é um *eu* também, sujeito como eu. **Somente meu ponto de vista**, segundo o qual todos estão *lá* e eu estou só *aqui*, pode realmente separá-los e distingui-los de mim. Posso conceber os outros como uma abstração, como uma instância da configuração psíquica de todo indivíduo, como o Outro, outro ou outrem em relação a *mim*. Ou então como um grupo social concreto ao qual *nós* não pertencemos. Este grupo, por sua vez, pode estar contido numa sociedade: **as mulheres para os homens, os ricos para os pobres, os loucos para os “normais”**. Ou pode ser exterior a ela, uma outra sociedade que, dependendo do caso, será próxima ou longínqua: seres que em tudo se aproximam de nós, no plano cultural, moral e histórico, ou desconhecidos, estrangeiros cuja língua e costumes não compreendo, tão estrangeiros que chego a hesitar em reconhecer que pertencemos a uma mesma espécie (Todorov, 1999: 3-4).

A reflexão que abre este capítulo, de Todorov, ilustra bem o imaginário recorrente acerca da problemática do *outro*. De forma geral, costuma-se considerar o *outro* (a alteridade) como sendo *exterior* ao *eu*, e não como constitutivo da própria condição do sujeito e das relações sociais. O *eu*, como diz Todorov, é um *outro*, podem-se descobrir os *outros* em si mesmo. O *outro* assume diversas identidades, dependendo simplesmente, do ponto de vista do *eu*, que entendemos ser, por sua vez, determinado de acordo com o lugar que ocupa esse *eu* a cada momento nas práticas sociais. Assim, o critério para a consideração de um elemento

qualquer como pertencente à alteridade é determinado pelo ponto de vista, pelo lugar que ocupamos a cada momento nas práticas sociais, da mesma forma que o ponto de vista, para Saussure (1916), determina o objeto.

A localização espacial do *outro* pode estar a qualquer distância do *eu*, ou não ter nenhuma distância, como quando o problema está no próprio *eu*; pode estar na outra pessoa, na pessoa de sexo diferente do meu, de cor diferente da minha, pode estar na outra família, no outro time, na outra escola, no outro partido, na outra religião, no outro bairro, no outro município, no outro Estado, no outro país, no outro planeta, no *outro*, enfim, ao qual não pertencço ou não me identifico eventualmente ou que não se identifica comigo. Essa consideração pode ir até onde vai o nosso conhecimento do mundo e experiências, bem como até onde vai o nosso interesse, e de acordo com a causa envolvida. Quando somos ameaçados por uma intervenção de um outro país, então consolidamos o espírito nacional e nos unimos, solidarizamos-nos com o intuito de resguardar a integridade nacional; quando o que nos ameaça é a corrupção na política interna do país, o outro que queremos combater são os agentes dessa prática, conterrâneos nossos, que devendo representar o interesse da maioria representa, todavia, interesses próprios, de outra pessoa ou de um grupo; essa comutação de papéis e lugares que ocupamos a cada situação e que eventualmente atribuímos ao outro, é constitutiva do sujeito e de suas práticas. Emprestamos uma citação de Durkheim feita por Smith (1988): “*There can be no society which does not feel the need of upholding and reaffirming at regular intervals the collective sentiments and the collective ideas which make its unity and its personality*”³⁷. Da mesma forma, estendo essa sua reflexão para outros núcleos referenciais de identidade, como o próprio sujeito (quando se vê ameaçado por um

³⁷ “Não há nenhuma sociedade que não sinta a necessidade de sustentar e reafirmar, em intervalos regulares, os sentimentos e idéias coletivas que consolidam a sua unidade e a sua personalidade”, tradução nossa a partir do original em inglês.

outro sujeito, qualquer que seja), a sua família (quando ameaçada por uma outra família), o seu time (quando se vê ameaçado por outro time), etc.. Em suma, o outro pode se constituir em *outro* dependendo da causa, das circunstâncias, da posição que cada um ocupa (e da posição que atribui ao outro) em determinado momento na sociedade, como ilustra o diálogo abaixo, de Pascal.

- “Por que me matais?”

- “Como! Acaso não morais do outro lado da água? Meu amigo, se morásseis deste lado, eu seria um assassino e cometeria uma injustiça matando-vos assim; mas, como morais no lado de lá, eu sou um bravo e o meu ato é justo” (Pascal, 2003: 267 (293)).

Referências não faltam para ilustrar a relação social com a identidade e a alteridade. A língua é um dos primeiros referenciais. Por ela, podemos nos comunicar com o *outro*, ou bloquear a comunicação. Por ela podemos revelar os fatos, ou omiti-los. Podemos mostrar a realidade, ou o que consideramos realidade, ou refratá-la. Podemos dizer que, convenientemente, *descobrimos* um território, ao invés de dizer que invadimo-lo. A interpelação que determinará o posicionamento do sujeito dependerá da causa, circunstâncias e posição que ocupa, bem como dos valores nos quais se identifica e nos quais se reconhece. Essa ‘flexibilidade’ com que nos deslocamos, ou melhor, deslizamos dentro dos limites do território das identidades com as quais lidamos, evidencia uma relatividade, uma contradição ou uma dialética imanente da essência da espécie humana. Bakhtin (1929: 66) afirma que, em toda enunciação, por mais insignificante que seja, renova-se sem cessar essa síntese dialética viva entre o psíquico e o ideológico, entre a vida interior e a exterior. Sabemos, segundo ele, que cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os

valores sociais de orientação contraditória. A palavra revela-se, no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais, acrescenta.

Considerando-se a multiplicidade de pontos de vista e interesses que podem determinar o modo como nomeamos e representamos a realidade natural e/ou social, o discurso estabelece-se como referência potencial de conflito, na medida em que pode apresentar versões dessas realidades que não condizem com uma realidade de fato, ou que simplesmente não condizem com o ponto de vista dos envolvidos nos processos discursivos. No processo de produção de nossos discursos, no momento em que construímos as nossas representações sobre a realidade natural e/ou social, estamos sempre expostos a lidar com outros pontos de vista que também representam essas realidades de acordo como lhes parece ou convém. Segundo Bakhtin (1929: 32), o signo não apenas reflete a realidade, mas também a refrata, podendo distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico. Para Pêcheux (apud Henry, 1969: 26), a comunicação é um processo que se dá em um duplo movimento, na medida em que *realiza e mascara*, ao mesmo tempo, a comunicação. Esta duplicidade de movimento não quer dizer, segundo ele, que a linguagem não serve para comunicar, mas sim que este aspecto é somente a *parte emersa do iceberg*, razão pela qual sugere que renunciemos à concepção de linguagem como instrumento de comunicação.

Queremos, a partir deste momento, pensar *cada nome próprio de pessoa* atribuído efetivamente a qualquer brasileiro como *um discurso em Língua Portuguesa*, e nesse contexto pensar a presença de materialidades de outra língua nesse nome próprio. Essa *outra língua* que se faz presente na Língua Portuguesa, por meio do nome próprio, poderia ser qualquer língua, e não somente uma, mas várias línguas; mas o que temos predominantemente é a presença da Língua Inglesa, que por sua vez poderia ser de qualquer país falante do inglês, mas que, todavia, em nosso imaginário, se identifica cada vez mais com o inglês norte-americano.

Começamos por pensar no estatuto da palavra estrangeira, de forma geral, como forma de preparar o contexto para a compreensão da presença da Língua Inglesa, especificamente, na Língua Portuguesa.

2.2. O ESTRANGEIRO

Em sua obra *Marxismo e filosofia da linguagem*, Bakhtin (1929: 100-101) faz algumas reflexões em torno da percepção que o homem tem do caráter da **palavra nativa** e da **palavra estrangeira**. Ele afirma que a palavra nativa é percebida como um irmão, como uma roupa familiar: como a atmosfera na qual habitualmente se vive e se respira. A palavra nativa não apresenta nenhum mistério, só podendo apresentar algum na boca de um estrangeiro; mas nesse, na boca de um estrangeiro, a palavra muda de natureza, transforma-se exteriormente ou desprende-se de seu uso cotidiano. É somente nessas condições, segundo Bakhtin, que a “Palavra” nasce. Em outro trecho, ele acrescenta que a palavra estrangeira foi, efetivamente, o veículo da civilização, da cultura, da religião, da organização política, e que esse grandioso papel organizador da palavra estrangeira fez com que, na consciência histórica dos povos, ela se fundisse com a idéia de *poder*, de *força*, de *santidade*, de *verdade*, e obrigou a reflexão lingüística a voltar-se de maneira privilegiada para seu estudo (Bakhtin, 1929: 101, grifos do autor).

Nessas referências à palavra estrangeira, Bakhtin destaca a condição que essa palavra adquire, sem dificuldades, no contexto de uma língua materna. Deprendemos de sua reflexão que a presença de uma “variação” em meio a uma “identidade” quebra a rotina, chama a atenção e adquire evidência na sociedade que dela faz uso. É importante, segundo

Bakhtin, determinar o peso específico que um discurso tem na consciência lingüística de um dado grupo social em uma época. É importante, segundo ele, levar sempre em conta a posição que um discurso a ser citado ocupa na hierarquia social de valores (Bakhtin, 1929: 153). Assim, importa, em relação ao nosso objeto, observar o peso que a Língua Inglesa tem na hierarquia social de valores no Brasil. Sabemos tratar-se de uma língua que goza de prestígio em relação à outra língua qualquer. Fazemos uma comparação dos efeitos da presença de materialidades que evocam interdiscursos de Língua Inglesa nas produções discursivas da Língua Portuguesa com os efeitos que Bakhtin refere das “palavras e expressões de outrem” integrados no discurso indireto e percebidos na sua especificidade, para quem elas (palavras, expressões, e “materialidades”, diríamos) sofrem um “estranhamento”, que se dá justamente na direção que convém às necessidades do autor: elas adquirem relevo, sua “coloração” se destaca mais claramente [...] (Bakhtin, 1929: 163). O uso de **palavras** ou **materialidades lingüísticas** estranhas à identidade normativa de uma língua, na escrita ou na enunciação, cria um “estranhamento”, que convém às necessidades do sujeito, fazendo com que elas “adquiram relevo”, e que sua “coloração” se destaque claramente. Os nomes próprios considerados de origem de países de Língua Inglesa no Brasil, ou que apenas contenham materialidades lingüísticas que remetem à formações imaginárias em torno dessa língua, operariam como uma alusão, uma remissão ao discurso de outrem, no caso, a Língua Inglesa.

No percurso da palavra estrangeira, descrito por Bakhtin, ela estaria associada à aura de mistério que geralmente a sociedade lhe confere, possibilitando um “re--olhar”, um convite a uma consideração diferenciada dessa palavra, que pode resultar no seu “nascimento”, no seu surgimento na condição de *primeira vez*, de diferente, quiçá melhor. A palavra estrangeira, segundo ele, está fundida na consciência histórica dos povos com a idéia de *poder*, de *força*, de *santidade* e de *verdade*. Assim, entendemos que a interpelação pelo

discurso do estrangeiro tem antecedentes históricos, tem justificativas, da mesma forma que tem justificativa a primazia de uma língua, como tem a Língua Inglesa, como referência para alusão nas produções discursivas da Língua Portuguesa, no nome próprio em especial.

Holanda (1936: 165), comenta os traços por onde a intelectualidade brasileira ainda revela sua missão conservadora e senhorial. Refere-se em um dado momento aos efeitos que o estrangeiro parece exercer sobre o leitor brasileiro. Diz que, geralmente, certo tipo de erudição, sobretudo formal e exterior, bem como os epítetos supostamente científicos e as “citações em língua estranha” se destinam a deslumbrar o leitor como se fossem “uma coleção de pedras brilhantes e preciosas”. O prestígio de determinadas teorias que trazem o **endosso de nomes estrangeiros e difíceis**, e pelo simples fato de o trazerem, parece enlaçar-se, segundo Holanda, estreitamente a semelhante atitude. O Brasil, segundo ele, devia entrar em novo rumo, porque “se envergonhava” de si mesmo, de sua realidade *biológica*. Aqueles que lutavam por uma vida nova, segundo ele, representavam, talvez ainda mais do que seus antecessores, a idéia de que o país não pode crescer pelas suas próprias forças naturais: deve formar-se de fora para dentro, deve merecer a aprovação dos *outros* (p. 166, grifo do autor).

E visão semelhante à desta última afirmação, na citação acima, é apresentada por Varnhagen (1816-78), que segundo Reis (1999) é considerado o “Heródoto brasileiro”, e portanto, o fundador da história do Brasil:

Tais bárbaros e barbaridades ter-se-iam perpetuado neste abençoado solo, tal anarquia teria despovoado o território, se a providência divina não tivesse acudido a dispor que o cristianismo viesse ter mão a tão triste e depravado estado! Essas gentes errantes desfrutavam, sem os benefícios da paz e da cultura do espírito, do fértil e formoso solo do Brasil. Esse é o passado do Brasil que deverá ser esquecido ou que não deverá influenciar na construção do futuro na nação brasileira, se preservado. Deverá até ser preservado como antimodelo, como modelo daquilo que o Brasil não quer ser (Varnhagen apud Reis, 1999).

Desdobrando a reflexão de Varnhagen (1981), Reis (1999) observa que o presente-futuro do Brasil se assentaria em um outro passado, “naquele que veio do exterior” para pôr fim a essa barbárie e selvageria interiores. Com a chegada do cristianismo, do rei, da lei, da razão, da paz, da cultura, da civilização, com a chegada dos europeus a este território, o Brasil surgiu e integrou-se no seio da providência, segundo a visão de Varnhagen apresentada por Reis. Assim, a bússola que orientava os rumos para o desenvolvimento do Brasil apontava para o exterior, para o estrangeiro.

Aristóteles, em sua *Arte retórica* (p. 176), fez algumas reflexões acerca do poder que o estrangeiro exerce dentro de um contexto específico de identidade. Afirma que “desviar” uma palavra de seu sentido ordinário permite dar ao estilo maior dignidade. O estilo excita igualmente as diversas impressões que os homens experimentam perante os estrangeiros e perante seus compatriotas, afirma ele, razão pela qual importa dar ao estilo um ar estrangeiro, uma vez que os homens admiram o que vem de longe e que a admiração causa prazer, conclui.

Com base nessas reflexões, concebemos a recorrência a materialidades estrangeiras como um recurso de diferenciação e valorização do referente pelo discurso, de valorização do discurso como um todo, na medida em que as materialidades que corporificam essa diferença, e por conseqüência esse estrangeiro, mantêm uma memória discursiva de valor positivo, de poder e prestígio na sociedade. Passamos, a seguir, a explorar um pouco das razões que levam à interpelação por discursos de remissão à *Língua Inglesa* nas produções discursivas da Língua Portuguesa no Brasil.

2.3. A PALAVRA INGLESA NO BRASIL

Além de um conjunto expressivo de empréstimos à Língua Portuguesa, a Língua Inglesa encontrou *terreno fértil* na nomeação de empresas, produtos, serviços, idéias e instituições brasileiras. A adoção de itens lexicais específicos da Língua Inglesa no comércio brasileiro foi objeto de estudo de Thonus (1991: 65-74). Em seu artigo *Englishization of business names in Brazil*, a autora observa que o processo de *englishization* (anglo-americanização³⁸) do léxico brasileiro vem aumentando desde o início do século. Em pesquisa feita em nove cidades brasileiras, que variavam de capitais de 10 milhões de habitantes a cidades com menos de 50,000 habitantes, Thonus mostrou que a presença do inglês no cenário brasileiro não pode mais ser restringida a uma mera categoria de “estrangeirismos”, tendo se tornado importante na *nomeação e validação* de comércios, produtos e serviços brasileiros que circulam em território nacional e no exterior. O artigo documenta influências ortográficas, sintáticas e morfológicas do inglês em nomes comerciais brasileiros coletados de listas telefônicas, bem como de visualização pessoal de anúncios.

Sandmann (1993: 95-6) afirma que, em certo sentido, pode-se dizer que o **nome** de entidades comerciais e **de marcas** faz parte do marketing ou atividade promocional. Aspecto que tem freqüentemente chamado a atenção dos publicitários, segundo ele, é o aspecto gráfico, a saber, o uso de **letras** chamadas **exóticas** ou de **letras dobradas** que não são de uso do português. Em ambos os casos, informa ele, trata-se de especial **intenção chamativa**. Chama-se a atenção **contrariando a ortografia que já desde a alfabetização aprendemos a praticar**, conforme os exemplos que cita: *Ki Bankinha*, banca de jornais; *Ki Dogão*, carrinho de cachorro-quente; *Kédi Quê Pastelaria*; *Kibon*, nome já mais antigo e que esconde frase interjectiva; *Tallento: Salão de Beleza, Cabeleireira e Depilação*; *Ki-Kostela*, churrascaria e

³⁸ Usamos aqui o termo *anglo-americanização* como tradução da palavra *englishization*, mas pensando-se em todas as variantes da Língua Inglesa, onde quer que seja falada como língua materna.

restaurante; *Styllu's Academia*; *Autoescola Elle & Ella*; *Pharmantiga*, indústria de cosméticos. A influência estrangeira, segundo Sandmann, se faz sentir constantemente em nomes comerciais, quer no uso de nomes estrangeiros, quer no uso de genitivo anglo-saxão ou na ordem das palavras segundo o padrão anglo-saxão.

A presença de materialidades nos nomes que contrariam a ortografia com a qual estamos familiarizados, “que já desde a alfabetização aprendemos a praticar”, cria um efeito de alteridade ou estranhamento que confere visibilidade e destaque a esses nomes na homogeneidade da identidade normativa da Língua Portuguesa. Assim, o uso de letras exóticas, de letras dobradas não de uso do português ou mesmo o desvio em relação às regras gramaticais da Língua Portuguesa faz parte do **marketing** ou **atividade promocional** das empresas, na medida em que tem especial intenção de chamar a atenção para a loja, produto, serviço, idéia ou instituição que ela nomeia. Ferrara (1993: 22), refletindo sobre a questão da leitura do texto não-verbal, afirma que *o homogêneo não é passível de leitura*; da mesma forma, concebendo-se que o texto verbal, em especial os nomes comerciais, têm uma apresentação não-verbal (cores, formatos, textura, brilho, etc.), diríamos que o contraste das materialidades que integram o nome nos diversos contextos em que aparece (em anúncios, na loja, no produto, na língua), na escrita e/ou na enunciação, potencializa a possibilidade de destaque desse nome. E o nome estrangeiro cumpre esse papel de contraste, na medida em que difere da identidade normativa da Língua Portuguesa, e é notável que, dentre todas as línguas do mundo, o inglês tenha primazia como referência para nomeação no comércio brasileiro. E essa primazia advém da posição política e econômica de destaque que ocupam os países falantes de Língua Inglesa, em especial os Estados Unidos. Não se trata, portanto, de um mero efeito de contraste resultante da mistura de esquemas normativos de uma outra língua na Língua Portuguesa; na medida em que o contraste converge com a identidade da Língua

Inglesa, temos uma identificação com a sua cultura, com os seus valores. Não só há um contraste, como ele se traduz em uma identificação com a posição de prestígio da Língua Inglesa.

Alves (1988: 73) afirma que, em 1979, os *enlatados* norte-americanos já faziam do Brasil o seu 9º consumidor. Suas influências eram tão grandes que qualquer coisa que fugisse de seus padrões, desse modelo cultural norte-americano, era sentida como estranha, esquisita, e até mesmo *estrangeira* e, portanto, descartada como possibilidade de consumo. Ela faz referência a um concurso nacional de contos para novos escritores, realizado em 1976 pelo Unibanco, no qual 8 500 (oito mil e quinhentas) pessoas se inscreveram, totalizando 13 000 (treze mil) obras, das quais 02 (duas) faziam referência ao futebol, e nenhuma dizia respeito à qualquer aspecto da realidade cotidiana do cidadão médio brasileiro, mas à histórias de detetives, caçadores, safáris, *tarzans*, campeões de caratê etc., com personagens cujos nomes também deixavam entrever marcas de um colonialismo cultural, como *Dicky, John, James, Haley, Waln, Frank*, e outros nomes similares. Para o final da década de 70, essas manifestações nas superfícies discursivas de produções brasileiras eram expressivas, tendo em vista o desenvolvimento ainda relativo dos meios de comunicação de massa, comparado com o avanço atual desses meios.

Em contexto de globalização, onde a opulência da indústria cultural permite uma disseminação rápida, maciça e indiscriminada dos mais variados conteúdos culturais e ideológicos próprios de cada país, um dos fatores decisivos na expansão de uma língua dominante, conforme Celani (1976), são os veículos de informação por ela controlados. A presença de materialidades de origem de Língua Inglesa em diversas produções discursivas brasileiras tem se tornado uma manifestação diacrônica crescente desde a década de 60.

El-Dash & Busnardo (2001: 57) observam que o Inglês é uma língua estrangeira de grande prestígio e vitalidade no Brasil. Este fato, segundo elas, tem raízes na história: a emergência do Inglês como uma língua estrangeira dominante coincide mais ou menos com o crescimento da influência americana depois de 1964. Hoje, afirmam elas, são muitos os sinais da influência disseminada do Inglês, e em certos domínios de uso – tais como a música popular e a educação em nível superior – o Inglês parece, às vezes, mais importante do que a língua materna, o Português. Em algumas partes do país, segundo elas, a música popular brasileira é tocada somente por estações de rádio que travam uma constante batalha perdida contra a música rock e pop de Língua Inglesa: e muitos cursos universitários, acrescentam, são desenvolvidos em torno do uso exclusivo de textos em Inglês.

Das músicas internacionais reproduzidas nas estações de rádio brasileiras, a maioria é em Língua Inglesa. O mesmo se pode dizer dos filmes reproduzidos pelas emissoras de televisão, com o diferencial de que grande parte dos nomes próprios dos personagens desses filmes não sofre qualquer tipo de adaptação para a Língua Portuguesa, sendo reproduzidos de uma forma que se assemelha muito à forma como são pronunciados em Língua Inglesa. No cinema, no Brasil, prevalece a exibição de filmes produzidos em Língua Inglesa. Das músicas que compõem o repertório da música popular brasileira (MPB), muitas há que têm em suas letras palavras e até expressões inteiras em Língua Inglesa, como pudemos identificar em músicas interpretadas por Elis Regina, Lulu Santos, Marisa Montes, Elba Ramalho, Gal Costa, Belchior, Gilberto Gil, Guilherme Arantes, Zé Ramalho, e ainda outros. Na área da educação, em especial na graduação, muitos cursos se desenvolvem, conforme nos informaram El-Dash & Busnardo, a partir do uso exclusivo de textos em *Língua Inglesa*. O ensino da Língua Inglesa nos níveis do ensino fundamental e médio nas escolas brasileiras costuma dar enfoque ao aprendizado das quatro habilidades lingüísticas (compreensão escrita,

compreensão auditiva, produção oral e produção escrita), enquanto que em instâncias formais de avaliação, como o vestibular para ingresso em cursos de graduação, e provas de proficiência para ingresso em cursos de pós-graduação, avaliam-se exclusivamente a leitura (compreensão escrita). O resultado desse paradoxo pode ser percebido na reflexão de Faraco (2001: 114); para ele, o ensino de Língua Estrangeira na escola tem tido resultados, em geral, bastante precários. Para comprovar isso, afirma, basta verificar as inúmeras dificuldades (e até a total incapacidade) que os alunos universitários, depois de toda a escolaridade básica, apresentam quando se trata de ler um texto científico em outra língua. Essa insuficiência, segundo ele, traz limites para o desenvolvimento individual, na medida em que aqueles alunos se vêem impossibilitados de acessar importantes fontes de conhecimento que não estão em Língua Portuguesa nem chegarão a estar, em face da velocidade que caracteriza a dinâmica da ciência, da tecnologia e da cultura do mundo de hoje. São alunos que também não podem se beneficiar, segundo ele, das incontáveis vantagens trazidas pela Internet, já que parte significativa do material que circula nela está em Língua Estrangeira.

A estrutura escolar que comporta o ensino da Língua Inglesa nas escolas públicas, ao reproduzir as situações e condições de um aprendizado quase sempre limitado dessa língua estrangeira, corrobora para a consolidação de um imaginário de língua difícil, irrealizável, inatingível em sua plenitude, sendo responsável ainda pela instauração de um sentimento de incompletude, de falta e ausência que se completa e encontra complemento em usos e referências dessa própria língua. Constitui a Língua Inglesa um bem simbólico, ligado a um imaginário de superioridade, de *status* e de poder na sociedade brasileira.

Em uma pesquisa que avaliou as reações de atitudes geradas pela presença de sotaque suprasegmental na fala de **brasileiros** e **americanos** ao utilizarem inglês e português como língua estrangeira, respectivamente, Souza (2001) demonstrou, no que se refere às

atitudes dos brasileiros, que o sotaque suprasegmental norte-americano na leitura de um texto em português feita por norte-americanos afetou positivamente a avaliação dos informantes brasileiros a respeito dos norte-americanos. O estudo foi feito com base na técnica chamada *matched-guise*, que consiste na leitura de um mesmo texto por uma **mesma** pessoa em **duas** versões: cada uma delas com sotaques diferenciados. Assim, uma mesma pessoa lê duas vezes o mesmo texto, e em cada uma das vezes com sotaque distinto, com o objetivo de avaliar eventuais reações a sotaques específicos. No caso em questão, consistiu em uma fita com a gravação de nove trechos de um mesmo texto, traduzidos em português, e lidos por informantes norte-americanos em duas versões – uma com *muito* sotaque suprasegmental norte-americano e outra com *menos* sotaque suprasegmental norte-americano. Com a leitura do texto em português feita com menos sotaque suprasegmental norte-americano, houve um apagamento relativo das materialidades que evocavam o interdiscurso da presença norte-americana, e fez emergir a presença de uma identidade brasileira³⁹. O produto dessas gravações foi avaliado por brasileiros, e o resultado mostrou que os informantes que leram o texto em português **com maior sotaque suprasegmental norte-americano** obtiveram uma **melhor avaliação** por parte dos informantes brasileiros em relação a conceitos como: inteligência, desempenho, classe social, etc..

Consideramos esse resultado representativo do comportamento de uma faixa significativa de brasileiros, caracterizando uma postura que predispõe a uma avaliação positiva dos valores da cultura americana por brasileiros. O sotaque norte-americano mais acentuado na leitura do texto em português configurou a materialidade responsável por ressuscitar

³⁹ Como o estudo visava dois domínios lingüísticos distintos, Souza elaborou duas pesquisas paralelas, uma para cada domínio lingüístico (com brasileiros e norte-americanos lendo textos em inglês e português, respectivamente), para posteriormente verificar se seus resultados apresentavam semelhanças entre si. Aqui, citamos apenas o resultado de uma delas, o que revela a reação de brasileiros a americanos lendo textos em português, ora com muito ora com pouco sotaque suprasegmental americano.

interdiscursos da cultura norte-americana (ou de países de Língua Inglesa, em geral), e que os informantes brasileiros consideram referências de *status*, distinção, superioridade, qualidade e poder na sociedade brasileira, caracterizando um imaginário que consideramos recorrente no Brasil a respeito dos norte-americanos. Em contrapartida, os informantes que simularam um menor sotaque suprasegmental norte-americano, aproximando-se, portanto, dos padrões fonéticos da Língua Portuguesa do Brasil, tiveram uma redução na avaliação conceitual dos informantes brasileiros, o que configura, em nosso ponto de vista, indício de uma depreciação do valor cultural brasileiro, em contraposição à uma maior valorização da cultura norte-americana, ou de países de Língua Inglesa. Temos, assim, configurado o que consideramos um imaginário dominante acerca da Língua Inglesa, de seus falantes e cultura.

2.4. A IDENTIDADE E A ALTERIDADE: HÁ NOMES PRÓPRIOS BRASILEIROS?

A identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza (Mercer, 1990: 43).

No momento em que chamamos a atenção para a presença significativa da Língua Inglesa nas produções da Língua Portuguesa, não somente na forma de empréstimos, estrangeirismos e na prática de nomeação de lojas, produtos, serviços, idéias e instituições no Brasil, mas principalmente na prática discursiva de designação de brasileiros (no nome próprio), parecemos subentender a existência de um conflito na identidade lingüística da Língua Portuguesa, e assim ocorreu-nos perguntar, em especial, se se pode falar em uma identidade dos nomes próprios brasileiros. A reflexão de Mercer, que tomamos emprestada de

Hall (2000: 9), coloca que **a preocupação com a identidade** somente toma lugar a partir do momento em que a presença da alteridade ameaça a regularidade, a estabilidade, a homogeneidade daquilo com o qual estamos acostumados a conviver. O Projeto de Lei n.º 1676, apresentado pelo Deputado Federal Aldo Rebelo à Câmara Federal no segundo semestre de 1999, e aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação em março de 2001, que restringe o uso de estrangeirismos na Língua Portuguesa⁴⁰, bem como a reportagem de *Época* (14/08/00), que referiu-se ao fenômeno crescente de brasileiros a atribuírem nomes estrangeiros aos filhos (sem que tenham parentesco com pessoas de países estrangeiros), constituem referências que evidenciam uma preocupação com a **identidade** das produções discursivas brasileiras, na medida em que essas produções se afastam do que seria recorrente, padrão, normativo, ou simplesmente característico das produções da Língua Portuguesa. A presença de materialidades diferentes (aspectos morfológicos, lexicais, sintáticos, fonéticos) ganha visibilidade e acarreta a **dúvida** e a **incerteza** a respeito do que se considera ser a identidade das produções discursivas da Língua Portuguesa. Uma descaracterização ameaça tomar espaço.

Segundo informações constantes do *site* da **Enciclopédia das Línguas no Brasil**⁴¹, em países de colonização, como o Brasil, dá-se o processo que se chama *heterogeneidade lingüística*, pelo qual a língua funciona em uma identidade dupla. Desse modo, línguas que são consideradas as mesmas, porque se historicizam de maneiras diferentes em sua relação com a formação dos países, são línguas diferentes. Ou seja, falamos, segundo o *site*, a “mesma” língua, no caso do português do Brasil e o de Portugal, mas falamos de modo

⁴⁰ São diversas as fontes que fazem referência à questão. Citamos aqui duas fontes da *Internet*, presentes nos *sites* <http://www.uel.br/projetos/trialogos/simp/simp04.htm>, e <http://www.comciencia.br/entrevistas/aldorebelo.htm>.

⁴¹ Esta enciclopédia virtual, a *Enciclopédia das Línguas no Brasil*, sob coordenação do Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães, é um dos projetos de pesquisa desenvolvidos pelo Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas. Ela se encontra na página do Instituto, www.iel.unicamp.br, no link **Projetos de Pesquisa do IEL**.

diferente. A unidade aqui não refere mais o português do Brasil ao de Portugal, mas à unidade e variedades existentes aqui mesmo no Brasil. Lê-se ainda, no *site*, que a chegada do português às diversas regiões do Brasil se deu em épocas diferentes, e com a vinda de falantes do português de regiões diferentes. Isto, somado à relação com outras línguas, às línguas indígenas que aqui eram faladas, e situações diferentes em que o português era utilizado, levaram a uma diferenciação do português no Brasil, conhecida em geral pelo nome de dialetação. Esta diferenciação da Língua Portuguesa na História do Brasil, prossegue o *site*, diz respeito aos diversos aspectos da língua (como o fonético, o morfológico, o sintático e o lexical). Mas a diferença mais significativa, segundo o *site*, talvez diga respeito ao fato de que o funcionamento da língua no Brasil (que normalmente se chama “enunciação”, lê-se no *site*) envolve um conjunto de relações com outras línguas e uma discursividade brasileira. No Brasil, segundo informações do *site*, a Língua Portuguesa é atualmente falada por praticamente toda a população (cerca de 157 milhões de pessoas, segundo a contagem da população do IBGE de 1996). Há no Brasil, no entanto, muitas outras línguas, observa o *site*, como as línguas indígenas (cerca de 180 línguas diferentes), e as línguas de origem européia ou oriental que vieram para o Brasil com o processo de imigração no final do século XIX e início do século XX, principalmente. Como língua oficial do País, o Português é a língua obrigatória em todos os documentos e atos oficiais e no ensino de modo geral.

Não obstante essa obrigatoriedade, a diversidade lingüística no Brasil torna uma tarefa difícil poder se falar em uma *identidade discursiva de nomes próprios brasileiros*. Apesar da existência dessa diversidade, após quinhentos anos do “descobrimento”⁴² do Brasil

⁴² A questão ideológica de como se referir a esse processo, se fruto de descoberta, exploração ou invasão, traz à tona um exemplo de relação com a alteridade, o modo pelo qual um determinado povo ou nação vê, entende e se relaciona com o outro, com seus direitos, suas condições, sua realidade. E talvez seja por encarar esse outro como selvagem, inferior, estrangeiro, destituído de qualidades e condições que o insiram no mesmo quadro de

e de todos os processos de colonização que o acometeram (sem deixar de considerar contudo a existência de outras formas de colonização, como o colonialismo tecnológico, citado por Memmi (1977: 4)), é possível se falar em uma *identidade normativa* relativa da Língua Portuguesa no Brasil, principalmente considerando o estado atual de avanço científico-tecnológico dos meios de comunicação de massa, como o rádio, a televisão, os jornais, os livros, os periódicos, a *Internet*, a telefonia, que com alcance em todo o território nacional, tornam presente no cotidiano do brasileiro uma gama muito grande de referências de produções discursivas que possibilitam à língua uma relativa estabilidade. A *identidade normativa*, conforme vimos na seção 1.3.2.1.1, a partir do conceito que derivamos de Bakhtin, apresenta esquemas lingüísticos, no nível fonético, gramatical e lexical, que permitem ao indivíduo distinguir uma palavra, um som, uma estrutura de sua língua de outra que não lhe pertence. E ainda que não se possa falar em identidade lingüística, entendemos que neste momento é tarefa menos árdua, embora não menos complexa, do que há quinhentos anos atrás. Podemos falar e nos referir à *sedimentações* ou *precipitações discursivas*, ou ainda, a uma *identidade normativa*, tornadas possíveis ao longo de cinco séculos de Brasil, e principalmente com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa. Ao mesmo tempo em que discursos e variações lingüísticas, consideradas específicas de determinadas regiões, ascenderam com o auxílio do avanço dos meios de comunicação de massa para um

referência a que pertencem, que se pode entender a conveniência do termo “descoberta” como normalmente é referido na história. Bosi (1992: 12) afirma que nem sempre o colonizador se verá a si mesmo como a um simples conquistador, vendo a necessidade de passar aos descendentes a imagem do **descobridor** e do **povoador**, títulos a que, enquanto pioneiro, faria jus. Ele afirma que, em 1556, quando já se difundia pela Europa cristã a *leyenda negra* da colonização ibérica, decretou-se na Espanha a **proibição oficial** do uso das palavras *conquista* e *conquistadores*, que deveriam ser substituídas por *descubrimiento* e *pobladores*, isto é, descoberta e colonos, como observa Bosi. O uso orientado da palavra, nesse caso, em que se proibiu por decreto o uso das palavras *conquista* e *conquistadores*, tem a intenção de evitar o contato com os sentidos e implicações que essas e outras palavras (como *invasão*, *exploração*) teriam no contexto político. Temos uma instância em que o objeto, o território, é determinado pela posição ideológica do sujeito. A designação ideológica do ato como *descobrimiento*, no caso citado, favorecia os espanhóis, na medida em que orientava a interpretação para determinados sentidos, apagando, evitando ou silenciando sentidos inconvenientes.

cenário geográfico mais abrangente no Brasil, a ampliação da qualidade e do alcance desses meios trouxe consigo também o contato com produtos culturais de outros países, mais intensamente os de Língua Inglesa. Da mesma forma, nomes que eram considerados específicos de uma determinada região, comunidade ou país, passam a ter circulação em um espaço geográfico mais abrangente.

Tendo considerado a designação de pessoas um gesto discursivo determinado pelas condições de produção do discurso, a compreensão dessas condições torna-se essencial para se compreender a presença da Língua Inglesa na Língua Portuguesa. Artigo da revista *Época* de 2000 dava conta que, nos registros dos cartórios das grandes cidades, um terço dos brasileiros de famílias pobres tem nome estrangeiro. O termo “estrangeiro”, todavia, deve ser entendido aqui como se referindo especificamente a países de Língua Inglesa, considerando que a quase totalidade desses nomes a que se refere o artigo contém materialidades que evocam interdiscursos de Língua Inglesa. No ano de 1999, o cartório da Vila Prudente, que abarca uma população de mais de 1 milhão de pessoas na Zona Leste de São Paulo, contabilizou, segundo a reportagem de *Época*, a chegada ao mundo de quase duas vezes mais prenomes estrangeiros como *Wesley* do que prenomes brasileiros como *José*. Três décadas antes, em 1970, não figurava no arquivo um único *Wesley*, mas havia o triplo de *José*. Dos 5.436 nomes registrados em 1970, menos de 5% eram estrangeiros, mas em 2000, eles ultrapassavam 30% do total. O retrato que surge dos livros do cartório do bairro paulistano, segundo a reportagem, é reproduzido (ou tende a reproduzir-se, sendo uma mera questão de tempo) em todas as grandes cidades do Brasil. O crescimento da prática de atribuição de nomes próprios característicos de países de Língua Inglesa, ou com materialidades de Língua Inglesa, coincide com a abertura das portas nacionais para o comércio com os Estados Unidos, bem como com o desenvolvimento dos meios de comunicação; efeitos de uma política

econômica da sociedade se refletem nas práticas discursivas. É na palavra que encontramos indícios de movimentos, percursos e transformações, incipientes ou em processo na sociedade, resultados da relação do sujeito com as condições de produção.

É portanto claro, nos informa Bakhtin (1929: 41), que a palavra será sempre o *indicador* mais sensível de todas as transformações sociais, e será o indicador, segundo ele, até mesmo daquelas transformações que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. **A palavra**, prossegue Bakhtin, constitui **o meio** no qual se produzem **lentas acumulações quantitativas de mudanças** que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. Ela é capaz, segundo ele, de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais.

Nessas reflexões de Bakhtin, vemos embutida uma referência ao caráter autônomo, ou pelo menos superior, da palavra em relação ao sujeito; ela assume uma importância ou um papel mais preponderante em relação ao discurso que o sujeito *produz*. E tanto a presença da palavra inglesa no Brasil, como empréstimo ou estrangeirismo, como a palavra ou nome próprio com materialidades de Língua Inglesa, constituem **indicadores sensíveis** de transformações na sociedade, mesmo tratando-se de transformações que apenas despontam, que ainda não assumiram formas definidas, que ainda estão em curso. A abertura das portas nacionais para o comércio norte-americano a partir da década de 60, associada ao desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, configuram um referencial importante para a compreensão da presença da Língua Inglesa no cenário discursivo brasileiro. As condições de produção tornam-se determinantes dos conteúdos discursivos produzidos pelo sujeito.

Ao propormos apresentar um panorama das condições de produção que ajude a compreender a incorporação de materialidades de Língua Inglesa em muitas produções discursivas brasileiras, em especial no nome próprio de pessoa, sentimos a necessidade de remetermos um olhar a condições de produção mais amplas, para além da hegemonia dessa língua, que a princípio poderia bastar como argumento. Remetemo-nos, assim, aos primórdios do processo que resultou na constituição do espaço brasileiro, de seu povo e suas práticas discursivas; interessa-nos de modo especial a tarefa de identificar o espírito dos primeiros colonizadores, a motivação que os movia e determinava as relações, o estado de espírito que se estabeleceu nesse espaço pelo contato com os nativos e escravos, as tensões internas das relações, em suma, constituindo referenciais que eventualmente tenham contribuído para a formação do povo brasileiro. Indícios e antecedentes é o que procuramos. Muitas obras se inscrevem no circuito historiográfico propondo retratos de aspectos dessa realidade, todas elas objeto de críticas no mesmo meio. Entre elas, citamos *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1936), *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Junior (1942), *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre (1963), *O povo brasileiro*, de Darcy Ribeiro (1995), *Dialética da colonização*, de Alfredo Bosi (1992), *História da América Portuguesa*, de Rocha Pita (1952), e mesmo *História geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen (1981). Os três primeiros, segundo Antonio Candido (1967), são livros-chaves, que parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo. Ao lado de tais livros, prossegue Candido, a obra por tantos aspectos penetrante e antecipadora de Oliveira Vianna (*O povo brasileiro e sua evolução*) “já parecia superada, cheia de preconceitos ideológicos e uma vontade excessiva de adaptar o real a desígnios convencionais”. Nada que se compare, todavia, a Varnhagen, imaginamos, no que diz respeito a preconceitos e

parcialidades extremos, sem querer fazer apologia à neutralidade no/do discurso. E muito embora Holanda tenha considerado o seu próprio livro “superado e plenamente datado”, ensaístico, meramente interpretativo e não uma pesquisa rigorosa e exaustiva, conforme resgata Reis (1999: 143) a partir de um artigo do próprio Holanda (*Semana ...*, 1992: 21), não retiramos ou amenizamos seu valor histórico, antes vemos nele importante referencial para a compreensão de aspectos do comportamento do brasileiro. Sérgio Buarque de Holanda não tem razão, afirma Reis (1999: 143), primeiro porque, superados e datados são todos os clássicos da historiografia brasileira e nem por isso deixam de ser ‘clássicos’; segundo, prossegue ele, porque ensaios e interpretações históricas são importantíssimos para a pesquisa rigorosa e exaustiva posterior: são seminais, oferecem idéias e sugestões de pesquisa monográfica, oferecem uma síntese, uma visão global que têm valor inestimável, mesmo que instáveis, lacônicas e precárias. Aliás, uma síntese, segundo ele, não é feita para fechar ou encerrar um debate – ela o abre e orienta, é uma referência, um interlocutor, um quadro teórico. *Raízes do Brasil*, de acordo com Reis, abriu e orientou um debate fecundo sobre o passado e o futuro do Brasil; tornou-se uma referência, uma interlocução, um quadro teórico indispensável (Reis, 1999: 143).

No *post-scriptum* que escreveu do livro *Raízes do Brasil*, Antonio Candido afirma que cinquenta anos depois de lançada, essa obra continua sendo um dos guias no conhecimento do Brasil, e que, na ocasião em que compunha esse *post-scriptum*, em 1986, continuava achando *o mesmo e mais alguma coisa*. E é nessa obra de Holanda, em especial, que amparamo-nos para buscar referências que nos auxiliem em nossa tarefa.

2.5. O PERFIL DO BRASILEIRO

A exploração dos trópicos para a civilização pelos pioneiros portugueses, que resultou na colonização do Brasil, não se processou, em verdade, segundo Holanda (1936: 43), por um empreendimento metódico e racional, “não emanou de uma vontade construtora e enérgica: fez-se antes com desleixo e certo abandono. Dir-se-ia mesmo que se fez apesar de seus autores”. O autor assinala dois princípios que existem nas formas de vida coletiva, que se combatem e regulam diversamente as atividades dos homens, princípios esses que se encarnam em dois tipos: o **aventureiro** e o **trabalhador**. Para o aventureiro, o objeto final, a mira de todo esforço e o ponto de chegada assumem relevância tão capital, que chega a dispensar, por secundários, quase supérfluos, todos os processos intermediários; seu ideal será colher o fruto sem plantar a árvore (Holanda, 1936: 44). O trabalhador, por sua vez, é aquele que enxerga primeiro a dificuldade a vencer, não o triunfo a alcançar: “O esforço lento, pouco compensador e persistente, que no entanto, mede todas as possibilidades de desperdício [*sic*] e sabe tirar o máximo proveito do insignificante, tem sentido bem nítido para ele. Seu campo visual é naturalmente restrito. A parte maior do que o todo”. Existe, segundo Holanda, uma ética do trabalho, como existe uma ética da aventura: “o indivíduo do tipo trabalhador só atribuirá valor moral positivo às ações que sente ânimo de praticar e, inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades próprias do aventureiro – audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem – tudo, enfim, quanto se relacione com a concepção *espaçosa* do mundo, característica desse tipo”. Por outro lado, prossegue o autor, as energias e esforços que se dirigem a uma recompensa imediata são enaltecidos pelos aventureiros; as energias que visam à estabilidade, à paz, à segurança pessoal e os esforços sem perspectiva de rápido proveito material passam, ao contrário, por viciosos e desprezíveis para eles; nada lhes parece mais estúpido e mesquinho do que o ideal do trabalhador. Resta dizer que, na obra da conquista e colonização dos novos mundos, coube ao “trabalhador”, no

sentido especificado por Holanda, papel muito limitado, quase nulo. Ou seja, para a interpretação da nossa história, interessa notar, conforme resume Antonio Candido no prefácio à obra de 1967, que o continente americano foi colonizado por homens do tipo aventureiro.

Holanda (1936: 107) resgata trechos da carta do padre Manuel da Nóbrega (do ano de 1552) que se referem ao perfil dos colonizadores. Segundo seu relato, Nóbrega afirmava que, de todos os que vieram de Portugal, nenhum tinha amor ao Brasil; todos queriam atuar em seu próprio proveito, à custa da terra, porque tinham o interesse de deixá-la; preferiam ver sair do Brasil muitos navios carregados de ouro do que muitas almas para o Céu. “Não querem bem à terra, pois têm sua afeição em Portugal; nem trabalham tanto para favorecer, como por se aproveitarem de qualquer maneira que puderem”, dizia Nóbrega em sua carta.

O foco nos portugueses, ao nos referirmos ao processo de colonização do Brasil, deve-se à preponderância que estes tiveram sobre os demais grupos, como franceses, espanhóis, ingleses e holandeses. Deste último, Holanda (1936) fala da dificuldade de adaptação ao novo espaço em processo de conquista; afirmou que o zelo animador na sua notável empresa colonial só muito dificilmente transpunha os muros das cidades e não podia implantar-se na vida rural do Nordeste, sem desnaturá-la e perverter-se. Assim, a Nova Holanda, afirma (1936: 63-4), exibia dois mundos distintos: o esforço dos conquistadores batavos limitou-se a erigir uma grande fachada, que só aos incautos podia mascarar a verdadeira, a dura realidade econômica em que se debatiam. Seu empenho de fazer do Brasil uma extensão tropical da pátria européia, prossegue Holanda, sucumbiu desastrosamente ante a inaptidão que mostraram para fundar a prosperidade da terra nas bases que lhe seriam naturais, como, bem ou mal, já o tinha feito os portugueses, observa. Segundo todas as aparências, o bom êxito dos portugueses resultou justamente de não terem sabido ou podido

manter a própria distinção com o mundo que vinham povoar; sua fraqueza, segundo Holanda, foi sua força.

Ao contrário do que sucedeu aos holandeses, que não conseguiram se adaptar à região tropical, o português entrou em contato íntimo e freqüente com a população de cor. Mais do que nenhum outro povo da Europa, segundo Holanda (p. 64), o povo português cedia com docilidade ao prestígio comunicativo dos costumes, da linguagem e das seitas dos indígenas e negros. “Americanizava-se ou africaniza-se, conforme fosse preciso. *Tornava-se negro*, segundo expressão consagrada da costa da África” (grifo do autor). A simpatia transigente e comunicativa que a Igreja católica soube infundir nos homens (que segundo Holanda era mais universalista ou menos exclusivista do que o protestantismo dos calvinistas holandeses) tornou-se mais um diferencial no processo do estabelecimento do povo português na nova terra. E a isso, Holanda (p. 53) acrescenta outra face bem típica da extraordinária plasticidade social dos portugueses: “a ausência completa, ou praticamente completa, entre eles, de qualquer orgulho de raça”. Essa modalidade de seu caráter, afirma Holanda (p. 53), explica-se muito pelo fato de serem os portugueses, em parte, e já ao tempo do descobrimento do Brasil, um povo de mestiços. Para ele, o Brasil não foi teatro de nenhuma grande novidade: a mistura com gente de cor tinha começado amplamente na própria metrópole. Já antes de 1500, graças ao trabalho de pretos trazidos das possessões ultramarinas, observa Holanda (1936: 53), fora possível, no reino, estender a porção do solo cultivado, desbravar matos, dessanhar pântanos e transformar charnecas em lavouras, com o que se abriu passo à fundação de povoados novos. Os benefícios imediatos que de seu trabalho decorriam, segundo ele, fizeram com que aumentasse incessantemente a procura desses “instrumentos de progresso material” [os pretos], em uma nação onde se menoscabavam cada vez mais os ofícios servis. Em resultado de tudo isso, prossegue Holanda (p. 66), a mestiçagem que

representou notável elemento de fixação ao meio tropical não constituiu, na América portuguesa, fenômeno esporádico, mas, ao contrário, processo normal. Foi, em parte graças a esse processo, afirma Holanda, que eles puderam, sem esforço sobre-humano, construir uma pátria nova longe da sua.

A concessão de autorização por autoridades para o exercício de profissões e cargos que exigiriam formação prévia começou a ocupar espaço como prática. Segundo Holanda (p. 58), uma simples licença com fiador era o bastante para o exercício de qualquer profissão, abrindo-se desse modo malhas numerosas na disciplina só aparentemente rígida das posturas. Vemos em gestos como esse possíveis sementes do protecionismo e do favorecimento no Brasil. “E essa ânsia de prosperidade sem custo, de títulos honoríficos, de posições e riquezas fáceis, tão notoriamente característica da gente de nossa terra, não é bem uma das manifestações mais cruas do espírito de aventura?”, pergunta Holanda (p. 46). Acaba por dizer que o gosto da aventura, responsável por todas essas fraquezas, teve influência decisiva (não a única decisiva, ele ressalta) em nossa vida nacional. Em um conjunto de fatores tão diversos, como as raças que aqui se chocaram, os costumes e padrões de existência que nos trouxeram, as condições mesológicas e climatéricas que exigiam longo processo de adaptação, **o gosto pela aventura**, segundo ele, foi o elemento orquestrador por excelência (grifo nosso).

Pensamos haver uma diferença acentuada de efeitos a que pode levar uma orientação por ideais católicos ou protestantes. A orientação de base católica, juntamente com o gosto pela aventura apontado por Holanda, nos parece decisiva na sobredeterminação do espírito do brasileiro. Vigorava um sentimento que instigava a prática de se querer benefícios sem sacrifícios, a lei do menor esforço, do fim sem necessariamente galgar os lentos degraus dos processos que engendram o meio. Holanda (p. 40) adverte acerca do efeito que a sua descrição sobre o perfil das raízes do povo brasileiro pode exercer sobre algumas pessoas;

afirma que, no caso brasileiro, a verdade, por menos sedutora que possa parecer a alguns dos nossos patriotas, é que ainda nos associa à península Ibérica, a Portugal especialmente, uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir, até hoje, uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa. De lá, segundo ele, nos veio a forma atual de nossa cultura: “ O resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma”. Não obstante o caráter acentuado de suas descrições, referências e pontos de vista, que pode passar por caricatura ou estereótipo, vemos um certo peso nessas características descritivas, um certo valor histórico que um sentimento de nacionalidade não deveria ofuscar. Segundo entendemos, elas ajudam a compreender muitas das práticas cotidianas do brasileiro.

Mas há outros traços, segundo Holanda (p. 164), por onde nossa intelectualidade ainda revela sua missão nitidamente conservadora e senhorial. Um deles é a presunção, ainda em nossos dias tão generalizada entre seus expoentes, de que o verdadeiro talento há de ser espontâneo, de nascença, como a verdadeira nobreza, pois os trabalhos e o estudo acurado podem conduzir ao saber, mas assemelham-se, por sua monotonia e reiteração, aos ofícios vis que degradam o homem.

Não podemos deixar de reiterar o papel coadjuvante que a Igreja católica desempenhou nesse contexto. Ginzburg (1989: 95-117) faz referência a uma má interpretação de um trecho da *Epístola aos Romanos* 11, 20 que circulou por séculos, e que, em nosso ponto de vista, se reflete em gestos que desestimulam o estudo, a reflexão, o questionamento. Ele cita o trecho específico em grego em que são Paulo exortava os romanos convertidos ao cristianismo a não desprezar os hebreus, pois que a mensagem de Cristo, segundo subentendia-se na escrita de são Paulo, é universal, justificando daí a exortação “Não te ensoberbeças, mas teme...”, que são Jerônimo, em sua *Vulgata*, traz como passagem

correspondente: “*nolli altum sapere, sed time*”⁴³. No Ocidente latino, a partir do século IV, segundo Ginzburg, o trecho foi muitas vezes mal-entendido: “*sapere*” foi entendido não como um verbo de significado moral (“sê sábio”), mas como um verbo de significado intelectual (“*conhecer*”); e a expressão adverbial “*altum*”, por outro lado, foi entendida como um substantivo que designa “aquilo que está no alto”⁴⁴. E assim, a condenação da **soberba moral** pronunciada por São Paulo tornou-se uma censura contra a **curiosidade intelectual**. Por séculos e séculos, afirma Ginzburg, as palavras paulinas, extraídas do contexto, foram citadas por autores laicos ou eclesiásticos como texto óbvio contra qualquer tentativa de ultrapassar os limites do intelecto humano. O conjunto de todos esses fatores constituiu o contexto sob o qual se desenvolveria a civilização brasileira: o perfil do povo que aqui surgia se via afetado, embora não definido, por essas realidades.

⁴³ Ginzburg cita em nota o texto da passagem em latim, e citamos a tradução que aparece em português na obra que consultamos: “Porque, se alguns dos ramos foram quebrados tu, porém, sendo oliveira silvestre, foste enxertado neles e foste feito participante da raiz e da seixa da oliveira, não te vanglories contra os ramos. Porque, se te vangloriares, saibas que não és tu que sustentas a raiz, mas a raiz a ti. Dizes, porém: Os ramos foram quebrados para que eu fosse enxertado. Muito bem, foram quebrados por causa da incredulidade; tu, porém, estás firme pela fé: **não te ensoberbeças, mas teme**. Pois, se Deus não poupou os ramos naturais, nem a ti poupará” (destaque nosso).

⁴⁴ Ginzburg faz algumas reflexões acerca da concepção que as diversas culturas têm acerca da noção **alto** e **baixo**, e valores correspondentes. Para ele, a espécie humana tende a representar a realidade em termos de opostos; o fluxo das percepções é decomposto na base de categorias nitidamente contrapostas: luz e sombras, calor e frio, alto e baixo. Mas, entre essas categorias, nenhuma é tão universal, afirma Ginzburg, como a oposição **alto/baixo**; é significativo que digamos que algo é “elevado” ou “superior” – ou, inversamente, “baixo” ou “inferior” – sem nos darmos conta do motivo por que aquilo a que atribuímos maior valor (a bondade, a força etc.) deva ser colocado no alto. Ginzburg apresenta uma hipótese para explicar essa associação: a prolongada infância do homem, a excepcional lentidão do seu desenvolvimento físico e intelectual explicam de modo plausível a identificação imediata daquilo que é alto com a força, a bondade e assim por diante; à criança privada de qualquer recurso, o adulto poderosíssimo aparece como a encarnação de todos os “valores”. Fato, porém, é que cada civilização, prossegue Ginzburg, situou a fonte do poder cósmico – Deus – nos céus; assim, voltando à passagem da *Vulgata* de onde partiu, Ginzburg observa que a advertência contra a pretensão de conhecer as coisas “altas” referia-se a níveis diversos da realidade, mas ligados entre si: a) **a realidade cósmica**: é proibido olhar os céus e, em geral, os segredos na Natureza (*arcana naturae*); b) **a realidade religiosa**: é proibido conhecer os segredos de Deus (*arcana Dei*), como a predestinação, o dogma da Trindade e assim por diante; c) **a realidade política**: é proibido conhecer os segredos do poder (*arcana imperii*), isto é, os mistérios da política. Trata-se, segundo Ginzburg, de aspectos diferentes da realidade, cada um deles com uma hierarquia bem definida; diferentes, mas ligados entre si – ou, mais precisamente, reforçados reciprocamente por meio de analogias.

3.1. PALAVRA E REALIDADES NATURAL E SOCIAL

Sabemos, pela tradição dos estudos da linguagem, da arbitrariedade do signo lingüístico, de sua imotivação, ou seja, de que não existe entre a palavra e o objeto representado uma relação necessária que justifique a associação (Saussure, 1916). Daí termos palavras diferentes, em diferentes línguas, como por exemplo as palavras “janela”, em português, *window*, em inglês, ou *fenêtre*, em francês, para se referirem a um mesmo e único objeto. Mesmo as onomatopéias, construções que materializam uma reprodução aproximada de um som natural com os recursos que uma língua dispõe, têm diferentes registros em diferentes línguas. Mas na história da humanidade é possível encontrar diversos registros que ilustram o uso de palavras motivadas. Nos escritos bíblicos é comum a referência a nomes próprios que foram atribuídos de acordo com a condição, contexto ou situação em que o sujeito nasce ou é acolhido na sociedade.

Faz parte da tradição lingüística dos povos a economia lingüística, sem a qual haveria conjuntos lexicais extremamente extensos. Assim, é costume nomear um referente⁴⁵ por associação a práticas sociais, indivíduos, povos, objetos, elementos da natureza, etc.,

⁴⁵ A palavra *referente*, como substantivo, não deve ser entendida, aqui e em todos os momentos em que aparecer no corpo do texto, como vinculada à uma concepção referencialista do nome, mas será utilizada com a intenção de relacionar a palavra com o objeto que ela refere, seja esse objeto um produto, um serviço, uma empresa, uma pessoa, uma idéia, etc.; é, portanto, uma expressão genérica de referência; quando se tratar de referir uma pessoa, especificamente, usaremos a palavra *sujeito*. Para uma leitura que retoma reflexões da lógica, e também da semântica e da pragmática acerca do nome próprio, sugerimos duas obras que fazem uma revisão da questão: Brito (2003), com sua obra *Nomes próprios: semântica e ontologia*, e Campos (2004), com o livro *Os enigmas do nome: na interface lógica/semântica/pragmática*.

estendendo as características, propriedades, comportamentos, discursos associados à essas práticas sociais, etc., ao referente designado ou em vias de designação. Bromberg & Gale (1998: 67-82) observam que muitas palavras derivam de nomes de pessoas. *Pasteurização*, por exemplo, é um tratamento concebido por Louis *Pasteur*, bacteriologista francês, para destruir microorganismos no leite. A *guilhotina*, aparelho usado para decapitar pessoas, foi nomeado a partir de J. I. *Guillotin*, físico francês que incitou o seu uso. Nomes de lugares também são fontes das quais derivam associações. Processos, descobertas e invenções são freqüentemente nomeados a partir das pessoas que os criaram ou que de alguma forma estavam conectados com eles. As pessoas, segundo os autores, associam um produto com o seu lugar de origem, um costume com o lugar onde é praticado, e nomeiam o produto ou costume por associação. Por exemplo, o *hambúrguer* foi nomeado a partir de *Hamburg*, cidade alemã onde ele se originou ou foi popular (Bromberg & Gale, 1998: 67-82).

Outro exemplo que podemos agregar aqui é o dos sujeitos designados de acordo com características (físicas, psicológicas, circunstanciais, etc.) que os definem ou se lhe assemelham. É o caso, por exemplo, dos apelidos dados informalmente às pessoas; nos grupos sociais, diversos sujeitos são freqüentemente apelidados de acordo com características específicas ou comportamento que lhes são peculiares.

A tradição de designação, que tem como base a economia lingüística, associada à necessidade de representação das realidades natural e social, constitui em certa medida uma prática que *condiciona* ou *predispõe* o sujeito a uma tendência de designação motivada na prática discursiva de designação de pessoas, configurando um esquecimento que interpela o sujeito designador. A referência, em qualquer caso de designação de pessoas, é sempre de um valor positivo, conforme expressamos na Discursividade de idealidade do nome, e que é entendido como certo, padrão, recorrente, e verdadeiro, em suma. Um determinado valor que

se reconhece em um nome é pensado como socialmente aceito, como normal, como recorrente, como bom, como verdade. É um discurso natural que tende a interpelar o sujeito. Foucault (1971: 51) afirma que o sujeito tem **vontade de verdade**. E trata-se, segundo ele, de uma condição a que nosso pensamento resiste um pouco. Essa vontade deve ser questionada, segundo ele; devemos restituir ao discurso seu caráter de acontecimento, e suspender, enfim, a soberania do significante.

Hartog (1999: 228-271), em seu artigo *Uma retórica da alteridade*, faz algumas reflexões em torno do processo de nomeação⁴⁶ na tradição grega. Refere à ocorrências em que o *nome* aparece, ao mesmo tempo, como nome próprio e como denominação:

O nome próprio significa alguma coisa, como se vê, por exemplo, com os nomes dos Grandes Reis, Dario, Xerxes e Artaxerxes. Com efeito, traduzidos em grego significam “O Repressor”, “O Guerreiro”, “O Grande Guerreiro” – e “os gregos poderiam, em sua língua, sem errar (*orthôs*), chamar assim esses príncipes”. Pela operação da tradução, **o nome aparece, ao mesmo tempo, como nome próprio e como denominação**: Dario e Xerxes são como Ricardo Coração de Leão e Ivan o Terrível. **A tradução provê um suplemento de sentido**. O que se dava como simples classificação [...], entende-se daí em diante também como denominação, na medida em que esses nomes dizem alguma coisa de seu portador (Hartog, 1999: 254-5, negrito nosso)⁴⁷.

⁴⁶ Nas referências que fazemos de Hartog (1999), muito embora apareça a expressão *nomear*, relativamente a pessoas (lembrando que lemos obra traduzida), gostaríamos de marcar que no nosso trabalho fazemos uma distinção entre nomear e designar, reservando ao primeiro termo a definição de o ato de nomear referentes em geral (objetos, produtos, idéias, processos, fenômenos, lojas, serviços, instituições, etc.) e, ao segundo, o ato de dar nomes a pessoas, especificamente. Nos exemplos dados, Hartog refere-se tanto a designação de pessoas (reis) quanto a nomeação de referentes em geral (como no caso da concepção da palavra *amazonas*).

⁴⁷ O nome próprio, conforme afirmamos por meio de Pêcheux (1975: 268), designa o sujeito sem representá-lo; ou seja, entendemos que designa o sujeito sem identificá-lo, necessariamente; o contexto, bem como informações adicionais fornecidas no momento da interação suplementam essa tarefa; entendemos que o termo “denominar” é utilizado aqui em um sentido diferente do termo “representar”. Os exemplos dados por Hartog da atividade de **nomeação-denominação** vêm ao encontro do que chamamos, relativamente à prática discursiva de designação de pessoas, de Discursividade de efeito de evidência do nome, no sentido de que o nome refere as circunstâncias de nascimento da criança, diz das condições físicas, biológicas, psicológicas, circunstanciais, etc. do nascimento do sujeito.

Aproximamos o exemplo dos nomes dos reis à discursividade que chamamos de Discursividade de efeito de evidência do nome; ignoramos se os nomes foram dados por ocasião do nascimento ou se foram dados na ocasião em que assumiram o trono ou mesmo em determinado momento de exercício dos seus reinados, em função da atuação de cada um.

Hartog (1999: 254-5) cita outros exemplos, desta vez relacionados não a nomes próprios de pessoas, mas a palavras que designam a realidade social; os citas, segundo ele, chamam as amazonas de *oiórpata*, palavra que, traduzida em grego, significa “matadoras de machos”, pois em cita *homem* se diz “*oior*” e “*pata*” quer dizer matar. Se *oiórpata* é bem uma tradução de *amazonas*, os dois nomes não têm a mesma etimologia: pela etimologia *cita*, chega-se, com efeito, ao sentido de “matadoras de machos”; por outro lado, pela etimologia popular grega, obtém-se *a-mazós*, “sem seio”. Assim, conclui Hartog, a simples nomeação tradutora, agindo no registro grego e no registro cita, contribui para construir a figura das amazonas, pois, graças à tradução, a denominação *oiórpata* torna-se, para um grego, uma descrição que aumenta seu saber sobre aquele povo.

A palavra *oiórpata* foi uma tradução-denominação para a palavra *amazonas*, concebida a partir de dados históricos acerca das amazonas⁴⁸, das quais se diziam, entre outras coisas, serem ‘matadoras de homens’. A palavra *amazonas*, por sua vez, foi cunhada igualmente com base em um outro aspecto dos dados históricos acerca das amazonas, das quais se diziam que queimavam o seio direito para tornar mais fácil o uso do arco, justificando assim a etimologia, *a-mazós*, “sem seio”. Muito embora se trate da nomeação de uma realidade social, este é um exemplo que trazemos para ilustrar que na prática discursiva de

⁴⁸ De acordo com Houaiss (2001), *amazonas* designa um povo supostamente só de mulheres, provavelmente de origem iraniana, cuja localização foi atribuída, sucessivamente, ao Ponto Euxino, à Cítia e à Líbia. As amazonas eram guerreiras lendárias que, na Antiguidade, teriam vivido às margens do mar Negro e que possuíam grande espírito bélico e viril. Segundo a lenda, queimavam o seio direito para tornar mais fácil o uso do arco.

designação de pessoas o sujeito é interpelado por esse antecedente da nomeação da realidade natural e social. A necessidade de representação das coisas, processos e fenômenos no dia a dia acaba por se tornar um condicionamento que se configura em um esquecimento que interpela o indivíduo, naturalizando a prática de uma designação motivada. No primeiro exemplo que trouxemos de Hartog, os nomes dos reis faziam uma *designação apresentativa* das pessoas que nomeavam, proviam um suplemento de sentido sobre os seus portadores. Ao contrário do que sugeriu Auroux (1998: 175), o nome próprio se comporta muitas vezes como o nome comum, e isso se dá, segundo entendemos, na medida em que a interpelação que resulta na prática de designação de pessoas é afetada pela interpelação que caracteriza a prática discursiva de representação, em geral. Identificamos, na análise do objeto específico de nossa pesquisa, uma variação do que chamamos *designação apresentativa*, no sentido de que a interpelação se dava por um discurso que projetava para o futuro: ao alinhar o sujeito designado com nomes considerados de prestígio na sociedade, o sujeito designador evidenciou a interpelação pela Discursividade que chamamos de prefiguração discursiva de acontecimentos.

É nesse sentido que resgatamos uma reflexão de Pêcheux (1983a: 20), segundo a qual a denominação, em meio a um imenso trabalho de formulações, pode conduzir a prefigurar discursivamente o acontecimento. Essa reflexão se deu no contexto de avaliação do enunciado “*On a gagné*”, referente ao acontecimento do dia 10 de maio de 1981 na França, a saber, a vitória de François Mitterand para a presidência, ocasião em que todos os parisienses para quem esse acontecimento foi uma vitória se reuniram em massa na Praça da Bastilha. O confronto discursivo sobre a denominação desse evento improvável tinha começado bem antes do dia 10 de maio, “por um imenso trabalho de formulações (retomadas, deslocadas, invertidas, de um lado a outro do campo político), **tendendo a prefigurar discursivamente o**

acontecimento, a dar-lhe forma e figura, na esperança de apressar sua vinda... ou de impedi-la” (*op. cit.*: 20, grifo nosso). De onde depreendemos um imaginário acerca da condição do discurso: a de sobredeterminar o acontecimento; ao fazer trabalhar o acontecimento, por meio de um jogo de denominações, projeções, ou, por meio de uma “pré-designação ideológica”, conforme expressão que emprestamos de Althusser, alinham-se os discursos assim produzidos com um acontecimento idealizado. Assim, *falar pode tornar(-se)*; cogitar e hipotetizar podem configurar uma instância ou um estágio para a materialização de um acontecimento. Ao se fazer trabalhar discursivamente um acontecimento, prefigurando-o, na esperança de apressar a sua vinda, ou de impedi-la, o que se tem é a imposição de uma materialidade que pode operar como efeito ideológico elementar, e passar eventualmente da condição de idealidade, de hipótese, de mera projeção discursiva, para uma condição de realidade.

Novamente, é a ficção da palavra como decalque da realidade, como detentora de poder. Ficção ou não, fato é que esse procedimento, em parte baseado na aparência e na repetição, é amplamente usado na sociedade, com variados graus de clareza ou intuição. Chegamos, assim, à idéia de comparação, na medida em que se resgatam por meio do nome, e de materialidades presentes nele, em cada contexto histórico, os discursos a ele relacionados, com valores que o designador considerou oportuno “imitar”, transferir para o sujeito, de alguma forma reproduzindo a ficção da palavra como decalque da realidade, referida por Bakhtin (1929: 107).

Em um outro momento de seu artigo, Hartog faz uma distinção entre “o mundo em que se conta” e “o mundo que se conta”, a partir da qual estabelecemos igualmente uma diferença entre realidade e representação: “Tecida do mundo em que se conta, **a comparação faz ver**”, afirma Hartog (1999: 245, negrito nosso). Diretamente, prossegue ele, *a* é como *b*,

ou analogicamente, *a* é para *b* como *c* é para *d*. Operador de tradução, ela, a comparação, filtra o outro no mesmo, reflete Hartog. Tratando-se de *ficção narrativa*, que tem como garantia o olho do viajante ou o saber do narrador, a comparação, segundo ele, visa a convencer o destinatário. E se, uma vez puxada a rede, subsiste algo da diferença, trata-se de uma diferença assinalável e mensurável, o que significa que é dominável (“na medida em que se pode comparar coisas pequenas a grandes...”), conclui ele.

Podemos entender a prática de *nomeação tradutora* na tradição antiga, bem como a naturalização da prática discursiva de representação das realidades natural e social, como precedentes históricos para compreendermos a sensibilidade do sujeito ao efeito de evidência da palavra, do nome. Pelo revestimento do discurso de materialidades que submetem-no ao efeito ideológico elementar, temos a proposição de uma justaposição entre referente e discurso, operando de modo a sugerir não haver distância entre o referente e o discurso que o designa, operando, até certo ponto, como comparação. A comparação, segundo Hartog, “faz ver”, e faz ver o outro, os “discursos” em torno dele, presentes no nome por meio de materialidades, que ao serem oportunamente restabelecidas, apontam para interdiscursos que configurariam “o olho do viajante ou o saber do narrador”, fruto da relação do indivíduo com a linguagem, a história, a sociedade, que se desdobram e refletem em sua prática de designação. As materialidades que corporificam a diferença em relação à identidade normativa da Língua Portuguesa, no caso do nosso objeto, convergem para uma semelhança com a Língua Inglesa. São materialidades que **fazem ver** essa língua, que por sua vez emerge no imaginário do brasileiro subsidiado pelo seu convívio com superfícies lingüísticas da Língua Inglesa presentes em diversas produções discursivas brasileiras. Temos, assim, empréstimos dessa língua, estrangeirismos, músicas, nomes de lojas, produtos, serviços, idéias, instituições, nomes de personagens em filmes (geralmente pronunciados de forma que se assemelha ao

original em Língua Inglesa), manuais de produtos importados, bem como o estudo predominante da Língua Inglesa no Brasil. O estrangeiro de Língua Inglesa é mais fácil de identificação ante o processo de naturalização a que estamos expostos relativamente a essa língua.

Não podemos deixar de mencionar algumas reflexões de Platão presentes no *Crátilo*, diálogo em que há a proposição de uma teoria mimética da palavra, que faz dela um ícone da idéia. Ele defendia a tese de haver um vínculo natural entre o *objeto* e o nome que o designava, que Garcia-Roza (2001: 74) chamou de *mímesis platônica* ou *teoria platônica da participação*. Por essa *teoria mimética*, palavra e verdade se vêem intimamente relacionados. Num tempo em que a cultura grega era ainda fundamentalmente, ou exclusivamente, oral, afirma Garcia-Roza (2001: 25), a palavra não era dissociável do gesto e das condições de enunciação, como também não o era do sistema de representações religiosas. Não havia, nessa época, segundo ele, distância entre a palavra e os demais planos da realidade. A palavra não barrava o real e nem se constituía como um desvio deste, mas era parte integrante do mundo natural e capaz de interagir com ele em termos causais. Daí, prossegue ele, ela ser marcada pela sua eficácia: “uma vez articulada, a palavra se converte em potência, força, ação”⁴⁹.

A atividade de dar um nome era uma arte, restrita a poucos, os chamados *nomotetas* ou *onomaturgos*, denominação de Platão, de acordo com Garcia-Roza (2001: 58). Da precisão e destreza desses artistas no ofício de designação dependia o caráter e a condição do sujeito que portava o nome. Segundo Garcia-Roza (2001: 75), Aristóteles rompe com a teoria platônica da participação, embora mantenha a *semelhança* como o critério da verdade.

⁴⁹ Quando mencionamos *palavras*, estando falando de *nomes*, baseando-nos em uma reflexão de Agostinho acerca da propriedade do nome, segundo a qual todo nome é uma palavra, mas nem toda palavra é um nome. Encontramos ainda esta reflexão sobre a propriedade do nome: “Ter um destes vocábulos sido descoberto para assinalar a percussão do ouvido [a palavra], e o outro, a rememoração do espírito [o nome], até por isto se pode compreender que ao falar, e desejando fixar algo na memória, dizemos com toda a propriedade: que nome tem esta coisa? Mas não costumamos dizer: que palavra tem esta coisa?” (Agostinho, 2002: 70).

Ao romper o vínculo natural que ligava as palavras e as coisas, segundo Garcia-Roza, Aristóteles não faz do discurso uma realidade inteiramente autônoma a ponto de prescindir de um suporte ontológico para ele. Se a linguagem e o pensamento são possíveis (entendido este último como “discurso interior”), é porque, afirma, as palavras possuem um sentido definido, e Aristóteles acreditava que as palavras só possuíam um sentido definido porque as coisas possuíam uma essência. Vemos por aí, segundo Garcia-Roza, que ele incorporou algo da teoria platônica da participação, porém não mais no sentido de manter uma relação icônica entre as palavras e as coisas, e sim no sentido de introduzir uma mediação entre ambas de modo a romper com o vínculo natural estabelecido pela *mímeses* platônica. A distinção que Aristóteles estabelece entre *significação* e *proposição*, segundo Garcia-Roza (2001: 74-5, grifo nosso), rompe com a relação termo a termo que em Platão ligava as palavras e as coisas sem, contudo, fazer da verdade algo que se reduza à significação. A verdade não habita o *termo* considerado isoladamente, observa Garcia-Roza, mas também “não habita a *significação* pelo simples fato desta significar. [...]. A *semelhança* continua sendo, em Aristóteles, o critério da verdade”.

Conforme expomos, tanto em Platão quanto em Aristóteles, em maior ou menor grau, é possível encontrar referenciais que apontam a *semelhança* como critério da verdade. Em texto em que investiga a essência da verdade, Heidegger (1979), em alguns momentos de sua reflexão, faz uso das expressões *conformidade* e *concordância* como referenciais para entender o conceito de verdade⁵⁰: *verdade da proposição* e *verdade da coisa* configuram duas concepções da essência da verdade, *veritas*, que segundo ele, significam um *conformar-se com*. Entre os campos semânticos das palavras *semelhança* e *conformidade* encontramos, no dicionário Houaiss & Villar (2001), uma instância de identificação entre os dois vocábulos.

⁵⁰ Lembre-se, de passagem, que trabalhamos com obra *traduzida*.

Mas, para além da verdade, supondo que o que interesse aos indivíduos seja menos a verdade, mas os resultados, os efeitos de sentidos resultantes das práticas discursivas, é conveniente resgatar dois conceitos de palavra da Grécia antiga, a saber, a palavra do **aedo** e a palavra do **guerreiro**.

Segundo Garcia-Roza (2001: 7), houve um tempo, na Grécia arcaica, em que as palavras faziam parte do mundo das coisas e dos acontecimentos; ela era voz e gesto, dia e noite, verão e inverno. Signos mundanos e signos sagrados, segundo ele, remetiam o indivíduo a um outro tempo e a um outro lugar: ao tempo dos começos e ao mundo dos deuses e dos heróis. A palavra, prossegue Garcia-Roza, juntamente com as condições de sua enunciação, não valia apenas pelo seu sentido manifesto, mas como signo a ser decifrado para que um outro sentido, oculto e misterioso, pudesse emergir, num interminável de decifrações. Essa era, segundo ele, a palavra do aedo, poeta-profeta da Grécia arcaica, palavra portadora da *alétheia*, da verdade. Enquanto a palavra do aedo era a palavra sagrada, portadora de *alétheia* – palavra real indissociável do enunciador e das condições de enunciação –, observa Garcia-Roza, a palavra do guerreiro era uma palavra-diálogo, desvinculada do compromisso com a verdade e que dizia respeito à troca de idéias e a uma estratégia de luta. Aquilo que a palavra do guerreiro visava não era a verdade, segundo ele, mas a *persuasão (peithô)*. O que estava em jogo era, sobretudo, o poder que a palavra exercia sobre o outro, sua capacidade de sedução ou de persuasão, acrescenta. Há, segundo esse autor (*op. cit.*: 31-2), uma dupla diferença da palavra do guerreiro em relação à palavra do poeta. Em primeiro lugar, afirma ele, a dessacralização da palavra do guerreiro; em segundo lugar, sua desvinculação da verdade (*alétheia*). Uma outra diferença que decorre dessas duas, mas que nem por isso é menos importante, observa ele, é que ela, a palavra do guerreiro, deixa de ser privilégio de um indivíduo singular excepcional e inspirado, e passa a ser comum a uma classe – a dos

guerreiros – no interior da qual a palavra de cada um tem igual valor. Essa palavra igualitária, contemporânea à palavra do aedo, segundo Garcia-Roza, é a que prepara o caminho para a palavra do sofista e do filósofo.

Temos delineado, por esta via, duas perspectivas de *lida* com a palavra: a perspectiva do aedo, poeta-profeta da Grécia arcaica, que considerava a palavra como *palavra sagrada*, portadora da *alétheia*, da verdade, e a perspectiva da *palavra do guerreiro*, que era uma palavra-diálogo, desvinculada do compromisso com a verdade, palavra que dizia respeito à troca de idéias e a uma estratégia de luta. Esta, a palavra do guerreiro, não visava a verdade, mas a *persuasão*. Essas duas perspectivas que caracterizam a relação do homem na Grécia antiga com a palavra, em um determinado momento, denotam, a nosso ver, um movimento ou deslocamento na natureza da relação do homem com a palavra. A dessacralização, responsável por esse deslocamento, configura o referencial de transformação de uma perspectiva a outra. Essas duas perspectivas ilustram a natureza distinta da relação que cada um estabelece com a língua, propiciando margem para pensarmos em etapas, estágios ou graus a caracterizarem a relação ou posição de cada sujeito em relação à linguagem. Kristeva (1969: 73) faz uma reflexão que parece vir ao encontro da teoria platônica da participação; faz referência a testemunhos segundo os quais o homem “primitivo” não só se recusa a separar o *referente* do *signo*, como também hesita em separar o *significante* do *significado*. Segundo a autora, a “imagem fônica” tem para ele o mesmo peso real da “idéia”, confundida com a primeira. O que mais impressiona o homem “moderno”, habituado à teoria e à ciência lingüística de hoje, e para quem a linguagem é exterior ao real, película fina e inconsistente senão convencional, fictícia, “simbólica”, é que, nas sociedades primitivas, segundo Kristeva (1969: 69-70), ou como se costuma dizer “sem história”, “pré-históricas”, a linguagem é uma *substância* e uma *força material*. Embora *fale*, *simbolize*, *comunique*, isto é, estabeleça uma distância entre si

mesmo (como sujeito) e o exterior (o real) para o significar num sistema de diferenças (a linguagem), o homem primitivo não *reconhece* esse ato como um ato de *idealização* ou de *abstração*, mas pelo contrário como uma *participação* no universo que o rodeia, observa Kristeva. Embora a prática da linguagem suponha realmente para o homem primitivo uma *distância* em relação às coisas, essa mesma linguagem, segundo ela, não é concebida como um *exterior* mental, como uma tentativa de abstração. Confundida com a força motriz do corpo e da natureza, a linguagem participa como um elemento cósmico do *corpo* e da *natureza*, observa ela. A sua ligação com a realidade corporal e natural não é abstrata ou convencional, mas sim real e material, prossegue. O homem primitivo não consegue conceber uma dicotomia nítida entre matéria e espírito, real e linguagem, nem por conseguinte entre “referente” e “signo lingüístico”, e ainda menos entre “significante” e “significado”: para ele, segundo Kristeva, todos estes participam igualmente de *um* mundo diferenciado.

Vemos nessas referências à reflexão de Kristeva um argumento plausível para se considerar o peso que o efeito de evidência do discurso tem para o sujeito, quer se trate de um “sujeito primitivo” ou de um sujeito “não-primitivo” (e que podemos chamar de sujeito civilizado, moderno, contemporâneo, etc.). O sujeito primitivo pode deixar de ser primitivo, na medida em que se desenvolve⁵¹, e, tornando-se um sujeito não-primitivo pode, contudo, voltar a fazer uso ocasional disso que antes o interpelava, e que agora ele faz uso para obtenção de vantagens (o que não quer dizer que deixa de ser interpelado; passa a sê-lo por outra formação discursiva). Uma figura que ilustra com magnitude (mas não com exclusividade) essa condição é a do profissional de publicidade e marketing. Martins (2002b, grifo nosso),

⁵¹ O desenvolvimento a que nos referimos aqui é relativamente à linguagem; não queremos dizer com isso que haja uma ruptura em relação aos assujeitamentos a que estão expostos o sujeito. Conforme idéia que derivamos de Orlandi (1996: 183) a respeito da legibilidade, diríamos que, igualmente, neste caso, não se trata de “tudo ou nada”, mas de graus de conhecimento em relação à compreensão e produção em linguagem.

publicitário, afirma: “dominamos com maestria técnicas de persuasão geralmente **imbatíveis** e **irresistíveis** à maior parte dos **cidadãos comuns**”. Semama (1981: 12, grifo nosso) afirma que, para o **indivíduo comum**, o signo é, antes de mais nada, capaz de induzir um comportamento. E o sujeito que não é comum, que não é primitivo (e que pode ser especializado, moderno, etc.), pode valer-se dessa informação (bem como de outras relacionadas ao funcionamento da linguagem), dessa condição de forte interpelação do sujeito comum pelo efeito de evidência da linguagem como materialidade para revestir os discursos que produz. Mas esse uso orientado do discurso não é de exclusividade do sujeito não-primitivo, considerando que não há um momento, ocasião ou lugar que marca a passagem de um estado para outro, e que não se trata, tampouco, de estados estanques (ou se é um sujeito primitivo ou se é um sujeito não-primitivo, por exemplo); como referimos em nota, entendemos tratar-se de graus de conhecimento em relação à compreensão e produção em linguagem.

Kristeva se refere à propriedade de sinonímia como sintoma da equivalência geralmente admitida entre as palavras e as coisas (os referentes), da qual subentende-se as práticas mágicas verbais. Retoma Frazer (*The Golden Bough*, 1911-1915), que verifica que em várias tribos primitivas o *nome*, considerado como **uma realidade** e não como uma convenção artificial, “pode servir de intermediário [...] para fazer atuar a magia sobre essa pessoa”. Para o Índio da América do Norte, prossegue Kristeva na retomada de Frazer, o nome não é uma etiqueta, mas uma parte distinta do seu corpo, como o olho, o dente, etc., e por conseguinte o mau tratamento do seu nome atinge-o como um ferimento físico (Frazer apud Kristeva, 1969: 70).

De fato, em seu texto, Frazer (1940: 244) explora essa idéia, ao afirmar que o selvagem, incapaz de discriminar claramente entre as palavras e as coisas, geralmente imagina

que a ligação entre um nome e uma pessoa, ou entre um nome e uma coisa denominada, não é uma associação meramente arbitrária e ideal, mas um elo real e substancial que une os dois de tal forma que uma magia pode ser lançada facilmente sobre um homem através do seu nome, da mesma forma que através de seu cabelo, suas unhas, ou qualquer outra parte material de seu corpo. O homem primitivo, segundo ele, considera o seu nome como uma porção vital de si próprio, e portanto, cuida bem do seu nome.

A reflexão que trouxemos de Semama (1981: 12) vem ao encontro desta perspectiva, que diz que “para uma mentalidade primitiva, o signo é, antes de mais nada, capaz de induzir um comportamento”. Esse gesto não deixa de ser, segundo entendemos, um exercício de poder através de indução em conexão com o que se acredita ser um consenso social (imaginário) acerca do funcionamento da palavra. Para a posse de um ponto de vista ou de um comportamento distinto em relação à linguagem, o homem deve diferenciar-se em sua relação com ela, alterando essa relação de modo que permita a ele afastar-se do senso comum. Garcia-Roza (2001) considera que a busca da verdade não é uma atitude natural ao **homem comum**, entendendo por “homem comum” aquele que é guiado pelo bom senso, mas que essa busca implica uma violência ao senso comum na medida em que este se apega à evidência do dado imediato. Ele retoma Heidegger, que diz: “O senso comum possui um olhar e uma escuta próprios, resistentes a tudo aquilo que o coloca em questão”. Para o senso comum, segundo Garcia-Roza, a verdade designa o verdadeiro e **o verdadeiro é o que se apresenta como real à evidência do sensível**. A verdade surge então, segundo ele, num duplo registro: no registro da *coisa*, na medida em que esta se apresenta como “verdadeira”, como não-ilusória, e no registro da *linguagem*, enquanto enunciação adequada à coisa. Trata-se aqui, prossegue, da verdade empírica do homem comum em seu cotidiano. Essa verdade não é buscada, ela se oferece docilmente ao nosso olhar e à nossa escuta sem nos violentar, afirma Garcia-Roza. A

verdade, para ele, é originalmente mistério, dissimulação da dissimulação. **O homem voltado para o cotidiano** afasta-se, segundo ele, desse mistério, desvia-se em relação à *alétheia*. “É o que Heidegger chama de *errância da não-verdade*, isto é, a verdade enquanto não experimentada e inexplorada. Assim, o homem não erra ocasionalmente, não *cai* na errância, ele se encontra sempre na errância, é dentro dela que ele se move” (Garcia-Roza, 2001: 15, grifos em itálico do autor).

Pela reflexão acima, a *busca da verdade* não é uma “atitude natural” ao *homem comum*, entendendo-se como *homem comum* “aquele que é guiado pelo bom senso”⁵². É assim que Garcia-Roza nos adverte de que o acesso à verdade implica uma violência ao senso comum, tendo em vista que este *senso comum* “se apega” à **evidência do dado imediato**, pois que, correntemente, “a verdade não é buscada, ela se oferece docilmente ao nosso olhar e à nossa escuta”. Para o senso comum, “a verdade designa o verdadeiro e o verdadeiro é o que se apresenta como real à evidência do sensível”. “Apresentar-se” como real não mantém uma relação necessária com “ser” real ou “ser” verdadeiro, mas não se pode ignorar, todavia, a tendência de interpelação do sujeito pelo efeito ideológico elementar, segundo o qual um determinado efeito não é consequência de alguma coisa, conforme nos informa Henry (1969: 30), mas a própria realidade não mascarada, a própria realidade manifesta, transparente. Se para o homem comum a verdade designa o verdadeiro, então a aparência (ou a transparência), para ele, mantém uma relação com a verdade. Isto nos remete às reflexões em torno do *etos*,

⁵² Uma vez que o homem comum é guiado pelo bom senso, e a busca da verdade não é algo natural a ele, depreendemos o caráter de *aquisição* e *aprendizagem* da verdade a partir do *desenvolvimento* e *especialização* desse homem, tendo deduzido da expressão “homem comum” a existência de um homem não-comum, incomum, especial, diferente, superior, etc, da mesma forma como o depreendemos a partir das referências às condições do homem como *homem pré-histórico* (Bakhtin, 1929: 102-3), *homem primitivo* (Kristeva, 1969: 69-70), *homem selvagem* (Frazer, 1940: 244), *homem voltado para o cotidiano* (Garcia-Roza, 2001: 15), e ainda *homem de mentalidade primitiva* (Semama, 1981: 12). O homem poderia então, segundo compreendemos, ser classificado de acordo com o seu grau de desenvolvimento em relação à linguagem.

que embora diga respeito mais à enunciação, em si, guarda relação em sua essência com o valor da *aparência* no jogo discursivo.

Não obstante pretendêssemos dar um tratamento mais abrangente à questão do *etos*, faremos aqui apenas uma breve referência, com o intuito de ilustrar a aproximação que fazemos pela perspectiva da *aparência* como argumento de verdade. Por esse fenômeno chamado *etos* temos uma reconfiguração de sentidos, no qual a relação entre o que se diz e o que se mostra (o que se aparenta) pela *enunciação* se vê afetado por esta última. Segundo Maingueneau (2001: 99), não se pode dissociar a organização dos conteúdos da legitimação da cena de fala: “O reconhecimento dessa função do *ethos* permite novamente que nos afastemos de uma concepção do discurso segundo a qual os ‘conteúdos’ dos enunciados seriam independentes da cena de enunciação que os sustenta”. Seja na enunciação, seja como indicado na prática cultural (na Grécia antiga ou por homens considerados *comuns* ou *primitivos*) de uso da linguagem como decalque da realidade, vemos como recorrente o apoio na *aparência* ou *transparência* como argumento de verdade, independentemente do nível de conhecimento que se tenha desse processo. Barthes (1975: 203) afirma que *etos* é uma conotação; são os atributos do orador:

São os traços de caráter que o tribuno deve mostrar ao auditório (pouco importa sua sinceridade) para causar boa impressão: são suas *aparências*. [...] devo significar aquilo justamente que desejo ser *para o outro*. [...] O orador enuncia uma informação e, *ao mesmo tempo*, afirma: sou isso e não aquilo (grifo do autor).

Ele cita Aristóteles, para quem há três “aparências”, *phronesis*, *arete* e *eunoia*, sendo que o conjunto delas constitui a própria autoridade do orador; pela terceira *aparência*, *eunoia*, importa não chocar, não provocar, ser simpático, entrar numa cumplicidade

complacente para com o auditório. A boa impressão, o resultado final, os “efeitos de sentidos”, poderíamos dizer, é o que importa nesse processo, pouco importando a sinceridade do orador.

Em relação à prática discursiva de designação de pessoas, pensamos que o designador que escolhe ou compõe um nome próprio que contenha materialidades que evocam interdiscursos de países de Língua Inglesa está interpelado por um discurso que a considera de *status*, de prestígio na sociedade brasileira, estando na base desse gesto um imaginário de efeito de evidência da linguagem, do nome. Pensamos especificamente em materialidades, gráficas e/ou sonoras (e não apenas em *palavras*), que evocam o imaginário desse *outro*, os interdiscursos a ele relacionados.

A eficácia simbólica do associacionismo se apóia na memória, na medida em que esta se constitui como estrutura de materialidades discursivas do/no processo de comunicação. A memória permite restabelecer os implícitos, ou seja, os discursos pré-construídos que circulam na sociedade em forma de crenças, estereótipos, pensamentos coletivos, tradição, saberes, representações, interdiscursos, imaginário. Pêcheux & Fuchs (1969: 230) abordam a relação de um processo discursivo com o *interdiscurso*, e definem o interdiscurso como “o conjunto dos outros processos que intervêm nele [no processo discursivo] para constituí-lo (fornecendo-lhe seus “pré-construídos”) e para orientá-lo (desempenhando, em relação a ele, o papel de *discurso transverso*, ou, [...] de *discurso perpendicular*)”. Dessa forma, vemos uma associação, senão uma identificação, com a *memória*, como elemento constitutivo do processo discursivo, que Pêcheux vai abordar explicitamente em outro texto, em que aborda a questão da memória como estruturação de materialidade discursiva complexa; segundo ele, a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem **restabelecer** os “**implícitos**” (quer dizer, mais tecnicamente, esclarece ele, **os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos**, etc.) de que sua leitura

necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. A questão, segundo Pêcheux, é saber onde residem esses famosos implícitos, que estão “ausentes por sua presença” na leitura da seqüência: “estão eles disponíveis na memória discursiva como em um fundo de gaveta, um registro do oculto?”, pergunta ele, que diz que P. Achard levanta a hipótese de que não encontraremos nunca, em nenhuma parte, explicitamente, esse discurso-vulgata do implícito, sob uma forma estável e sedimentada: haveria, sob a repetição, a formação de um efeito de série pelo qual uma “regularização” (termo introduzido por P. Achard, esclarece Pêcheux) se iniciaria, e seria nessa própria regularização que residiriam os implícitos, sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase (que podem, em seu ponto de vista, conduzir à questão da construção dos estereótipos). Ainda segundo P. Achard, afirma Pêcheux, essa regularização discursiva, que tende assim a formar a lei da série do legível, é sempre suscetível de ruir sob **o peso do acontecimento discursivo novo**, que vem **perturbar a memória**: a memória tende a absorver o acontecimento, como uma série matemática prolonga-se conjecturando o termo seguinte em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa “regularização” e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento; **o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior** (Pêcheux, 1983b: 52, negrito nosso).

No caso dos nomes próprios com materialidades estranhas à Língua Portuguesa, que convergem para uma semelhança com a Língua Inglesa, destacamos as **variações**, tanto na **escrita** quanto na **enunciação**, como *materialidades lingüísticas* das remissões, das retomadas e dos efeitos de paráfrase, na medida em que evocam e dialogam com discursos

relacionados à cultura desses países⁵³; constituem-se como materialidades que permitem que sejam restabelecidos os discursos de hegemonia dos países de Língua Inglesa em circulação no Brasil. Obviamente, estamos trabalhando com superfícies discursivas (nomes próprios) produzidas a partir da década de 60, data que marca a abertura das portas nacionais para o comércio estrangeiro, mormente aos Estados Unidos. No evento do ataque de 11 de setembro às torres gêmeas, nos Estados Unidos, e principalmente no ataque deste país ao Iraque, temos configurado um *acontecimento discursivo novo*, que *perturba* a memória discursiva do discurso de valorização que muitos brasileiros tinham pelos Estados Unidos. Muitos jornais noticiaram o rechaço mundial pela atitude norte-americana de ataque ao Iraque, dentre os quais citamos o *USA Today* e o *BBC News*⁵⁴. Salman Rushdie (2002), em artigo intitulado *Antiamericanismo exige olhar sóbrio dos EUA*, na Folha de São Paulo, informou que nos dias 5 e 6 de setembro de 2002 o Departamento de Estado dos EUA sediou uma conferência de alto nível sobre o antiamericanismo. Foi uma medida incomum, segundo Rushdie, e que revela o grau de preocupação americana com esse fenômeno cada vez mais globalizado. Um artigo publicado na mesma época pelo jornal britânico *The Guardian*, informa Rushdie, sugere que “americano” indica um tipo de personalidade intensa, destituída de humor, que aprecia o jargão psicológico sem sentido e está inteiramente convencida de sua própria importância. Essa sugestão feita pelo *The Guardian*, em nosso ponto de vista, configura um imaginário relativamente recorrente acerca dos EUA. Possivelmente, a repreensão da atitude norte-

⁵³ Queremos lembrar aqui que falamos sempre em “materialidades que evocam/ressuscitam/restabelecem interdiscursos de Língua Inglesa”, e não necessariamente em “nomes próprios característicos de países de Língua Inglesa”, justamente pelo fato da recorrência de nomes atribuídos no Brasil que são resultantes do imaginário que os sujeitos designadores fazem da Língua Inglesa, como Cleverson (que não existe nos países de Língua Inglesa), D’Janiey (tentativa de transliteração de *Jane*), Jueine (John Wayne).

⁵⁴ O *USA TODAY* editou o artigo *Across globe, many condemn U.S.*, em 20 de março de 2003, disponível no site http://www.usatoday.com/news/world/iraq/2003-03-20-iraq-world-view_x.htm, e o *BBC News*, em 22 de março de 2003, editou o artigo *Anti-war protests span the globe*, disponível no site http://news.bbc.co.uk/2/hi/in_depth/2875555.stm.

americana, em todo o mundo, inclusive no Brasil, pode ter causado um certo ofuscamento (relativo que seja, e somente será possível de se avaliar a longo prazo, e não em definitivo) na admiração construída a partir do contato brasileiro com os produtos culturais norte-americanos, constituindo-se como um *acontecimento discursivo novo* que desregula e *perturba a memória discursiva* que os brasileiros costumam ter da cultura norte-americana⁵⁵. A realização da conferência nos Estados Unidos acerca do crescente sentimento antiamericano nas comunidades internacionais pode ser um indício de uma alteração na memória discursiva acerca dos EUA nessas comunidades.

O contato com superfícies discursivas de designação brasileira que contêm materialidades que evocam discursos de prestígio em relação a países de Língua Inglesa, nos remete a circunstâncias em que o sujeito designador procura alinhar o sujeito em vias de designação com discursos considerados hegemônicos na sociedade. Segundo Bakhtin (1929: 95, grifo do autor), não são palavras, na realidade, o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. *A palavra, segundo ele, está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida, observa.*

Portanto, se a palavra está sempre carregada de um sentido ideológico ou vivencial, a cada vez que esta palavra for enunciada colocará em cena outros discursos de fundo comum na sociedade, das representações ou estereótipos, assegurados pela memória, de acordo com a formação discursiva em que está inserido o sujeito. Assim, os discursos

⁵⁵ Um caso específico que podemos citar, relativamente ao hipotético caso de algum brasileiro que tenha recebido o nome de *Michael Jackson*, é o da acusação do envolvimento do cantor norte-americano com casos de pedofilia, que configura, em nosso ponto de vista, um acontecimento discursivo novo que perturba a memória, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior referentes ao cantor.

hegemônicos em circulação na sociedade relativos ao prestígio da Língua Inglesa seriam resgatados, ativados, ou ainda “ressuscitados”, “evocados” ou “restabelecidos”, conforme expressões de Pêcheux relativamente aos pré-construídos, possibilitando uma eventual associação do sujeito designado com a posição de prestígio ocupada pela Língua Inglesa na hierarquia social de valores da sociedade brasileira, conforme desejada pelo transmissor do nome. Os conflitos sociais se refletem em conflitos da língua. Bakhtin (1929: 33) observa que cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade. Todo fenômeno que funciona como signo ideológico, segundo ele, tem uma encarnação material, seja como som, como massa física, como cor, como movimento do corpo ou como outra coisa qualquer. Um signo, para ele, é um fenômeno do mundo exterior. “As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios”, nos informa. E assim configurada, afirma que a palavra, conforme vimos na seção 2.4, será sempre o *indicador* mais sensível de todas as transformações sociais, “mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados”. A palavra, segundo ele, constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais (*op. cit.*: 41).

Antes, portanto, que um determinado fenômeno se apresente como realidade visível à consciência individual ou social, antes que adquira contornos e formas específicas que eventualmente permitam a sua identificação como um fenômeno social, a sensibilidade da língua se posiciona de forma a incorporar em si materialidades que guardam relação com essas

mudanças em curso na sociedade. Qualquer movimento, mudança ou variação na sociedade é capaz de ser assimilada e registrada pela palavra. Seja na escrita ou na enunciação, ela conserva em seu poder indícios que remetem à essas variações, e a quaisquer diferenças em relação àquilo que seja considerado como marca identitária de um aspecto qualquer de um grupo social. Sendo classificada por Bakhtin como o “*indicador* mais sensível de todas as transformações sociais”, até mesmo daquelas transformações que “apenas despontam”, que ainda não tomaram forma, que ainda estão em vias de configuração e materialização na sociedade, a palavra, e por conseguinte o nome, se apresenta como detentor de certa autonomia, de uma certa primazia em relação ao indivíduo, em relação à consciência dos conteúdos discursivos que produz e abriga.

3.2. O NOME PRÓPRIO

Nomen, omen (“Nome, augúrio”): a máxima de Plauto, segundo Oliver (2005: 7) indica a importância dada à escolha do nome pelas civilizações tradicionais, cientes de que ele incorpora e transmite ao seu portador as qualidades fonéticas, semânticas, culturais e espirituais a ele associadas. “Nome” vem da palavra latina *nomen*, *-inis*, e segundo o *Dictionnaire étymologique de la langue latine* (1967), não há nela um *g* inicial etimológico; *agnomen*, *cognomen*, e mais tarde, *agnomentum*, *cognomentum*, são formas analógicas feitas a partir do modelo *nosco / agnosco, cognosco*, cujo elemento constitutivo *nomen* era originalmente independente. É pouco provável supor, segundo informa o dicionário, que *cognomen* não se assemelhe a *nomen*, e que deva estar ligado a *cognoscere*, representando *cognomen* “signo de reconhecimento”. Essa semelhança se deve ao fato de que, na época

histórica, os latinos não separavam *nosco* de *nomen*. Disso decorre o uso por Platão da expressão *ignobilis* no sentido de “homem sem nome”, ao invés da palavra “*inconnu*”, de acordo com o referido dicionário. E a existência de algumas sentenças latinas como a que abre esta seção (que Martins (2002a) traduziu como “nomes são presságios”) ou ainda *Nomen et omen habet* (Seu nome é tirado da realidade), sugeriam uma íntima relação entre nome e conhecimento, entre nome e realidade, entre nome e verdade, entre *appellatio* e *significatio*, o que conferia à palavra, ao nome, um papel que transcendia o papel de referência.

Essa coincidência entre *chamar* e *significar* faz o nome próprio funcionar como um nome comum, pelo seu caráter inerentemente representacional (no sentido de que o portador do nome e o nome (sentidos, interdiscursos) coincidem). O Dicionário patrístico e de antiguidades cristãs (2002) traz a informação de que o nome não é uma palavra que se refira a qualquer coisa ou a qualquer pessoa numa relação puramente externa, mas exprime a essência de um ser e o conhecimento de uma realidade superior ao homem ou de uma divindade que concede certo poder sobre o ser, cujo nome se tornou possessão de alguém, isto é, torna possível, segundo a convicção universal dos antigos, uma magia, certa manipulação do sujeito pelos sentidos do nome. Apresentamos a seguir alguns excertos da entrevista com o Padre Miguel Llamazares González acerca do modo como a Igreja Católica perspectiva a função do nome. Segundo ele, é norma na prática da Igreja, tradicional, desde sempre, que o casal católico, que tem filhos, deva procurar dar como nome a esse filho ou a essa filha, o nome de um santo ou o nome de uma santa. Para isso, recorre-se ao “martirólogo romano”, documento que, segundo nos informou, lista nomes de santos, seguindo a ordem do calendário romano, ou, ainda, recorre-se às folhinhas, calendário tradicional da Igreja que remete ao santo ou

santos do dia⁵⁶. Embora destaque a diferença com que se considerava o nome na bíblia do enfoque que assume na atualidade, ele expressa um pensamento que ainda se manifesta na tradição da Igreja, o de orientar a escolha de nomes de santos como uma forma de que o indivíduo designado possa se pautar pela vida desse santo, tomando-o como parâmetro de vida a ser imitada.

[1] “[...] então [devemos] procurar não só pedir sua ajuda [do santo], senão imitar suas virtudes [...]; então [o nome] tem essa dimensão, essa dimensão digamos ‘vivencial prática’, esse apego, essa simpatia que tu podes sentir psicologicamente [como se a pessoa assim pensasse]: ‘se existe um santo que tem o meu nome, então...’”.

[2] “Por que o nome [de um santo] te aproxima mais, o nome te aproxima mais, digamos, do transcendente, porque sabes, ele [o santo] passou por este mundo, e eu estou passando, e ele como foi fiel a Deus, [...], como viveu seu compromisso batismal, que a Igreja reconheceu as suas virtudes, e nos propôs como um modelo, como um exemplo, [...]”.

[3] “No nome há coisas mais profundas; na bíblia, o nome, o nome, na bíblia, os nomes que se dão, na bíblia, que dava Deus, designavam duas coisas; para nós, o nome [...] geralmente tem a dimensão de distinguir, distinguir as pessoas, de diferenciar as pessoas; na bíblia não; na bíblia o nome indica a essência da coisa, em si, a essência, a realidade mais profunda desse ser, e se se trata de um ser humano, [o nome tem a finalidade de indicar] a missão, a destinação que tem essa pessoa, a missão, a vocação que tem essa pessoa”.

[4] “[...] porque o nome que se dá à coisa [na bíblia], o nome que se dá à pessoa, sobretudo, explica a essência do que é essa pessoa, ou o que [ela] deve ser, e porque existe, e para que existe”.

[5] “[...] entre nós, normalmente, [...] [o nome] tem um valor prático, entre nós; lá na bíblia [o nome] tem um valor digamos teológico, um valor filosófico-moral, porque entra na intimidade da pessoa, a essência da pessoa, ou a missão, a vocação, o projeto que ela deve realizar ou está realizando, pela vontade de Deus [...]”.

⁵⁶ Em conversa com o Prof. João Wanderlei, este nos informou que, por ocasião do seu batismo, deveria ter como prenome *Wanderlei*; o padre responsável pelo batismo, todavia, recusou-se a batizá-lo com esse nome, pelo fato de não existir um santo de nome *Wanderlei*; fez-se um diálogo com os pais e padrinhos para descobrir o nome de um parente que tivesse um nome de santo, chegando-se assim à composição *João Wanderlei*.

A orientação conforme expressa pelo excerto [1], de que devemos não só pedir a ajuda do santo senão também imitar suas virtudes, movidos ainda pelo sentimento psicológico de que “existe um santo com o seu nome”, e que essa existência de um santo com mesmo nome faz uma diferença na vida do sujeito, implica que um tal sujeito encontra nesse santo guarida, proteção, que vê nele um padrinho, um protetor; o nome de um santo, conforme nos informou o padre Miguel, aproxima mais o sujeito do transcendente, porque ele, o santo, passou por este mundo, e o sujeito está passando, e como o santo foi fiel a Deus, como viveu seu compromisso batismal, a Igreja o reconhece como modelo, como um exemplo, um caminho seguro.

Os “modelos seguros” de estilos de vida fornecidos pela vida dos santos não deixam de configurar um mecanismo disciplinador. Os comportamentos ficam mais contidos, passíveis de controle. Entendemos que a atitude de transferência de ação e responsabilidade pelos atos vem ao encontro das reflexões que fizemos em torno do perfil do brasileiro, conforme expusemos na seção 2.5. Seriam gestos que, em nosso ponto de vista, transferem, ainda que em parte, a responsabilidade de melhoria e desenvolvimento do sujeito para um agente externo à ele. Reproduzimos abaixo trecho da música *Madalena*, de Gilberto Gil, que pensamos expressar uma crítica a esse imaginário do funcionamento do nome.

[...]
Madalena chorava
Sua mãe consolava
Dizendo assim:
“Pobre não tem valor
Pobre é sofredor
E quem ajuda
É Senhor do Bonfim”

Entra em beco sai em beco
Há um recurso, Madalena

Entra em beco sai em beco
Há uma santa com seu nome
Entra em beco sai em beco
Vai na próxima capela,
E acende uma vela
Pra não passar fome
[...].

E assim é para muitos sujeitos designadores. Há “um recurso”: colocar o nome de um santo ou de uma santa no filho, como forma de vincular um apoio nas circunstâncias de dificuldades. “Há uma santa com seu nome”, afirma Gilberto Gil na letra da música, bem como afirma o padre Miguel: “se existe um santo que tem o meu nome, então...”. **Então** o sujeito não está desamparado, desguarnecido, desprotegido, infere-se; há alguém que “olha por ele”. “Então”, como há uma ligação com o sagrado, com o divino, existe uma saída, uma alternativa. Contar com a interferência de um santo, de um agente externo. O outro, e não o próprio sujeito, será o responsável pela ajuda, pela melhoria, pela salvação. Anula-se a força e a iniciativa do eu, e se a transfere para aquele santo de mesmo nome. E ainda, na prática discursiva de designação em que há implante de materialidades de Língua Inglesa no nome, continua havendo “um recurso”: colocar no nome materialidades que evocam um referente de prestígio, de poder, de destaque na sociedade, significa vincular benefício, vantagens, favorecimento, “bençãos” para o sujeito designado.

O ponto de vista expresso pelos excertos [3], [4] e [5], de que o nome indica e explica a essência da coisa, a realidade mais profunda desse ser, a destinação, a missão que tem essa pessoa, a sua vocação, o que ela deve ser, a finalidade de sua existência, corrobora para a estabilização desse imaginário do funcionamento do nome como não aleatório, não convencional, ou seja, como motivado, que mantém uma relação de responsabilidade com o sujeito designado. Os significados, ou mesmos os interdiscursos que as materialidades

presentes no nome evocam na sociedade, são colocados geralmente em sintonia com os valores socialmente cultivados em uma formação discursiva.

Vampré (1935) fala de uma *crença*, comum em certos povos, segundo a qual os mortos poderiam influir sobre os vivos, e, ainda, que os nomes possuem **poder propiciatório**, o que leva, segundo ele, à designação chamada *designação atávica*. Assim, dar o nome de um **ascendente** remoto a um **descendente** poderia fazer reaparecer neste características do ascendente. A *crença* segundo a qual os nomes possuíam **poder propiciatório**, ou seja, teriam o poder de atrair ou readquirir o favor ou a boa vontade de um ser sobrenatural, de uma divindade, que criariam condições favoráveis para o portador do nome, reforça o imaginário da não aleatoriedade do nome, mas de sua relação motivada com a realidade.

Os nomes pessoais gregos na antiguidade eram compostos em geral por dois elementos, observa o Dicionário patrístico e de antiguidades cristãs que citamos; muitas vezes indicavam características pessoais ou circunstanciais. A escolha dos nomes não se baseava em leis precisas, mas havia usos que a regulavam; por exemplo, afirma o dicionário, o filho herdava o nome do pai, os nomes dos escravos aludiam ao lugar de origem, à fisionomia, à aparência externa ou a qualquer qualidade. Os romanos davam dois ou três ou ainda mais nomes aos meninos e às meninas, mas dois nomes eram sempre fundamentais: o “prenome” (nome pessoal), e o “cognome” (nome adicional), a indicar alguma peculiaridade física. Por alguns aspectos dessas práticas de designação de pessoas relatadas pelo dicionário, especificamente o dos nomes dos escravos na Grécia e o cognome dos romanos, depreende-se do processo discursivo de designação da antiguidade, uma tendência de designação motivada; dito de outra forma, no caso do nome dos escravos gregos ou do cognome dos romanos, concebia-se um nome ou cognome que referia um aspecto, estado ou condição do sujeito. Dessa forma, o nome fazia entrever, fazia conhecer alguma característica ou qualidade do

sujeito designado, confirmando um pouco a proximidade e indistinção que faziam na antiguidade entre “nomear” e “conhecer” no processo de designação do sujeito. Palavra e verdade, nome e realidade relacionada às condições de nascimento da criança ou ao seu futuro, nome e desejo de verdade, ocupavam um lugar no imaginário social relativamente à prática discursiva de designação de pessoas. O posicionamento do Padre Miguel, que até certo ponto reproduz o pensamento pelo qual a Igreja Católica continua a se pautar na orientação que dá aos fiéis para a escolha dos nomes dos filhos, dá indícios de uma das origens do imaginário de transparência do nome. Vamos explorar um pouco mais esta questão na seção seguinte, que leva o nome de *Materialidades discursivas e verdade*.

3.3. MATERIALIDADES DISCURSIVAS E VERDADE

Após dedicar uma seção para discorrer sobre a questão da relação entre **palavra e verdade**, julgamos necessário fazer uma breve consideração sobre uma questão paralela, que julgamos ser uma extensão em torno da reflexão sobre o etos: **materialidades discursivas** e sua relação com a **verdade**. Como vimos, a semelhança, na antiguidade, foi muitas vezes sinônimo de verdade. Ainda hoje, parecer verdadeiro, bom, honesto, competente, de boa qualidade, etc., acaba se tornando o referencial para a conquista de confiança e adesão. Gostaríamos de citar alguns exemplos. Uma reportagem exibida pela revista *Veja* de 27/05/02, intitulada “Para confundir o freguês”, falava da proliferação no país do mau costume de uma marca **pegar carona no prestígio de outra**. O exemplo que ela dá é o do medicamento *Neosaldina*, o segundo analgésico mais vendido no país. Há 33 anos no mercado, vinha disputando espaço, segundo a reportagem, com um concorrente de nome *Neuralgina*. Como se não bastasse a semelhança do nome, a embalagem *Neuralgina*, no formato e nas cores, é quase

igual à do medicamento original, *Neosaldina* (veja Anexo 7). O fabricante do Neosaldina, informou a revista, ganhou na Justiça uma decisão liminar proibindo a venda do quase gêmeo. A semelhança das materialidades rendeu prejuízos à empresa fabricante do *Neosaldina*, e lucros à *Neuralgina*. A semelhança foi suficiente como parâmetro para que parte significativa do público tomasse (considerasse) um medicamento pelo outro. No Anexo 7, reproduzimos uma foto das embalagens dos dois medicamentos.

Um outro exemplo que podemos dar é a partir de uma reportagem exibida pelo Jornal da Globo em 15 de junho de 2005, segundo a qual a moradora de uma favela da zona oeste do Rio de Janeiro, Taís Damázio, por apresentar semelhança física com a modelo Naomi Campbell, foi descoberta por um estilista e considerada a nova revelação do Fashion Rio desse ano. A semelhança com Naomi Campbell já rendeu a Taís vários trabalhos; como sócia da modelo inglesa, ela já teve sua beleza estampada em anúncios nos Estados Unidos. Carregar um conjunto de materialidades que evocam interdiscursos de um referente socialmente valorizado pode agradar ou favorecer o portador dessas materialidades, se essa semelhança é desejada. Parecer, tomar formas semelhantes, possuir materialidades que evocam referentes de prestígio: quer seja técnica de promoção de um produto, ou acidente de destino, mostra que a semelhança faz ver o outro, e que em certa medida pode beneficiar o referente que porta essas materialidades.

Um último exemplo. Em meio à crise política no governo Lula, envolvendo os escândalos de corrupção, a edição da revista *Veja* de 13/07/2005, afirmou: “[...] assim como se dizia a respeito da mulher de César, **não basta** a um presidente **ser** honesto. Ele precisa **parecer** honesto” (grifo nosso). Para além da essência, temos posto como necessário e relevante o peso da aparência no processo de significação. Se, por um lado, não basta **ser**, se é preciso sobretudo “parecer”, por outro é possível parecer (honesto, competente, autêntico, etc.)

sem efetivamente sê-lo, e gozar dos benefícios dessa aparência. O efeito ideológico elementar exerce um efeito poderoso, um efeito mágico sobre o sujeito. A interpelação pelo efeito de evidência é tamanha que afeta significativamente o dispositivo de interpretação do sujeito. As evidências são sempre as primeiras, afirma Althusser. Como já dissemos pelas palavras de Garcia-Roza (2001: 15), a verdade designa o verdadeiro, e o verdadeiro é **o que se apresenta como real** à evidência do sensível. E segundo se pode depreender, *sensível* é o que se deixa aprisionar pelos sentidos. Não podemos deixar de fazer aqui uma referência às reflexões de Maffesoli (1996) a respeito do processo a que chamou de “formismo”, que ele identifica como um modelo existente na sociedade.

Para o formismo, segundo Maffesoli (1996: 127), “a forma é formadora”, ou seja, a forma, a aparência, são constitutivas da essência; há, pelo formismo, uma estreita conexão entre o continente e o conteúdo, entre a forma exterior e a força interior. Seja na ordem do político, do religioso ou da simples organização social, observa Maffesoli, cada vez com maior frequência ligamo-nos mais ao que essas “coisas” são nelas mesmas do que a racionalizações a posteriori, ligamo-nos cada vez mais aos resíduos do que às derivações. Daí a importância, segundo ele, de que se reveste o cotidiano ou, no seu sentido mais forte, a preocupação com o doméstico. É a prevalência desse existente empírico, na sua simples complexidade, prossegue Maffesoli, que conduz a relativizar o poder da razão, e a concordar sobre **a eficácia da imagem**. Segundo compreendemos, a aparência configura uma materialidade de forte apelo; há uma forte incitação para não se procurar a verdade além do que se vê. A aparência e a forma são consideradas, por essa perspectiva, como vetores de conhecimento, como materialidades que produzem um acréscimo de sentido, mais do que uma referência aleatória e de mero “continente” de um “conteúdo”. Desde a Grécia antiga, prevalece a preocupação e valorização da palavra do guerreiro, em que importam “os ares”, as aparências, ou, mais

modernamente, diríamos os efeitos de sentidos produzidos pelas materialidades que constituem o discurso. E a aparência, a forma, a representação, exercem um efeito de essência, subsidiado, segundo entendemos, pela naturalização da prática de nos reportar às realidades natural e social. Estamos falando aqui não de uma materialidade, especificamente, mas de quaisquer materialidades que constituam eventualmente a totalidade de uma produção discursiva.

Na ocasião em que fala de ideologia, Althusser (1974a: 88) resgata uma reflexão pertinente de Pascal: “Ajoelhai-vos, mexei os lábios como se fosseis rezar, e sereis crentes”. O comportamento imitativo, seja incorporado com quaisquer materialidades (verbal, não-verbal), encerra como que uma cena de *representação* que se pretende *apresentativa* (a exemplo do que dissemos da *designação apresentativa*, que derivamos de Heidegger). Por essa *representação apresentativa*, o sujeito insinuaria a sua essência pela sua aparência. Se para a consideração da verdade tendemos a tomar como referência a aparência, comportamento esse determinado pela interpelação pelo efeito ideológico elementar, pelo “formismo”, que parâmetro adotar para discernimento? Com a possibilidade de simulação, de representação, instaura-se a verdadeira babel; não teria havido a necessidade de se confundir o entendimento entre os homens fazendo com que falassem línguas diferentes, mas a confusão já estaria garantida falando-se uma mesma língua. Althusser comenta: “Inverte portanto (sic) escandalosamente a ordem das coisas, trazendo, como Cristo, não a paz, mas a divisão, e além disso, o que é muito pouco cristão (porque aí daquele que provoca escândalo!), o escândalo”. A “repaginação” da vida pessoal do candidato Luiz Ignácio Lula da Silva pelo marketeiro Duda Mendonça, citada na reportagem intitulada “O marketing e a corrupção”, da edição de Veja de 31/08/2005, pode ser um exemplo do que chamamos de *representação apresentativa*. A agência do publicitário procurou “maquiar”, diríamos “ressignificar” o imaginário

predominante do candidato a partir da modificação de materialidades que incorporavam as suas vestes, a sua aparência, os cuidados pessoais, os seus gestos, comportamento em geral, bem como discurso. Se *ser* o que era (vestir-se como vestia, comportar-se como comportava, falar como falava, etc.), naturalmente, apresentava materialidades que configuravam obstáculos para conquista da confiança do eleitor, nada melhor do que o velho e eficiente recurso ao efeito de evidência da aparência, meticulosamente explorado pela publicidade. Lê-se ainda, nessa edição de 31/08/05:

Se são escassos os atributos pessoais do candidato (o produto), **inventam-se** qualidades para ele. Se seu capital de idéias é muito limitado, **cria-se** um modo de ampliá-lo de tal forma que a tacanhez se torne grandiosa. Foi assim que o marketing **emprestou** um coração a Maluf. Foi assim que o marketing emprestou um intelecto e um plano de governo a Lula – duas qualidades **fictícias** que [...] lhe garantiram a vitória nas urnas (grifo nosso).

A escassez de atributos pessoais constitui um defeito que o marketing “corrige” pela **invenção, criação e empréstimo** de qualidades fictícias, justificando a expressão usada na reportagem de “maquiar” o candidato. As “imperfeições” são, assim, *corrigidas* com ficção. Em um trecho da obra *Manual completo de campanha eleitoral*, de Ferraz (2003: 272-3), na seção intitulada *A primeira impressão é a que fica*, lemos:

A política lida com imagens. Somente um número muito reduzido de pessoas tem acesso à personalidade total do político. A disputa eleitoral é, portanto, uma disputa entre imagens, e o eleitor escolhe aquele candidato cuja imagem, no seu julgamento, foi mais convincente e conquistou maior credibilidade. / Por isso os políticos lutam até o último fôlego para defender e promover as suas imagens. Sabem que, se a imagem for abalada, as suas chances de recuperação tornam-se muito difíceis. / Sendo um jogo de imagens, a política tem características que a aproximam do teatro e outras que a aproximam dos jogos. Assim, faz parte do teatro e do jogo da política: **“esconder**

a verdadeira intenção”, “evitar compromissos definitivos”, “administrar a presença e a ausência”, “dissimular”, “esconder fragilidades e expor seus pontos fortes”, “cuidar o que fala”, etc. (grifos do autor).

A imagem que se cria, que se deixa, que se passa, portanto, ocupa um lugar de destaque como materialidade de sentidos. O jogo e o teatro são colocados como referenciais que sustentam esse cenário. Vejamos um outro exemplo. Às vésperas do 2.º turno das eleições presidenciais de 2002, a Rede Globo de Televisão realizou um debate entre os candidatos à presidência *Luís Ignácio Lula da Silva* e *José Serra*. Entre as pessoas que assistiram ao debate e tiveram a oportunidade de fazer perguntas, estava o dentista Celso Soares Brum, que deu entrevista ao programa *Fantástico*, no qual explicitou os critérios que levou em conta para a escolha do seu candidato. A sua fala atesta a eficácia que o efeito de evidência exerce sobre o sujeito: “Eu levei em consideração na escolha do meu candidato [...] o que a pessoa que respondeu **passou** pra mim, o que eu pude **sentir** no olho dela, né, a alma dela me respondendo aquela questão”. A *impressão* que se passa, que se deixa, configura para muitas pessoas um referencial seguro para a consideração da verdade. Sabendo do efeito que tem a impressão, a imagem, a aparência, são muitos os que procuram assessoria de empresas especializadas em comunicação para cuidar da “construção” e manutenção de sua imagem.

Localizamos em Pêcheux algumas reflexões que pensamos se relacionarem com a questão do etos e da aparência. Ao retomar algumas reflexões de George Klaus, Pêcheux (1975: 282-6) chama a atenção para **um modo peculiar de comunicação**, em parte baseada na **aparência**, que configura um tipo de retórica no qual intervêm *elementos que tocam os olhos e o coração* antes de atingir o espírito, e participam de um *cerimonial* (expressão de

George Klaus). A **aparência**, segundo Pêcheux, age direta e imediatamente sobre as grandes massas e constitui, por essa razão, um tema preponderante da linguagem política:

[...] a linguagem política, diz G. Klaus, sempre tem por objetivo final ‘acarretar um certo tipo de comportamento da parte daquele a quem se está dirigindo’, e o fato de que **os ardis da manipulação psicológica capitalista** seja, ao mesmo tempo, inaceitáveis e inutilizáveis em um Estado socialista **‘não significa que devemos ignorar as leis objetivas da Psicologia** ou considerá-las como nunca tendo existido quando se trata de produzir alguma compreensão com respeito à verdade’ (grifo nosso).

Pensando-se nessa percepção que Pêcheux faz a partir de reflexões de George Klaus, em texto que subentende a necessidade de uma teoria científica da propaganda, voltada para os efeitos significativos que as leis objetivas da psicologia podem exercer no processo de comunicação, gostaríamos de trazer para confronto algumas reflexões de Semama (1981: 9-19). Para adentrar em suas reflexões, começemos pela definição que ele faz dos elementos envolvidos no processo de comunicação, que ele chama de *operador* e *sujeito*. Para ele, o *operador* da comunicação corresponde àquele que produz o discurso, e o *sujeito*, ao organismo ao qual a comunicação é ou poderia ser dirigida. A psicologia e a etnologia, nos informa Semama, concorrem para salientar que **as formas mais elementares de comunicação** visam apenas de **forma secundária** a informar a respeito da situação do operador, ao passo que visam de **forma primária a produzir nos sujeitos um certo comportamento**. Pode-se deduzir, afirma ele, que para uma mentalidade primitiva, o signo é, antes de mais nada, capaz de induzir um comportamento. “De um modo geral”, afirma ele, “um organismo pode modificar um outro organismo”.

A mentalidade primitiva atesta *indiferença e aversão* pelas operações discursivas do pensamento, pelo raciocínio e pela reflexão, segundo ele, o que, em nosso ponto de vista,

nos ajuda a compreender o comportamento daquele sujeito (também considerado primitivo) que não considera haver distância entre a palavra e o que ela significa, conforme resgatamos por Kristeva (1969: 69-70). Segundo a mesma mentalidade, prossegue Semama (grifo nosso), **todo evento** é explicado como efeito de uma vontade que visa a produzir por si mesma uma vantagem na medida em que o operador possui o poder de buscar a situação almejada, **convicção esta que se encontra na origem de toda visão mágica do mundo**. “A palavra, como tal”, afirma ele (grifo nosso), “**produz sempre um evento de acordo com o significado que nela está contido**”. A “mentalidade primitiva”, para nós, refere a condição de um sujeito que se encontra mais propenso a ser interpelado pelo imaginário de transparência da linguagem.

O homem, para Semama, procura situações mais agradáveis ou menos desagradáveis que a atual; procura sempre superar uma situação que lhe desagrada tendo em mira produzir uma outra situação diferente daquela. Quando não é forçado pelas circunstâncias a modificar uma situação desagradável, dolorosa ou que ele imagina como antecedente de outras situações “negativas”, observa Semama, o homem experimenta prazer na própria ação – na medida em que tal ação é a contínua transformação das suas situações. Esse tipo de atividade, segundo ele, pode ser chamada de “atividade lúdica” ou erótica, sendo que o processo de interação humana é sempre determinado pelo interesse de obtenção de vantagens para si, pelo interesse de produzir um efeito agradável com o concurso de outros, e pelo interesse de satisfação do desejo do lúdico, do gozo.

A partir de suas reflexões, entendemos que, ao agir socialmente, o operador seria sempre interpelado pelo interesse de *obtenção de vantagens* para si, procurando sempre produzir um *efeito agradável* com o concurso de outros, almejando o *desejo do lúdico*, do *gozo*. Quando um animal provoca indutivamente em um outro animal eventos vantajosos para

si mesmo, ocorre, segundo Semama, uma comunicação que obteve êxito e para a qual tinha sido acionada, ou seja, provocou um “sucesso”. De um modo geral, prossegue, tal situação pode ser assim indicada: o animal “a”, durante a interação, operou no ambiente de forma que no animal “b” se tenha produzido um comportamento vantajoso para “a”.

No cotidiano, haveriam fatos, acontecimentos e fenômenos que figurariam, segundo Semama, como dificuldades ou obstáculos colocados pelo ambiente que ameaçariam o seu desejo de vantagens, de efeitos agradáveis, do lúdico e do gozo, de sucesso, e diríamos, respeitando a proposição de discursividades que fizemos, de *idealidade*. Quem comunica, observa Semama (p. 19), não pretende jamais diminuir o próprio poder de obter sucesso atuando sobre a parte humana do ambiente.

As dificuldades ou obstáculos colocados pelo ambiente diante da atividade lúdica, prossegue o autor, provocam reações complexas no indivíduo, impedido de aproveitar o prazer na quantidade, tempo e modo desejados, e obrigado *a prestar atividade para se manter*. Esse indivíduo, acrescenta (grifo nosso), imagina **o prazer futuro** e então opera tentando também **readquirir a ‘liberdade’**, ou seja, a *capacidade de sucesso*. Dessa forma, entendemos o gesto discursivo de implantar materialidades que restabelecem interdiscursos de idealidade como uma interpelação por esse discurso de readquirir a liberdade. Uma situação agradável é um *sucesso*, observa ele (*op. cit.*: 17). Dentro de uma situação historicamente observável, a situação do sujeito será sempre de subordinação em relação ao operador: *responder* a uma comunicação, dentro de um contexto social qualquer, equivale a emprestar a causa própria em benefício de outrem (*op. cit.*: 18-9).

Na intenção do operador, o sujeito é justamente um subordinado, ao qual se pretende impor uma limitação da sua atividade agradável. A psicanálise tem demonstrado suficientemente que essa situação pode

ser descrita como ‘**subordinação antagonista pelo menos inconsciente**’. [...] *Quando a comunicação produz uma subordinação em um sujeito que, longe de imaginar essa subordinação, imagina a própria situação (ou a intui) como uma situação de sucesso, tem-se um dos casos de alienação* (Semama, 1981: 18-9, negrito nosso, grifo em itálico do autor).

Semama precisa que *intenção* é a situação da pessoa que, além de imaginar uma situação possível, imagina também as situações intermediárias através das quais imagina chegar à situação *final*. E em sua relação com o sujeito, para que obtenha sucesso, o operador deve apresentar a condição de ser *menos inconsciente* (portanto, **mais consciente**) em relação ao funcionamento dos processos discursivos. Ou seja, um conhecimento *mais consciente* do funcionamento dos processos discursivos pode subordinar o sujeito ao operador. Pensamos que, ao chamar a atenção para o efeito de **ação direta e imediata** que a aparência exerce sobre as grandes massas, como resultado de “ardis da manipulação psicológica capitalista”, cujas leis objetivas “não devem ser ignoradas”, entendemos que Pêcheux reconhece uma distinção nos níveis de compreensão do funcionamento dos processos discursivos entre os sujeitos, ou conforme definição de Semama para os elementos envolvidos no processo de comunicação, entre **operador** e **sujeito**. Pelo mecanismo da antecipação, proposto por Pêcheux (1969: 77-8), segundo o qual a “habilidade de preceder o ouvinte é, às vezes, decisiva se ele sabe prever, em tempo hábil, onde este ouvinte o ‘espera’”, o recurso a estudos de base psicológica para fundamentar a produção dos discursos dirigidos à grande massa (que, como o homem primitivo, tem forte tendência a ser interpelado pelo imaginário de efeito de evidência da materialidade discursiva) confere vantagens ao *mais consciente*.

Santana (1973: 35-7), em sua obra *Teoria, técnica e prática da propaganda*, observa que em publicidade utiliza-se de vários recursos para se ter a possibilidade de **prever** os resultados. Testes de venda, testes psicológicos, estudo e análise das estatísticas, pesquisas

motivacionais, pesquisas de mercado e pesquisas de opinião são utilizados, segundo ele, como meio para reconhecimento e reconstituição de todas as relações que se estabelecem entre os fatos. Por meio dessas sondagens, identificam-se tendências, afinidades, identificações, posições, que por sua vez constituem um referencial seguro para o estabelecimento de uma política de ação a ser proposta como solução para uma abordagem eficaz em relação a um produto (qualquer que seja) ou serviço.

A definição de pesquisa de mercado pela *American Marketing Association* é a seguinte, segundo Santana (*op. cit.*: 35-6): “Coleta, qualificação e análise de todos os fatos, sobre problemas relacionados com a transferência e vendas de mercadorias e serviços do produtor para o consumidor”. E o propósito da pesquisa, segundo esse autor, consiste em identificar os consumidores, determinar os meios para atingi-los, conhecer a motivação de seu comportamento e testar a eficiência das mensagens e dos canais de distribuição. Com os dados obtidos pela pesquisa, a indústria deixa de seguir os **caminhos da aventura** e os seus empreendimentos são coroados sempre de êxito, observa Santana. “Precisamos conhecer o terreno onde iremos pisar. É preciso, pois, o conhecimento do mercado em bases altamente racionais. O estudo do mercado é ponto de partida para qualquer inversão de capital em bases promocionais”, lê-se em suas reflexões. Conhecer as simpatias do público, seus índices econômicos, seus hábitos de compra, os períodos em que tem mais numerário, etc., é muito importante, acrescenta Santana, para qualquer iniciativa industrial ou comercial.

O primeiro aplicador da pesquisa motivacional foi o Prof. Ernest Dichter, médico psiquiatra e Diretor do Instituto de pesquisas motivacionais em Prickley Pear Hill, em Crotonlon-Hudson, Nova York (*op. cit.*: 39-40). Para fazer suas pesquisas, segundo Santana, Dichter lançava mão de 1.500 a 2.000 entrevistadores, mantendo em Crotonlon-Hudson um grupo de consumidores de 1.000 famílias de vários níveis econômicos, que configurava o

grupo em rotação do qual tirava seu “laboratório de *modus vivendi*”. De 12 a 16 pessoas se sentavam ao redor de uma mesa, numa discussão em comum, olhando, conversando, ruminando e praticando a associação de idéias para Dichter, prossegue Santana. Dentre as atividades previstas da pesquisa motivacional para o grupo, estava, por exemplo, assistir aos programas comerciais de televisão e conversar sobre suas ações [seus efeitos de sentido, impressões] – segundo por segundo – durante o programa.

Esta é uma forma segura de se prever, de se antecipar a reação do público, de um interlocutor, em relação a um determinado estímulo. O objetivo da pesquisa motivacional, segundo Santana, é descobrir porque as pessoas agem de determinada forma, e, com a análise de suas reações, descobrir o subconsciente do consumidor de modo a, conhecendo os seus anseios, fabricar produtos ou apelos que vão de encontro (sic) aos seus desejos [“ao encontro dos seus desejos”]. Esse posicionamento da publicidade de se pautar nas condições e realidade do consumidor (comprador, empregado, dona de casa, eleitor, etc.), bem como no contexto, para o estabelecimento de uma política de ação vem ao encontro das reflexões de Pêcheux acerca do gesto constitutivo de qualquer discurso, segundo o qual se faz trabalhar as formações imaginárias acerca do comportamento do outro, de sua reação, de sua atitude. A capacidade de antecipar-se aos pontos de vista do interlocutor, de prever suas atitudes e reações, a “habilidade de preceder o ouvinte”, segundo Pêcheux, conforme vimos na seção 1.2, “é às vezes, decisiva se ele sabe prever, em tempo hábil, onde este ouvinte o ‘espera’. Esta antecipação do que o outro vai pensar parece constitutiva de qualquer discurso”. E a prática de *aparentar*, no sentido de implantar materialidades que evocam interdiscursos de um referente (um objeto, uma pessoa, um discurso, qualquer coisa, em suma) é sabidamente um recurso discursivo eficiente que não se deve desprezar. Mehrabian (1990: 10) afirma que pessoas da área do teatro, da política, da literatura e das artes tendem a ser particularmente conscientes a

respeito dos efeitos do nome; segundo ele, elas assumem, algumas vezes, nomes novos e mais “exóticos” que, ao menos em termos de suas intuições, parecem estar mais adaptados com as imagens que desejam projetar para o seu público.

Souza (2002: 128-9), em trabalho intitulado *A latência do nome*, refere-se, em dado momento, às etapas de mudança de nome do *Green Party* (fundado inicialmente em 1972 com o nome *The People Party*). A popularização da palavra *ecologia* nos anos 70, segundo ela, motivou a mudança do nome do partido de *People* para *Ecology Party*. Por volta de 1978, observa, houve uma tentativa de apresentar o partido como *Eco*, com o intuito de conferir-lhe uma imagem mais moderna e de mais rápida assimilação. Com a tentativa de mudança do nome, afirma Souza, os representantes do partido acreditavam ser possível também mudar a imagem que o partido verde tinha junto ao eleitorado britânico, revelando a crença que os líderes do partido tinham no potencial transformador do nome no processo de configuração da entidade partidária. Esse gesto de renomear o partido de *Ecology* para *Eco*, prossegue Souza, sinaliza que o fracasso ou sucesso nas urnas pode em grande medida ser determinado pelos sentidos que se depreendem do nome da entidade partidária. Por essa via, afirma Souza (2002: 130-1), o nome representa a latência de um futuro com a promessa de redimensionar o presente, mostrando-se capaz de se livrar do incômodo do fracasso do presente, desencadeando um novo tempo para o partido. Um tempo em que, segundo ela, com o novo nome, o partido teria a chance de se desvencilhar do “estorvo”, do “embaraço” da realidade depositada no velho nome – *Ecology* – depositário das razões das dificuldades ou da impossibilidade de acesso do partido ao sucesso político. Enfim, conclui ela, em um nome reside não só o momento da (re)nomeação do partido, mas também estabilização da complexidade de sua própria história no contexto político.

A sua reflexão segundo a qual *o nome representa a latência de um futuro com a promessa de redimensionar o presente, mostrando-se capaz de se livrar do incômodo do fracasso do presente* remete-nos à reflexão de Pêcheux (1983: 20), que adotamos neste trabalho e pela qual perspectivamos o nosso objeto, a atribuição de nomes próprios com materialidades de Língua Inglesa a brasileiros; para Pêcheux, o confronto discursivo pela denominação de um acontecimento, por meio de um imenso trabalho de formulações, tende a “prefigurar **discursivamente** o acontecimento, a dar-lhe forma e figura, na esperança de apressar sua vinda... ou de impedi-la” (grifo nosso). Repetimos o que dissemos na seção 3.1: disso “depreendemos um imaginário acerca da condição do discurso: a de sobredeterminar o acontecimento; ao fazer trabalhar o acontecimento, por meio de um jogo de denominações, projeções, ou, por meio de uma ‘pré-designação ideológica’, conforme expressão que emprestamos de Althusser, alinham-se os discursos assim produzidos com um acontecimento idealizado. Assim, *falar* pode *tornar(-se)*; cogitar e hipotetizar podem configurar uma instância ou um estágio para a materialização de um acontecimento. Ao se fazer trabalhar discursivamente um acontecimento, [...] o que se tem é a imposição de uma materialidade que pode operar como efeito ideológico elementar, e passar eventualmente da condição de idealidade, de hipótese, de mera projeção discursiva, para uma condição de realidade”. Embora a reflexão de Pêcheux seja ampla, referindo-se a um acontecimento hipotético, emprestamos sua reflexão relativamente ao funcionamento do nome próprio.

Em nosso ponto de vista, a mera atividade de expressão discursiva embasa e reforça o imaginário segundo o qual “aquilo que parece, é”. Somos instados a **reportar** (referir, narrar) as realidades natural e social, freqüentemente com responsabilidade, e é natural que tendamos a ver nas **aparências materialidades** que reportam **essências**, como decorrência do esquecimento que nos interpela nesses processos discursivos. No caso que nos

concerne neste trabalho, especificamente, os nomes próprios de pessoas com materialidades de Língua Inglesa atribuídos por brasileiros a seus filhos, identificamos esta mesma tendência. Ao escolher ou compor um nome próprio com materialidades que evocam interdiscursos de Língua Inglesa, o sujeito designador estaria sendo interpelado por uma Discursividade de idealidade do referente (a Língua Inglesa), bem como pela Discursividade de prefiguração discursiva de acontecimentos. Esta língua, a começar pelo seu caráter de “estrangeira” (que como vimos na seção 2.2 é foco da admiração e do desejo de muitas pessoas), detém no Brasil uma posição de prestígio. A sua presença nas produções discursivas brasileiras é evidente, e tem primazia em relação às outras línguas. Com exceção dos nomes atribuídos nas comunidades de imigrantes, nas ocasiões em que se tem um nome estrangeiro atribuído no Brasil, esse estrangeiro se reveste, na maioria das vezes, de materialidades de Língua Inglesa, segundo o imaginário do sujeito designador, sendo ainda que essa *Língua Inglesa* se identifica com os Estados Unidos. A idealidade com a qual se identifica o sujeito designador ao escolher um nome com materialidades de Língua Inglesa é a hegemonia dessa língua, o seu prestígio, o seu status; são valores que o sujeito designador sente como relevantes, socialmente valorizados; e ter um nome que resgata esse outro importante, esse outro de valor, pode exercer algum efeito favorável para o sujeito designado na sociedade; pode dar a impressão, o “efeito” de participação desse sujeito designado desses mesmos valores. Esse é o discurso que interpela o sujeito designador segundo nosso entendimento.

4.1. ANÁLISE DO PROCESSO DISCURSIVO DE DESIGNAÇÃO DE PESSOAS: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste trabalho, postulamos que não há uma neutralidade na atividade designativa; o processo que resulta na escolha ou concepção de um nome próprio marca a **interpelação** do indivíduo em sujeito de seu discurso, que segundo Pêcheux (1975: 261) se realiza pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina, identificação na qual o sentido é produzido como evidência pelo sujeito e, simultaneamente, o sujeito é “produzido como causa de si”. O sujeito designador tem, portanto, como qualquer outro sujeito, a ilusão de ser a origem de seu discurso. E mesmo quando procura romper (ou acaba rompendo) com processos discursivos recorrentes de designação, cai no espaço da diferença, que por sua vez, conforme exemplos que reunimos neste trabalho e exploramos a seguir, vai reiterar e evidenciar a própria força das discursividades de designação (do assujeitamento, portanto). Começaremos por analisar discursos de designadores e designados em relação a nomes considerados diferentes, *em geral*, para em seguida partir para a consideração dos nomes diferentes cuja **diferença** se dá em função da divergência em relação à Discursividade lingüística do nome, conforme proposição que fizemos.

O programa televisivo *Casos de família*, exibido pelo SBT e apresentado por Regina Volpato, explorou no dia 18/11/2005 o tema: “*Não gosto do nome que você me deu*”, e colocou frente a frente **pais** e **filhos** para discutirem a experiência de sujeito designador e de sujeito designado, respectivamente. Trazemos aqui três entrevistas: *Ivandira* e sua mãe *Francisca Aíla*; *Waldyane* e sua mãe *Waldijane*, e *Arão* e sua mãe *Ana*.

Começamos pela entrevista de Ivandira. Ao ser perguntada sobre o que fez com que ela percebesse que o seu nome era diferente dos demais, ela informou que era o fato freqüente de as pessoas pedirem para que ela **repetisse** o seu nome. A ocasião em que as pessoas dizem: “Como?”, referindo-se ao seu nome, e obrigando-na a repeti-lo, ocasiona-lhe “um certo constrangimento”. Vejamos excerto de sua fala:

[1] “Logo que eu comecei a crescer um pouco mais, né, [...] percebi que quando eu falava o meu nome todos perguntavam de novo”.

À medida que crescia, familiarizava-se com as produções da sua língua materna, mais especificamente em relação aos nomes próprios, resultantes dos mais variados processos de sedimentação. O gesto freqüente das pessoas de pedir que repetisse o seu nome espelhava que o seu nome *distinguia-se* dos nomes comuns e recorrentes na comunidade; traduzia-se como um sinal de resistência, de dificuldade no reconhecimento daquele nome como um nome comum, conhecido. Sugere a diferença do nome em relação ao que se considera padrão, recorrente. Segundo ela, “queria um nome mais comum”, como *Ariane*. Outro inconveniente que se somava à repetição do seu nome, Ivandira, era ser chamada com freqüência por um nome diferente do dela. Ser chamada por um outro nome, ante o caráter inusitado ou diferente do nome, representa a força das discursividades, a força da tipologia discursiva de designação de pessoas. A resistência das pessoas da comunidade com quem convivia testemunhava a cada nova reincidência do evento de ter que repetir o nome o seu caráter desviante. Ao mesmo tempo, exercia um efeito de apagamento, de inexistência, de não-pertencimento do sujeito *Ivandira*, na medida em que não permitia ver consolidada uma referência de identidade. O constrangimento com o seu nome foi tamanho a ponto dela se apresentar com outro nome,

Roberta, como forma de evitar os efeitos que causava o seu nome, que segundo informou chegava a dificultar até mesmo os relacionamentos afetivos:

[2] “[...] já aconteceu de coleguinhas vir apresentar outros colegas [homens] e quando eu falava o nome o carinha não queria nem me ver mais na minha frente; não queria ficar mais comigo porque achava que o meu nome era muito antigo, é... não combinava comigo”.

Com a reiteração das ocasiões de desconforto com o nome, expressou aos 25 anos o desejo de poder mudá-lo um dia, “se puder”. Ao fim da entrevista, diz ter superado os problemas, mas que ainda se incomoda nas ocasiões em que pedem para repetir o seu nome ou dão risada quando ela o enuncia. O nome *Ivandira* foi dado pelo pai, que tinha uma irmã que havia morrido e que tinha esse nome, e que ele resolveu colocar na sua filha. Para além da diferença que *Ivandira* considera do seu nome, a referência (os interdiscursos) em si do nome já é negativa, de portar um nome de um parente já falecido.

Se levarmos em consideração o caso de Domingas Auxiliadora Paranhos, que mudou o seu nome para Débora Paranhos aos quarenta anos de idade (aproveitou para excluir o “Auxiliadora” do nome, porque, segundo ela, “ninguém merece”), momento em que disse ter nascida de novo, por ocasião do deferimento do seu pedido de retificação do nome, diríamos que provavelmente os constrangimentos não deixarão de ser uma constante na vida de *Ivandira*, hoje com 25 anos de idade. Por ocasião da entrevista, perguntada se se arrependia de ter mudado o nome, Débora respondeu que não, e acrescentou que se soubesse que era possível mudar o nome, teria feito isso antes, e poupado anos de constrangimentos.

A outra entrevista é com Waldyane, nome escrito com W e com Y. Conforme relato da mãe, o nome originou-se de uma arbitrariedade: ao fazer os documentos de solteira, a mãe teve o seu nome, *Waldijane*, registrado como *Waldyane*. O nome gerado a partir de um

erro agradou a mãe, que o conservou por mais de cinco anos e o colocou na filha que teve⁵⁷. Não bastasse a variação em relação à Discursividade lingüística do nome (tendo sempre que informar que era grafado com W e com Y), o nome era afetado também pela discursividade de gênero do nome: no trabalho, Waldyane passou a ser chamada de *Valdi* (forma contraída de Waldyane), que logo se tornou *Valdir*, nome tipicamente masculino. Segundo relatou em sua entrevista, pediu demissão do trabalho, por não suportar conviver com a situação. Antes disso, na infância, abandonou a escola, por força das chacotas que sofria dos colegas; chegava a ser chamada de *vadia*, tendo em vista que a enunciação do seu nome permite a identificação dessa palavra ofensiva. Aos 10 (dez) anos de idade, pediu para a mãe mudar o seu nome para Melissa.

Não obstante a diferença do nome, grafado com *w* e com *y*, a coincidência de materialidades que compõem o nome com materialidades que restabelecem a idéia do palavrão *vadia* teve um peso significativo na vida de Waldyane, forte o suficiente para fazê-la desistir da escola nesse ano, mudando de escola no ano seguinte. E as dificuldades advindas do nome permaneceram mesmo na vida adulta, como vimos, tendo em vista que chegou a mudar de emprego pelo fato de o modo como as pessoas passaram a chamá-la remetiam a uma identidade masculina, conforme dava a entender a enunciação da forma reduzida do seu nome, *Valdi*.

A mãe, que ainda gosta do nome que deu à filha, afirmou: “eu não sabia que [o nome Waldyane] ia trazer tanta complicação”. Na nova escola para onde mudou, inventou um apelido para si (Aninha), pelo qual passou a ser chamada. A mãe, Waldijane, que teve o seu

⁵⁷ Referindo-se à arbitrariedade no processo de designação, lembramo-nos de um caso noticiado pelo programa *Fantástico*, da Rede Globo, de um jogador de futebol de nome *Odivan*; em entrevista, informou que o seu nome foi concebido pelo seu tio, que gostava muito da música *O divã*, de Roberto Carlos.

nome cunhado a partir da junção da primeira sílaba de *Walter* com o nome *Jane*, também não gosta do seu próprio nome.

Na terceira entrevista temos o caso do Arão, que também não gosta do seu nome; acha ele muito estranho, que não tem nada a ver com ele. É um nome bíblico, como o nome de todos os seus irmãos. Segundo seu relato, com frequência **erram** o seu nome; perguntam se é nome mesmo, se é apelido, se é com um A só. Já se apresentou com sobrenome, *Nunes*, para evitar ter que dizer o seu primeiro nome. Não mudaria de nome agora, mas se pudesse escolher um nome, escolheria **um nome bem simples**, como *José*, ou *João*. Perguntado pela entrevistadora Regina Volpato sobre qual nome daria a uma filha, ele disse que daria o nome de Kali, que acha um nome “bacana”.

O caráter inusitado, diferente do nome, é relativo, não obstante a existência de nomes que podem ser considerados mais reconhecidamente comuns. O sujeito designador, ao escolher um nome, é interpelado por uma discursividade que o domina, com a qual se identifica; para ele, o nome que escolhe faz sentido, evoca sentidos de idealidade. Não há como se garantir que um nome que hoje é bastante recorrente, comum, manterá essa posição com o passar do tempo, ou que a mesma discursividade que dominou o pai, o sujeito designador, também interpelará o sujeito designado, reforçando o sentido do seu nome. Enquanto de um lado temos pessoas como Arão, que preferia ter um nome simples, como *José*, ou *João*, por outro temos pessoas como José Hélio da Silva, citado na reportagem de *Época* de 14/08/00, que julga ter um nome muito simples. Mais adiante discutimos o caso de *Cleverson*, que embora tenha afirmado, por um lado, que porta um nome diferente, e que esse nome lhe traz estímulos positivos, expressa por outro lado o desejo de mudar esse mesmo nome, e de ter um nome comum, como *João*, *Fábio*, *José*, *Marcelo*, *Renato*, informa ele; mas não se pode garantir que, tivesse ele um desses nomes, não desejaria ter um nome *diferente*,

por achá-los demasiadamente simples. Todavia, é fato que o sentimento de diferença (ou de igualdade, de recorrência) do nome é determinado pelas condições de produção, do contexto imediato e do contexto amplo, que variam a todo o momento. E não obstante essas variações, que julgamos valer mais para os nomes que em cada época são considerados mais em voga do que em outras, há discursividades, como a discursividade lingüística e a de gênero (do nome), que a qualquer momento podem configurar referências de contratempos e constrangimentos, se desrespeitadas.

4.2. A PRESENÇA DA LÍNGUA INGLESA NA LÍNGUA PORTUGUESA NO NOME PRÓPRIO DE PESSOA

Segundo Pêcheux (1983a: 53-55), toda descrição está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, de se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro. Todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, segundo ele, lingüisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação⁵⁸. Esse discurso-outro, enquanto presença virtual na materialidade descritível da seqüência, prossegue Pêcheux, marca, do interior desta materialidade, a insistência do outro como lei do espaço social e da memória histórica, logo como o próprio princípio do real sócio-histórico.

⁵⁸ É neste ponto, conforme Pêcheux (1983a: 54), que se encontra a questão das disciplinas de interpretação: é porque há o *outro* nas sociedades e na história, correspondente a esse outro próprio ao linguajeiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque há essa ligação, prossegue ele, que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes.

A metáfora, segundo Orlandi (2000: 79) é constitutiva do processo mesmo de produção de sentido e da constituição do sujeito. Ela fala da metáfora vista não como desvio, mas como transferência. Faz uma representação pela qual se pode observar o trabalho produzido pelo deslize (a deriva), pelo efeito metafórico, lugar da interpretação e da historicidade.

a, b, c, d

↓

e, b, c, d

↓

e, **f**, c, d

↓

e, f, **g**, d

↓

e, f, g, **h**

A substituição paulatina de um elemento da cadeia [a, b, c, d], um a cada vez, fez com se chegasse, *de próximo em próximo*, a uma cadeia totalmente diferente da primeira cadeia [e, f, g, h]. Da mesma forma, podemos explicar o deslize da Língua Portuguesa para a Língua Inglesa pela presença de materialidades no nome próprio que permitem esse deslocamento; o uso das letras *w*, *y*, e *k*, de letras dobradas, o uso do genitivo (aspas), e até do sufixo *-son*, característicos da Língua Inglesa, configuram materialidades instauradoras de diferença em relação à identidade normativa da Língua Portuguesa, e de uma diferença que converge para a Língua Inglesa, tendo em vista termos a recorrência da presença dessa língua

em diversos registros das produções discursivas brasileiras. No imaginário dos sujeitos designadores que escolheram nomes como D'Janiey, James, Wesley, Cleverson, Sthephanny, o diálogo foi com a Língua Inglesa.

As materialidades que descrevemos acima, embora pareçam de dimensões pequenas, configuram materialidades suficientes para conferir a percepção de uma diferença ou diferenças na leitura, escrita, enunciação ou audição desses nomes em relação às produções da língua materna, e para além disso, remetem a discursos específicos, restabelecem implícitos, discursos pré-construídos existentes na memória dos sujeitos. As materialidades gráfica e fonológica seriam, então, determinantes parafrásticos que suportam o sentido dos interdiscursos, ativando os discursos pré-construídos, os implícitos, os discursos transversos ou perpendiculares (cf. Pêcheux, 1969: 230; 245). E esses nomes acabaram por incorporar materialidades que remetem, especificamente, à países de Língua Inglesa. E por quê encontrou-se nas culturas de países de Língua Inglesa esse diferencial, esse modelo de valores com os quais se deseja um diálogo, uma comparação ou uma substituição orientada (um decalque, um *tomar por*) em relação ao referente designado? Vemos nessas ocorrências um fenômeno semântico de substituição, em especial a *substituição-orientada*, da qual fala Pêcheux:

[...] a *substituição-orientada* que, se fomos bem compreendidos, constituiria a condição de possibilidade de uma equivalência ulterior, ou, se quiserem, uma equivalência “em estado nascente”. Isto quer dizer que a equivalência é o resultado do desaparecimento, esquecimento ou apagamento de uma orientação, o que faria da paráfrase lógica (salvaguardando o sentido) um caso particular do funcionamento dos efeitos de sentido. Ainda, em outros termos, diremos que toda metonímia (ligada a uma orientação sintagmática) tende a se “degradar” em sinonímia, por apagamento da sintagmatização, o que não exclui, evidentemente, que as sinonímias

(ou as metáforas) sejam de novo “saturadas” por novas relações sintagmáticas (Pêcheux, 1969: 218-9).

Assim, no nome, as materialidades que apontamos restabelecem discursos que ocupam uma posição de dominância, prestígio ou poder na hierarquia social de valores da sociedade brasileira, quer esteja ancorado meramente no discurso acerca do estrangeiro, da diferença, ou da hegemonia da Língua Inglesa, especificamente. Essas materialidades parafraseiam esses discursos, e pretendem uma *equivalência ulterior*, ou uma *equivalência em estado nascente* para o referente designado, pela perspectiva de quem o designou, quaisquer que seja o grau de clareza que tenha desse gesto. Segundo a citação acima, a equivalência é o resultado do desaparecimento, esquecimento ou apagamento de uma orientação, orientação esta que podem ser as histórias de vida, das condições sociais do referente e de sua família, que o designador deseja ou pretende ver banidas da vida do referente e da própria. Pêcheux faz ainda uso do termo *metonímia* para prosseguir em sua reflexão. Diz que toda metonímia tende a se “degradar” em sinonímia, por apagamento da orientação primeira, anterior. Assim, pela *metonímia*⁵⁹, que tem como definição a substituição de um termo por outro, justificada por contigüidade, haveria o desejo ou intenção de desenvolver para uma relação de *sinonímia* entre os discursos restabelecidos pelas materialidades presentes no nome e o referente designado. Não há contigüidade entre os termos da substituição proposta, a saber, entre *os discursos implícitos presentes no nome e o referente designado*; há, todavia, um desejo de contigüidade, desejo de que se faça equivaler *discursos e referente*. Ou seja, de que o referente

⁵⁹ De acordo com Guimarães & Lessa (1988: 20-1), metonímia é a figura de palavra que consiste na substituição de um termo por outro, em que a relação entre os elementos que esses termos designam não depende exclusivamente do indivíduo, mas da ligação objetiva que esses elementos mantêm na realidade. Assim, acrescentam, há na metonímia uma relação de *contigüidade* entre o sentido de um termo e o sentido do termo que o substitui.

seja tomado pelo mesmo peso e valor que os discursos presentificados no nome por meio de materialidades lingüísticas específicas.

Começamos a discussão pela análise da entrevista com o estudante universitário de nome *Cleverson*. Segundo o seu relato (confira o Anexo 3), o seu nome foi dado por seu pai, que juntou a palavra *clever* com a palavra *son*, ambas da Língua Inglesa, querendo significar, provavelmente, filho esperto, ou filho de esperto, o informante não soube precisar. Embora a Língua Inglesa tenha servido como referência explícita para a composição do nome, é digno de nota que o nome *Cleverson* não existe nem mesmo em países de Língua Inglesa, tendo sido imitada a estrutura de formação de palavras na composição desse nome, adjetivo + substantivo. Prevalece o imaginário do sujeito designador do que considera ser a Língua Inglesa. Na composição do nome, diríamos que não só a estrutura de formação foi imitada; ela configura uma materialidade que traz a presença da Língua Inglesa, que por sua vez evoca a aura de prestígio que se lhe atribui no Brasil; dialoga com o imaginário de distinção, de qualidade, de superioridade. O imaginário de hegemonia da língua se fez presente como discurso que interpelou o sujeito designador na produção desse nome.

A especificidade da composição e pronúncia desse nome se afasta não somente do padrão escrito e sonoro a que estamos acostumados no Brasil, mas também do conjunto de nomes mais recorrentes que compõem a antroponímia brasileira⁶⁰. Apenas no ambiente universitário o informante observou menor dificuldade de compreensão e pronúncia do seu nome, *Cleverson*. Na universidade, segundo ele, as pessoas conseguem *pronunciar de primeira* o seu nome, o que é difícil de acontecer em qualquer outro lugar, e ele não sabe se isso se dá pelo fato de as pessoas lerem mais ou se é porque conseguem trabalhar melhor com

⁶⁰ Vale lembrar que não existe um conjunto antroponímico fechado, fixo e invariável, podendo se falar, no máximo, de nomes recorrentes que compõem a antroponímia de um país em uma determinada época ou épocas, sem poder esgotá-la, todavia.

a linguagem. Essa menor dificuldade, todavia, é compreensível em um contexto em que o conhecimento da Língua Inglesa é bastante recorrente entre os alunos, e até um pressuposto em muitos cursos, por mais que variem os níveis de conhecimento. O afastamento e divergência do nome *Cleverson* daquilo que se pode chamar a *identidade normativa* da Língua Portuguesa, todavia, fizeram aparecer, ou permitiram ‘visualizar’ uma diferença, uma variação que muitas vezes soou positivo para ele, conforme relata excerto de sua fala (grifo nosso):

[3] “[...] eu acho que é uma coisa meio psicológica, né, não querendo falar: “pôxa, eu sou foda porque tenho um nome diferente!”, não; Mas tipo assim, acho que o nome diferente, ele... [o meu nome] **parecia**, até certo ponto, parecia me distinguir de outras pessoas, entendeu? É... sabe, **eu sentia... parece um impulso de ser diferente**, sabe? Justamente por causa do nome, eu sentia... sabe, **o nome trazia uma coisa diferente pra mim**, entendeu? Sabe como é que é? É... era uma característica distintiva, sabe, pra mim, acho que... Inconscientemente, entendeu? [...] **É, eu acredito que, assim, na sua autoformação o seu nome tem uma influência grande, entendeu?** O seu nome.... [...] É, [...], você não acredita em numerologia no caso, né? Se acredita muito nisso, entendeu, que o nome “determina” e as pessoas acabam sendo parecidas, né, mas eu acho que o nome na verdade que determina isso, entendeu? [...] É, ajuda a determinar [o indivíduo]; se o nome é muito comum, se o nome é pouco comum, isso acontece, não acontece? [...] Eu acho que isso é um processo inconsciente; [...], aí eu percebi que isso pode ter sido inconsciente, pode ter sido determinante, entendeu, pra isso, pra... pra que eu tentasse... fazer o melhor e se distinguir por isso, entendeu? E o nome, parece que me impulsionou bastante pra fazer isso, mas acredito que inconscientemente [...]”.

O nome diferente, conforme a formulação [1], *parecia* distingui-lo de outras pessoas; “*parece* que sentia um impulso de ser diferente”, e que o nome trazia a ele uma coisa diferente, inconscientemente. Verdadeira ou falsa, a *aparência* dessas sensações teve, até certo ponto, efeitos de motivação na sua vida, na medida em que o impulsionava a ser diferente, a se distinguir, quer tenha sido pelas experiências com o nome quer tenha sido pela incorporação do discurso do pai. O informante reconhece a base de cunho psicológica desse processo, que pode ter sido determinante de suas sensações.

O efeito de naturalização em relação aos nomes e produções da Língua Portuguesa resultante do seu convívio com a sociedade se constituiu em um esquecimento que o interpelou, e que permitiu que se evidenciasse a diferença do seu nome. A esses sentimentos de diferença, estímulo e de motivação experimentados pelo informante *Cleverson*, supostamente despertados pelo caráter distintivo do seu nome em relação aos padrões da Língua Portuguesa, deve-se acrescentar aqui o discurso que o pai lhe repetia com frequência, que reproduzimos abaixo, para não entendê-los como a única explicação possível para essa sua postura:

[4] “[...] ele [meu pai] sempre disse que... que, né, falou pra mim, tudo o mais, que... assim, **pra eu me distinguir**; pra eu... procurar... assim... é... ser o melhor, dar o melhor de mim, sempre ser o melhor; ele me disse isso: “Faça sempre isso!”; ele dizia que “Puxa! Noventa por cento das pessoas no mundo [...] tão aí pra encher o mundo, não se interessam por nada, não se distinguem das outras, são comuns demais”, sabe, “não... não desenvolvem... as grandes pessoas”, segundo ele, “desenvolvem coisas importantes... e toda a humanidade lembra deles”; é o que meu pai dizia, queria que eu fosse... entendeu?”.

Os sentimentos advindos da diferença de seu nome, somando-se ao discurso que o seu pai lhe dirigia, de que fosse diferente, de que se destacasse no mundo e tudo o mais, formaram uma forte referência de motivação e de crença na idealidade do seu nome. Esse conjunto funcionou para ele, segundo seu relato, tendo em vista que afirmou que *parecia sentir um impulso para ser diferente*. Evidencia o seu imaginário acerca do funcionamento do nome, segundo o qual “o nome determina e a pessoa acaba sendo parecida”. No seu discurso, todavia, aparece um paradoxo; ao afirmar a diferença do nome, reconhece o seu afastamento em relação aos nomes considerados comuns, recorrentes, e assim, sendo o nome diferente, um desvio, uma variação, acabou por acarretar-lhe o revés da diferença. Assim, a diferença se traduziu também em sentimento de exclusão, conforme relatamos a seguir:

[5] “[...] já tive problemas por causa do nome, né; poucas... algumas pessoas conseguem gravar com facilidade um nome [estranho], a maioria não, né, já fui chamado de Cléver, Cléber, Crébison, Cleberson, é... Cleisson, Émerson... [...]. Já fui chamado de Cleisson, já, “Gleisson”, né, pô, o pessoal erra pra caramba, assim... [erra] muito, muito, muito mesmo; **só as pessoas mais próximas mesmo, e pessoas geralmente mais esclarecidas** conseguem acertar direitinho a pronúncia do meu nome; é difícil; de primeiro, assim, poucas pessoas acertam; [...] eu já pensei em mudar [de nome], **já pensei em mudar**, assim, como você falou, já pensei assim: **“Puxa, porque que eu não chamo ‘Fábio’? Por que que eu não chamo ‘José’ ou ... ou.... ‘Marcelo’, ou ‘Renato’, um nome comum, sabe?** Eu não sei, às vezes eu me incomodo um pouco assim, às vezes, das pessoas não acertar... **inventam muitos apelidos**, né, porque o nome é... complicado a pronúncia, às vezes, é, então, inventam apelidos assim, sabe, pra... pra... não ter que falar o nome, sabe, que é um simplificado; ‘Fábio’ já seria alguma coisa assim... ‘Marcelo’, é... **‘João’, uma coisa que sai fácil**, agora... Cle-ver-son!”.

Ao utilizar a expressão “um nome comum” para se referir a nomes como *Fábio*, *José*, *João*, *Marcelo*, *Renato*, nomes que o informante Cleverson gostaria de ter, ele nos dá uma idéia do peso que tem o assujeitamento à ordem discursiva de designação. A recorrência e a normalidade desses nomes na sociedade brasileira mostram a idéia de que o que está em vias-de-dizer é determinado, regulado por um discurso prévio. “O não-dito precede e domina a asserção”. Ou deve dominar, se não se quiser correr o risco da diferença, ou expor o outro ao risco da diferença, no caso da prática discursiva de designação. No caso deste informante, o seu nome destoa, se afasta desse padrão, dessa recorrência, como se pode observar pelos seus relatos. O símbolo do desejo do pai (de que o filho fosse diferente, de que se distinguisse das pessoas comuns, de que pertencesse aos dez por cento da população mundial que “produz”, que faz a diferença) converteu-se no nome que concebeu e deu ao filho, nome que, ao mesmo tempo em que simboliza esse desejo, essa interpelação, carrega uma função, uma missão: de emprestar ou conferir caráter igualmente distintivo ao seu portador. A cada vez que fosse enunciado ou lido, o nome restabeleceria interdiscursos que circulam na sociedade, discursos recorrentes, de prestígio, de idealidade, de verdade, de poder, no caso, discursos dominantes

acerca da Língua Inglesa, e que seriam convenientes que fossem associados ao sujeito designado, tendo em vista a possibilidade de sugerir uma participação desse sujeito com a posição de prestígio da Língua Inglesa. Entendemos que o sujeito designador foi interpelado pela Discursividade de idealidade do referente: baseou-se no nome, implantando materialidades nele que traziam a presença da Língua Inglesa (o referente), e com ela os interdiscursos que no seu imaginário são interdiscursos de distinção, de qualidade, de poder. E, ao mesmo tempo, evidenciou também a interpelação pela Discursividade de prefiguração discursiva de acontecimentos, marcado tanto pelo desejo de diferença que começa pelo nome, quanto pelo discurso que transmite ao filho. Todavia, conforme observou Hall (2000: 40-1), os significados das palavras não são fixos, numa relação um-a-um com os objetos ou eventos no mundo existente fora da língua. O significado, segundo ele, surge nas relações de similaridade e diferença que as palavras têm com outras palavras no interior do código da língua. “As palavras são ‘multimoduladas’. Elas sempre carregam ecos de outros significados que elas colocam em movimento, apesar de nossos melhores esforços para cerrar o significado”, afirma Hall, retomando reflexões de modernos filósofos da linguagem.

Não obstante todo o esforço do pai em prover uma materialidade que demarcasse a possibilidade de distinção do seu filho no próprio nome que dava a ele, qualquer que fosse o grau de consciência desse processo, ao jogar com a diferença, ao apostar na possibilidade de associação ou identificação do seu filho com interdiscursos de caráter dominante, a Língua Inglesa, expôs o seu filho a um revés da identidade: por mais que o informante *Cleverson* tenha afirmado a existência de ocasiões em que sentiu motivação pelo seu nome, que tenha reconhecido que o seu nome ajuda, ainda que esses sentimentos tenham sido reforçados pelo discurso do pai, por outro lado manifestou o desejo de mudar o seu nome, pelo fato mesmo de ser diferente, de destoar de nomes comuns e recorrentes da Língua Portuguesa, como *Fábio*,

José, Renato, Marcelo, João, que, segundo ele, *saem e soam mais fácil*, diferente de “Cleverson”, cuja dificuldade e diferença ele expressou pronunciando em sílabas: CLE-VER-SON. A diferença se traduziu em experiências desagradáveis, como revolta e sentimento de exclusão.

Martins (2002a: 17) se refere à sensação desagradável que é alguém ouvir o seu nome ser pronunciado de maneira errada, ou vê-lo escrito de forma distorcida no seu talão de cheques, cartão de crédito ou mesmo no *e-mail* recebido de algum amigo ou cliente. Dificilmente deixamos de sentir algum incômodo com equívocos dessa natureza, segundo ele, pois que, de alguma forma, a nossa identidade sofreu uma agressão. E usa uma metáfora para referir um tal evento: “Tanto quanto uma mancha descoberta na roupa limpinha que acabamos de vestir, a impressão de que o nome está de algum modo – real ou imaginário – maculado nos traz uma sensação de vazio e até de infelicidade”. E o informante *Cleverson* já foi chamado por muitos nomes:

[6] “[...] já fui chamado de Cléver, Cléber, Crébison, Cleberson, é... Cleisson, Émerson, ... [...] Cleisson! Já fui chamado de Cleisson, já, “Gleisson”, né, pô, o pessoal erra pra caramba, assim... muito, muito, muito mesmo”.

Tanto o pedido para se repetir o nome, como no caso que referimos de Ivandira, como errar a pronúncia do nome, e até mesmo pronunciar outro nome, configuram circunstâncias que reafirmam a cada vez a diferença do nome. Mas nada que se compare, imaginamos, a uma situação de *recusa* ou de *resistência* em relação à aceitação do nome, por meio da invenção de apelidos para evitar a enunciação do nome. As ocasiões em que os colegas lhe inventavam um apelido pareceu se configurar a instância mais significativa de

sentimento de uma diferença ofensiva, excludente, constrangedora, e parece ter contribuído muito para o seu desejo de mudar o nome.

A despeito do discurso do pai, de que se destacasse, de que fizesse diferença, e do próprio reconhecimento de que sentia uma força psicológica que vinha do nome, que o seu nome de fato o ajudava, afirmou:

[7] “Mas eu tenho uma visão realista a respeito disso; eu sei que... que eu posso trabalhar, e eu quero ser feliz na minha profissão e... e na vida familiar e tudo o mais e **não é esse discurso dele que vai**... assim tipo [me influenciar a pensar da seguinte forma]: ‘Nossa, eu preciso fazer isso... eu preciso ser feliz, eu preciso me distinguir de todas as pessoas, eu preciso fazer algo importante pra ser lembrado pra sempre!’; não! **Tenho uma visão bem realista da coisa**; não tenho essa imagem fantasiosa que ele tinha, entendeu, talvez isso tenha influenciado bastante uma... entendeu; [...] É, **hoje tenho os pés no chão**, eu sempre tive assim, né, sempre.... comecei a trabalhar cedo, sempre tive os pés no chão, e vi que essa... essa intenção dele de... que eu me ‘distinguisse’, exacerbadamente, não é um fato, entendeu, não é algo real [...] ... estou com os pés no chão, né, eu quero só fazer o meu bom trabalho, se eu for reconhecido por isso tudo bem, se não for, paciência, mas não... não percebo, não persigo isso obsessivamente, sabe, eu procuro ser feliz assim a cada instante e não fazer uma [...linha] faustiana, trocar a minha vida por uma... grande realização como ele queria que eu fizesse, e talvez tenha me dado o nome por causa disso também; sei lá! Não sei! É uma coisa interessante” (grifo nosso).

Essa foi a forma como equacionou o problema, depois de ter demonstrado posições contraditórias a respeito das experiências com o seu nome. Como vimos, a princípio demonstrou um certo orgulho pelo fato de ter um nome diferente (“pôxa, eu sou foda porque tenho um nome diferente!”), reconhecendo que até certo ponto o seu nome o distinguia de outras pessoas, que conferia a ele um impulso de ser diferente, que o seu nome “ajudava”. Em outro momento, expressou outro ponto de vista acerca dessa diferença advinda do nome; a diferença em relação aos outros nomes fazia com que as pessoas errassem muito o seu nome,

chegando tanto a trocar o nome como a inventar apelidos; a intensidade das experiências era tal que fez com que desejasse mudar de nome.

Mesmo ao dizer que não é o discurso do pai que vai influenciá-lo, que tem uma visão bem realista do processo, que hoje tem os pés no chão, mesmo ao insinuar um afastamento, uma desvinculação dos projetos do pai em relação a ele, encontra-se ainda no fogo cruzado das experiências positivas e negativas advindas da diferença do seu nome, vivendo plenamente uma contradição.

Schwarz (1987: 29-48), em seu artigo intitulado *Nacional por subtração*, ao fazer referência ao caráter *posticho, inautêntico e imitado* da vida cultural que brasileiros e latino-americanos levamos, afirma: “Todos comportam o sentimento da contradição entre a realidade nacional e o prestígio ideológico dos países que nos servem de modelo”. Se por um lado o informante Cleverson beneficia-se da referência feita ao prestígio ideológico dos países de Língua Inglesa a partir das materialidades do seu nome, por outro sofre pelo fato de essa mesma diferença apresentar um efeito colateral, que caracteriza o seu nome como um desvio em relação à Discursividade lingüística do nome.

A atribuição de um nome estrangeiro ao filho, pensando-se exclusivamente em nomes que remetam a países de Língua Inglesa, e em situações em que os pais não tenham nenhum parentesco ou relações com pessoas desses países, tem sua motivação, em nosso ponto de vista, tanto no sentimento de admiração desse estrangeiro, de sua cultura, de seu estilo de vida, de seus valores, considerados mais atrativos, interessantes, e por que não dizer superior, quanto no perfil constitutivo do brasileiro, que em nossas reflexões apontamos uma tendência de transferência da possibilidade de mudança para um agente externo. A identificação com os valores de países de Língua Inglesa se justifica pela presença significativa dessa língua no nosso meio, mas também, e principalmente, pelo apelo temático

presente em seus produtos culturais, que incorporam muitos sentidos positivos como força, persistência, determinação, heroísmo, senso de justiça, avanço científico e tecnológico, superioridade, idealidade, em suma. O contato com um estilo de vida que se apresenta como sedutor, bem-sucedido, entusiástico, justo, faz sentido e dialoga fácil e significativamente com o desejo brasileiro de um povo marginalizado, preterido nos projetos sociais, e relegado a escassas possibilidades de esgarçar o tecido social e galgar uma condição de vida diversa da experimentada. Resta ao indivíduo, muitas vezes, como forma de tentar alterar o *status quo*, a *projeção discursiva*. A partir da imitação de características do *outro*, se poderia incorporar um pouco de suas qualidades, de suas condições, de seu poder, como um metal que exposto a um ímã adquire propriedades semelhantes ao do próprio ímã. Essa prática lembra, ainda, um ritual antropofágico, no sentido de que, ao alimentar-se do outro, do *bravo guerreiro*, se poderia assimilar as suas virtudes.

Há uma dupla interpelação, tanto por um discurso que procura identificar o sujeito designado com valores considerados positivos na sociedade, ao considerar a diferença do estrangeiro de Língua Inglesa positiva (portanto interpelado pela Discursividade de idealidade do referente), quanto por um discurso de designação apresentativa do referente, que se baseia no imaginário de efeito de transparência da linguagem (que chamamos de Discursividade de prefiguração discursiva de acontecimentos).

Um segundo caso que trazemos aqui é o do adolescente *Dyonatan*, de quinze anos. Segundo seu pai, Paiva, o nome foi escolhido a partir do seriado norte-americano “O casal 20” (original *Hart to Hart*). Por ter a profissão de detetive, Paiva admirava muito os personagens que se chamavam *Jonathan e Jennifer Hart*, que eram detetives, e decidiu “homenagear o detetive, porque ele era o investigador do casal 20”. Se tivesse uma filha, levaria o nome de

Jennifer. A grafia do nome, segundo ele, foi retirada *tal qual* aparece nos letreiros no final do filme:

[8] *Dyonatan* [...] é exatamente o nome do ator; ele escreve assim mesmo; então, esse nome aqui eu pesquisei.

Chamamos a atenção, aqui, para o imaginário que o pai faz da escrita do nome *Dyonatan*, que assegura ter reproduzido da mesma forma como aparece no filme, no original em Língua Inglesa. Embora haja um delíze do nome *Jonathan* para o nome *Dyonatan*, por meio da substituição do *j* inicial por *dy*, a enunciação resultante guarda relação com a Língua Inglesa, principalmente por imitar o som chiado característico do *j* inicial em Língua Inglesa por meio dessa substituição na escrita.

A mãe expressa o seu contentamento pela grafia diferenciada do nome *Dyonatan*, que permite que ele seja pronunciado como em inglês, com o *j* chiado:

[9] **Anice**: “Deixa eu contar uma coisa, que eu achei assim... muito... me orgulho até, foi o Paiva ter colocado o nome do *Dyonatan* com D-Y-O, *DYO*, então as pessoas tem que pronunciar *Dyonatan*, e quando ele... assim que ele nasceu, uma amiga dele falou: “Qual é o nome do seu filho?” O Paiva disse: *Dyonatan*; e ela virou e disse: “Ah, ele não é *Djonathan*, é “*Jonathan*” mesmo, porque estamos no Brasil”, acreditando que ele teria registrado com “*Jho*” [jota-agá-ó], que é como se escreve nos Estado Unidos; aí eu com muito orgulho disse: não, meu filho é *Dyonatan*; o nome dele é escrito com D-Y-O-N-A-T-A-N, *Dyonatan*! Aí, ela se sentiu assim envergonhada até e eu fiquei com muito orgulho”.

Nessa fala da mãe, vemos também se manifestar o imaginário que faz da escrita do nome *Jonathan* em Língua Inglesa, segundo o qual se escreveria com *Jho* iniciais. Vê-se, ainda, a Língua Inglesa se identificar com os Estados Unidos. Perguntamos ao pai de *Dyonatan* se ao dar o nome do detetive ele abrigava o desejo de que o seu filho também se tornasse um detetive; respondeu:

[10] **Paiva:** “Com certeza; todos os três [filhos] foram criados não para ser um detetive, mas estudar Direito, entrar numa promotoria, ser um bom advogado, ser um bom juiz, porque todo bom advogado, todo bom juiz, todo promotor, ele tem que ter conhecimento na área investigatória; ele pode ser um delegado, sabe, é importantíssimo essa área investigatória”.

Em um determinado momento, expressa seu ponto de vista acerca do caráter dos nomes, do efeito de sua simplicidade ou sofisticação:

[11] “[...] veja o que é que acontece: o nome diz tudo, né? O nome diz tudo; se eu chamar aí ‘Maria!’, ninguém olha, mas eu noto às vezes que eu estou no meio ali da Avenida Paulista com ele [o filho] e eu digo: Dyonatan!, quatro ou cinco pessoas olham pra trás, e olham pro Dyonatan pra ver quem é o Dyonatan; a personalidade da pessoa influencia muito; é, em sala de aula mesmo, diversas professoras dele falam, sabe, quando ela chama, ela chama com prazer o nome dele, então isso vai até dos educadores que estão lá dentro; olha, ele se formou no quarto ano primário, ali, e foi, então, ela teve o prazer, dentro da igreja, na hora de entregar lá o diplominha dele, de quarta série primário, chamar lá pra todo mundo dentro da igreja ver: ‘Dyonatan Bechuate Paiva!’. Aquilo me arrepiava até hoje quando eu lembro aquela cena, ele tem a fotozinho, ele recebendo lá da professora dele; então, quer dizer, ela chamou lá, sem empolgação, o Paulo, o André, o Sérgio, mas na hora que ela gritou o Dyonatan Bechuate Paiva, parece que foi prazeroso até pra ela chamar o nome, então você há de convir que o nome...”.

A idéia expressa de que “o nome diz tudo” dá indícios de um imaginário de transparência da linguagem, de designação apresentativa do nome, além de subentender uma posição de poder e prestígio a partir dos sentidos do nome, *Dyonatan*, marcado com materialidades de Língua Inglesa. Reconhece uma distinção, uma diferença positiva no nome do filho, que desperta e cativa o interesse das pessoas. As professoras enunciavam o nome Dyonatan com prazer, observa ele. Ao relatar o evento da igreja, em que nomes como Paulo, André, Sérgio, foram chamados normalmente, mas que o nome de seu filho foi chamado com empolgação, depreende-se que essa diferença positiva, essa valorização, está vinculada à

divergência do nome da Discursividade lingüística do nome, bem como à convergência para a Língua Inglesa.

Perguntado se o filho daria uma entrevista sobre o seu próprio nome, respondeu:

[12] **Paiva:** “[...] eu acho que ele fala sim porque ele tem... **com o nome dele ele tem muito orgulho, muito, muito**”.

E tivemos a oportunidade de entrevistá-lo, podendo assim contrastar os pontos de vista de designador e designado. Apesar do ponto de vista do pai, ficou evidente que a posição do filho não era a mesma em relação ao nome. Vejamos as seqüências a seguir:

[13] **Paiva:** “Mas o que você lembra mais assim, de uma passagem [em relação ao seu nome]?”

[14] **Dyonatan:** “Assim, de uma brincadeira, que fizeram com o meu nome, é de... quando eu fazia coisa errada, assim, brincava e falavam: ‘ê! tinha que ser o ‘Idionatan’!’ Entendeu? Tipo...”

[15] **Paiva:** “*Idionatan*, tipo de idiota, né...”

[16] **Dyonatan:** “É, de idiota;”

[17] **Entrevistador:** Ah, fizeram um trocadilho, né?”

[18] **Dyonatan:** “É, tipo... nunca me importei de ter um nome... é normal; mas tipo, é só incomum como se escreve, D-Y-O-N-A-T-A-N;”

[19] **Entrevistador:** “Isso, às vezes as pessoas de repente falam... acham diferente, como é que é?”

[20] **Dyonatan:** “É, é diferente, porque todo nome é com **j**, né, e com **th**, geralmente; aí todo mundo fala: “ah, nossa, o seu nome é assim? Que diferente, né?”, aí, fica meio estranho né?”

[21] **Paiva:** “Estranho não! Fica bonito!”

[22] **Dyonatan:** “Não, não fica bonito, fica estranho; é, meu nome é diferente, né, entendeu;”

[23] **Paiva:** “Mas você não gosta?”

[24] **Dyonatan:** “Eu gosto do meu nome;”

[25] **Paiva:** “Você mudaria o seu nome de Dyonatan pra ‘João’?”

[26] **Dyonatan:** Não; é... eu gosto do meu nome, é só um pouquinho diferente [...].

O diálogo com pai e filho a respeito do nome deixou entrever que este não era um hábito muito freqüente entre ambos. A reação ao saber das experiências do filho com o nome foi intensa, um misto de choque, decepção, indignação. O embate travado entre pai e filho, expresso pelas formulações [20], [21] e [22], foi o momento mais significativo que revelou os pontos de vista diferentes entre *sujeito designador* e *sujeito designado* a respeito do nome. O filho resgatou o comentário que as pessoas costumam fazer quando em contato com seu nome, pela formulação [20], e ao dizer que *fica meio estranho*, referindo-se à grafia do nome, o pai corrige, dizendo assertivamente na seqüência [21]: “Estranho não! Fica bonito!”, ao que o filho retruca, na seqüência [22]: “Não, não fica bonito, fica estranho; é, meu nome é diferente, né, entendeu?”.

Visivelmente incomodado, perguntou, na seqüência [23]: “Mas você não gosta?”, ao que ele respondeu que sim, sem aparentar dispor de muita alternativa de resposta. Visivelmente alterado, o pai, insistindo, perguntou (seqüência [25]): “Você mudaria o seu nome de Dyonatan pra ‘João’?”, ao que respondeu, pela seqüência [26]: “Não; é... eu gosto do meu nome, é só um pouquinho diferente”. Por um instante, deixou de ser **explicitamente estranho**, para ser apenas *um pouquinho diferente*. Ficou evidente o seu repúdio por nomes comuns, como *João*, quando perguntou em tom desafiador ao filho se preferia chamar-se *João* a *Dyonatan*.

Vejamos um outro caso, do informante de nome Marlon. O nome, segundo ele, foi dado pela sua mãe em referência ao ator *Marlon Brando*, de quem ela gostava. Na época em que nasceu, o ator já fazia sucesso. Uma das dificuldades relatadas pelo portador do nome, que sempre lhe rendeu trabalho freqüente, é a pronúncia.

[27] “... só tem um problema que eu vejo: é que muita gente em vez de pronunciar /'mar-lon/ [paroxítona] pronuncia /mar-'lon/ [oxítona]; eu não importo, né, mas sempre tem que falar: /'mar-lon/, e às vezes eu nem falo mais, deixo, às vezes do jeito que falar tá bom, /'mar-lon/, /mar-'lon/, não tem problema, né?”

[28] “Eu tinha um professor que me chamava de ‘Marlos’, não acertava o meu nome; [...]; não acertava de jeito nenhum falar meu nome, e acabei aceitando do jeito que chamavam meu nome, o povo que me chamava de Marlos também, né, não importava também não”.

A maioria das pessoas tende a pronunciar o seu nome como uma oxítona (/mar-'lon/), e não como paroxítona, como pronunciado no inglês (/mar-lon/). Uma outra variação de como o chamavam, conforme a formulação [26], era Marlos (/mar-los/), provavelmente porque se assemelha ou remete ao nome Carlos, que é um nome recorrente na Língua Portuguesa. São tão freqüentes as vezes em que o seu nome é pronunciado diferente da forma como ele considera ser a forma correta, que ele afirma não mais se importar, conformando-se em ser chamado da forma como o chamarem, /'mar-lon/, /mar-'lon/, /mar-los/. Quando adolescente, costumava “ficar vermelho” e com vergonha da reação das pessoas ante a pronúncia do seu nome, situações às quais acabou se acostumando. Reitera o sentimento de irritação nas ocasiões em que se via impelido a repetir o próprio nome.

[29] Às vezes eu ficava irritado com a pronúncia mesmo: “como é que é?” “Marlon!”, [...] então me irritava: “Marlon”. “Como é que é?” Aí eu ficava danado, às vezes o pessoal sabia [que eu ficava irritado, aí perguntavam]: “como é que é mesmo?”. Tinha alguém novo [e incitavam]: “pergunta de novo, pergunta de novo!”. E sempre falavam: “Ah, é o Brando?”. E

eu falava: não, não é o Brando não; e as professoras sempre marcavam: “o Marlon Brando, né?”. Hoje já nem tanto, que, isso é mais na adolescência.

A posse do nome *Marlon* ocasiona para o informante tanto ocasiões de satisfação quanto de frustração. Por um lado, goza dos efeitos que confere um nome estrangeiro, conforme as reflexões que fizemos de Bakhtin, para quem a palavra nativa não apresenta nenhum mistério, sendo percebida como um irmão, e só podendo apresentar algum mistério na boca de um estrangeiro. E é como tal que a palavra estrangeira soa, na grafia ou na enunciação, caracterizando como que um nascimento da palavra, conferindo um *estranhamento*, um *destaque de coloração*, fazendo com que ela *adquirira relevo* no contexto de uma língua materna, como se um olhar fosse lançado sobre ela pela primeira vez. Ou ainda, pela reflexão de Aristóteles (s.d.: 176), segundo a qual o desvio de uma palavra de seu sentido ordinário permite dar ao estilo maior dignidade, para quem “importa dar ao estilo um ar estrangeiro, uma vez que os homens admiram o que vem de longe e que a admiração causa prazer”. Por outro lado, a mesma materialidade, como vimos, evidencia um relevo (um destaque, um estranhamento) em relação às discursividades recorrentes que regem a prática discursiva de designação de pessoas, expondo o seu portador aos reveses acarretados pela diferença do seu nome. Conforme citado, vê como um problema o fato de muita gente pronunciar o seu nome como uma oxítone, /mar-'lon/, e não como uma paroxítone, /'mar-lon/. Esse **erro** na pronúncia do seu nome justifica-se pelo fato de as pessoas serem interpeladas pelas regras de pronúncia da Língua Portuguesa.

De fato, a eficácia simbólica do associacionismo perde seu efeito quando *Marlon* é pronunciado como oxítone, na medida em que o deslocamento da sílaba tônica dilui a materialidade (no caso, a pronúncia) que permite restabelecer pela memória os discursos implícitos, quer seja da mera *diferença*, do ator *Marlon Brando*, ou da Língua Inglesa. Dessa

forma, *Marlon*, pronunciado como oxítone não remete, a princípio, a nenhum referente com o qual se deseje uma associação, antes sofre o efeito de ter a força, a potência ou imponência que parece existir no nome *desconstruída*.

Vejam nossa última fonte. O artigo da revista *Época* de 14/08/2000 faz referência a três relatos de sujeitos designadores que escolheram nomes para seus filhos que, conforme chamamos, apresentam materialidades de Língua Inglesa. Ao ilustrar algumas experiências do brasileiro com nomes próprios estrangeiros, o artigo cita o caso do padeiro José Hélio da Silva, nascido em São Paulo; ele, que não gosta de ser *Zé da Silva*, afirma: “Sempre quis ser Wellington”. Atravessou a juventude mentindo o seu nome, dizendo chamar-se Wellington, mas conseguiu ficar conhecido como Hélio, seu segundo nome. Conforme nos informa o artigo, a combinação *Zé* mais *Silva* é uma “soma de subtração”, representa o rosto difuso da pátria; une-se *José*, que por quase 500 anos foi o nome do brasileiro-símbolo, a *Silva*, sobrenome plural. E esse caráter plural e genérico do seu nome, demasiado comum, recorrente, fez com que se sentisse diluído na pluralidade, anônimo, *sem nome*. E foi assim que desde **sempre** alimentou o desejo de chamar-se Wellington. Se não gostava do nome José da Silva, tipicamente brasileiro, encontrou em um nome com materialidades de Língua Inglesa aquilo que lhe faltava. Mas o que não se efetivou de fato na sua vida, pois que conseguiu no máximo ficar conhecido como Hélio, tratou de providenciar no filho. Quando a esposa engravidou do primeiro filho homem, José Hélio decidiu batizá-lo de *Wesley*. Afirmou:

[30] “Não quis que ele [o seu filho] fosse *José*, muito menos *da Silva*”.

Renegando nome e sobrenome, tentou, então, trocar de sobrenome, escolhendo *Júnior*, porém o cartório não permitiu. Para ser Júnior, que não é sobrenome, explicou o

cartório, o menino teria de chamar-se “José da Silva *Júnior*”. Ficou *Wesley Fernandes da Silva*.

[31] **José Hélio**: “Também não quero que tenha a mesma vida que eu. Meu filho vai estudar inglês e trabalhar com computador em Miami. Já tem nome para isso”.

Os cartórios que atendem a população de baixa renda da maior cidade do país informam, segundo o artigo, que o brasileiro muda o nome como uma espécie de **primeiro passo na metamorfose planejada** para alterar radicalmente seu destino. A fala de José Hélio dá indícios dessa *metamorfose planejada*: 1) o filho não deve ter a mesma vida que ele; 2) vai estudar inglês; 3) vai trabalhar com computador em Miami. E o nome que recebe é apropriado para essas metas, na medida em que diz: “Já tem nome para isso”. O seu posicionamento ilustra bem o processo de pré-designação ideológica que envolve a expectativa de um nascimento, pelo qual, segundo retomamos a partir de Althusser (1974a: 103), o indivíduo é “sempre-já sujeito” mesmo antes do seu nascimento. Por meio de formulações, de projeções discursivas, bem como por meio do nome que escolheu ao filho, que está ligado a discursos de poder, de sucesso, o pai prefigura discursivamente acontecimentos ao filho, razão pela qual vinculamos esta designação à Discursividade de prefiguração discursiva de acontecimentos. Ana Inácio, funcionária há 24 anos do cartório de Santo Amaro, o campeão paulistano com 100 registros por dia, conforme o artigo, afirma:

[32] “Quanto mais comum for o sobrenome e mais baixa a renda, mais complicado e estrangeirado é o prenome escolhido”.

A longa experiência de trabalho no cartório permitiu à Ana Inácio identificar uma regularidade na prática discursiva de designação de pessoas, tomando como referência a

recorrência do sobrenome de família e a renda familiar. “Quanto mais comum for o sobrenome e mais baixa a renda”, conforme se lê na formulação [30], “mais complicado e estrangeirado é o prenome escolhido”. O grau de complicação, estranhamento ou *diferença* do prenome é apresentado tanto como sendo inversamente proporcional à renda familiar como diretamente proporcional à recorrência do sobrenome, assemelhando-se a sua proposição à uma equação matemática em que se procura compensar pelo nome a baixa renda e a homogeneidade surtida pelo sobrenome:

↓ renda ↑ complicação, estranhamento ou diferença do prenome.

↑ recorrência do sobrenome ↑ complicação, estranhamento ou diferença do prenome⁶¹

Há nomes, todavia, que não dialogam necessariamente com a memória discursiva da Língua Inglesa, mas dialogam simplesmente com a diferença, com o ar distintivo que podem ter no contexto brasileiro. Ana Inácio acrescenta:

[33] “Eles chegam com o som do nome, mas não sabem escrever. Quanto mais letras como *w*, *y* e *k* e letras dobradas, melhor e mais bonito parece”.

Na ocasião em que entrevistamos pais que registravam os seus filhos no Cartório de 3º Registro Civil, de Campinas – SP, presenciamos experiência semelhante. Ao ouvir o nome com o qual Lindinalva gostaria de registrar a sua filha, *Natieli*, a oficial de registro perguntou como se escrevia; a mãe não soube dizer, e perguntou por sua vez ao marido, Carlos, que também não soube. Começou um processo de negociação do nome, em que os pais

⁶¹ Lê-se, como na matemática: “quanto menor a renda, maior a complicação, estranhamento ou diferença do prenome”, e “quanto maior a recorrência do sobrenome, maior a complicação, estranhamento ou diferença do prenome”.

deixaram claro o desejo de que apusessem a letra *h* e a letra *y* no nome da filha, ficando **Nathiely**. Em 2000, ano em que foi publicado o artigo de *Época*, *Sthéphanie* era um dos nomes femininos mais recorrentes; tão recorrente, que como se lê na reportagem, os escreventes elaboraram uma lista com 17 (dezessete) variantes de grafia desse nome, do mais simples (Stefani) ao mais rebuscado (Sthephanny). O enunciado da lista, segundo a reportagem, é sugestivo: “Escolha pelo número”.

Outro caso relatado pela reportagem é o de Sthefany Fernandes da Silva (número 6 da lista, segundo a reportagem), filha de José Edimilson da Silva e Adriana Ribeiro Fernandes. A mãe, Adriana, não sabe escrever o nome da filha, que diz ser muito complicado. Mas o essencial, segundo a reportagem, é que Sthefany da Silva ganhou um nome que soa bem para uma futura modelo. A mãe, segundo a reportagem, devaneia:

[34] “Ela vai fazer carreira no estrangeiro e me levar junto”.

Essas crianças carregam um peso, uma responsabilidade, uma “missão” muito grande, que lhes são pré-designadas mesmo antes de nascer, e que lhes serão repetidas inúmeras vezes ao longo da vida, como parte do ritual de criação. Constituirão o que Althusser chamou de *pressão ideológica*, e à medida em que os desejos se virem cada vez mais distantes da realidade, restarão os complexos, caso outra sorte não favoreça os envolvidos, bem como restarão os contratemplos e constrangimentos advindos da diferença do nome. A diferença real que efetivamente poderão sentir, eventualmente, para além da desejável diferença discursiva que se transforma em realidade de fato, é a diferença (divergência) dos nomes, na medida em que se afastam da Discursividade lingüística dos nomes da Língua Portuguesa.

O gesto dos pais tanto de Wesley quanto de Sthefany, ao escolherem estes nomes para seus filhos, evidencia uma interpelação tanto pela Discursividade de idealidade do referente quanto pela Discursividade de prefiguração discursiva de acontecimentos. Atribuíram ao nome a cor do discurso que consideram de poder, de prestígio. Dessa forma, quem sabe, os filhos, portadores do nome, podem eventualmente ser considerados como pertencentes a essa mesma realidade de prestígio e de poder, a essa realidade discursiva, e eventuais detentores das mesmas condições e predicados atribuídos socialmente à Língua Inglesa. Podem, eventualmente, ser confundidos, tomados como um dos membros natos dessa realidade, e gozar de benefícios semelhantes que esse gesto de tomar um pelo outro pode conferir.

Sílvio da Mata, um dos 830 integrantes da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais de São Paulo, ainda de acordo com a reportagem, confessava-se no início de julho de 2000 “**um brasileiro derrotado**” (grifo nosso), pois tentou registrar o terceiro filho como *Hygor*, tendo o escrevente do cartório, todavia, se recusado, dizendo: “Com *h* não existe. Posso botar o *y*”. Ante a recusa, Sílvio da Mata ofereceu ao escrevente uma gorjeta pela inclusão do *h*, tendo sido a sua proposta recusada. Afirmou:

[35] “Tenho vergonha de ser brasileiro. Meus filhos terão um futuro longe daqui. Com nome estrangeiro, terão mais chance de ser aprovados quando pedirem visto para o Exterior”.

Mais uma vez, o nome é dado de acordo com um projeto de vida que se concebe ao filho. E mais uma vez, a esperança está fora do país, e, freqüentemente, nos Estados Unidos. O pai de Sthefany da Silva, evidenciando um imaginário do estrangeiro *americano* como objeto de preferência da maioria, argumenta:

[36] “Se os Estados Unidos mandam no Brasil, por que não podemos botar nomes estrangeiros? [...] Entre um produto brasileiro e um estrangeiro, todos não preferem o estrangeiro? [...] Eu prefiro que meus filhos tenham nomes estrangeiros”.

De acordo com Contardo Calligaris, psicanalista consultado na ocasião, o que torna distintivo e marca de identidade é o nome (prenome), e não o sobrenome, pois que o sobrenome, nas classes baixas, não tem muito a transmitir, na medida em que carrega uma história de submissão e perseguição. Assim, considera que pode ser uma pena para a Língua Portuguesa, uma perda para a cultura brasileira, e que os pais, ironiza Calligaris, poderiam ser todos fuzilados por traição à pátria, mas que o que fizeram foi **dar-se a liberdade de inventar o nome, de aspirar a um futuro diferente** (grifo nosso). A ruptura com condições de vida adversas pode começar com formulações prévias que expressam o desejo de mudança, e assumir materialidade também no nome próprio que se atribui ao sujeito. “**Eles querem, sobretudo, dizer que gostariam que os filhos tivessem uma vida mais digna**”, afirma (grifo nosso). A elite, por sua vez, não quer mudanças, prossegue Calligaris; está bem feliz transmitindo privilégios de geração em geração, “chancelados por sobrenomes que anunciam tradição ou fortuna”. Para ele, os sobrenomes que os membros da elite carregam têm uma história de sucesso, não de servidão. A reportagem compara os números de maio de 1970 e maio de 2000 colhidos em uma maternidade paulistana de classe A, concluindo que o índice de estrangeirismos, além de estável nessa classe, é pouco expressivo: cerca de 10%, sendo a tendência a de escolher nomes cada vez mais simples, brasileiros e de origem bíblica.

Ao concluir sua explicação acerca desse fenômeno, Calligaris afirmou que “esses nomes são, na verdade, onomatopéias da esperança”. Na gramática, as onomatopéias são geralmente consideradas *signos motivados*, isto é, que têm relação objetiva – e não apenas

arbitrária – com aquilo que significam (por evocação)⁶². Assim, o entendimento desses nomes como *onomatopéias de esperança* permitiu-nos visualizar uma instância de interpelação pela Discursividade de prefiguração discursiva de acontecimentos. Tem em sua base o imaginário de transparência da linguagem, com uma perspectiva voltada para o futuro, em que esses nomes (sua etimologia e/ou interdiscursos que restabelecem) tenham o poder de fazer uma diferença na vida do sujeito designado, no sentido de romper com uma história de vida marcada por misérias, dificuldades, insatisfações e privações; o nome, assim especificado, seria um divisor de águas, um marco na vida do sujeito designado, e teria a função de garantir acontecimentos vantajosos para o seu portador, de “prefigurar discursivamente o acontecimento, a dar-lhe forma e figura, na esperança de apressar sua vinda [...]”, conforme expressão de Pêcheux (1983: 20).

Fazendo mais uma referência à reportagem de *Época*, citamos a fala de Antonio Guedes Netto, presidente da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais de São Paulo e oficial do cartório da Vila Prudente, que acredita que os pais estejam em busca de um elemento diferenciador. Afirma:

[37] “Como não há proibição legal, seria uma violência dizer a eles que não podem colocar nos filhos nomes estrangeiros. [...]. Nossa obrigação é barrar apenas os ridículos”.

Se é pouco o que pode o indivíduo fazer com o que dele foi feito, ainda que quem vá sofrer as conseqüências dessa ação seja o sujeito designado, de fato, proibir essa manobra nesse limitado espaço que resta ao sujeito, por mais subjetivos e incertos que sejam os efeitos, seria esterilizar a esperança. Se um determinado nome, por quaisquer razões, pode exercer efeitos de sentido favoráveis para o sujeito designado, e se isso se efetivar de fato, o esforço se

⁶² Houaiss & Villar (2001).

justificou. Se, conforme o relato de Cleverson, o nome o impulsionou a ser diferente, se ele sentiu algo diferente que vinha do nome, e se isso o ajudou, se essa ajuda foi importante, decisiva para ele, talvez ele consiga compensar as experiências negativas com tudo aquilo de positivo que o seu nome lhe trouxe.

A reportagem de *Época* referiu o fenômeno de brasileiros atribuírem nomes estrangeiros aos filhos com a expressão “**o extermínio da tribo dos Josés**”, diante do aumento do percentual de menos de 5% de nomes estrangeiros em 1970 para um percentual de mais de 30% em 2000, no cartório de Vila Prudente, que abarca uma população de mais de um milhão de pessoas na Zona Leste de São Paulo. Essa tendência, conforme relato da reportagem, segundo vimos na seção 2.4, tende a reproduzir-se em todas as grandes cidades do Brasil. Lê-se ainda, relativamente aos registros desse cartório:

[38] Há 30 anos, havia quase quatro vezes mais **José** e **Maria** que hoje.

[39] Em 1970, a letra **y** estava reduzida a dois nomes (**Yéissr** e **Youry**). Em 1999, o **y** cobre três páginas e meia do livro, um aumento de **3.500%**.

[40] Hoje [2000], o número de brasileiros cujo nome se inicia pela letra **k** triplicou.

[41] O **w**, como primeira letra do nome, aumentou em quase **70%** na preferência dos pais.

Só existe *Zé da Silva* de sobra, segundo a reportagem, no imaginário da nação: “Nas ruas ou nas calçadas dos subúrbios de metrópoles como São Paulo, pululam Washington, Wesley, Kennedy, William, Jenipher, Sthefany. Que são da Silva, Souza, Ferreira, Oliveira, Santos”. O exame de seleção do ensino médio 2005 do Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso (CEFET/MT), realizado na capital, Cuiabá, trouxe entre os 44 (quarenta e quatro) aprovados na 2.^a chamada, além de um único José (José de Deus Gonçalves Junior), e nenhuma Maria, sujeitos de nome como: **Keite** Oliveira da Silva,

Maykon Perim dos Reis, **Kethelin** Cristine Laurindo de Oliveira, **Shawan Kelvyn** de Campos Almeida, **Washinton** (sic) Alves da Silva.

Mas a lista oficial, com o nome de 958 aprovados, foi mais pródiga; selecionamos alguns nomes, que ilustram a diferença no nome pelo implante de materialidades como **w**, **y** e **k**, além do uso do **h**, de **letras dobradas** e do uso do sufixo **-son**:

[42] **Dyego** Dias de Oliveira, **Dyolen** Emanuel Vieira de Souza, **Eddie** Taveira Serra, **Edward** Henrique Lopes dos Santos, **Elwis** Pereira Rodrigues, **Erick Denny** Barros de Magalhães, **Geanderson** dos Santos da Silva, **Halyson** Alves Souza, **Handerson** Gonçalo Evangelista, **Huéligton** Ivano da Silva, **Inglidy** Nonato de Aquino, **Ix** Lins de Souza, **James** Pedroso Salomão, **Jerfson** (sic) da Cunha Viturino, **Johann** Davilas Barros Cavalcante, **Kerlly** (sic) Oliveira de Almeida, **Kleslei** da Silva Jesus, **Madson** Maciel Machado, **Maikon** Augusto Simão Santi, **Maxwell** Gurgel Taques, **Maycon** Henrique da Silva Magalhães, **Richardson** Ferreira Silvério, **Sanderkley** Alves da Silva, **Thalisson** Gayva Moraes, **Thiego** Moreira, **Tonny** Jader de Moraes, **Uelinton** José da Costa, **Weberth** Juíniór (sic) de Oliveira Castro, **Wéilton** de Almeida Santos, **Wellington** Campos Gusmão, **Wenderson** Gomes de Lima, **Wendy** da Silva Costa, **Weudys** Campos Furtado, **Wheberson** J. Lopes, **Whesllen Kleverson** Moreira de Oliveira, **Wilis** de Castro Quintão, **Willdeyne** Sodrê dos Santos, **Wudson** José Ferreira Lima.

Na consideração dos discursos dos sujeitos designadores, ficou evidente a operação das *formações imaginárias*. Se, por um lado, o processo de designação de uma pessoa é, de certo modo, como dissemos na introdução, um processo “auto-referente”, “auto-designador”, na medida em que remete à uma identificação e reconhecimento do próprio sujeito designador, por outro lado se caracteriza pelo jogo discursivo de antecipação: o nome reflete uma interpelação do sujeito designador pelo discurso de alinhar o nome com valores positivos na comunidade. Conforme já dissemos por Pêcheux (1969: 82-3), existem, nos mecanismos de qualquer formação social, *regras de projeção* que estabelecem as relações entre as situações e as posições; assim, o sujeito designador projeta a imagem que as pessoas fazem de um determinado nome, bem como de uma determinada língua, de uma determinada

cultura (ou de um referente qualquer), antecipa as reações que eventualmente elas teriam em relação a esses referentes, constituindo essas projeções e antecipações critérios que intervêm a título de condições de produção do nome. O sujeito pode, então, **ajustar** o seu discurso em função do imaginário que faz da situação, posição e ponto de vista de cada um dos envolvidos no processo discursivo, resultante do jogo discursivo de antecipação. Essa preocupação de que o nome deva “rimar” com valores socialmente valorizados abriga ainda um imaginário em relação ao funcionamento da linguagem: o de que a palavra, o nome, é capaz de induzir um comportamento pela ação de um “efeito de evidência”. Parecer com o *outro*, mas não qualquer *outro*, mas o *outro* conhecido, famoso, de prestígio, de poder, etc. parece ser uma preocupação inerente nas práticas discursivas. Atribuir discursivamente as mesmas “cores” do “ambiente” ao sujeito em vias de designação pode ser um modo de procurar assegurar a sua inclusão em um grupo estabelecido; em contrapartida, pode expor o portador do nome a “predadores”. Quem produz o nome, todavia, pensa muitas vezes apenas na diferença como positiva, na medida em que, em seu imaginário, permite distinguir o sujeito designado de outros tantos comuns da mesma espécie, conferindo-lhe um diferencial, esquecendo-se do efeito colateral que pode apresentar.

A interpelação pela Discursividade de idealidade do referente, bem como pela Discursividade de prefiguração discursiva de acontecimentos, que têm ambas em sua base o imaginário de efeito de evidência da linguagem, pressupõe, para seu sucesso, a condição de *menos consciente* do **interlocutor** (que Semama chamou de sujeito). Com este trabalho, trouxemos à tona uma distinção, freqüentemente implícita em muitas reflexões de estudiosos da linguagem e das práticas culturais, referente à condição do homem, segundo a qual haveria um homem primitivo (Kristeva, 1969: 69-70), um homem pré-histórico (Bakhtin, 1929: 102-3), um homem selvagem (Frazer, 1940: 244), um homem voltado para o cotidiano (Garcia-

Roza, 2001: 15), um homem de mentalidade primitiva (Semama, 1981: 12), ou até mesmo um sujeito pragmático – os “simples particulares”, segundo Pêcheux (1983: 32-5), e que equacionamos como sendo simplesmente *um homem comum* (conforme referência feita por Martins, 2002b: 129), referindo um sujeito que não apresenta conhecimento profundo a respeito do funcionamento dos processos discursivos, estando, portanto, mais propenso a ser interpelado pelo efeito ideológico elementar da linguagem. Henry (1969: 30), em relação à expressão *efeito ideológico elementar*, explica o que é *elementar*. “Por que ‘elementar’? O que este termo quer dizer?”, pergunta. E ele nos responde: “Quer dizer precisamente que tal ‘efeito’ não é a consequência de alguma coisa”. Inference-se, disso, que esse efeito se apresenta como evidente, como transparente. Assim, depreendemos que aquilo que se nos apresenta, que se nos aparenta, é verdadeiro. Parecer e ser coincidem. Assim se pensa, ou se pensa que os outros pensam. Para Pêcheux (apud Henry, 1969: 26), conforme já dissemos na seção 2.1, comunicar é apenas a ponta do *iceberg*; inferimos dessa figura que, em seu duplo movimento em que *realiza e mascara* a comunicação, ela mais oculta do que revela.

Se por um lado cidadãos comuns, ou “homens primitivos” tendem a ser interpelados pelo efeito ideológico elementar da linguagem, por outro temos sujeitos que, mais conscientes do funcionamento dos processos discursivos, valem-se de informações acerca desse funcionamento para orientarem a produção de seus discursos e potencializarem os seus efeitos. Mas não achamos em lados opostos, e de forma estanque, um e outro, homem primitivo e homem moderno (ou, ainda, *pós-moderno, especializado*, como quer que se queira chamar este último). É necessário ressaltar, como já referimos na seção 3.1 (nota de rodapé n.º 47) a partir de uma reflexão de Orlandi (1996: 183) a respeito da legibilidade, que não se trata de uma condição em que se é “tudo ou nada”, em que se é primitivo ou não primitivo; não se trata de uma condição em que ou se é uma coisa ou outra, mas de uma condição geral em que

o sujeito apresenta graus de conhecimento em relação ao funcionamento dos processos discursivos. Como observa Pêcheux (1975: 257), o sujeito não rompe jamais com a ideologia em geral, mas sempre com esta ou aquela formação ideológica, inscrita historicamente no conjunto complexo das formações ideológicas de uma formação social dada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar mete-me medo porque, nunca dizendo o suficiente, sempre digo também demasiado. E se a necessidade de se tornar sopro ou palavra aperta o sentido – e a nossa responsabilidade do sentido – a escritura aperta e constrange ainda mais a palavra. [...] Seria preciso concluir mas o debate é interminável.

Jacques Derrida (1967: 21;50)

São muitos os esquecimentos que interpelam o sujeito, constituindo tanto as suas práticas discursivas quanto os seus hábitos culturais. A língua materna se constitui, para nós, o maior exemplo de esquecimento: o momento em que começamos a falar evidencia o resultado complexo de um processo de condicionamento em relação ao qual “esquecemos” que estivemos expostos, que nos atravessa e interpela, e sobredetermina as nossas práticas discursivas e culturais.

O processo discursivo de designação de pessoas foi por nós apresentado como um objeto possível de ser enquadrado pela perspectiva da tipologia discursiva; propomos que ele apresenta invariantes que retornam sempre como discursividades que interpelam o sujeito em sua prática de designação. Entre as que se fizeram evidentes a partir do *corpus* que selecionamos, estão: i) a *Discursividade de gênero do nome*, segundo a qual o sujeito designado leva um nome com gênero coerente com o seu sexo (masculino ou feminino); ii) a *Discursividade lingüística do nome*, segundo a qual o nome está em conformidade com a identidade normativa da Língua Portuguesa; iii) a *Discursividade de idealidade do nome*,

segundo a qual o sujeito designador justifica a escolha ou concepção de um nome pela sua sonoridade, suavidade, harmonia, singeleza, beleza, por um **efeito de sentido ideal**, em suma, gerado pela materialidade do nome, sem necessariamente remeter a um eventual referente portador desse nome; iv) a *Discursividade de idealidade do referente*, que marca a interpelação por um discurso em que o sujeito designador identifica em um referente características que gostaria de emprestar, de associar ao filho, mediação essa feita pelo nome. Propomos, para além dessas discursividades que interpelam o sujeito em toda e qualquer prática discursiva de designação de pessoas, a existência de mais duas discursividades, que eventualmente tomam espaço no processo de designação de pessoas, com maior ou menor consciência do processo: v) a *Discursividade de efeito de evidência do nome* (ou ainda de transparência do nome, conforme chamamos) e vi) a *Discursividade de prefiguração discursiva de acontecimentos*. A primeira refere a prática em que o sujeito designador escolhe ou concebe um nome de acordo com as circunstâncias de nascimento da criança; como vimos, esta discursividade está voltada para a situação presente do nascimento, e ainda, abrimos margem para considerar o uso ampliado desse conceito, referindo uma situação em que um novo nome ou apelido é dado a um sujeito em função de seu comportamento, de sua atuação ou mérito na sociedade. A Discursividade de prefiguração discursiva de acontecimentos, por sua vez, refere a situação em que o sujeito designador prefigura, pelo nome, bem como pelos discursos em torno do evento de designação (que chamamos de pré-designação ideológica, conforme expressão althusseriana), acontecimentos para a vida do sujeito designado; há, por essa discursividade, uma projeção para o futuro, o que define a sua diferença em relação à Discursividade de efeito de evidência do nome. Pela Discursividade de prefiguração discursiva de acontecimentos, segundo desenvolvemos, o sujeito designador é interpelado por um discurso de efeito ideológico elementar da linguagem voltado para **o futuro** do sujeito

designado, como se o nome, a sua etimologia ou sentidos positivos que evoca (de prestígio, poder, sucesso, etc.), tivessem o poder de sobredeterminar a vida do sujeito designado, conferindo-lhe vantagens, benefícios.

No processo de escolha ou composição de um nome, o sujeito é interpelado necessariamente por três discursividades: Discursividade de gênero do nome, Discursividade lingüística do nome e Discursividade de positividade (do nome e/ou do referente). As outras discursividades que propomos manifestam uma interpelação do sujeito designador pelo discurso de estabelecer uma relação de transparência entre o nome e as circunstâncias de nascimento da criança (Discursividade de efeito de evidência do nome) ou entre o nome e as condições futuras de conformação, acolhimento e encaminhamento do sujeito designado (Discursividade de prefiguração discursiva de acontecimentos).

Assumimos que o processo de designação, em geral, em que o sujeito se vê compelido a se referir com responsabilidade aos elementos da realidade natural e social, constitui um esquecimento que afeta a prática discursiva de designação de pessoas, induzindo à interpelação pelo imaginário de transparência da linguagem. Segundo esse imaginário, atribuir um nome que **soa** ou que **parece** bonito, forte, sonoro, suave, etc., que **evoca** interdiscursos de prestígio, de poder, sucesso, etc. pode fazer com que o seu portador seja igualmente bonito, forte, etc. (ou que seja **visto como** tal), que tenha prestígio, poder, sucesso, etc.; faz com que o sujeito designador busque sempre referenciais (temas, interdiscursos) positivos na escolha ou composição do nome. O deslizamento de sentidos para algo que **parece**, que **soa**, e para algo que **evoca** é feito a partir do efeito que as materialidades exercem sob as condições de produção do discurso (do nome). A aparência do conjunto de materialidades do nome, os efeitos de sentido do nome, assim, se apresentam como um

convite para que sejam considerados como materialidades de essência do sujeito designado, para que sejam considerados como sentidos transparentes acerca do sujeito designado.

Os exemplos que trouxemos para análise, em especial os nomes com materialidades de Língua Inglesa, evidenciaram, pelo discurso dos sujeitos designados, a existência de uma contradição, determinada pela divergência do nome em relação à Discursividade lingüística do nome. Vivemos em uma sociedade em que somos interpelados pelo desejo de homogeneidade, temos “uma imperiosa necessidade de homogeneidade lógica”, uma “necessidade universal de um ‘mundo semanticamente normal’”, conforme vimos por Pêcheux (seção 1.3.1.). Qualquer produção que afronte, que se afaste das identidades e práticas sedimentadas na sociedade ganha visibilidade, *adquire relevo, destaque de coloração*, sofre um *estranhamento*, conforme expressões de Bakhtin, para quem a palavra nativa não apresenta nenhum mistério, sendo percebida como um irmão. Mas, por mais que, segundo Aristóteles, “importa dar ao estilo um ar estrangeiro, uma vez que os homens admiram o que vem de longe e que a admiração causa prazer”, essa visibilidade, esse relevo, esse destaque e essa admiração conferidos pelo estrangeiro, ainda que seja o estrangeiro de Língua Inglesa, parece disputar espaço com o desejo de homogeneidade lógica, que determina o esquecimento que nos faz ver uma determinada produção como normal, conhecida, recorrente, padrão, aceitável, positiva, sagrada, etc., ou anormal, estranha, rara, variante, inaceitável, diferente, negativa, profana, etc. Determinados trechos dos depoimentos de Cleverson, Marlon e Dyonatan nos mostraram as dificuldades que experimentaram esses sujeitos pelo afastamento dos seus nomes da Discursividade lingüística do nome; ao ouvir ou pronunciar esses nomes, os falantes da Língua Portuguesa sentem-nos como diferentes, e expressam esse sentimento, mas nem sempre a diferença expressa foi uma diferença positiva, conforme se poderia depreender do efeito que o estrangeiro exerce sobre o familiar, mas teve o tom de desvio, de

estranho. O desejo expresso do informante Cleverson de mudar o seu nome para **nomes comuns** como *João, Fábio, José, Marcelo, Renato* atesta a força da homogeneidade, da repetição, da tipologia discursiva de designação. A repetição, conforme dissemos por Derrida (1967: 171), resume a negatividade, recolhe e guarda o presente passado como verdade, como idealidade. O verdadeiro, para Derrida, é sempre o que se deixa repetir: “[...] o trágico não é a impossibilidade, mas a necessidade da repetição”, e como dissemos na seção 1.3.2.1.2, trágico, igualmente, é a *necessidade do assujeitamento*, pois que, na medida em que um indivíduo se recusa a *assujeitar-se* às condições de produção, às homogeneidades sedimentadas, expõe-se a ser referência de conflitos, de tensão⁶³. Ou expõe o outro, no caso do processo discursivo de designação de pessoas, em que quem vai arcar com o ônus é o outro.

⁶³ Para desenvolver a questão do assujeitamento, fizemos ao longo do texto algumas referências a reflexões de alguns autores. Dentre elas, retomamos Rousseau, para quem “O homem nasceu livre, e não obstante, está **acorrentado** em toda parte”; [o homem] “Julga-se senhor dos demais seres sem deixar de ser tão **escravo** como eles” (1999: 25-6). A liberdade e superioridade do homem é relativizada, é colocada em cheque; o homem pode até considerar-se superior em relação a outros seres, mas não deixa de ser tão escravo quanto eles, ante a sua submissão a esquemas pré-estabelecidos, aos quais está inelutavelmente “acorrentado”. Retomamos Marx (1997: 17-8, grifo nosso), que afirma que a tradição de todas as gerações mortas **oprime** como um **pesadelo** o cérebro dos vivos, na medida em que os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, mas sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. Por fim, retomamos Derrida (1967: 171), para quem “[...] o trágico não é a impossibilidade, mas a necessidade da repetição”. As duas primeiras citações, pelo uso das expressões “acorrentado”, “escravo”, “oprimir”, conferem sentidos qualificativos semelhantes ao assujeitamento. Dentre os sentidos de *escravo*, segundo o dicionário eletrônico Aurélio, temos (grifo nosso): 1. Que está **sujeito** a um senhor, como propriedade dele; 2. Que está inteiramente **sujeito** a outrem, ou a alguma coisa; escravidão. E dentre as acepções de escravidão, temos (grifo nosso): 2. **Falta de liberdade; sujeição**, dependência, **submissão**. Na consideração desses sentidos, portanto, vemos uma identificação com a idéia de assujeitamento do sujeito às condições de produção; não chegamos a entender essa submissão como uma tragédia, necessariamente, conforme expressão de Derrida; todavia, interessou-nos a sua reflexão sobre a necessidade da repetição, que entendemos como assujeitamento; tivemos a pretensão de aproveitar a sua reflexão, sem “jogar o bebê com a água suja da bacia”, sem contaminar a idéia do assujeitamento com o sentido de “tragédia”. Mas não deixamos de ver, ao menos, uma grande contradição nessa condição do homem, como quer que seja vista (se como escravidão, submissão, opressão, pesadelo, tragédia, ficando a critério da subjetividade de cada um), como nos possibilita a leitura da citação que fizemos de Marx, na medida em que os homens, “justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens convocam [invocam] ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar-se nessa linguagem emprestada”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARD, P. [et. Al.] (1983). *Papel da memória*. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

AGOSTINHO, Santo. *Solilóquios*. Tradução de Ir. Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Edições Paulinas, 1993.

AGOSTINHO, Santo. *O mestre*. Tradução de Antônio Soares Pinheiro. São Paulo: Landy Editora, 2002.

ALTHUSSER, Louis (1974a). *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado*. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

ALTHUSSER, Louis (1974b). *Aparelhos ideológicos de estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)*. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ALVES, Júlia Falivene. *A invasão cultural norte-americana*. São Paulo: Moderna, 1988.

ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Tradução de Antônio Pinto de Carvalho. S. l.: Ediouro, s. d.

AUROUX, Sylvain. A questão do nome próprio. In: _____. *A filosofia da linguagem*. Tradução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

BAGHIN, Débora Cristina Mantelli. Em inglês ou em português? In: *Línguas e instrumentos lingüísticos*. Universidade Estadual de Campinas. Campinas: Pontes, 1997.

BAKHTIN, Mikhail (1929) (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1997.

BARTHES, Roland. A retórica antiga. In: COHEN, Jean [et. al.]. *Pesquisas de retórica*. Tradução de Leda Pinto Mafra Iruzun. Petrópolis: Vozes, 1975, pp. 147-221.

BENJAMIN, Walter. A doutrina das semelhanças. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas, Vol. 1. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 109-113.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSI, Alfredo. Plural, mas não caótico. In: _____. *Cultura brasileira: temas e situações*. São Paulo: Ática, 1992.

BRASIL. *Novo código civil*. Organizado por José Guilherme Soares Filho. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BRITO, Adriano Naves de. *Nomes próprios: semântica e ontologia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

BRUM, Eliane. A agonia de Zé da Silva: os registros dos cartórios revelam que, nas grandes cidades, um terço dos brasileiros de famílias pobres tem nome estrangeiro. In: *Época*. Ano III, N.º 117, 14 de agosto de 2000, p. 74-6.

CAILLOIS, Roger. *O homem e o sagrado*. Tradução de Geminiano Cascais Franco. Lisboa: Éditions Gallimard, 1950.

CAMPOS, Jorge. *Os enigmas do nome: na interface lógica / semântica / pragmática*. Porto Alegre: AGE / EDIPUCRS, 2004.

CANDIDO, Antonio (1967). O significado de “Raízes do Brasil”. In: Holanda, S. B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CELANI, Maria Antonieta Alba. Comentários sobre um aspecto de contacto lingüístico e possíveis aplicações ao ensino de línguas. In: *Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*. Brasília, 1976.

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA. Normas de serviço – Cartórios Extrajudiciais – Tomo II, Provimento N.º 58/89, Bloco de Atualização N.º 21, Seção III, Cap. XVII, 10-16. São Paulo, 1989.

CUNHA, Lauro José da. A perturbação pelo nome: hermafroditismo psíquico e nome próprio. Trabalho apresentado como qualificação fora de área (Tradução) sob orientação do Prof. Dr. Paulo Ottoni – IEL / Unicamp. 2005, 27 pp.

DERRIDA, Jacques (1967). *A escritura e a diferença*. Traduzido por Maria Beatriz Marques Nizza. São Paulo: Perspectiva, 1971.

_____ (1978). *Writing and difference*. Traduzido por Alan Bass. London: Routledge, 1997.

DICIONÁRIO PATRÍSTICO E DE ANTIGUIDADES CRISTÃS. Tradução de Cristina Andrade, organizado por Ângelo Di Berardino. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

DICTIONNAIRE ÉTYMOLOGIQUE DE LA LANGUE LATINE. Histoire des mots. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1967.

ECO, Umberto. *A busca da língua perfeita na cultura européia*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

EL-DASH, Linda Gentry; BUSNARDO, J. M. M. Brazilian attitudes toward English: dimensions of status and solidarity. In: *International Journal of Applied Linguistics*. Vol. 11, N.º 1, 2001.

FARACO, Carlos Alberto. Área de linguagem: algumas contribuições para sua organização. In: KUENZEL, Acacia (org.). *Ensino médio: construindo uma proposta para os jovens que vivem do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2001, pp. 97-131.

FERRARA, Lucrecia D'Aléssio. *Leitura sem palavras*. São Paulo: Ática, 1993.

FERRAZ, Francisco. *Manual completo de campanha eleitoral*. Porto Alegre: L&PM, 2003.

FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FOLHA DE SÃO PAULO. Wall Street e a Citi londrina não são aqui. Algumas instituições financeiras começam a eliminar termos em inglês do seu cardápio de produtos e serviços. São Paulo: 13 de novembro de 2000.

_____. A Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras apresenta sua nova marca corporativa. São Paulo: 27 de dezembro de 2000.

_____. Antiamericanismo exige olhar sóbrio dos EUA. São Paulo: 1.º de setembro de 2002.

FOUCAULT, Michel (1969). *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. (1971). *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. (1983). *O que é um autor*. Tradução de António Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. Vega: Passagens, 1992.

FRAZER, James George. *The golden bough: a study in magic and religion*. I Volume, Abridged edition. New York: The MacMillan Company, 1940.

FREGE, Gottlob. Sobre o sentido e a referência. In: _____. *Lógica e filosofia da linguagem*. Tradução de Paulo Alcoforado. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Brasília: UnB, 1963.

GADET, F.; HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethânia S. Mariani [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. *Palavra e verdade na filosofia antiga e na psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GUIMARÃES, H. de Seixas; LESSA, A. Cecília. *Figuras de linguagem: teoria e prática*. São Paulo: Atual, 1988.

GUIMARÃES, Eduardo. O nome próprio de pessoa. In: _____. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP: Pontes, 2002.

HAACK, Susan. *Philosophy of logics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HARTOG, François. Uma retórica da alteridade. In: _____. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

HENRY, Paul (1969). Os fundamentos teóricos da “Análise do discurso de Michel Pêcheux (1969)”. In: GADET, F; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethânia S. Mariani [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

HEIDEGGER, Martin. Sobre a essência da verdade. In: _____. *Conferências e escritos filosóficos*. Tradução e notas de Ernildo Stein. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. 127-145.

HOLANDA, S. B. de (1936). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JAKOBSON, Roman (1963). *Linguística e comunicação*. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1999.

KRISTEVA, Julia. Antropologia e lingüística. Conhecimento da linguagem nas sociedades ditas primitivas. In: _____. *História da linguagem*. Tradução de Maria Margarida Barahona. Lisboa: Edições 70, 1969, pp. 67-81.

LISBOA, Luiz Carlos. *O nome das coisas*. São Paulo: Summus, 1980.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. Tradução do Grupo de Estudos da Indeterminação e da Metáfora (GEIM). Campinas – SP: Mercado de Letras; Educ, 2002.

MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*. Tradução de Bertha Halpern Gurovitz. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

MAINGUENEAU, Dominique. O etos. In: *O contexto da obra literária: enunciação, escritor, sociedade*. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. El *ethos* y la voz de lo escrito. In: *Versión 6*. Tradução de Ramón Alvarado. México: 1996, pp. 79-92.

_____. O ethos. In: *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.

MARTINS, José Roberto. *Presságios - o livro dos nomes: um guia completo para escolher o melhor nome para empresas, pessoas e marcas*. São Paulo: Alegro, 2002a.

MARTINS, Zeca. *Deus é inocente: crônicas de um publicitário sobre como você se comunica e o mundo se comunica com você*. São Paulo: Futura, 2002b.

MARX, Karl. *O 18 brumário e Cartas a Kugelmann*. Tradução revista por Leandro Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MCMICHAEL, George. *Concise anthology of american literature*. New York: Macmillan Publishing Company, 1985.

MEHRABIAN, Albert. *The name game: the decision that lasts a lifetime*. United States of America: National Press Books, Inc., 1990.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Tradução do francês por Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

NEGREIROS, José de Almada. *Nome de guerra*. Lisboa: Atica, 1956.

OBATA, Regina. *O livro dos nomes*. São Paulo: Nobel, 2002.

OLIVER, Nelson. *Todos os nomes do mundo: origem, significado e variantes de mais de 6.000 nomes próprios*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1996.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2000.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: Pontes, 2004.

_____. (2005). Anotações provenientes do Curso “Tipologia do discurso”, ministrado no Segundo semestre de 2005 no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) – UNICAMP.

OXFORD ADVANCED LEARNER'S DICTIONARY OF CURRENT ENGLISH. CROWTHER, Jonathan (ed.). Oxford University Press, Oxford: 1995.

PASCAL, Blaise. *Pensamentos*. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2003.

PÊCHEUX, M. (1983a). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1997.

_____ (1983b). Papel da memória. In: ACHARD, Pierre. *Papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999, pp. 49-57.

_____ (1969). Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethânia S. Mariani... [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, pp. 61-161.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. (1969). A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethânia S. Mariani [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, pp. 163-252.

PÊCHEUX, M. (1975). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi [et al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. São Paulo: W. M. Jackson Inc., 1952.

PLATÃO. *Crátilo: diálogo sobre a justeza dos nomes*. Versão do grego, prefácio e notas de Pe. Dias Palmeira. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1963.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: IBRASA, 1981.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1999.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROHEN, J. W.; YOKOCHI, C.; LÜTJEN-DRECOLL, Elke. *Anatomia humana: atlas fotográfico de anatomia sistêmica e regional*. Tradução de Nader Wafae. São Paulo: Manole, 2002.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social: princípios de direito político*. Tradução de Antonio P. Machado. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

_____. *Emílio, ou, Da educação*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

- SANDMANN, Antônio José. *A linguagem da propaganda*. São Paulo: Contexto, 1993.
- SANTANA, Armando. *Teoria, técnica e prática da propaganda*. São Paulo: Pioneira, 1973.
- SANT'ANNA, Affonso Romano de. A apropriação. In: _____. *Paródia, paráfrase & cia*. São Paulo: Ática, 1991, pp. 43-50.
- SANTI, Pedro Luiz Ribeiro. *A crítica ao Eu na modernidade: em Montaigne e Freud*. São Paulo: Casa do Psicólogo: FAPESP, 2003.
- SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- SAUSSURE, Ferdinand de (1916). *Curso de lingüística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1999.
- SCHWARZ, Roberto. Nacional por subtração. In: _____. *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 29-48.
- SEMAMA, Paolo. *Linguagem e poder*. Tradução de Wamberto Hudson Ferreira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- SMITH, Anthony D. *The ethnic origins of nations*. Massachusetts, USA: Blackwell Publishers Inc, 1988.
- SOUZA, Élcio Camilo Alves de. *Reações de atitude ao sotaque suprasegmental*. 166f. Dissertação (Mestrado em Lingüística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.
- SOUZA, Deusa Maria. *A latência do nome: um estudo histórico-enunciativo dos processos de designação no discurso ecológico-político-partidário*. 259f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2002.
- THONUS, Terese. Englishization of business names in Brazil. In: *World Englishes*. Vol. 10, N.º 1, pp. 65-74.
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. Tradução de Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- VAMPRÉ, Spencer. *Do nome civil: sua origem e significação sociológica; teorias que o explicam; suas alterações; direitos e deveres correlativos*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & C., 1935.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, Visconde de Porto Seguro. *História geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal*. Volumes 1, 2 e 3. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981.

ANEXO 1

Transcrição da introdução à obra *O livro dos nomes*, de Regina Obata (2002), publicado em São Paulo pela Nobel, pp. 5-10.

O nome é um rótulo de identificação social e uma marca de individualidade que, de alguma forma, transmite um adjetivo abstrato a seu portador. É um atributo voluntário transmitido ou, melhor dizendo, imposto pelos pais aos filhos e que pode até abrir ou fechar portas durante sua caminhada.

Psicólogos infantis afirmam que são freqüentes os casos de crianças que se mostram traumatizadas em função do nome escolhido pelos pais. Ele pode despertar expectativas que as crianças sentem-se pressionadas a corresponder, principalmente quando se trata de nomes de grandes personalidades cujos atributos estão tradicionalmente incorporados pelos grupos sociais. Também na repetição do nome do pai, do avô, é inevitável a comparação com as características inerentes às pessoas originalmente portadoras do mesmo nome.

Essas pressões podem acarretar insegurança, dependência, ansiedade ou agressividade. O escritor modernista Mário de Andrade, em um trecho do seu livro *O turista aprendiz*, discorre sobre a psicologia dos pais que dão nomes extraordinários aos filhos, como um “desejo do excepcional, do brilho raro, do gênio. Na verdade, vaidade dos pais”. O escritor conta a história dramática de uma mulher chamada *Silurga*, um nome tão procurado por seus pais, que o imaginaram ótimo para uma pessoa excepcional, mas que acaba predestinando-a à infelicidade.

O gosto pessoal dos pais deve sofrer uma autocrítica rigorosa. Deve-se sempre pensar se uma pessoa, devido ao seu nome, não será submetida a problemas por ele ocasionados, quer por ser eufonicamente desagradável, quer por ser nome de alguma personagem que permita uma associação negativa, como por exemplo *Caim*, nome do assassino de seu próprio irmão *Abel*.

Escolher o nome para um filho pode ser uma tarefa apaixonante e ao mesmo tempo fatigante. A preocupação começa muito tempo antes do nascimento da criança. Em primeiro lugar, exige-se que o nome tenha um som agradável, depois que tenha qualidades estéticas, ambientais, de significado, e até que expresse as tendências sociais ou políticas dos pais. Sugestões são apresentadas por parentes, amigos e até desconhecidos. Todos querem opinar. Surgem muitas dúvidas. Busca-se, com ânsia, inspiração na literatura, na tradição, nos calendários de santos.

Existem várias razões que podem determinar a escolha dos nomes. Por motivos religiosos, adotam-se nomes bíblicos, de invocação religiosa e de santos: o santo que se festeja no dia do nascimento da criança, ou algum outro da devoção dos pais ou dos parentes próximos. Por motivos familiares ou de amizade, adotam-se principalmente os nomes dos pais ou avós, e também de outros parentes ou dos padrinhos, ou ainda de alguma pessoa (amigo ou benfeitor) que os pais queiram homenagear. Por motivos políticos ou históricos, adotam-se nomes de personalidades ou até fatos políticos ou históricos dos quais os pais são simpatizantes. Mas é preciso discernimento: *Adolfo* carrega fortes conotações negativas ligadas ao nazismo e tem caído em desuso no mundo inteiro. Além disso, é bom lembrar o

risco de se escolher nomes de personalidades vivas: no Brasil talvez sejam encontrados alguns *Adolf Hitler* cinquentões. Mário de Andrade, no livro já citado, conta que após a Primeira Guerra Mundial uma mãe de Araraquara (Estado de São Paulo) chamou o seu filho de *Neutro!* Por motivo de moda, adotam-se nomes de personagens ou artistas ligados aos produtos culturais em evidência, como novelas de televisão, filmes, música, cinema, etc. Outros motivos também podem inspirar a escolha de um nome: superstição, fantasia, gosto e até a arbitrariedade.

Quanto à origem dos nomes adotados no Brasil, observamos a incidência do latim, grego, germânico e hebraico. Na formação da cultura brasileira concorreram culturas representadas pelos europeus, indígenas, africanos, além de vários outros povos imigrantes. No entanto, observamos uma ausência de influências africanas nos nomes adotados no Brasil, apesar da presença marcantes desta cultura nos ritos, na culinária e outras manifestações culturais brasileiras. Os nomes indígenas, principalmente de origem tupi, são mais frequentes, a maioria deles capturados em obras da literatura, especialmente do escritor José de Alencar, ou inspirados nas personagens históricas (por exemplo Caramuru).

É muito interessante também constatar os nomes adotados com maior frequência no Brasil. Em um levantamento das pessoas cadastradas no PIS (Programa de Integração Social), no início dos anos 80, chegou-se aos dez nomes mais utilizados, por ordem decrescente: José dos Santos, José Pereira da Silva, José Antônio da Silva, José Carlos da Silva, João Batista da Silva, José Francisco da Silva, Maria José da Silva, José Ferreira da Silva, José da Silva e, finalmente, Maria Aparecida da Silva. A partir desses resultados talvez possamos entender por que nomes como José, João e Maria foram incorporados a palavras ou expressões populares com significados de algo comum, vulgar, sem distinção, como encontramos nos verbos do *Novo dicionário da língua portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira: *zé*, “homem do povo”; *zé-povinho*, “ralé”; *zé-da-vestia*, *zé-prequeté*, *zé-dos-anzóis*, *joão-fernandes*, *joão-ninguém*, “qualquer sujeito; indivíduo sem valor, sem importância; fulano”; e *maria-vai-com-as-outras*, “pessoa sem vontade, que se deixa levar pelos outros”. Atualmente, no entanto, devido ao grande modismo de uso de nomes estrangeiros e nomes “diferentes”, os nomes *João*, *José*, *Maria*, *Pedro* tidos como “comuns”, são novamente adotados, justamente devido à sua simplicidade. O cuidado que deve ser observado é o problema de homônimos (nomes idênticos adotados por inúmeras pessoas), que acarretam sérios problemas aos seus portadores. Deve-se evitar isso, analisando a composição do nome completo, isto é, incluído o sobrenome da família.

É também frequente no Brasil a escolha de nomes ser resultado de extravagância e até mesmo ignorância dos pais ao registrarem seus filhos, originando nomes excêntricos e por vezes grosseiros e obscenos. Várias relações de nomes desse tipo foram compiladas, das quais citamos alguns exemplos: Abecê Nogueira, Abrilina Décima Nona Caçapava Piratininga, Antônio Morrendo das Dores, Barrigudinha Seleida, Bemvindo o Dia do Meu Nascimento Cardoso, Bom Filho Persegonha, Cafiaspirina Cruz, Céu Azul do Sol Poente, Comigo É Nove da Garrucha Trouxada, Dezcêncio Feverêncio Delegas, Dignitário da Ordem Imperial do Cruzeiro, Eduardo Lembrança do Aliás, Epílogo de Campos, Esparadrapo Clemente de Sá, Francisoréia Dorotéia Dorida, Geógrafo Augusta Vira, Ipiranga Independente, Jacinto Dores Peta, Janeiro Fevereiro de Março Abril, João da Mesma Data, Lança-Perfume Rodometálico de Andrade, Luciferino Barrabás, Manganês Manganésfero Nacional, Maria-Você-Me-Mata, Marina Truburina Prostitua Cataerva, Mar Índico Vivo, Novembrina da Costa Martins Ferreira, Oceano Atlântico Linhares, O’Ferro Cunha d’Aço, Poesia de Campos, Prodamor Conjugal de Marichá e Marimel, Prólogo de Campos, Quod Eternus Quibus, Restos Mortais

de Catarina, Rolando de Alto a Baixo da Estrada, Rudá Porominare de Andrade, Sandália de Oliveira Silva, Serpentina Rodo Metálico, Sete Chagas de Jesus e Salve Pátria, Terebentina Terepênis, Último Vaqueiro, Um Dois Três de Oliveira Quatro, Verso Campos, Vitimado José de Araújo, Zero Fonseca.

É difícil identificar as razões pelas quais os pais dão aos filhos nomes excêntricos. Os pais (ou um dos pais) da família Campos resolveram transformar em nomes para seus filhos termos especializados da literatura (Epílogo, Poesia, Prólogo, Verso). Já o escritor modernista Oswald de Andrade e a poetisa Patrícia Galvão escolheram para seus filhos nomes arbitrários e propositalmente incomuns, para que cada um escolhesse posteriormente o seu próprio nome e efetuasse a mudança nos registros. Um de seus filhos, o cineasta e escritor Rudá Porominare de Andrade, conhecido apenas como Rudá de Andrade, jamais pensou em mudar seu nome, em “respeito ao espírito antropofágico de seus pais”, conforme ele mesmo afirma.

A legislação brasileira procura coibir essas distorções. A lei n.º 6.015 de 1973, no seu artigo 55, prevê que “os oficiais do registro civil não registrarão pronomes (sic) suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores. Quando os pais não se conformarem com a recusa dos oficiais, este submeterá por escrito o caso, independentemente da cobrança de quaisquer emolumentos, à decisão do juiz competente”.

Grande parte dos nomes excêntricos (sic) são provenientes de combinações de dois nomes, principalmente do pai e da mãe. São exemplos *Claudionor* (*Cláudio e Leonor*), *Jomar* (*João ou José e Maria*), *Erlice* (*Ernesto e Alice*), *Aguimar* (*Aguinaldo e Maria*), *Edigênio* (*Edite e Eugênio*), *Mariel* (*Maria e Ariel*), *Marielza* (*Mariel e Elza*), *Gusmira* (*Gustavo e Almira*), *Vanderci* (*Vanderlei e Cilene*). O conhecido escritor e cartunista Ziraldo Alves Pinto costuma dizer que já nasceu com pseudônimo, graças à criatividade de seu pai, que combinou o nome da esposa e o seu próprio para formar o nome do filho (*Zizinha e Geraldo*). Mas, se esta combinação foi feliz, não podemos dizer o meso do nome criado pelos pais que admiravam as atrizes Gina Llobrigida e Ava Gardner: resolveram homenageá-las com o nascimento de sua filha, dando-lhe o nome de *Ava Gina!*

Existem também casos de nomes que sofreram modificações devido à má pronúncia, à pouca ou nenhuma instrução dos pais e por descuido ou despreparo do funcionário do cartório no momento do registro da criança. Encontramos exemplos nos nomes: *Abigair* (*Abigail*), *Niusa* (*Neusa*), *Orélia* (*Aurélia*), *Orides* (*Eurides*). O escritor Millôr Fernandes atendia pelo nome de *Milton* até a idade de dezoito anos, quando descobriu nos registros que, devido à caligrafia do funcionário do cartório, o “t” transformara-se em “l”, o corte do “t” em acento no “o” e o “n” em “r”.

A pessoa portadora de nome excêntrico, extravagante, grosseiro ou obsceno tem suporte legal para mudá-lo. O artigo 56 da lei já citada prevê que “o interessado, no primeiro ano após ter atingido a maioridade civil, poderá pessoalmente ou por procurador bastante, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família (sobrenomes), averbando-se a alteração que será publicada pela imprensa”.

Apesar de a lei não permitir mudança de nomes com prejuízo dos sobrenomes de família, encontramos um caso célebre de mudança quase radical de nome: o pai do poeta maranhense José Ribamar Ferreira de Araújo Costa foi batizado com o nome de Sarney porque o avô, que trabalhava em uma companhia inglesa, encantou-se com a pronúncia inglesa do nome de um dos gerentes da empresa, *Sir Ney* (Senhor Ney). Quando o poeta José Ribamar iniciou sua atividade política, passou a ser chamado pelo povo de *Zé do Sarney*,

numa referência a seu pai. O político José Ribamar trocou seu nome para *José Sarney*, e com este nome tornou-se o presidente da República.

Mudar de nome é dispendioso e quase sempre demorado. Além disso, só pode ser feito após a maioridade civil, quando os prejuízos decorrentes de traumas em função das pressões negativas que o nome possa causar talvez não possam ser revertidos.

Com este livro pretendemos atender a curiosidade que as pessoas têm de conhecer a origem e o significado do seu próprio nome e dos nomes em geral; além disso, resgatar inúmeros nomes que foram esquecidos ao longo do tempo e raramente são utilizados.

ANEXO 2

Transcrição da reportagem “A agonia de Zé da Silva – Os registros dos cartórios revelam que, nas grandes cidades, um terço dos brasileiros de famílias pobres tem nome estrangeiro”, de autoria de Eliane Brum, publicada pela revista Época (Ano III, N.º 117, de 14/08/2000).

Por quase 500 anos, José, inevitavelmente reduzido a Zé, foi o nome do brasileiro-símbolo. Ele inspirou ao poeta Carlos Drummond de Andrade a pergunta célebre: “E agora, José?” Às vezes era o zé-povinho dos intelectuais ou o zé-ninguém de todos os outros. Silva, o sobrenome plural, virou personagem de Luis Fernando Verissimo. Zé mais Silva, uma soma de subtração, o rosto difuso da pátria. Multidão e ninguém, Zé da Silva está indo embora. Devagar, sem alarde, sempre cordial, como o brasileiro de Sérgio Buarque de Holanda. Não pelo Galeão nem por Cumbica. É pelo nome que está de partida.

O padeiro José da Silva, nascido em São Paulo há 29 anos, não gosta de ser Zé da Silva. “Sempre quis ser Wellington”, conta. Atravessou a juventude mentindo: dizia chamar-se Wellington. Conseguiu ficar conhecido como Hélio, seu segundo nome. Quando a mulher engravidou do primeiro filho homem, Zé da Silva, que preferia ser Wellington, mas pelo menos é Hélio, decidiu batizá-lo de Wesley. Tentou trocar também o sobrenome: escolheu Júnior, “mais bonito que Silva”. O cartório não permitiu. Para ser Júnior, que não é sobrenome, o menino teria de chamar-se José da Silva Júnior. “Não quis que ele fosse José, muito menos José da Silva”, explica o pai. “Também não quero que tenha a mesma vida que eu. Meu filho vai estudar inglês e trabalhar com computador em Miami. Já tem nome para isso”.

O extermínio da tribo dos Josés é documentado pelos cartórios de Registro Civil. No ano passado, o cartório da Vila Prudente, que abarca uma população de mais de 1 milhão de pessoas na Zona Leste de São Paulo, contabilizou a chegada ao mundo de quase duas vezes mais Wesley da Silva que José da Silva. Em 1970, não figurava no arquivo um único Wesley. Mas havia o triplo de José da Silva que hoje. Dos 5.436 nomes registrados três décadas atrás, menos de 5% eram estrangeiros. Hoje, eles ultrapassam 30% do total. O retrato que surge dos livros do cartório do bairro paulistano é reproduzido por todas as grandes cidades do Brasil. Se ainda não chegou lá, a tendência logo vai desembarcar nos grotões.

Os cartórios que atendem a população de baixa renda da maior cidade do país informam que o brasileiro muda o nome como uma espécie de primeiro passo na metamorfose planejada para alterar radicalmente seu destino. “Quanto mais comum for o sobrenome e mais baixa a renda, mais complicado e estrangeirado é o prenome escolhido”, afirma Ana Inácio, funcionária há 24 anos do cartório de Santo Amaro, o campeão paulistano com 100 registros por dia.

“Eles chegam com o som do nome, mas não sabem escrever”, diz Ana. “Quanto mais letras como *w*, *y* e *k* e letras dobradas, melhor e mais bonito parece.” Para facilitar a rotina de trabalho, os escreventes elaboraram uma lista com 17 variantes de Stéphanie. Confrontados com a relação, os pais podem decidir com mais rapidez. O enunciado é sugestivo: “Escolha pelo número”. O primeiro tem a grafia mais simples: Stefani. A mais rebuscada é a de número 17: Sthephanny.

Aos 7 meses, Sthefany (número 6 na lista) da Silva brinca na casa de dois cômodos úmidos de Heliópolis, a maior favela paulista. Zé da Silva, o pai, perdeu o emprego quando ela nasceu. A cada manhã, percorre dezenas de quilômetros a pé, porque não tem dinheiro para o ônibus. Volta para casa faminto, porque não sobra para a comida. Já se sentiu mal na rua, depois de bater em dezenas de portas que não se abriram. Sobrevive com trabalhos temporários. Quando retorna, tem dores nos pés, cheios de bolhas, e na alma. Crava os cotovelos na mesa, o corpo treme. Zé da Silva chora. Ameaça cometer um desatino. “Seus filhos não querem um pai ladrão”. Desaconselha a mulher. “Prefiro passar fome.” Zé vai dormir honesto.

O jornalista carioca Marcos de Castro, autor de *A imprensa e o Caos na Ortografia* (Editora Record), atribui à elite brasileira a disseminação da praga dos nomes estrangeirados e das grafias empoladas. “Não tendo mais como segurar alguma coisa que os diferencie da burguesia ou da plebe rude, nobres decadentes querem se segurar nos *ll*, nos *tt* ou no *y* do seu nome”, registrou Marcos de Castro, que culpa a imprensa e os cartórios pelo caos ortográfico. Antonio Guedes Netto, presidente da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais de São Paulo e oficial do cartório da Vila Prudente, acredita que os pais estejam em busca de um elemento diferenciador. “Como não há proibição legal, seria uma violência dizer a eles que não podem colocar nos filhos nomes estrangeiros”, diz Guedes. “Nossa obrigação é barrar apenas os ridículos.”

No balcão do cartório de Santo Amaro, um dos 830 integrantes da associação que Guedes preside, Sílvio da Mata confessava-se no início de julho “um brasileiro derrotado”. Tentara registrar o terceiro filho como “Hygor”. O escrevente foi taxativo: “Com *h* não existe. Posso botar o *y*”. Mata, que vive de biscates, ofereceu uma gorjeta pela inclusão do *h*. A proposta foi recusada. “Tenho vergonha de ser brasileiro”, declarou. “Meus filhos terão um futuro longe daqui. Com nome estrangeiro, terão mais chance de ser aprovados quando pedirem visto para o Exterior.”

No coração de cada Zé da Silva – como no de um Sílvio da Mata – há um plano a concretizar e, sobretudo, uma apreensão própria da realidade. “Se os Estados Unidos mandam no Brasil, por que não podemos botar nomes estrangeiros?”, argumenta o pai de Sthefany da Silva. “Entre um produto brasileiro e um estrangeiro, todos não preferem o estrangeiro?”, pergunta. “Eu prefiro que meus filhos tenham nomes estrangeiros.” Zé da Silva odeia ser José. “Só uso por respeito a minha mãe, Maria.” A mulher, Adriana, não sabe escrever o nome da filha. “É muito complicado.” Mas isso parece irrelevante. O essencial é que Sthefany da Silva, hoje ainda agarrada à mamadeira suprida de leite doado pelos vizinhos da favela, ganhou um nome que soa bem para uma futura modelo. “Ela vai fazer carreira no estrangeiro e me levar junto”, devaneia a mãe.

“Aqui, o que torna distintivo e marca de identidade é o nome, e não o sobrenome”, percebe o psicanalista italiano Contardo Calligaris, autor de *Hello Brasil! Notas de um Psicanalista Europeu Viajando ao Brasil* (Editora Escuta). “Se o fenômeno acontece nas classes baixas, é muito claro que não há muito a transmitir. São sobrenomes marcados pela submissão e pela perseguição.” Chancelados por sobrenomes que anunciam tradição ou fortuna, os brasileiríssimos José, João e Maria se multiplicam entre gente bem-nascida – sozinhos, não acoplados a nomes compostos.

Comparando-se os números de maio de 1970 e maio de 2000 colhidos numa maternidade paulistana classe A, conclui-se que o índice de estrangeirismos, além de estável, é pouco expressivo: cerca de 10%. A tendência é escolher nomes cada vez mais simples, brasileiros e de origem bíblica. Sobrenomes fazem a diferença: escasseiam os Silvas, por

exemplo. “A elite não quer mudanças, está bem feliz transmitindo privilégios de geração a geração”, analisa Calligaris. “O sobrenome carrega uma história de sucesso, não de servidão.”

Sem fortuna nem tradição, Zé da Silva só deseja que Washington, o filho único, tenha um destino diferente. O pai queria ser cantor. É metalúrgico. A mulher, Jussara, sonhava tornar-se psicóloga. É balconista. Filhos de pernambucanos que migraram para São Paulo, decretaram a ruptura unilateral com as raízes. “Somos paulistanos”, declaram. “E nosso filho é paulistano.” Washington jamais seria José. “É nome de baianinho, daquele povo do Norte, brega, ignorante e violento”, acha Jussara. “Queria um nome que não tivesse nada a ver com aquelas bandas. Ser paulistano é ser civilizado, tem mais status. Meu filho vai ser médico: doutor Washington soa bem.” As avós, ambas Maria e pernambucanas, não aprenderam a pronunciar o nome do neto. Chamam Washington de “Oton”.

Só existe Zé da Silva de sobra no imaginário da nação. Nas ruas ou nas calçadas dos subúrbios de metrópoles como São Paulo, pululam Washington, Wesley, Kennedy, William, Jenipher, Sthefany. Que são da Silva, Souza, Ferreira, Oliveira, Santos. “Pode ser uma pena para a língua portuguesa, uma perda para a cultura brasileira, e os pais poderiam ser todos fuzilados por traição à pátria”, ironiza Calligaris. “Mas o que fizeram foi dar-se a liberdade de inventar o nome, aspirar a um futuro diferente.” Segundo o psicanalista, quanto mais exótica for a grafia, maior é a crença de modificar o destino. “Eles querem, sobretudo, dizer que gostariam que os filhos tivessem uma vida mais digna”, diz Calligaris. “Esses nomes são, na verdade, onomatopéias da esperança.”

OS NOVOS BRASILEIROS

Os arquivos do Cartório de Registro Civil da Vila Prudente, em São Paulo, ilustram a mudança dos rumos

- Há 30 anos, havia quase quatro vezes mais **José** e **Maria** que hoje
- Em 1970, a letra **y** estava reduzida a dois nomes (**Yéissr** e **Youry**). Em 1999, o **y** cobre três páginas e meia do livro, um aumento de **3.500%**
- Hoje, o número de brasileiros cujo nome se inicia pela letra **k** triplicou
- O **w**, como primeira letra do nome, aumentou em quase **70%** na preferência dos pais

ANEXO 3

Lauro - Entrevistador

Cleverson – Entrevistado

Observação: Esta foi a segunda entrevista realizada com o informante Cleverson; na primeira ocasião em que o conhecemos, ele falou de suas experiências com o nome, e tendo nos interessado, marcamos uma segunda, em que tivemos a oportunidade de registrar em áudio.

Entrevistador: Então, na verdade, o trabalho é só sobre nomes, você... é só pra repetir algumas coisas que foram ditas, você já tinha dito que... o nome foi dado por teu pai, né, foi isso?

Cleverson: Foi [dado] por meu pai, exatamente; meu pai, ele... na verdade esse nome, é... é um primo meu que tem, ta? E ele achou interessante, aí foi procurar o significado, assim, não se esse significado ta correto, quer dizer, se você escrever, por exemplo, “Cleverson”, né, quer dizer, que pra mim é “filho esperto”, “filho de esperto”, no caso, filho de esperto, porque o “son”, ‘filho’, vem depois, né, então, você, que deve saber inglês, sabe o que significa; [...] É, filho de inteligente, alguma coisa assim; seria uma atitude um tanto quando egocêntrica dele [risos]. Acho que ele não entendia muito;

Entrevistador: É, no caso dele seria um... parece que a intenção dele... quis... às vezes eram as duas, né...

Cleverson: Às vezes é... acho que ele não entendia muito... do inglês, e a intenção fosse as duas, né? Ele pensava, tinha uma intenção, mas na verdade fez outra coisa, entendeu?

Entrevistador: De repente seria uma homenagem a ele mesmo, né? [risos]

Cleverson: Ou de repente não, de repente ele pensou que seria uma homenagem a mim.

Entrevistador: Ou um desejo.

Cleverson: Exato, pode ter sido um desejo também.

Entrevistador: Bom, então ta, a origem foi essa, foi uma tentativa aí, talvez você não saiba se foi mais pra ele, mas mais pro filho, né?

Cleverson: Talvez, talvez o pensamento dele fosse esse mesmo;

Entrevistador: E essas experiências que você já comentou, algumas coisas aquele dia, favoráveis, qual a impressão geral que você tem do nome?

Cleverson: A impressão geral do meu nome? Você quer dizer... durante...

Entrevistador: É, todas as experiências que você teve, assim, que você achou mais positivas, assim, interessantes, é... se de alguma forma você acha que colaborou em alguma coisa com você;

Cleverson: Então, sei lá, eu acho que é uma coisa meio psicológica, né, não querendo falar: “pôxa, eu sou foda porque tenho um nome diferente!”, não! Mas tipo assim, acho que o nome diferente, ele... parecia, até certo ponto, parecia me distinguir de outras pessoas, entendeu? É... sabe, eu sentia... parece um impulso de ser diferente, sabe? Justamente por causa do nome, eu sentia... sabe, o nome trazia uma coisa diferente pra mim, entendeu? Sabe como é que é? É... era uma característica distintiva, sabe, pra mim, acho que... inconscientemente, entendeu? E... já tive problemas por causa do nome, né; poucas... algumas pessoas conseguem gravar com facilidade um nome [estranho], a maioria não, né, já fui chamado de Cléver, Cléber, Crébison, Cleberson, é... Cleisson, Émerson, Geralmente...

Entrevistador: Faltou o “seu Cleisson”, né?

Cleverson: Cleisson! Já fui chamado de Cleisson, já, “Gleisson”, né, pô, o pessoal erra pra caramba, assim... muito, muito, muito mesmo; só as pessoas mais próximas mesmo, e pessoas geralmente mais esclarecidas conseguem acertar direitinho a pronúncia do meu nome; é difícil, de primeiro, assim poucas pessoas acertam;

Entrevistador: E como você falou, você disse que poderia ser psicológico, que às vezes...

Cleverson: poderia;

Entrevistador: Mas que isso de alguma forma te impulsionava a ser diferente; pelo nome talvez ser diferente então...

Cleverson: É, eu acredito que, assim, na sua autoformação o seu nome tem uma influência grande, entendeu? O seu nome....

Entrevistador: Tem uma influência grande?

Cleverson: É, eu acho que sim, porque, ah, você não acredita em numerologia no caso, né? Se acredita muito nisso, entendeu, que o nome “determina” e as pessoas acabam sendo parecidas, né, mas eu acho que o nome na verdade que determina isso, entendeu?

Entrevistador: O indivíduo?

Cleverson: É, ajuda a determinar; se o nome é muito comum, se o nome é pouco comum, isso acontece, não acontece?

Entrevistador: Não, eu não saberia dizer; pode ser que faça diferença, né, é... uma das... uma das entrevistas que eu vi, o cara falou que a maior decepção da vida dele era [se] chamar “José Carlos da Silva”;

Cleverson: Ele não gostava?

Entrevistador: Não gostava; e ele mentiu pra todo mundo que o nome dele era *Washington*, né, então pode ser, que pra ele, de repente, o nome, como você disse, faça a diferença;

Cleverson: Não, eu já pensei em mudar, já pensei em mudar, assim, como você falou, já pensei assim: “Puxa, porque que eu não chamo ‘Fábio’? Por que que eu não chamo ‘José’ ou ... ou.... ‘Marcelo’, ou ‘Renato’, um nome comum, sabe? Eu não sei, às vezes eu me incomodo um pouco assim, às vezes, das pessoas não acertar... inventam muitos apelidos, né, porque o nome é... complicado a pronúncia, às vezes, é, então, inventam apelidos assim, sabe, pra... pra... não ter que falar o nome, sabe, que é um simplificado; ‘Fábio’ já seria alguma coisa assim... ‘Marcelo’, é ‘João’, uma coisa que sai fácil, agora... Cle-ver-son!...

Entrevistador: Mas passou essa fase? Em mudar?

Cleverson: Passou; passou, principalmente aqui na universidade; aqui na universidade... as pess..., sabe, eu não sei se as pessoas lêem mais, ou se... conseguem trabalhar melhor com a linguagem, tudo o mais, mas...

Entrevistador: Você viu que teve mais aceitabilidade, não teve tantos problemas?

Cleverson: Exato, e as pessoas conseguem pronunciar de primeira, assim, a maioria, mas assim, qualquer outro lugar assim é difícil;

Entrevistador: É, mas como você disse... quando você disse... falou que às vezes sentia, pelo nome ser diferente, às vezes você sentia, vontade de ser diferente, mas diferente quando você diz pra melhor, né?

Cleverson: Pra melhor...

Entrevistador: Pra você se distinguir?

Cleverson: Exatamente;

Entrevistador: Então, de alguma forma é como se... na verdade, no fundo, acho que te ajuda, ou te ajudou;

Cleverson: Acho que ajuda sim;

Entrevistador: Pelo fato de ser diferente isso te chama a atenção: “não, é diferente!” E também...

Cleverson: Eu acho que isso é um processo inconsciente; depois quando você me falou que... da entrevista que, sobre a influência do nome, eu já... já li alguma coisa também a respeito, sobre a influência do nome, na formação da personalidade [...], aí eu percebi que isso pode ter sido inconsciente, pode ter sido determinante, entendeu, pra isso, pra... pra que eu tentasse... fazer o melhor e se distinguir por isso, entendeu? E o nome, parece que me impulsionou bastante pra fazer isso, mas acredito que inconscientemente; [...]. Até ele sempre disse que... que, né, falou pra mim, tudo o mais, que... assim, pra eu me distinguir; pra eu... procurar...

assim... é... ser o melhor, dar o melhor de mim, sempre ser o melhor; ele me disse isso: “Faça sempre isso!”; ele dizia que “Puxa! Noventa por cento das pessoas no mundo... é... tão aí pra encher o mundo, não se interessam por nada, não se distinguem das outras, são comuns demais”, sabe, não... não desenvolvem... as grandes pessoas, segundo ele, desenvolvem coisas importantes... e toda a humanidade lembra deles; é o que meu pai dizia, queria que eu fosse... entendeu? Mas eu tenho uma visão realista a respeito disso; eu sei que... que eu posso trabalhar, e eu quero ser feliz na minha profissão e... e na vida familiar e tudo o mais e não é esse discurso dele que vai... assim tipo: “Nossa, eu preciso fazer isso... eu preciso ser feliz, eu preciso me distinguir de todas as pessoas, eu preciso fazer algo importante pra ser lembrado pra sempre!”; não! Tenho uma visão bem realista da coisa; não tenho essa imagem fantasiosa que ele tinha, entendeu, talvez isso tenha influenciado bastante uma... entendeu;

Entrevistador: Te influenciou bastante também;

Cleverson: É, hoje tenho os pés no chão, eu sempre tive assim, né, sempre.... comecei a trabalhar cedo, sempre tive os pés no chão, e vi que essa... essa intenção dele de... que eu me “distinguisse”, exacerbadamente, não é um fato, entendeu, não é algo real [...] ... estou com os pés no chão, né, eu quero só fazer o meu bom trabalho, se eu for reconhecido por isso tudo bem, se não for, paciência, mas não... não percebo, não persigo isso obsessivamente, sabe, eu procuro ser feliz assim a cada instante e não fazer uma [...linha] faustiana, trocar a minha vida por uma... grande realização como ele queria que eu fizesse, e talvez tenha me dado o nome por causa disso também; sei lá! Não sei! É uma coisa interessante.

ANEXO 4

Entrevistador: Lauro José da Cunha

Entrevistados: Cleuso Paiva (pai)
Anice Bechuate (mãe)
Dyonatan Bechuate (filho)

Paiva: Eu estava falando pro Lauro a respeito de Jonathan Hats, né, e aquela... como era o nome da outra que era... o casal 20... Jennifer; então eu falei pra Anice que nós iríamos homenagear o detetive, porque ele era o investigador do casal 20; e eu assistia muito esse filme; era uma série, não sei se você se lembra;

Entrevistador: Me lembro, cheguei de assistir;

Paiva: E o Jonathan, ele veio... e se viesse o outro que é o Júnior, quer dizer, primeiro era o Júnior, que é o mais velho, ia ser Jonathan, e o outro seria... se fosse menina, ia ser Jennifer, que era o Jonathan e a Jennifer; [...] era o casal 20; [...] por isso que nós fizemos, desde 1979, venho com isso na cabeça, vendo o filme, ta tá tá, se eu tenho um filho eu vou chamar... [Jonathan] [...]. O Dyonatan ele veio somente para homenagear... [o ator Jonathan]; e ele parece muito com o [personagem do filme] [...].

Entrevistador: No fundo, quando você pensou o nome, tinha um projeto, um desejo de que o seu filho também se tornasse um detetive?

Paiva: Com certeza; todos os três foram criados não para ser um detetive, mas estudar Direito, entrar numa promotoria, ser um bom advogado, ser um bom juiz, porque todo bom advogado, todo bom juiz, todo promotor, ele tem que ter conhecimento na área investigatória; ele pode ser um delegado, sabe, é importantíssimo essa área investigatória; o detetive em si é uma maneira que nós usamos pra ser... tipo, não um justiceiro, mas uma pessoa justa, que, sabe, pegar as provas e levar pra uma pessoa que tem uma OAB e assine lá e [procure] a verdade; então, quer dizer, o nosso objetivo que... na época os meus pais eram pobres, não puderam me dar uma universidade, naquela época, hoje eu tive que fazer uma faculdade com cinquenta anos quase, entendeu, mas eu já na época já entendia que pra mim ser tipo justo, eu teria que fazer Direito, teria que entrar pra ser alguém... levar o conhecimento até o juiz e tal porque o juiz não aceita que eu fale diretamente, mas através de um advogado ele aceita;

Entrevistador: E nesse caso, você acha assim, que o fato de ter o nome que é de alguém, que é por exemplo, na ficção, no filme, era um detetive que você gostava, que você admirava, e colocar esse mesmo nome no filho, então, existia por exemplo uma crença ou um desejo de que ele realmente também ele pudesse ser [detetive]? Que o nome ia influenciar, ou alguma coisa assim?

Paiva: É, veja o que é que acontece: o nome diz tudo, né? O nome diz tudo; se eu chamar aí Maria!, ninguém olha, mas eu noto às vezes que eu estou no meio ali da Avenida Paulista com ele e eu digo: Dyonatan!, quatro ou cinco pessoas olham pra trás, e olham pro Dyonatan pra ver quem é o Dyonatan; a personalidade da pessoa influencia muito; é, em sala de aula mesmo, diversas professoras dele falam, sabe, quando ela chama ela chama com prazer o nome dele, então isso vai até dos educadores que estão lá dentro; olha, ele se formou no quarto ano primário, ali, e foi, então, ela teve o prazer, dentro da igreja, na hora de entregar lá o diplominha dele, de quarta série primário, chamar lá pra todo mundo dentro da igreja ver: Dyonatan Bechuate Paiva! Aquilo me arrepiava até hoje quando eu lembro aquela cena, ele tem a fotozinho ele recebendo lá da professora dele; então, quer dizer, ela chamou lá, sem empolgação, o Paulo, o André, o Sérgio, mas na hora que ela gritou o Dyonatan Bechuate Paiva, parece que foi prazeroso até pra ela chamar o nome, então você há de convir que o nome... você vê, em filmes, eu não digo só filmes americanos, mas em filmes nacionais mesmo, você olha aí os atores, têm nomes que não são deles, sabe, você vê aí a Bete Faria, não é Bete Faria o nome dela real, é um nome artístico Bete Faria; por que? Cria-se nomes pra que venda a imagem daquela personagem; o Jonathan Hats mesmo, eu não sei se o nome dele é Jonathan, de repente é um outro nome simples lá; eu não procurei saber, não pesquisei, mas eu acho que pode ser... que ele botou aquele nome pra vender; Pelé!: o nome dele não tem nada a ver com Pelé; então ele vende aquela imagem bonita, um nome simples que você seja fácil falar e chame a atenção das pessoas que estão ao redor; então isso é importante na hora do nome; você vai colocar uma empresa, você vai pensar na empresa, que nome você vai colocar; [...] então, o nome é importantíssimo; e o Dyonatan ele veio, como o Cairo veio, de nomes assim... que... o Bechuate vai! Eu olho assim o Bechuate... pô! Sabe? As pessoas olham pro lado; você é de que família? “Bechuate”, meu filho falava; “Bechuit? Como é que se escreve?”. Escreve normal: B-E-C-H-U-A-T-E; mas o som, parece que é difícil; em qualquer local que você vai digitar assim, uma coisa qualquer: Bechuate! “Como é que se escreve?”, porque a pessoa tem medo de escrever errado, porque nome é coisa séria; então, o outro meu filho, que é Junior, Cleuso Aluisio Pereira Paiva Junior, ele também tem um problema seriíssimo, porque é só Junior, só Junior, só Junior, quer dizer, ele não tem a identidade dele correta, ele virou um Junior, ele virou um... como é que se diz, uma cópia, vai, ele é uma cópia, sabe, pra ele, ele se sente é uma cópia; então, “Cleuso” é o nome dele, mas ninguém chama ele de Paiva; ele queria que se fosse chamado de Paiva; eu falo: filho, fala que seu nome é Paiva! E ele: “ah pai, mas na hora que a professora chega lá e escreve fala: ‘é Cleuso ou Junior?’ E aí todo mundo da sala fica: ‘Cleuso’, ou ‘Junior’; ninguém chama eu de Paiva; então eu sou uma cópia sua”. E o nome é isso, o nome é a personalidade da pessoa; você tem que ter uma identidade, a tua identidade tá aqui, ó.

[...].

Anice: Deixa eu contar uma coisa, que eu achei assim... muito... me orgulho até, foi o Paiva ter colocado o nome do Dyonatan com D-Y-O, DY-O, então as pessoas tem que pronunciar Dyonatan, e quando ele... assim que ele nasceu, uma amiga dele falou: “Qual é o nome do seu filho?” O Paiva disse: Dyonatan; e ela virou e disse: “Ah, ele não é Djonathan, é “Jonathan” mesmo, porque estamos no Brasil”, acreditando que ele teria registrado com “Jho” que é como se escreve nos Estados Unidos; aí eu com muito orgulho disse: não, meu filho é Dyonatan; o nome dele é escrito com D-Y-O-N-A-T-A-N, Dyonatan! Aí, ela se sentiu assim envergonhada até e eu fiquei com muito orgulho;

Paiva: [...] e o Dyonatan, voltando à palavra do Dyonatan, é exatamente o nome do ator; ele escreve assim mesmo; então, esse nome aqui eu pesquisei; a Jennifer também eu pesquisei, se eu tivesse alguma menina eu ia colocar a menina como Jennifer; ta, aí você diz assim “pra inspirar ele?”, não é... eu não tenho nada de... fazer uma inspiração a meu filho a ser um 007; porque 007 ele usa... que eu falo sempre: é bala de festim, a nossa é de verdade; se eu cair de um prédio daquele eu morro, e ele cai em cima do colchão lá, tira o ator de novo e bota ele numa outra série de novo; vai eu cair de um prédio daquela altura de... sabe, o cara... então, que dizer, é uma ficção? É, mas as realidades da vida nós estamos aqui dia-a-dia; quantos e quantos milhões e milhões de casos eu já resolvi, e o meu filho já me acompanhou; quantos milhões e milhões de vezes eu coloquei meu filho na frente, brincando assim com meu filho, com uma fotografia, fotografando, filmando o cara, pegando um flagrante... por que? Quem ia desconfiar de uma criancinha brincando ali no parque? E eu tive que usar o Dyonatan que é um futuro... [detetive, investigador] hoje ele se encontra com quinze anos e é uma criança que está no segundo... vai pro segundo ano já do... coisa; já já ele está fazendo vestibular; já já ele está entrando numa academia de Direito;

Entrevistador: E ele [o Dyonatan], o que que diz do nome? Tem alguma experiência, já comentou alguma coisa dele com o nome?

Paiva: Ele está chegando aí, se você quiser conversar com ele; [...] eu acho que ele fala sim porque ele tem... com o nome dele ele tem muito orgulho, muito, muito; e as pessoas não chamam ele nem de Paiva nem de Bechuate, é “Dyonatan”; por que o nome foi importante? O Cleuso, é “Cleuso”, é “Junior”, é “Paiva”, eles chamam ele de tudo; mas o Dyonatan não tem referência nem Bechuate nem Paiva; só Dyonatan, como Cairo; Cairo não tem referência... até no quartel, que ele é militar, lá no NPOR, ele chegou no quartel não deu o nome Paiva pro cara, a referência dele é muito forte “o nome Cairo”;

Entrevistador: E o nome Cairo? Você teve uma origem?

Paiva: O Cairo não, o Cairo só... foi assim um...

Entrevistador: Um insight?

Paiva: Não, o Cairo... o Cairo foi... ta ta ta ta...

Entrevistador: Foi uma inspiração?

Paiva: É, não, foi a mãe dele mesmo, a mãe dele sempre teve esse negócio de Bechuate, é Cairo, e tal, e ficou o nome; é porque você chega lá na Arábia, no Líbano, e Cairo... depois que a gente vai ver que Cairon é o papa, entendeu, então tinha alguma coisa do Cairon que...[...] tanto é que o Cairon, esse papa que morreu, ele tinha um outro nome...; [...] é um nome forte, é um nome forte, ele carrega o nome dele com muito orgulho;

ENTREVISTA COM DYONATAN

Entrevistador: O que que você acha [do nome], de alguma experiência que você teve, relacionada ao nome, ou em sala de aula, ou com colega, com amigos, da grafia, ou do som, sei lá, alguma coisa que você se lembre e que fica na sua memória;

Paiva: Porque Dyonatan é forte, você usa “Paiva”, em algum momento? A professora te chama sempre de Dyonatan, não é isso?

Dyonatan: É

Paiva: E os seus amigos, te chamam de Paiva?

Dyonatan: Não, me chamam de Dyonatan;

Paiva: Dyonatan, né? Você tem alguma passagem que alguém gostou do seu nome... eu lembrei daquela sua professora da quarta série que você recebeu as flores dela, que ela chamou você: “Dyonatan Bechuate Paiva” com empolgação por causa do seu nome, lembra, lá na igreja?

Dyonatan: É, mas ela leu o nome, né?

Paiva: É, tudo bem filho, mas eu to falando; eu senti que ela se empolgou mais com o seu nome do que ela leu o nome dos outros; ela inclusive olhou pra você e riu...

Dyonatan: Fui um bom aluno;

Paiva: Mas o que você lembra mais assim, de uma passagem?

Dyonatan: Assim, de uma brincadeira, que fizeram com o meu nome, é de... quando eu fazia coisa errada, assim, brincava e falava: ê! tinha que ser o “Idionatan”! Entendeu? Tipo...

Paiva: Idionatan, tipo de idiota, né...

Dyonatan: É, de idiota;

Entrevistador: Ah, fizeram um trocadilho, né?

Dyonatan: É, tipo... nunca me importei de ter um nome... é normal; mas tipo, é só incomum como se escreve, D-Y-O-N-A-T-A-N;

Entrevistador: Isso, às vezes as pessoas de repente falam... acham diferente, como é que é?

Dyonatan: É, é diferente, porque todo nome é com **j**, né, e com **th**, geralmente; aí todo mundo fala: “ah, nossa, o seu nome é assim? Que diferente, né?”, aí, fica meio estranho né?

Paiva: Estranho não, fica bonito!

Dyonatan: Não, não fica bonito, fica estranho; é, meu nome é diferente, né, entendeu;

Paiva: Mas você não gosta?

Dyonatan: Eu gosto do meu nome;

Paiva: Você mudaria o seu nome de Dyonatan pra “João”?

Dyonatan: Não; é... eu gosto do meu nome, é só um pouquinho diferente;

Entrevistador: E essa diferença? Bom, aí vc falou... mas essa palavra que você usou, “estranho”, você acha que está na cabeça das pessoas ou fica a sensação pra você?

Dyonatan: Ah, fica a sensação pra mim, é estranho, né? As vezes até pros dois [para as pessoas também], porque [elas falam] “nossa, que estranho esse nome, nunca vi esse nome”. Porque, em geral, acho que não tem nenhum lugar escrito assim, só o meu; [...] então, tem um Jonathan na minha sala mas é com **h**, também, aí já é diferente do meu; tipo, ele é o número 30 [20]; se ele escrevesse como o meu, ou eu seria o 20, o número 20, ou então... ele seria o 20, eu seria o 19;

Entrevistador: [...] Mas a maior dificuldade é só pra escrever, né?

Dyonatan: É, mais eu já acostumei a escrever;

Entrevistador: Não, eu falo pra quem ouve o seu nome;

Paiva: como é que faz? O Bechuate mesmo...

Dyonatan: Às vezes eu até coloco assim, em trabalho, só o primeiro nome, porque... de Dyonatan mesmo, só tem eu;

Entrevistador: Então ninguém vai confundir, né?

Dyonatan: É.

[...]

Paiva: Ah, eu me inspirei nele; desde quando ele estava na barriga da mãe dele, nós fizemos a ultrassom, era menino, aí eu já disse pra ela: “vai ser Dyonatan o nome dele”; estava com quatro meses de gestação, e... [...] e aí ela fez os outros... até 5 meses e a gente já chamando ele de Dyonatan dentro da barriga dela; então, tipo assim: “dá um chute pro papai aí, Dyonatan”, e ele: *tuf*; é impressionante como... [...] ele, parece que é uma transmissão que ele já conhecia, que nós estávamos falando com ele; [...] eu não sei se era imaginação minha, ou da mãe dele, porque a mãe dele quando eu fazia alguma pergunta ela escutava, e ela transmitia pra ele dentro do ventre, eu não sei, mas comunicação havia; [...] então essa coisa aqui de nome, é forte; [...]; não foi um negócio assim: “não, ele nasceu [então] vamos procurar o

nome?”. Não foi isso; o filme, Jonathan e Jennifer vem, casal 20, eu era jovem, já assistia esse casal 20, nem pensava em ter filhos.

ANEXO 5

Lauro - Entrevistador

Marlon Leal – Entrevistado

Entrevistador: Qual é a história do nome [Marlon]?

Marlon: Bom, é o seguinte... é... meu pai tem vários irmãos, né... então, quando... eu sou o filho mais velho... quando a minha mãe foi me ter, os irmãos do meu pai queriam indicar o nome, tal, porque meu pai é filho único, né, de todos os filhos é único homem, né; então aí queria indicar o nome, né, queria, e minha mãe ficou incomodado com isso; então, e ela disse queria colocar o nome de Marcos, [...] até que gostava do nome Marcos, né, mas como foi meio seria... um pouco imposição... aí ela resolveu, falou: “o filho é meu, quem bota o nome sou eu”; e na época o Marlon Brando fazia sucesso, ela colocou o nome de Marlon.

Entrevistador: Ah tá! A referencia de fato, então, é do ator?

Marlon: Sim.

Entrevistador: Ela conhecia...

Marlon: Sim, é da década de 60

Entrevistador: Da década de 60, ela admirava, gostava, alguma coisa, ou o cara era famoso?

Marlon: Bom, o cara era famoso, né? Ela falava que gostava, né?

Entrevistador: E aí acabou ficando como uma homenagem?

Marlon: Ficou uma homenagem; foi uma homenagem para marcar [...] em relação aos irmãos do meu pai;

Entrevistador: E você, por exemplo, do teu ponto de vista, em relação ao nome, tipo assim, já que... só te deram o nome, hoje você carrega o nome, e você sabe dessa referência, né, como que você vê, não tanto a atitude da tua mãe, como você, da tua sensação, história, ... se você vê alguma implicação nisso;

Marlon: É; só um problema que eu vejo; é que muita gente em vez de pronunciar /MAR-lon/ pronuncia /mar-LON/; eu não importo, né, mas sempre tem que falar: /MAR-lon/, e às vezes eu nem falo mais, deixo, às vezes do jeito que falar ta bom, /MAR-lon/, /mar-LON/, não tem problema, né?

Entrevistador: Aí, porque que você acha que [te chamam] /mar-LON/?

Marlon: É porque sempre ouviu falar /MAR-lon/, né, e as pessoas falam /mar-LON/...

Entrevistador: Por exemplo, a primeira referência, por exemplo, a tua mãe conhecia o ator, Marlon, Marlon Brando, né, agora pode ser que outras pessoas não conhecessem, algumas talvez, [talvez] não fosse do universo cultural de todas as pessoas também, né? Aí, de repente ela vê a grafia lá, M-a-r-l-o-n, né? E a tendência delas, qual que seria? Não seria justificado, às vezes, essa possibilidade?

Marlon: Sim, sim, de deslocar o acento? Sim;

Entrevistador: Até pela... pela origem, porque de repente um é da... da cultura de Língua Inglesa; eu não sei qual é a origem necessariamente, né, se o Marlon Brando é norte-americano, se é inglês... mas, de qualquer forma ele é estrangeiro;

Marlon: É, estrangeiro, o nome é estrangeiro, e que parece que às vezes nem parece que é estrangeiro, né? Há uma... pela grafia...

Entrevistador: Acho que pela composição, ela até se aproxima [da Língua Portuguesa] em relação a outros nomes bem diferentes que tem *sh*, *gto*, *Washington*, por exemplo, *Stephany*, com *ph*.

Marlon: E do jeito que é em inglês é em português; não houve essa adequação;

Entrevistador: Acho que [...] Marlon de repente só pela... no inglês a tendência é a primeira sílaba ser tônica, né? Então, /MAR-lon/, e quem vê assim, já pega mais pelo português, pela tendência do português.

Marlon: Uma coisa interessante, teve um colega, que estudava francês, e ele pesquisava a questão de nomes, né? Aí ele pegou o nome de todos na sala, ele foi pra pesquisa, ele foi pesquisar e ele falou que a origem do meu nome, né, que eu procurei do latim, que não vem do latim, né, e falou que vem do francês arcaico, né, significa ‘pequeno gavião’, eu procurei, procurei, não encontrei, mas segundo as pesquisas dele, falou que significava isso;

Entrevistador: E você tem histórias, assim, de pessoas que acharam o seu nome diferente, ‘Marlon’?

Marlon: Sempre é diferente; e tem um caso engraçado que aconteceu... quando eu fazia filosofia, num seminário, e foi logo de início, então, e tinha dois ‘Marlons’ na sala de aula, né, coisa rara, né, de encontrar; geralmente você pega aquelas listas de telefone, você pega um outro, né? Em Uberlândia eu encontrei oito, o máximo que encontrei em listas telefônicas foi oito, mas é difícil, né, e a minha esposa ligou lá pro seminário, “Ah, eu queria falar com o Marlon, que eu não vou hoje”, né, “que o quê tava combinado”, né, “distrocou o almoço, não vou esperar, tal tal”, e eles perguntaram, os padres perguntaram: “Quem está falando? Quem quer falar com ele?” [E responderam:] “É a esposa dele”. E eles não me conheciam; o [outro] rapaz era seminarista, estava interno, era leigo, vivia interno, né, então imagina;

Entrevistador: Aí falava: a sua esposa...

Marlon: E deixaram pra falar depois da aula, né, nem chamavam, nada, até... ele não sabia que eu era Marlon também né? Até alguém cair a ficha: espera aí, parece que tem um Marlon, também que é leigo, né, mas quase acabaram com o rapaz, entendeu? Deram uma boa prensa nele: “no seminário, você vai ser padre! você é casado, que história é essa? Confessa!”, e ele “não, é engano!” [...].

[...]

Marlon: Eu tinha um professor que me chamava de “Marlos”, não acertava o meu nome;

Lauro: como?

Marlon: “Marlos”; não acertava de jeito nenhum falar meu nome, e acabei aceitando do jeito que chamavam meu nome, o povo que me chamava de Marlos também, né, não importava também não;

Entrevistador: Já chegou a um ponto que cansou, né?

Marlon: É, venceu pela canseira, né? Mas, e sempre as pessoas fazem referência: “ah, Marlon Brando!”, e falo: “não, o [Marlon] Leal!”, e Leal também só no nome!

Entrevistador: Seu sobrenome é Leal?

Marlon: É, então faço o trocadilho: “Ó, não, não sou o [Marlon] *Brando*, sou o Leal, mas Leal só no nome!”. Isso é brincadeira, né, mas sempre tem essa referência [...]. Daí essas coisas são engraçadas, né, o nome;

Entrevistador: E quando você era, assim, menor, tipo assim, os seus doze [anos], mais ou menos nessa faixa, você não se sentia diferente, ou a reação das pessoas em relação ao seu nome, não?

Marlon: Sempre, sempre, sempre.

Entrevistador: As pessoas sempre falavam: Mas “Marlon”!?

Marlon: E eu ficava vermelho, né, ficava com vergonha, né, e depois acaba acostumando; aí eu peguei, fiquei curioso, né, “mas quem é esse carcará sanguinolento?”. Aí fui ver, fui saber quem era o Marlon Brando; assisti muitos filmes dele, né, [...] e... é uma coisa estranha que eu sentia, né, quando eu via o meu nome na tela lá, na televisão, né, é uma sensação estranha que sentia, né, ver o nome... já imaginou o nome, até então um pouco raro, né, de repente você ver em outro lugar que não é você, né, é uma coisa, acho que é uma coisa estranha...

Entrevistador: Em função disso você se sentia também diferente dos outros? Ou, tipo assim: ou melhor, um pouco acima, pelo nome ser, destoar um pouco?

Marlon: Não, não. Às vezes eu ficava irritado com a pronúncia mesmo: “como é que é?” “Marlon!”, e às vezes, o sotaque era carregado, era muito mais, quando eu morava no Rio de Janeiro, né, então me irritava: “Marlon”. Como é que é? Aí eu ficava danado, às vezes o

peçoal sabia [que eu ficava irritado, aí perguntavam]: “como é que é mesmo?”. Tinha alguém novo [e incitavam]: “pergunta de novo, pergunta de novo!”. E sempre falavam: “Ah, é o Brando?”. E eu falava: não, não é o Brando não; e as professoras sempre marcavam: “o Marlon Brando, né?”. Hoje já nem tanto, que, isso é mais na adolescência.

Entrevistador: Teve uma fase dura pra atravessar!

Marlon: É, é uma coisa complicada às vezes, né, ficar repetindo o nome toda hora, né?

Entrevistador: Mas está jóia, já fizemos uma primeira entrevista, né? [risos]

Marlon: E última, né? [risos]

ANEXO 6

Entrevistador: Lauro José da Cunha

Entrevistado: Padre Miguel Llamazares González (espanhol, 74 anos)

Realizada em 18 de fevereiro – Paróquia Santo Antonio, Av. Saudade – Campinas - SP

Entrevistador: Estou fazendo um trabalho sobre nomes próprios de pessoas, todo um levantamento da prática discursiva, né, e em um dado momento não tem como a gente não passar pelo papel da Igreja junto a essa questão da influência na prática da designação, do nome, e para mim estão faltando algumas fontes, algumas referências que eventualmente a Igreja tenha, como documentos ou livros [que normatizam essa questão]

Padre Miguel: Bom, eu posso dizer-te, era norma, norma, agora eu não sei, porque como direito canônico, a partir... depois do Conselho Vaticano II foi atualizado, muitas leis que chamam cânones foram suprimidas, foram criadas outras, mas é norma na prática da Igreja, tradicional, desde sempre, que o casal, católico, que tem filhos, deve procurar dar [como] nome a esse filho, a essa filha, o nome de um santo ou de nome de uma santa; e assim fizeram os meus pais com... éramos seis irmãos, assim se fazia na minha época; eu já não sou assim tão jovem; e essa era a práxis; agora, como era o nome de um santo ou de uma santa, então tinham... o pai ou a mãe que iam escolher, fazer a escolha do nome, então tinham... tinham, digamos, duas opções; uma opção era: dar o nome do santo do dia em que ele nasceu; pegar hoje [dirigindo-se a um calendário]... esta [folhinha] não traz, mas se por exemplo pegar [a folhinha de] o sagrado coração de Jesus, uma folhinha, tem tal, tem os meses, e aqui em baixo, tem umas sete, oito, nove linhas, onde dá o nome dos santos desse dia, santos e santas, que são tirados do que se chama o *martirologio romano*, e digamos... [...] claro, é latim; [...] esse martirologio romano, dá o nome dos santos desse dia, santos e santas; então, essa família, digamos, meu pai e minha mãe, eu nasci em 22 de fevereiro; 22 de fevereiro, no martirologio romano é a catedral de vários santos, mas tem a catedral de São Pedro, em Roma; muito bem; eles não me deram... tem outros santos, mas meu pai e minha mãe escolheram o nome... um nome cristão, um nome cristão, que aliás é bíblico o meu nome, que tinha o avô de meu pai; porque [...], em vez de escolher o santo do dia, então escolhe o nome de um parente, [...], que tenha também nome de santo; e me deram Miguel, o nome de Miguel; mas eu tenho por exemplo, agora em outubro, dia 15 de outubro eu tenho uma irmã que se chama de Teresa, deram-lhe o nome de Santa Teresa, Teresa, Teresa de Ávila é 15 de outubro; você entendeu filho? Então, dá-lhe esse nome; essa é a lei da Igreja; agora, tu sabes muito bem, tu és jovem, que as leis se cumprem ou não se cumprem; tanto essa lei da Igreja, que quando tem um batizado, um batizado, vem na Igreja, queremos que batize esta criança, e claro, se escreve no livro do batismo, e traz um nome, de menino ou menina, que não é nome de santo ou de santa, o habitual era colocar entre parênteses o nome do santo [correspondente], [...] o padre, quando realizava a cerimônia do batismo, acrescentava isto; para respeitar a lei da Igreja, que não respeitava a pessoa;

Entrevistador: Mas isto ficava só dentro da Igreja mesmo, né? Esse nome entre parênteses, por exemplo, de um santo, ficava registrado nos documentos da Igreja, só?

Padre Miguel: É, não dá, mas se teria a família, na pregação, e o povo sabia disso, que não podiam dar um nome qualquer, tinham que dar o nome de um santo ou de uma santa; podiam escolher no dia, que era o mais apropriado, o santo desse dia, e era [praxe] consultar o calendário religioso; ou o nome de um parente, se queríamos um parente, se queríamos um parente, mas que o nome desse parente fosse nome de santo; você entendeu? Você entendeu meu pensamento?

Entrevistador: Sim, mas no caso, a família vinha com um nome...

Padre Miguel: Claro, à medida que foi crescendo, e... hoje em dia, é o fim do mundo; é, hoje, às vezes trazem nomes, nomes que uma pessoa educada não devia dar esse nome porque, eu fui professor, eu trabalhei [...] professor de ginásio e de científico, muitos anos, e no começo da aula tinha que ler a lista de presença, e há certos nomes que a gente não podia ler porque todos começavam a gozar do menino ou da menina; os pais não deviam fazer isso, porque os filhos vão viver na sociedade, e esse nome, a sociedade não aceita; você entendeu? Então, agora, a lei da Igreja, se cumpre, [...], ou não se cumpre; muitas famílias não cumpriram, e colocaram qualquer nome;

Entrevistador: Hoje, o senhor disse que é uma tradição da Igreja; mas continua ainda, hoje o senhor faz batismos, é mais liberal em relação a isso?

Padre Miguel: [Sim] Mais liberal! não adianta, não adianta, não adianta, filho, não adianta;

Entrevistador: Mas a Igreja mesmo, ela se tornou mais liberal em relação a isso?

Padre Miguel: Claro, é natural; essa coisa, não é essencial, não é essencial, digamos, na prática religiosa, embora [o nome] tenha uma finalidade de vivência cristã muito grande, assim como se tem o anjo da guarda, que se deve ter devoção àquele anjo, que conforme a doutrina da Igreja, tem a missão, [...], de interessar-se, digamos, mediar, perante Deus, pela pessoa; o santo, indiscutivelmente; então, por isso existe a devoção aos santos, à intercessão ao poder de mediação dos santos, aos quais nós nos dirigimos através da oração, e cuja vida devemos conhecer, e cujas virtudes... eles não nasceram santos, ninguém nasceu santo, todos somos nascidos... menos Jesus e Maria, e João Batista, todos estamos no pecado; então procurar não só pedir sua ajuda, senão imitar suas virtudes, compreendes, agora, se encaixa melhor, que eu venha a pedir a São Miguel, que... a São Expedito [...], que se são todos amigos de Deus, estão com Deus, então [o nome] tem essa dimensão, essa dimensão digamos “vivencial prática”, esse apego, essa simpatia que tu podes sentir psicologicamente [como se a pessoa assim pensasse]: “se existe um santo que tem o meu nome, então...”, a gente se apega a ele com frequência nas suas orações, e nos seus pedidos, mas hoje isso... não adianta, são poucas as pessoas, são poucas as pessoas... eu faço os batizados aqui... no domingo passado, no domingo passado eu acredito que os nomes cristãos... eram cinco, eram cinco batizados, e eu acho que se dariam [deram] só um ou dois [nomes cristãos], não mais; depois, outra coisa: artistas; um artista, capaz de ir na televisão e se tornar famoso? É claro, ah, cada artista, que [...] a vida deles, o santo é uma vida que devemos imitar porque se conhece, os artistas, é melhor não imitar;

Entrevistador: Você acha que houve uma modificação então? O senhor disse que assim, a princípio, no passado, as pessoas... acho que a Igreja, em si, tinha essa prática, de por exemplo...

Padre Miguel: Tem essa prática, e procura, procura isso, mas o povo não obedece; já uma pessoa, uma família, uma família com pais que realmente são religiosos, e que são religiosos conscientes, uma prática religiosa consciente, com conhecimento, procuram dar ao seu filho ou à sua filha um nome cristão, não vem com qualquer nome por aí, você entende? Um nome cristão;

Entrevistador: Mas a intenção da Igreja quando indicava, ou ainda indica, que se dê um nome cristão, é justamente esse, como o senhor disse, de ter uma “finalidade vivencial prática”?

Padre Miguel: Claro, claro, claro, sabe por que? Por que o nome te aproxima mais, o nome te aproxima mais, digamos, do transcendente, porque sabes, ele [o santo] passou por este mundo, e eu estou passando, e ele como foi fiel a Deus, foi fiel a Deus, como viveu seu compromisso batismal, que a Igreja reconheceu as suas virtudes, e nos propôs como um modelo, como um exemplo, [...]; você viu, dá-se aí outro nome que não te diz nada, e às vezes, há alguns nomes que são...[risos] eu me lembro, eu estava lá em Bragança Paulista, e tínhamos lá um estudante, era de Atibaia, o nome dele era Stalin; Stalin, famoso ditador da Rússia, que matou mais de milhões de milhões no comunismo, [...], pois tinha esse nome; aí quando chegava não falávamos, pegávamos, para não ofende-lo, e para que outros não o ofendessem;

Entrevistador: O que que os senhores faziam? Não falavam o nome?

Padre Miguel: Falávamos o sobrenome; [...] e isso acontece nos colégios, acontece; [...] um nome que se tornou famoso, e negativamente, aí [...] e ele, se não tiver [boa] personalidade, vai viver com um complexo tremendo, por culpa dos seus pais; você entendeu?

Entrevistador: Não sei se o senhor já teve casos aqui na Igreja, de batismo, de pessoas com vem com nome, que por exemplo, é da Língua Inglesa; acontece isso?

Padre Miguel: Muito, muito, imita muito; falam mal dos americanos e os imitam em tudo; eu não entendo, eu não... não consigo... são contra os americanos, contra o americanismo, e música, nossa rádio e televisão, quase prevalecem [a Língua Inglesa]; não se trata de não simpatizar com os valores culturais de qualquer povo, mas, você vê depois, pessoas que não sabem, não falam o português correto, e empregam palavras inglesas, nós vimos os anúncios aí, comerciais, imagine, eu sou contrário a isso, contrário a isso, e no entanto, digamos, são os que mais prevalecem, nomes americanos, ingleses;

Entrevistador: São os que mais prevalecem?

Padre Miguel: Sim, os que mais prevalecem; isso é um complexo, psicologicamente isso é um complexo, não? São contrários a eles [aos norte-americanos], têm-lhes inveja, e uma maneira de superar esse complexo [é essa, por meio da imitação do nome], toda essa coisa, compreende? [...] Então, deu para entender, filho? Aqui também dá também muitos nomes... muitos nomes indígenas, claro, tupi-guarani, também dá muitos nomes;

Entrevistador: E isso o senhor tem idéia da razão?

Padre Miguel: Ah, não sei, não sei, como não seguimos as normas... o que vem na cabeça [deles], o que vem na cabeça [isso é o que provavelmente os motiva];

[...]

Entrevistador: O senhor conhece algum documento, mesmo antigo, da Igreja, mesmo que talvez não vigore hoje, né, mas que eu possa de repente estar lendo, comprando em alguma livraria, ou copiando... que fale disso que o senhor me falou;

Padre Miguel: Não, não, não tenho; eu falo por conhecimentos que eu tenho, a práxis pastoral, tudo o que eu te falo é em decorrência disso;

Entrevistador: De sua formação, né?

Padre Miguel: Claro, claro, dos conhecimentos que tenho da história da Igreja, e da práxis pastoral, mas documentos não, não, fora... como ponto referencial, para os nomes cristãos, já te digo, é o martirologio romano, está em latim, mas já os nossos calendários, folhinhas religiosas, costumam trazer já, anotam o nome do santo do dia, que consta lá, já, claro, está em latim, traduzido para o português, como se diz;

[...]

Entrevistador: A dúvida que eu tinha era justamente essa; mas então, o objetivo da Igreja, quando orienta, sugere que seja um nome de um santo, é pra você ter um parâmetro...

Padre Miguel: Um parâmetro, um exemplo, um modelo...

Entrevistador: Pra você de alguma forma imitar...

Padre Miguel: Claro, e [isso é] psicologicamente; eu, por exemplo, vou te dizer, estou na televisão [assistindo], e aparece o nome Miguel, eu já psicologicamente, antes de eu pensar, já cria uma certa... um certo algo de simpatia por essa pessoa;

Entrevistador: Por ter o mesmo nome?

Padre Miguel: Claro, para [acontecer] essa simpatia, claro, pra um cristão, [tem que se dar / isso se dá] na dimensão da fé; e os santos [...] foram como nós, mas que honraram de verdade sua vida cristã;

Entrevistador: Então de alguma forma existe uma... não sei se uma crença, de uma relação entre um nome e a realidade?

Padre Miguel: No nome há coisas mais profundas; na bíblia, o nome, o nome, na bíblia, os nomes que se dão, na bíblia, que dava Deus, designavam duas coisas; para nós, o nome, para nós, o nome, geralmente, tem a dimensão de distinguir, distinguir as pessoas, de diferenciar as

pessoas; na bíblia não; na bíblia o nome indica a essência da coisa, em si, a essência, a realidade mais profunda desse ser, e se se trata de um ser humano, a missão, a destinação que tem essa pessoa, a missão, a vocação que tem essa pessoa; lembra, lembra: Pedro, Pedro, São Pedro, ele recebeu de seus pais o nome, o nome que ele recebeu foi *Quefas* [*Cefas*], *Quefas*, Aramaico, porque na terra, quando ele nasceu, na Palestina se falava o Aramaico, *Quefas*; quando Jesus, depois da ressurreição o escolheu e transferiu para ele o poder de ser o pastor visível desse rebanho que Jesus [...], e que seguiria a Jesus, os cristãos, mudou o nome dele; [é no] capítulo 16 de São Mateus, que diz: “Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja”; antigamente sobre toda a Palestina, em Palestina, há muita pedra, há muita pedra calcária, a construção sólida é sobre a pedra, e o simbolismo da pedra, edificarei a Igreja com... o símbolo de um edifício, um edifício, que Jesus é o seu fundamento, e a pedra angular como ele diz, [...] e sobre Pedro alicerçado, alicerçado, muito alicerçado, construído sobre Pedro, Pedro, como princípio de unidade, de todo o [...]; mudou o nome dele; mudou o nome também de Abrão, quando no capítulo 12 do Gênesis, o chamou lá, lá perto do Golfo Pérsico, [...], também mudou, ele chamava Abrão, Abrão, e passou a Abraão, é... pai de povos numerosos, porque ele foi para prometer uma descendência numerosa [...], isso se dá no antigo testamento freqüentemente; então, o nome, o nome, na bíblia, o nome tem a finalidade de... Jesus! Jeshua, Jesus, vê, o nome que ele tinha era Jeshua, que significa Deus salva, Deus salva, e nós temos, o chamamos o salvador, o redentor [...], é Jeshua, o nome que deu [...], e o nome que nós mantemos [...]; o nome portanto aí explica, não para diferencia-lo de outros judeus; [...] a mim me dá Miguel, e se me dizem Miguel [...], ora, me conhecem porque me tem visto, ou porque falam comigo, tem amizade, [...], mas caso contrário a função [do nome Miguel] é distintiva, é distinguir, distinguir, compreendes; [...], o nome de *laranja*: damos o nome de *laranja* para distinguir do *abacate*; isto entre nós; os semitas não, e na bíblia não; porque o nome que se dá à coisa, o nome que se dá à pessoa, sobretudo, explica a essência do que é essa pessoa, ou o que [ela] deve ser, e porque existe, e para que existe; claro, isso, só Deus tem o poder de conhecer o que é essa pessoa; e um anjo enviado de Deus, manifestou a Maria que esse filho que Maria iria ter, dessa maneira miraculosa, pelo poder divino, era salvador; [...] porque ele salvará o seu povo etc. etc; você viu lá a diferença do nome? numa cultura e noutra; [...] entre nós, normalmente, a finalidade... [o nome] tem um valor prático, entre nós; lá na bíblia [o nome] tem um valor digamos teológico, um valor filosófico-moral, porque entra na intimidade da pessoa, a essência da pessoa, ou a missão, a vocação, o projeto que ela deve realizar ou está realizando, pela vontade de Deus [...].

ANEXO 7

Reportagem publicada pela revista *Veja*, edição 1902 – ano 38, n.º 17, de 27 de abril de 2005, p. 55:

Para confundir o freguês

Prolifera no país o mau costume de uma marca pegar carona no prestígio de outra. Um exemplo: o Neosaldina, o segundo analgésico mais vendido no país, há 33 anos no mercado, vinha disputando mercado com um concorrente de nome Neuralgina. Como se não bastasse, a embalagem é quase igual à do medicamento original. O fabricante do Neosaldina, porém, acaba de conseguir na Justiça uma decisão liminar proibindo a venda do quase gêmeo.



ANEXO 8

Programa televisivo “Casos de família”, exibido em 18/11/2005 no SBT, apresentado por Regina Volpato, e que teve como temática “Não gosto do nome que você me deu”. Foram entrevistados quatro pais e seus respectivos filhos (que não gostam do nome que cada um recebeu), dos quais transcrevemos a entrevista de três pais e respectivos filhos, além da participação da psicóloga Dra. Anahy D’Amico.

Apresentadora: *Regina Volpato*

Entrevistados: *Ivandira* e sua mãe, *Francisca Aíla*; *Waldyane* e sua mãe, *Waldijane*; *Arão* e sua mãe, *Ana*; Dra. *Anahy D’Amico*, além de trechos da participação da platéia.

Apresentadora: Agora a gente vai conhecer a Ivandira, que tem vinte e cinco anos e diz: “eu perdi uma venda na loja onde eu trabalho porque a cliente esqueceu o meu nome”. Tudo bem, Ivandira?

Ivandira: Tudo ótimo;

Apresentadora: Você trabalha numa loja?

Ivandira: É, no momento eu estou fazendo bico, lá, só de final de ano, porque eu tava desempregada;

Apresentadora: Tá, e é loja de quê, Ivandira?

Ivandira: É... roupa, jeans;

Apresentadora: E aí a moça deixou reservado...

Ivandira: É, lá tem provador, então nós atendemos as pessoas, levamos até o provador as roupas; aí eu falo: você pode estar provando e você me chama, meu nome é “Ivandira”; a princípio ela falou: “como??” Ivandira! Aí, deixei no provador e fui atender outro cliente; aí demorei um pouquinho, quando eu voltei, tinha passado uma colega minha pelo provador, e ela chamou: “vem cá”, e nisso a minha colega deu outra atenção pra ela, e ela fez a venda;

Apresentadora: Em segundos ela esqueceu o seu nome, não é que ela voltou no dia seguinte...

Ivandira: Na hora, na hora; então eu perdi a venda, inclusive eu ganho comissão, e eu perdi a venda pelo fato de que ela não lembrou o meu nome;

Apresentadora: E na escola, Ivandira, você teve problemas?

Ivandira: Ah, na escola, na minha infância, eles não chamavam o meu nome direito, sempre colocavam apelidos, né, era Dijandira, Dijandora, Ivandora, é... não... tem outros afora, é que

eu não estou lembrada agora, mas chamavam sempre de um nome diferente do meu, e eu já ficava bem chateada porque o meu nome já é diferente, né?

Apresentadora: E você gostava de ter um nome diferente?

Ivandira: Não, não! Eu queria mais comum, que todos me chamasse pelo nome que lembrassem, né, então é complicado, né? E eu por ter a pele morena, “ah, aquela morena!”, né? Então nunca me chamam pelo nome; e eu até me sinto ofendida às vezes porque as minhas irmãs têm um nome mais comum;

Apresentadora: Qual o nome de suas irmãs?

Ivandira: É... Ivani, Irani e Iara, e tem meus dois irmãos pequenos, que também é um nome comum, que é Mateus e Wallace;

Apresentadora: E o seu você acha que é o mais diferente?

Ivandira: É o mais diferente.

Apresentadora: E de onde veio o seu nome, você sabe?

Ivandira: Eu cobrei bastante a minha mãe, né, eu cobrava bastante a minha mãe perguntando porque o meu nome era tão diferente das minhas irmãs; e ela me disse que foi o meu pai que colocou esse nome em mim, porque ele tinha duas irmãs gêmeas que faleceram, e uma delas se chamava Ivandira; aí eu falei: “pronto! Fui premiada! Fui premiada com esse nome!”. Então ele foi me registrar e colocou o nome; antigamente, as mulheres eram mais dependentes dos homens, então não podia bater o pé e falar: não, o nome vai ser outro; [...] ele falou, ela aceitou!

[...]

Apresentadora: Que nome você gostaria de ter?

Ivandira: Bom, até então, tinha uma outra opção que era Ariane; então...

Apresentadora: Você acha Ariane comum?

Ivandira: É, eu chamo mais comum do que o meu; eu acho que se eu chegasse numa loja e num lugar e falasse: o meu nome é Ariane, eu acho que as pessoas lembrariam com mais facilidade;

Apresentadora: Você faz igual o Nerivaldo, você se apresenta com outro nome? Em algumas situações?

Ivandira: Já aconteceu; já aconteceu de eu me apresentar com outro nome;

Apresentadora: Em que situação você fez isso, Ivandira?

Ivandira: Quando... na entrada da adolescência, a gente gosta muito de passear, barzinho, baile; então já aconteceu de coleguinhas vir apresentar outros colegas e quando eu falava o nome o carinha não queria nem me ver mais na minha frente; não queria ficar mais comigo porque achava que o meu nome era muito antigo, é... não combinava comigo, e eu era assim aquela moça mais antenada, eu tinha um cabelão, então era bem ...

Apresentadora: Não combinava?

Ivandira: Não combinava, como não combina até hoje, eu acho;

Apresentadora: E aí, que nome você dava?

Ivandira: Eu dava Roberta;

Apresentadora: Roberta?

Ivandira: Eu gostava de Roberta;

Apresentadora: E deve ter gente achando que você se chama Roberta até hoje, né, Ivandira?

Ivandira: Até hoje;

Apresentadora: Ivandira, quando você começou a perceber que o seu nome era diferente, que o seu nome provocava risos nas pessoas?

Ivandira: Logo que eu comecei a crescer um pouco mais, né, e percebi que quando eu falava o meu nome todos perguntavam de novo;

Apresentadora: Na escola?

Ivandira: Na escola, e na rua também, quando perguntavam o meu nome, ia preencher uma ficha, ou algo parecido;

Apresentadora: Tinha que falar duas vezes?

Ivandira: Tinha que falar duas vezes;

Apresentadora: Aí começou a te chamar a atenção?

Ivandira: Isso; então, isso me trouxe um certo constrangimento, né, e eu queria até estar mudando um dia, se eu pudesse;

Apresentadora: Você tem filhos, Ivandira?

Ivandira: Tenho dois;

Apresentadora: Qual o nome deles?

Ivandira: É... Yago, e Davi;

Apresentadora: Ta, e você acha que são nomes comuns?

Ivandira: Eu acho;

Apresentadora: E que eles não vão ter esse tipo de problema?

Ivandira: Não, eu acho que não, como Davi é um nome bíblico, e Yago, pelo menos lá aonde eu moro tem bastante, né; então eu achei o nome bonito e eu coloquei no meu filho também;

Apresentadora: Agora a gente vai conhecer a mãe da Ivandira. O nome dela é Francisca Aíla, ela tem 44 anos, e diz: “Só aceitei que ela se chamasse Ivandira para fazer a vontade do pai dela; foi ele quem escolheu este nome”. Dona Aíla, entre. Tudo bem?

Francisca Aíla: Tudo;

Apresentadora: Você não tinha escolhido esse nome pra Ivandira?

Francisca Aíla: Não;

Apresentadora: Qual o nome que era do seu agrado, do seu gosto?

Francisca Aíla: É... eu sou do Ceará, né? E foi a minha irmã que escolheu, é... que encontrou lá o nome, e mandou pra mim, né? Quando chegou aqui, achei muito bonito o nome, gostei muito, me agradou mas...

Apresentadora: Qual era o nome?

Francisca Aíla: Ariane;

Apresentadora: Ariane?

Francisca Aíla: Isso; aí me agradou muito esse nome, mas ele não aceitou;

Apresentadora: Você já queria um nome diferente?

Francisca Aíla: Queria, “Ariane”;

Apresentadora: Ariane tem algum significado, alguma coisa especial que te agradou, ou não, você gostou só do som, “Ariane”?

Francisca Aíla: Eu não... é assim: é bonito, o nome é bonito, mas também, eu... não sei se é verdade, eu ouvi falar também que é o nome de uma rosa, de uma flor;

Apresentadora: Só que aí o pai da Ivandira não aceitou?

Francisca Aíla: Não;

Apresentadora: Na hora ele já te falou isso, ou ele já chegou com o registro, com o nome dela?

Francisca Aíla: Não, porque a gente registrou nós dois juntos, né, que fomos registrar ela, e aí como ele falou assim: “não, eu vou pôr o nome dela o nome de uma irmã minha, que morreu”, que a mãe dele teve, num parto... uma gêmea, sei lá, e aí ponharam Ivandira, né, achei esquisito, né? Um nome muito forte, muito pesado;

Apresentadora: E você não conseguiu dizer: “eu não quero esse nome”?

Francisca Aíla: Não, porque... assim, é... quando eu casei, eu acho que... eu era o tipo de mulher que acatava muito o que o marido falava;

Apresentadora: Hoje você é diferente?

Francisca Aíla: Com certeza, agora eu bato o pé;

Apresentadora: Com o mesmo marido, ou mudou de marido?

Francisca Aíla: É ruim! Troquei!

Apresentadora: O seu nome é Francisca Aíla? Aíla é nomeou sobrenome?

Francisca Aíla: Eu acho que Aíla já é.. sobrenome;

Apresentadora: Ta; mas as pessoas te chamam de Aíla?

Francisca Aíla: É, que eu não gosto de Francisca;

Apresentadora: Você prefere Aíla?

Francisca Aíla: Isso;

Apresentadora: E o seu nome, também provoca alguma reação nas pessoas, Aíla?

Francisca Aíla: Não, não é o caso, eu não gosto não;

Apresentadora: A Ivandira disse que sim;

Francisca Aíla: É, porque a família inteira são... é uns 100 (cem), é tudo Francisco;

Apresentadora: Cem? Tudo Francisco?

Ivandira: Não, é brincadeira;

Apresentadora: Não são “Dois filhos de Francisco”. São “Cem filhos de Francisco”?

Francisca Aíla: Não, isso! Lá em casa é...

Ivandira: São uns quinze;

Apresentadora: São quinze Franciscos?

Ivandira: São oito filhos, e tem os sobrinhos também que chamam Francisco;

Apresentadora: Qual o nome de sua família? Vamos lá!

Francisca Aíla: Eita, então vamos lá; dos meus irmãos?

Apresentadora: Pode escolher;

Francisca Aíla: Todos?

Apresentadora: Pode falar!

Francisca Aíla: Então vamos lá; vamos começar pelos homens; é: Francisco Acácio, Francisco Aildo, Francisco Onaildo, Francisco Aéreo, Francisco Alnemir, Francisco de Assis, ...

Apresentadora: É Francisco A.?

Francisca Aíla: Tudo Francisco A.; agora vem as mulheres: Francisca Aíla, Francisca Aída, e Francisca Aidaní;

Apresentadora: Tudo também “Francisca A.”?

Francisca Aíla: É; [...];

Apresentadora: E quem que escolheu “Francisco A.” ou “Francisca A.” alguma coisa, seu pai ou a sua mãe?

Francisca Aíla: Meu pai;

Apresentadora: E ele tem uma explicação pra isso, Aíla?

Francisca Aíla: Eu não sei, é porque... o povo do norte tem uma mania de... é, que nem... tem padim Cícero, tem é... são Francisco, porque tem...

Ivandira: Pra homenagear o santo;

Apresentadora: Ah, ele é devoto de São Francisco de Assis?

Francisca Aíla: Isso mesmo;

Apresentadora: Então ele colocou todo mundo Francisco A.?

Francisca Aíla: Então fez até uma promessa de a minha irmã andar com aquela roupa com cordão na cintura;

Ivandira: um filho dele, mais velho, os três filhos dele, primeiro, também chamam Francisco;

Apresentadora: Os seus sobrinhos?

Ivandira: É, os sobrinhos dela; os cinco;

Apresentadora: Quais são os nomes?

Francisca Aíla: Francisco Ronimar, Francisca Rosângela, Francisco Robson, Francisco Rudinei e tinha Francisca Rilma;

Apresentadora: Meio esquisito, né?

Francisca Aíla: É uma homenagem a todos os Franciscos do mundo;

Apresentadora: Ta; ô Aíla, você acha que essa confusão com o nome, essa dificuldade de nome com a Ivandira atrapalhou a Ivandira em algum momento da vida dela? Por exemplo: ela tinha vergonha de ir pra escola, ela tinha dificuldade de arrumar amigos, sabe, a gente como mãe às vezes nota algumas dificuldades principalmente na escola; você notava isso com a Ivandira?

Francisca Aíla: É, sim, né, porque, ela sempre chegava em casa, e ela falava, né, que o nome dela já era meio complicado e as pessoas ainda complicavam mais e que ela não gostava; ela me cobrava muito isso aí;

Apresentadora: Mas, e aí? O que você falava?

Francisca Aíla: Aí eu explicava pra ela, porque eu tinha pnhado esse nome nela que ela achava um nome muito pesado, que ela não gostava, que além de já ser feio, ela falava, o povo ainda complicava mais ainda; em casa mesmo a gente chamava ela de “Dira”; horrível, né?

Apresentadora: Não, não é; um apelido é sempre carinhoso, né?

Francisca Aíla: Dira, é; Dira;

Ivandira: É, simplificou o meu nome; inclusive na loja onde eu trabalhava, me chamavam ou de Iva ou de Dira, pra poder facilitar mais;

Apresentadora: Qual o nome do seu marido, Ivandira?

Ivandira: Fidélis;

Apresentadora: Fidélis?

Ivandira: É;

Apresentadora: E qual o nome de sua mulher, ô Nerivaldo?

Nerivaldo: Ione Ferreira da Cruz;

[...] [participação de uma mulher da platéia]

Apresentadora: E é verdade, né, às vezes os pais querem fazer uma homenagem, e colocam o filho na história; é igual o pai e mãe que fazem promessa pro filho pagar;

Ivandira: É, é complicado; é complicado, mas, até então, a gente vai aceitando, crescemos com ele, né, mas eu não gosto;

Apresentadora: Hoje você superou?

Ivandira: Superei;

Apresentadora: Se alguém pergunta o seu nome duas vezes ou dá risada, ainda te incomoda?

Ivandira: Incomoda, incomoda; acontece muitas situações que incomoda;

Pergunta de alguém da platéia:

“Eu gostaria de saber se ela, a mãe dela, gostaria de ter o nome igual ao da filha”;

Francisca Aíla: Eu não; eu tinha um nome pior do que esse que o meu pai ia por;

Apresentadora: Qual?

Francisca Aíla: Associação;

Apresentadora: Ia ser Francisca Associação?

Ivandira: É, se livrou;

Apresentadora: Você deu sorte então;

Francisca Aíla: Assim, ó; no tempo do meu pai lá, quando eu nasci, no meu tempo, né? Tinha uma folhinha, um calendário, que você trazia o nome; o calendário, a folhinha que você rançava tinha um nome, e eu trouxe *Associação*; no calendário, no dia em que eu nasci, foi esse nome; e depois minha mãe não deixou, e então foi eu Francisca mesmo;

[...] [platéia]

Apresentadora: Você sabia disso, Nerivaldo? Eu não sabia que era assim;

Nerivaldo: Eu já sabia [que podia mudar o nome], eu já sabia, só que... eu já pensei em mudar, mas assim, eu respeito muito os meus pais assim, né, então nunca procurei mudar, mais por causa da opinião deles, então eu já estou com vinte e cinco anos, né, então vou deixar levar, né, mas atrapalha também profissionalmente, né? Inclusive, uma vez, eu fui fazer uma prova lá pra um concurso, e na lista dos aprovados chamou “Neriosvaldo Andrade da Silva”; só que eu fiquei parado, falei: será que é o meu nome, será que não é? Depois de um bom tempo, eu vi que ninguém se levantou pra ir lá assinar nada, eu fui lá, e falei: “ó, esse nome aí, você poderia corrigir [conferir] aí o meu RG, com isso aí? E foi e bateu; era o meu nome, só que de forma errada;

Apresentadora: Eles confundiram com Neriosvaldo?

Nerivaldo: Neriosvaldo;

Apresentadora: Ta; Ivandira, e você, já pensou em mudar o seu nome?

Ivandira: Já pensei sim; só que... é ... eu acho que sai um pouco caro; você vai no cartório não é só chegar lá e querer mudar; tem que pagar;

Apresentadora: Tem que ter um custo, né?

Ivandira: Por letra;

Apresentadora: Agora a gente vai conhecer a Waldyane, que tem 28 anos e diz: “Eu já me demiti de um trabalho de tanta brincadeira que faziam com o meu nome”. Waldyane, por favor, entre. Tudo bem, Waldyane?

Waldyane: Tudo bem;

Apresentadora: E seu nome é Waldyane com W e com Y? Difícil de escrever, né?

Waldyane: É, isso mesmo; minha mãe colocou esse nome porque o PIS dela, quando ela fez os documentos, aí veio... o nome dela é Waldijane, aí veio como Waldyjane; aí, quando ela casou, ela achou o nome lindo; até mais lindo que... o meu pai queria colocar o nome de Maria; graças a Deus que ele não colocou;

Apresentadora: Você prefere Waldyane do que Maria?

Waldyane: Ah, eu prefiro, do que Maria; eu prefiro; eu não gosto de nome assim muito comum não, mas também não tão estranho;

Apresentadora: Sei;

Waldyane: Aí ela colocou Waldyane, e isso confunde muito os documentos da gente, sabe, às vezes vem com o nome da minha mãe, às vezes vem com o meu;

Apresentadora: Porque ela é “Waldijane”, só muda o Y? Que é parecido com J?

Waldyane: Isso, e o meu é Waldyane; até o meu PIS veio com o nome dela, e o PIS dela veio com o meu nome;

Apresentadora: Trocado?

Waldyane: Trocado;

Apresentadora: E aí, vocês conseguiram arrumar?

Waldyane: Até agora não arrumei o meu, mas o dela ela já arrumou;

Apresentadora: Mas precisa arrumar, né, senão dá uma confusão; ô Waldyane, quando você começou a escrever, não era difícil demais escrever o seu nome?

Waldyane: Ah era, era sim; até o meu filho quando ele vai escrever também ele confunde o M com o W, que é só virar ele, né?

Apresentadora: Qual o nome do seu filho?

Waldyane: Michel;

Apresentadora: Você só tem ele?

Waldyane: Não, tenho uma filha também chamada Melissa;

Apresentadora: Ta, Melissa; e o nome do seu marido, qual que é?

Waldyane: É Ricardo;

Apresentadora: O único diferente é o seu e o da sua mãe?

Waldyane: Isso;

Apresentadora: Você gostaria de se chamar... de ter outro nome?

Waldyane: Eu queria me chamar Melissa; quando eu tinha dez anos eu pedi pra minha mãe pra me colocar o meu nome de Melissa;

Apresentadora: E ela não trocou?

Waldyane: Não, porque... ela gostava de Waldyane, né, ela gosta;

Apresentadora: Ela gosta, né?

Waldyane: Ela gosta; aí, tanto que quando eu tive uma filha eu coloquei, o nome de Melissa;

Apresentadora: Então matou o seu desejo, né, de alguma forma; ô Waldyane, e você não fica assim com medo de chatear a sua mãe, falando que você não gosta do nome que ela escolheu?

Waldyane: Não, eu acho que não... eu acho que ela não fica chateada não, eu não fico com medo não; porque é muito parecido, ela até confunde ela também, ele até atrapalha ela também;

Apresentadora: O seu problema é que o nome é muito parecido?

Waldyane: É;

Apresentadora: Muito parecido? Ele ser diferente não te incomoda tanto?

Waldyane: Isso;

[...]

Apresentadora: Você pediu demissão do trabalho por causa do seu nome?

Waldyane: Foi isso mesmo; porque o pessoal lá do serviço, onde eu trabalhava, me chamava muito de Valdir, porque é Waldyane, aí ficava Valdir; então eu não gostava porque Valdir é nome de homem, né? Eu não gostava; [...] Nunca vi Valdir mulher; eu já vi Valdeci mulher, mas Valdir não; aí me chamavam muito de Valdir; então, quando eu trabalhava no banco, aí tinha clientes que vinham, né, aí escutavam e pensavam que o meu nome era Valdir; [...] Aí quando chegavam os clientes, falavam: “Valdir, venha aqui!”. Aí eu falava: “não, é Waldyane”, sabe, aí confunde muito o nome; aí eu peguei e saí, porque eu não agüentava mais;

Apresentadora: E na escola, Waldyane, o que falavam do seu nome?

Waldyane: Ah, falavam muitas coisas; chamavam de Waldir, de Wal; Wal até vai, né? É... chamavam de palavrão, que começa com V também, né [vadia]? As meninas que não gostavam de mim;

Apresentadora: Aí usava como jeito de te ofender, de te agredir?

Waldyane: É, isso;

Apresentadora: Aí machucava, hein, Waldyane?

Waldyane: Ah, machucava sim; aí, tanto que na 3.^a série eu saí da escola, não quis mais estudar;

Apresentadora: Você saiu da escola?

Waldyane: Saí;

Apresentadora: Você não deu conta de segurar onda do pessoal?

Waldyane: Saí; aquele ano eu saí, eu desisti, mudei de escola, no outro ano continuei na outra escola;

Apresentadora: Ô Waldyane, e quando você resolveu sair da escola, você sabia que era por isso que você estava saindo?

Waldyane: Sabia; foi na época que eu tinha dez anos, foi quando eu pedi pra minha mãe trocar o meu nome, colocar o meu nome de Melissa; e ela disse “não”, disse que é bonito demais esse nome e tal;

Apresentadora: Porque às vezes, por conta dessa pegação no pé das crianças, eu acho que algumas crianças ficam achando que não gostam de estudar; você não, você gostava de estudar?

Waldyane: Eu gostava, as meninas tinham raiva de mim porque eu tirava nota alta, e elas não conseguiam;

Apresentadora: Olha só;

Waldyane: E então eles colocavam nomes mesmo, sabe?

Apresentadora: Entendi; [...] e no embalo faziam piada com o seu nome?

Waldyane: Isso;

Apresentadora: E você mudou de escola?

Waldyane: Mudei de escola;

Apresentadora: Só pra concluir, e você acabou os estudos?

Waldyane: Isso;

Apresentadora: Bom, então vamos conhecer a mãe dela; o nome é Waldijane, tem cinquenta anos e diz: “Eu não imaginava que o nome da minha filha ia criar tantos problemas”. Waldijane, por favor, entre. Tudo bem com a senhora?

Waldijane: Tudo bem, graças a Deus.

Apresentadora: Dona Waldijane, a senhora escolheu o nome da Waldyane depois do erro no nome da senhora?

Waldijane: Isso;

Apresentadora: A senhora viu o erro no papel, e falou: “é uma boa idéia!”, e aí a senhora guardou esse nome pra colocar quando tivesse uma filha?

Waldijane: Um hum;

Apresentadora: Por quanto tempo a senhora ficou com esse nome guardadinho, esperando a Waldyane chegar?

Waldijane: Ih, eu acho que mais de cinco anos;

Apresentadora: Mais de cinco anos? A senhora em nenhum momento pensou em chamá-la de outra coisa?

Waldijane: Não, porque... foi assim: eu fui tirar meus documentos de solteira, né, aí eu tirei meus documentos e aí veio o meu nome “Waldyane”;

Apresentadora: Com Y?

Waldijane: Com Y, e aí eu achei bonito; aí eu falei: quando eu casar e tiver minha filha vou por o nome de *Waldyane*, né, como eu gosto, até hoje, né, que eu não sabia que ia trazer tanta complicação, né?

Apresentadora: Que tipo de complicação?

Waldijane: Principalmente nos documentos, né? O documento dela saiu como Waldijane, que é o meu nome, e o meu saiu como Waldyane, que é o nome dela;

Apresentadora: Quer dizer: aquele erro lá de quando a senhora era solteira, que deu a idéia do nome dela, continua se repetindo até hoje?

Waldijane: ã hã;

Apresentadora: Aí dá problema pra senhora e pra ela?

Waldijane: E pra ela; até pra escrever a gente tem que soletrar, pra outra pessoa escrever, né; no médico chama “Waldyane” e complica, sabe, dá um problema danado;

Apresentadora: A senhora já teve problema com o nome da senhora, “Waldijane”?

Waldijane: Já, pra escreverem;

Apresentadora: Já, pra escrever; tem que ficar soletrando, falando letra por letra;

Waldijane: Eu não sei onde que a minha mãe arrumou esse nome pra mim, eu também não gosto do meu nome;

Apresentadora: Não gosta? Mas de Waldyane a senhora gosta?

Waldijane: Waldyane eu gosto; porque acho que Waldyane soa melhor que Waldijane, né? Aí, isso é assim, a minha mãe falou que, como eu tenho um irmão mais velho, ele chama Walter, e...

Apresentadora: Walter? Com W?

Waldijane: É, e a minha mãe tem uma amiga que chamava Jane; aí ela gostava dos dois, aí somou uma coisa com outra: Wal de Walter, né, e Jane, e aí chama Waldijane;

Apresentadora: E normalmente assim no dia a dia chamam a senhora do quê? De Waldijane, ou de Jane?

Waldijane: De Jane; outros chamam de Wal, mas eu falo: não, é Jane mesmo, que ficam mais bonito;

Apresentadora: A senhora prefere Jane?

Waldijane: Prefiro Jane;

Apresentadora: Ta, e a Waldyane, também diz que gosta de nomes diferentes, que o único problema é essa confusão com a papelada;

Waldijane: É, essa complicação toda, né; porque até na escola houve problemas, na escola dela;

Apresentadora: Ela teve que mudar de escola?

Waldijane: Teve;

Apresentadora: Como que a senhora lidou com a Waldyane nessa época? Mudar de escola por causa do nome?

Waldijane: Olha, ela queria mudar o nome, né? Ela falou: “mãe, muda o meu nome”; ela tinha assim uns dez anos;

Apresentadora: Pois é, tadinha;

Waldijane: Aí eu falei, não dá, porque vai mexer com documentos, essas coisas e tal, e custa, né? Aí, ela perdeu a aula, né? Ela disse: “ó, mãe, não vou mais pra escola”; tava chorando, e tudo...

Apresentadora: Por causa das amiguinhas pegarem no pé dela?

Waldijane: É, aí eu falei: que nome você gostaria que eu colocasse em você? Aí ela falou? Melissa;

Apresentadora: E da onde você tirou “Melissa”, Waldyane?

Waldyane: Ah, eu achava bonito, eu comprei o livrinho de nomes, aí eu achei o nome, e achei lindo;

Apresentadora: E o que quer dizer Melissa?

Waldyane: Abelha; abelhinha;

Apresentadora: Bom, mas aí então a senhora deixou ela perder o ano [...] ela saiu da escola....

Waldijane: É, ela mudou de escola, aí lá ela inventou outro nome, e começaram a chamar outro nome assim com ela, aí pararam de pegar no pé dela;

Apresentadora: E que nome você inventou, Waldyane, na outra escola?

Waldyane: Oi?

Apresentadora: Na outra escola você inventou outro nome?

Waldyane: É, colocava apelido, Aninha;

Participante da platéia:

Valdomiro: O meu nome é Valdomiro, eu também nunca gostei, né, mas eu nunca mudei, né? [...] Eu tenho um casal de gêmeos que chamam-se Cosme e Damião, e até hoje eles são revoltados porque eu dei esses nomes; [...] Porque a mãe falou: “Ah, porque é dois gêmeos, eles vão morrer, eu não quero que morra”, [...] “eles vão morrer e eu quero que eles se crie”; [...] aí minha mãe, gosta muito da igreja, [...] é santo [...], botou Cosme e Damião pra não morrer, e até hoje ta já com 28 anos;

Apresentadora: Obrigada, viu? Agora a gente vai conhecer o Arão, que tem vinte e dois anos e diz: “Quando as pessoas não erram o meu nome, elas perguntam se é apelido”. Arão, por favor, entre. Tudo bem, Arão?

Arão: Tudo;

Apresentadora: As pessoas erram o seu nome?

Arão: Erram; puts, com frequência, meu, é chato pra caramba;

Apresentadora: Com frequência; o seu nome é Arão ou Aarão?

Arão: Arão;

Apresentadora: Com um A só?

Arão: Com um A só; sempre perguntam isso, se é com dois A, e tal;

Apresentadora: Porque, se não me engano, é um nome bíblico, e na bíblia, não são com dois A? Aarão?

Arão: Não sei, eu acho que é com um A só;

Apresentadora: Você nunca foi ver?

Arão: Não, eu sei que na bíblia tem o nome Aarão, mas eu acho que é com um A só; tem com dois A e tem com um A só;

Apresentadora: Ah, tem os dois jeitos;

Arão: Tem;

Apresentadora: E você sabe o que significa, da onde vem, quem foi o Aarão da bíblia?

Arão: Não, eu sei quem foi, não lembro o que significa;

Apresentadora: Quem foi?

Arão: O irmão de Moisés, e tal;

Apresentadora: Irmão de Moisés?

Arão: É, alguma coisa assim;

Apresentadora: Tá; e quem escolheu o seu nome? Foi a sua mãe?

Arão: A minha mãe; a minha mãe e o meu pai, eu acho, os dois juntos, assim;

Apresentadora: Tá; você não gosta do seu nome por que?

Arão: Ah, é muito estranho, não tem nada a ver comigo, tal...

Apresentadora: Mas não é legal ter um nome diferente?

Arão: Ah, não assim, né?

Apresentadora: Não tão diferente?

Arão: Não tão diferente;

Apresentadora: Tá; que nome você gostaria de ter? se você pudesse escolher um nome agora pra você, qual seria?

Arão: Ah, não sei; é difícil trocar o nome assim; eu acho que eu escolheria um nome bem simples, assim, tipo sei lá, um José, vai, João, qualquer coisa assim do tipo;

Apresentadora: Você já se apresentou com outro nome?

Arão: Sobrenome;

Apresentadora: Que é...

Arão: Nunes;

Apresentadora: Nunes de Azevedo?

Arão: É;

Apresentadora: Aí então você fala que o seu nome é Nunes?

Arão: Nunes; é; bacana, simples;

Apresentadora: E nem toca no seu primeiro nome?

Arão: Nem toco, deixo pra lá, deixo quieto; é embaçado;

Apresentadora: Como é que era na escola, Arão?

Arão: Acho que a escola é a parte que você mais sofre, eu acho;

Apresentadora: É isso que eu acho também, por isso que eu perguntei pra todos; eu acho... porque criança, às vezes, quando pega no pé...

Arão: É, então, criança também você encana com os negócios, aí escola é a parte mais *thrash* assim...

Apresentadora: Muleque, né?

Arão: É, a mulecada, fala o nome da hora da chamada já rola uma piada, e tal...

Apresentadora: Todo dia, né?

Arão: Todo dia;

Apresentadora: Todo dia tem chamada todo dia tem piada;

Arão: Todo dia tem piada, e todo dia tem piada nova, e é um saco;

Apresentadora: E o que mais te incomodava nas piadas, Arão?

Arão: Perguntavam se era nome mesmo, tipo... Aron, alguma coisa assim, puts, enchia o saco, tudo enche o saco, né, quando você já tá a maior cara, aturando, qualquer coisinha já enche o saco;

Apresentadora: E agora a gente vai conhecer a mãe do Arão; o nome dela é Ana, ela tem quarenta e quatro anos e diz: “Não me arrependo e hoje em dia colocaria os mesmo nomes nos meus filhos”; Ana, por favor, entre. Tudo bem com a senhora?

Ana: Tudo bem.

Apresentadora: Quais são os nomes dos seus filhos, Ana?

Ana: Alex, Átila, Arão, Ariana e Ariel.

Apresentadora: Ariana e Ariel? Todos são nomes bíblicos?

Ana: Todos;

Apresentadora: Tá, e a senhora não se arrepende?

Ana: Não;

Apresentadora: Eu acho importante falar sobre isso, porque eu acho que tem mãe que coloca e depois fica se culpando, né, porque escolheu esse nome, porque colocou... a senhora não se arrepende? Mesmo sabendo que o Arão às vezes se apresenta com o sobrenome?

Ana: Mesmo sabendo; é por causa da tatuagem que ele usa, ele...

Apresentadora: Tatuagem?

Ana: É, ele tem muitas tatuagens, parece um gibi...

Apresentadora: Mas o que que a tatuagem tem a ver com o nome, Ana?

Ana: É porque ele faz tatuagem, ele faz tatuagem, ele coloca piercing, ele tem um estúdio...

Apresentadora: Ele é tatuador?

Ana: É;

Apresentadora: Ah, que legal;

Ana: Ele acha que o nome dele não ajuda no que ele faz; mais ou menos por aí;

Apresentadora: Tá, mas por que que a senhora não se arrepende? Eu não entendi;

Ana: Eu acho que é bonito pra ele, eu acho que foi escolhido no momento certo, na hora certa;

Apresentadora: Mesmo ele achando que isso traz problemas pra ele, que atrapalha o negócio profissional dele?

Ana: Eu acho que sim;

Apresentadora: A senhora não se arrepende?

Ana: Não;

Apresentadora: Não? Nem pensaria em um outro nome?

Ana: Não, de maneira alguma;

Apresentadora: E ele falou que na escola também era difícil, né?

Ana: Na escola porque eles trocam: não Arão, eles chamam de Aron, colocam um N, né, e não há um N, há um O;

Apresentadora: E às vezes eles perguntavam se era apelido...

Ana: Se era apelido... Mesmo o livro de chamada é colocado com N e não com O, porque as pessoas não têm costume, né, desses nomes mais difíceis, né, como isso foi colocado aqui;

Apresentadora: Diferentes, né?

Ana: Diferentes, né? E as pessoas tem mesmo a maneira [mania] de trocar ou de diminuir;

Apresentadora: Ô, Ana, mas quando ele chegava em casa, com dez, nove, dez aninhos, reclamando que o nome dele, que faziam piada, que todo dia tinha piada e tal, o que que a senhora falava pra ele, pra consolá-lo?

Ana: Ah, eu mostrava pra ele que o nome dele é direito, não expunha ele ao ridículo apesar de as pessoas trocarem, mas não chegava a expô-lo ao ridículo;

Apresentadora: Tá; e que criança, quando ta a fim de pegar no pé, se não é o nome...

Ana: É uma outra coisa qualquer;

Apresentadora: É qualquer outra coisa. Tá; ô Arão, mesmo sua mãe dizendo que não se arrepende, você gostaria que ela tivesse colocado em você outro nome?

Arão: Ah, desde quando o começo sim, aí beleza, tal, mas não trocaria agora, acho que não tem... que não rola mais, mas se, pô, nasceu, outro nome, pô, ia ser melhor, eu acho; ia me ajudar bem;

Apresentadora: E você, já tem filhos ou não?

Arão: Não, não tenho;

Apresentadora: Que nome você gostaria de colocar num filho ou numa filha sua? Já pensou nisso, ou ainda não?

Arão: Ah, pensei; talvez eu colocaria, sei lá, se tivesse uma filha eu colocaria Kali; acho bacana;

Apresentadora: Kali?

Arão: É;

Apresentadora: Com K-a-l-i?

Arão: É;

Apresentadora: E o que significa “Kali”?

Arão: Não, eu conheço uma pessoa que tinha esse nome, eu achei bacana, e tal;

Apresentadora: E se fosse homem?

Arão: Não;

Apresentadora: E se fosse homem, “Kali” também?

Arão: Não, não, se fosse homem... homem nunca pensei;

Apresentadora: Dra. Anahy, que o nome da senhora também é um nome diferente, né?

Dra. Anahy D’Amico: Eu sofri com isso, hoje eu gosto muito do meu nome, mas...

Apresentadora: Justamente por ser diferente?

Dra. Anahy D’Amico: Não, a sonoridade... hoje me agrada mas sempre me chamavam de Nair, né, Anarrai, Anarri, todo nome que tem H, Y, W, né, são letras que não são muito usadas aqui no Brasil, então realmente confundem, né?

Apresentadora: É Anahy D’Amico?

Dra. Anahy D’Amico: Anahy Luci, tem um Luci no meio;

Apresentadora: Ah, Anahy Luci D’Amico;

Dra. Anahy D’Amico: Então, o meu pai quis fazer uma homenagem para minha mãe que queria Luci; então eu acho que isso rola em todo lugar, né, em todas as famílias. Agora, realmente, o nome é uma coisa que tem um peso enorme na vida de uma pessoa; você vai carregar pra vida inteira; e como o Arão falou, realmente no período escolar, aquela fase [da]

“infância”, entrando na adolescência, é um terror, né, porque criança realmente é perversa; você sabe que o nome é diferente, incomoda, aí é que vai...

Apresentadora: Mas uma coisa que eu acho interessante: eles não gostam do nome, mas por outro lado, sabem que podem mudar, mas não querem mudar o nome;

Dra. Anahy D’Amico: É, porque eles já têm... já são adultos, né, você carrega a vida inteira, até hoje, já está acostumado com o nome, não quer desagradar aos pais, porque escolheram, porque todo pai escolhe um nome achando que vai agradar, né? Você coloca um nome que mais te agrada, no filho; “Kali” é um nome, por exemplo, que o Arão gosta, pode ser que a sua filha abomine, mas você está achando lindo, né? Então você vê que tudo é relativo; então eu acho que fica realmente um alerta pros futuros papais e mães, não inventarem aquela história de fazer homenagem pra parente que morreu, nome de santo, nome... tudo que for causar um constrangimento pro filho realmente deve ser evitado; agora eles podem trocar realmente... eu não sei se podem trocar, Regina, porque eu acho que você só troca se o nome for ridículo;

Apresentadora: É, se causar constrangimento, né?

Dra. Anahy D’Amico: É, causar realmente muito constrangimento; Graciosa Rodela, Um dois Três de Oliveira Quatro... Epoclér, essas coisas assim, mas o deles até que eu não achei tão feio o nome de vocês não.

Apresentadora: Verdade; obrigada, Dra. E eu acho que justamente porque vocês enfrentaram tantos obstáculos por causa do nome, de alguma forma vocês se fortaleceram; se fortaleceram e carregam esse nome com orgulho, porque né, sabem que podem mudar e não mudam porque não quer, e também ganharam jogo de cintura; dá outro nome, arruma um apelido, então acho que isso de alguma forma, se no começo isso foi um problema, hoje eu acho que acabou dando pra vocês mais jogo de cintura, mais facilidade, acabou fortalecendo vocês, no final a intenção foi boa, o resultado a gente pode questionar, porque vocês não gostam, mas acaba sendo uma coisa boa pra vocês; eu achei que todos vocês convivem bem com o nome, e eu achei bacana ver isso; é... eu acho que vale sim o alerta pros pais porque homenagem, gosto, essas coisas, fica complicado, né, como eu falei durante o programa: tem gente que faz promessa pro **filho** pagar, né? “Se nascer com saúde, ele vai, quando tiver...”, né? Tem que tomar cuidado porque o filho não é extensão da gente; o filho é uma outra pessoa, e tem que ser respeitado como uma outra pessoa; então, quanto menos constrangimento, quanto menos a gente contaminar essa outra pessoa com as nossas opiniões, o nosso gosto, o nosso ponto de vista, melhor pra essa criança. Muito obrigada a todos vocês por terem vindo, e de verdade, eu não achei os nomes tão feios, tá?